

CARLOS COUTO
Segundo Assistente do I. I. C. A.

OS CAPITÃES-MORES EM ANGOLA NO SÉCULO XVIII

(SUBSÍDIO PARA O ESTUDO DA SUA ACTUAÇÃO)

PRÉMIO JOÃO DE BARROS (1972)



LUANDA

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ANGOLA

1972



ERRATA

De entre alguns erros que escaparam à revisão, assinalamos os seguintes:

<i>Página</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Deve ler-se</i>
6	23. ^a	definida	defendida
11	3. ^a	Gera	Geral
69	17. ^a	Feliz	Felix
72	23. ^a	terno	termo
75(120)	1. ^a	1701-17033	1701-1703
78	18. ^a	um questão	uma questão
78(126)	8. ^a	La Val	Laval
79	16. ^a	uma governador	um governador
108	1. ^a	exportdo	exportado
111(25)	6. ^a	nessoas	pessoas
113	34. ^a	documentação	documentação
123	5. ^a	Tistão	Tristão
144(96)	20. ^a	conde Oeiras	conde de Oeiras
167	17. ^a	iso	isso
176	17. ^a	violência	violências
234	4. ^a	Antôno	Antônio
254	2. ^a	intestinais	intestinas
264(30)	4. ^a	certanejas	sertanejas

<i>Angola</i>	40
2. AS NOMEAÇÕES DOS CAPITÃES-MORES	53
2. 1. De 1700 a 1760	53
2. 2. De 1761 a 1800	64

3. NOMEAÇÃO DE ESCRIVÃES EM SUBSTITUIÇÃO DE CAPITAES-MORES	73
4. VENCIMENTOS	76
4. 1. <i>Ajudas de custo</i>	88
4. 2. <i>Adiantamento de soldos</i>	90
4. 3. <i>Mesadas às famílias</i>	91
5. SINDICÂNCIAS AO GOVERNO: <i>Devassas e residências</i>	91
<i>Conclusão</i>	98

CAPÍTULO II

JURISDIÇÃO E ATRIBUIÇÕES 99

1. A EFECTIVIDADE DA SOBERANIA PORTUGUESA	101
2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA	113
3. O REGIMENTO DOS CAPITAES-MORES DE 1765	117
3. 1. <i>Conversão do gentio e difusão do Cristianismo</i>	120
3. 2. <i>Cobrança equitativa dos dízimos</i>	124
3. 3. <i>Regularização do sertão e disciplina do comércio</i>	133
3. 4. <i>Defesa dos presídios</i>	141
3. 5. <i>Desenvolvimento da agricultura</i>	147
3. 6. <i>Administração da justiça. O julgamento de mucanos e o juízo das liberdades</i>	155
4. CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	168
4. 1. <i>Entre os governadores e os capitães-mores</i>	170
4. 1. 1. <i>Deposição dos capitães-mores pelos governadores</i>	172
4. 1. 2. <i>A posição definida pelo Reino</i>	174
<i>Conclusão</i>	178

CAPÍTULO III

INTERFERÊNCIA DOS CAPITAES-MORES
NO COMÉRCIO DO SERTÃO 181

1. ANGOLA PERANTE O PACTO COLONIAL	183
2. DAS RESTRIÇÕES A LIBERDADE DO COMÉRCIO	194
3. AS FEIRAS: SUA ORIGEM E EVOLUÇÃO	215
4. O PROBLEMA DOS BANZOS	223
5. OS CARREGADORES E OS INTERESSES DOS CAPITAES-MORES	230
6. O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO PELOS CAPITAES-MORES	237
<i>Conclusão</i>	238

CAPÍTULO IV

RELAÇÕES DOS CAPITAES-MORES
COM AS AUTORIDADES TRADICIONAIS 241

1. OS PRESENTES DOS SOBAS. SUA PROIBIÇÃO	243
2. O TRABALHO FORÇADO E GRATUITO. CONDENAÇÃO DO ABUSO E SUA REGULARIZAÇÃO PELO REINO	245
3. ELEIÇÃO, UNDAMENTO E VASSALAGEM DOS SOBAS	252
4. A GUERRA PRETA E O SEU RECRUTAMENTO	256
5. AS GUERRAS NO SERTÃO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	261
<i>Conclusões</i>	273
GLOSSÁRIO	277
APÊNDICE DOCUMENTAL	283

SIGLAS E ABREVIATURAS

A. H. A. — Arquivo Histórico de Angola (Luanda)

A. H. C. M. L. — Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Luanda

A. H. U. — Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

A. T. T. — Arquivo da Torre do Tombo (Lisboa)

B. A. L. — Biblioteca da Ajuda (Lisboa)

Cf. — Compare, confira

Cód. — Códice

Cx. — Caixa

Ibid. — Ibidem

Id. — Idem

Lº — Livro

Ob. cit., — Obra citada

P. — Página

PP. — Páginas

Tom. — Tomo

Vid. — Vide

Vol. — Volume

PREFÁCIO

A escolha do tema da dissertação a apresentar ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina surgiu, pode dizer-se, por força das nossas atribuições, quer como encarregado do Arquivo Geral da Câmara Municipal de Luanda, em 1960, e da recuperação e organização do Arquivo Histórico da Edilidade, em 1961 (1), quer como funcionário do Arquivo Histórico de Angola, a partir de 1963.

Em ambas as instituições pudemos, com efeito, compulsar alguns documentos setecentistas em que era marcante o carácter abusivo dos capitães-mores, no governo dos presídios. Este facto, por sinal bem evidenciado na literatura da especialidade, sem embargo nada adiantar acerca da sua problemática, suscitou-nos o interesse e a curiosidade pela descoberta das causas que teriam motivado os epítetos pejorativos, quase sempre eivados de carga emocional, com que aquelas autoridades sertanejas foram mimoseadas pelos historiadores de Angola.

Na verdade, quem se debruçar sobre a historiografia angolana, não terá dificuldade em surpreender, a cada passo, referências pouco abonatórias ao comportamento dos capitães-mores. Todavia, afigura-se-nos que, por ausência de bases científicas, as críticas acerbas que lhes são dirigidas nem sempre correspondem inteiramente à verdade.

A fonte comumente utilizada para o julgamento sumário destas autoridades é D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Com efeito, ao sublinhar na sua correspondência para o Reino, que muitos dos males

(1) O Arquivo Histórico do Município de Luanda foi criado por despacho da presidência de 6 de Julho de 1961.

que afectavam a vida económica e social do sertão tinham a sua origem nos «provimentos precários» dos capitães-mores, não preveria, certamente, aquele ínclito governador que o seu depoimento iria servir de pretexto a muitos autores para catalogarem, intempestivamente, estes oficiais militares de abomináveis, de venais, de repulsivos até.

É curioso notar que nunca se alcançou, verdadeiramente, o significado do mecanismo daqueles provimentos, nem o móbil da actividade mercantilista das autoridades sertanejas, não obstante o múnus comercial lhes ter sido proibido por alvará de 29 de Agosto de 1720; mas nem por isso se deixou, por tais motivos, de atribuir aos capitães-mores a decadência e a ruína da província nesta centúria.

É facto que, em todo o nosso estudo, o vocábulo «abuso» aplicado aos capitães-mores, ganha extraordinária relevância. Mas, como se verá, abusos em larga escala praticaram-nos, afinal, no decurso do século XVIII, todas as autoridades, quer civis, quer militares, quer religiosas. De resto, nem isto pode causar estranheza, na medida em que o tráfico regista, neste século, os valores mais altos do seu historial. Este fenómeno, fruto dos condicionalismos da época, acompanhado da crise moral e espiritual que então grassava por todo o território veio, como é óbvio, a ter influências deletérias na estrutura duma sociedade predominantemente escravocrata, como era, por essa altura, a angolana.

É inegável, que os capitães-mores perpetraram, no exercício das suas funções, violências de lesa Majestade. Estes excessos, contudo, são inevitáveis. Dir-se-ia que são o preço das mudanças operadas no seio das sociedades tradicionais, quando postas em contacto com o elemento colonizador. Efectivamente, inspirados em novos processos de vida, defendendo princípios desconhecidos por povos de cultura fruste, animados por uma ideologia que não renegava o lucro, nem se compadecia com a quietude da vida tribal — só quebrada com as guerras intestinas que proporcionavam os escravos destinados ao tráfico — era natural que os portugueses e nomeadamente os capitães-mores concitassem contra si, no começo do nosso estabelecimento em Angola, a repulsa dos nativos. É que, os portugueses, se bem que imbuídos da doutrina do Cristianismo, não se eximiram de cometer os seus pecados. Aliás, nem podia ser de outra forma dado que, por esse tempo, tanto os portugueses como os estrangeiros, eram fortemente pressionados pelo poder económico.

Isto permite-nos compreender, e aceitar melhor, o processo de relação entre os capitães-mores e as autoridades tradicionais. Tais contac-

tos, decorrentes das múltiplas atribuições cometidas a estes funcionários foram, amiudadas vezes, assinalados por práticas em que era evidente a marca do arbitrio, responsável pelo clima de instabilidade por que passaram, durante muitos anos, as populações do interior. Entretanto, manda a verdade dizer que estes desvios, contrários à ética secularmente defendida pelos órgãos da administração central, nunca deixaram de ser condenados e decididamente reprimidos pela Coroa. De facto, como adiante se observará, o que realmente caracteriza a actuação dos capitães-mores, no século XVIII, é o antagonismo entre o legislativo e o executivo. Ao longo do nosso período de estudo não faltam, com efeito, resistências às directivas emanadas do Reino e do governo da província. Acontece que na base de toda a actividade destas autoridades estava o exercício do comércio. E este constituía, sem sombra de dúvida, fonte permanente de abusos que a Metrópole persistentemente coibia. Por isso, se a história de Angola (hoje mais do que nunca uma ciência em marcha) é, sob muitos aspectos, a história dos presídios e dos homens que os governavam, a história dos capitães-mores pode, por seu turno, ser consubstanciada, como se acha escrito, na luta entre o abuso e a sua repressão.

Em definitivo, a história dos capitães-mores compõe-se, humanamente, de grandezas e misérias. Todavia, apenas o lado negativo tem sido explorado em desfavor destas autoridades. Os aspectos positivos têm sido inexplicavelmente omitidos. No entanto, ninguém pode ignorar que, a ocupação e consolidação da soberania portuguesa em Angola, desde os tempos mais recuados, foi obra dos homens do sertão. E homens do sertão foram-no, indubitavelmente, os feirantes, os missionários e os capitães-mores que, a despeito de todos os seus erros, nos momentos decisivos, tiveram a grande virtude de saber ser heróis, regando com o seu sangue generoso a terra adusta de Angola, para que ela pudesse permanecer, pelo tempo fora, sempre e cada vez mais portuguesa.

Quer isto significar que, ao analisar-se a actuação dos capitães-mores, não se pode perder de vista o contexto da época. Só assim, cremos, é possível abarcar todo o universo do problema, definir os sinais do tempo, diagnosticar os seus males e extrair as necessárias ilações. Este foi, inquestionavelmente, o propósito que nos animou desde o começo das nossas pesquisas. Não sabemos, francamente, se atingimos tal desiderato. Resta-nos, porém, a consolação de o termos tentado.

O Senhor Professor Doutor Silva Rego, a quem devemos a honra de colaborarmos na publicação «Angolana», acolheu de bom grado, e com

visível satisfação, a perspectiva do nosso estudo. Daí, a razão de ser deste trabalho.

Posto isto, cumpre-nos agradecer profundamente reconhecidos ao ilustre Mestre, o valioso auxílio que desde a primeira hora nos dispensou. Nos momentos mais difíceis, quando o desânimo se apressava para nos vencer, foi-nos muito grato, com efeito, poder contar sempre com o estímulo dos seus incitamentos, com o apoio da sua preciosa colaboração, com o calor da sua amizade. Ao Instituto de Investigação Científica de Angola, na pessoa do seu digno Director, Professor Doutor Engenheiro Virgílio Cannas Martins, que generosamente tornou possível a nossa licenciatura, expressamos a nossa eterna gratidão. Ao Dr. Alberto Iria que, amavelmente, nos tem honrado com a sua amizade e distinguido com as maiores provas de simpatia e apreço, abrindo-nos incondicionalmente as portas do Arquivo Histórico Ultramarino, que tão proficientemente dirige, deixamos aqui consignado o nosso rendido agradecimento. Ao Senhor Alfredo Mendes de Gouveia, funcionário aposentado do Arquivo Histórico Ultramarino, a quem devemos a transcrição paleográfica de alguns dos documentos que figuram no Apêndice Documental, tributamos o nosso profundo reconhecimento. Aos funcionários diligentes e zelosos das bibliotecas e arquivos de que nos servimos, designadamente o Arquivo Histórico Ultramarino que, com a mais diversa finalidade frequentámos quase diariamente ao longo de todos estes anos de permanência em Lisboa, o Arquivo da Torre do Tombo, a Biblioteca da Ajuda, a Biblioteca Geral do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e a da Sociedade de Geografia de Lisboa, endereçamos o nosso mais comovido e significativo obrigado.

FONTES DOCUMENTAIS

1. Documentação Manuscrita

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO — LISBOA

Angola — Caixas

N.º	1	1602-1624
N.º	2	1625-1643
N.º	4	1652-1656
N.º	6	1664-1665
N.º	7	1666-1670
N.º	9	1671-1678
N.º	12	1695-1700
N.º	13	1701-1703
N.º	14	1703-1711
N.º	15	1712-1721
N.º	16	1722-1750
N.º	17	1726-1728
N.º	18	1729-1731
N.º	19	1732
N.º	20	1734-1736
N.º	21	1737-1739
N.º	22	1740-1743
N.º	23	1744-1746
N.º	24	1747-1749
N.º	25	1750-1753
N.º	26	1754-1756
N.º	27	1756-1759
N.º	28	1759-1761
N.º	29	1762-1763

N.º 30	1763-1765
N.º 31	1766-1768
N.º 32	1768-1770
N.º 33	1771-1773
N.º 34	1773
N.º 35	1773
N.º 36	1773-1777
N.º 37	1778-1779
N.º 38	1780-1783
N.º 39	1783-1784
N.º 40	1781-1788
N.º 41	1789-1791
N.º 42	1792-1793
N.º 43	1793-1794
N.º 44	1795-1797
N.º 45	1797-1798
N.º 46	1798-1799
N.º 47	1799
N.º 48	1798-1799
N.º 49	1800
N.º 50	1801
N.º 51	1801

Angola — Códices

N.º 400	1762
N.º 407	1769-1781
N.º 408	1759-1769
N.º 472	1757-1791
N.º 481	1778-1831
N.º 544	1676-1758
N.º 545	1673-1725
N.º 546	1725-1804
N.º 547	1750-1756
N.º 548	1706-1769
N.º 549	1779-1799
N.º 550	1799-1807
N.º 554	1672-1772

N.º 1253	1768-1771
N.º 1627	1790-1791
N.º 1628	1791-1792
N.º 1629	1790-1793
N.º 1630	1793
N.º 1631	1795
N.º 1632	1796-1797
N.º 1633	1790-1797

Consultas Mixtas

Código	19	L.º 7.º	1695-1704
Código	20	L.º 8.º	1704-1713
Código	21	L.º 9.º	1713-1722
Código	22	L.º 10.º	1722-1730
Código	23	L.º 11.º	1730-1740
Código	24	L.º 12.º	1740-1748
Código	25	L.º 13.º	1748-1754
Código	26	L.º 14.º	1754-1760
Código	27	L.º 15.º	1760-1799

Decretos

Código	1	L.º 2.º	1702-1737
Código	2	L.º 3.º	1737-1754
Código	3	L.º 4.º	1754-1771
Código	4	L.º 5.º	1771-1786
Código	5	L.º 6.º	1786-1799
Código	6	L.º 7.º	1799-1802

2. Documentação Impressa

- Angolana (Documentação sobre Angola)*, 2 vols. 1783-1887, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1968-1971.
- Arquivos de Angola*, 1.^a série, Luanda, Repartição Central de Estatística Geral, 1933-1939.
- Arquivos de Angola*, 2.^a série, Luanda, Museu de Angola, 1943-1950.
- Arquivos das Colónias*, vol. 3, Lisboa, Ministério das Colónias, 1918.
- Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga*, 2 vols., 1446-1834, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.
- Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Novíssima*, 2 vols., 1446-1856, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1885, 1886.
- Colecção da Legislação Colonial da República Portuguesa*, Coimbra, Imprensa Nacional, 1918.
- Colecção das Leys, Decretos e Alvarás de D. José I*, Lisboa, 1775.
- Dicionário de História de Portugal*, 3 vols., Lisboa.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.
- História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 3 vols., Lisboa, Editorial Ática, 1937-1940.
- Ordenações e Leis de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1833.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AMARAL, Ilídio do — *Luanda (Estudo de Geografia Urbana)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1968.
- ANDRADE, A. Banha de — *Normas e Reformas da Administração Pública de Angola* (No prelo).
- ARAGÃO, Baltasar Rebelo de — *Terras e Minas Africanas* (1593-1631), Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.
- ASSIS JÚNIOR, António de — *Dicionário de Kimbundu-Português*, Luanda.
- BOXER, Charles R. — *Portuguese Society in the Tropics (1510-1800)*, The University of Wisconsin Press, 1965.
- BRÁSIO, António — *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental* (1471-1646), 9 vols., Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1952-1960.
- CADORNEGA, António de Oliveira de — *História Geral das Guerras Angolanas*, 3 vols., Lisboa, Agência-Geral das Colónias, 1942.
- CAETANO, Marcello — *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, 3.^a ed., Lisboa, Edições Ática, 1965.
- *As reformas pombalinas e post-pombalinas respeitantes ao Ultramar*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 3, Lisboa, Editorial Ática, 1940.
- CAPELO, H.; IVENS, R. — *De Benguela às terras de Iáca*, Lisboa, 1881.
- CARDOSO, Manuel da Costa Lobo — *Subsídios para a história de Luanda*, Luanda, Museu de Angola, 1954.
- CARVALHO, Augusto da Silva — *Decadência motivada pelo enfraquecimento demográfico, crises financeira e económica e desmoralização. Seus efeitos nas colónias*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 3, Lisboa, Editorial Ática, 1940.
- CASTELBRANCO, Francisco — *História de Angola — Desde o Descobrimento até à Implantação da República (1482-1910)*, Luanda, 1932.

- CASTELLO BRANCO, Garcia Mendes — *Da Mina ao Cabo Negro (1574-1620)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.
- CASTRO, Josué — *Significado do Fenómeno Económico Brasileiro*, in «Brasil na Encruzilhada», Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970.
- COIMBRA, Carlos Dias — *Livros de «Ofícios para o Reino» (1726-1801)*, Luanda, Arquivo Histórico de Angola, 1959.
- CORRÊA, Elias Alexandre da Silva — *História de Angola*, 2 vols., Lisboa, 1937.
- CORTESÃO, Jaime — *Os Portugueses em África*, Lisboa, Portugalia Editora, 1968.
- CORVO, João de Andrade — *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, vol. 1, Lisboa, 1883.
- CRUZ, Celme Coelho da — *O Tráfico Negreiro da Costa de Angola. Subsídios para a sua história (1580-1640)*, mimeografado, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1966.
- CRUZ, José Ribeiro da — *Resumo da História de Angola*, Lisboa, 1940.
- CUNHA, Manuel Alves da — *Anais do Município*, in «O Município de Loanda», Luanda, Câmara Municipal, 1918.
- *Angola — Traços gerais sobre a sua ocupação e colonização (Resumo histórico de 1482 a 1921)*, in «Revista Médica de Angola — Número especial do 1.º Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental», vol. 1, Lisboa, 1923.
- DELGADO, Ralph — *Factores do Atrofiamento Económico e Financeiro de Angola, Relativos aos Primeiros 182 Anos de Exploração do Território*. «Actividade Económica de Angola — Revista de Estudos Económicos, Propaganda e Informação», n.º 33, Luanda, Imprensa Nacional, 1953.
- *A famosa e histórica Benguela — Catálogo dos Governadores (1779-1940)*, Lisboa, 1940.
- *História de Angola (Terceiro período, 1648 a 1836)*, vol. 4, Lobito, Livraria Magalhães, 1955.
- *O Reino de Benguela (Do descobrimento à criação do governo subalterno)*, Lisboa, 1945.
- DIAS, Gastão de Sousa — *Os Portugueses em Angola*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1959.
- EÇA, Vicente Almeida de — *Normas Económicas da Colonização Portuguesa até 1808*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.
- ESTEVES, Maria Luísa de Oliveira — *A Economia de Angola no período da Restauração*, mimeografado, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1956.

- FAJARDO, António Bezerra, et al. — *Produções, Comércio e Governo do Congo e Angola (1620-1629)*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1881.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque — *Angola — Apontamentos sobre a Colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.
- *Angola Apontamentos sobre a Ocupação e Início do Estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.
- FERREIRA, Eugénio — *Feiras e Presídios*, Luanda, 1958.
- GAMA, António de Saldanha da — *Memoria sobre as colonias de Portugal situadas na Costa Ocidental d'África, mandada ao Governo pelo antigo Governador e Capitão General do Reino de Angola em 1814*, Lisboa, 1839.
- LAVRADIO, Marquês do — *Portugal em África depois de 1851*, Lisboa, Agência-Geral das Colónias, 1936.
- LEMOS, Alberto de — *História de Angola*, vol. 1, 1486-1684, 1932.
- *Nótulas Históricas*, Luanda, Imprensa Nacional, 1969.
- LIMA, José Joaquim Lopes de — *Ensaio sobre a Statistica d'Angola e Benguela e suas dependencias na Costa Occidental d'Africa ao Sul do Equador*, Livro 3 dos *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas na Africa Occidental e Oriental; na Asia Occidental; na China e na Oceania*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846.
- LOBATO, Alexandre — *A Política Ultramarina Portuguesa no século XVIII*, «Ultramar», n.º 30, Lisboa, 1967.
- LOPO, Júlio de Castro — *Governadores-Gerais e outras entidades de função governativa da Província de Angola (1575-1970)*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1970.
- MARTINS, Oliveira — *O Brasil e as Colónias Portuguezas*, Lisboa, Guimarães & C.ª, 1953.
- MATOS, Luís de — *História da Expansão da Cultura Portuguesa no Mundo*, mimeografado, Lisboa, Associação Académica do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1970.
- MATOS, Raimundo José da Cunha — *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963.
- MATTA, J. D. Cordeiro da — *Ensaio de Diccionario Kimbúndu-Portuguez*, Lisboa, 1893.
- MELO, D. Miguel António de — *Angola no começo do século*. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 5, n.º 9, Lisboa, 1885.

- *Angola no fim do século XVIII*. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», Lisboa, 1886.
- NOGUEIRA, Jofre Amaral — *Perspectiva Histórica e Aspectos Actuais do Povoamento Europeu de Angola*, in «I Congresso dos Economistas Portugueses», Lisboa, 1955.
- POMBO, Manuel Ruela — *Angola-Antiga (1630-1635)*, Lisboa, 1945.
- *Diogo Cão*, Luanda, 1936.
- PYRARD DE LAVAL, Francisco — *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, vol. 2, Porto, Livraria Civilização, 1944.
- REDINHA, José — *Origem e generalização do nome «Angola»*. «Ultramar», vol. 5, n.º 15, 1964.
- REGO, A. da Silva — *O consciente e o inconsciente na colonização portuguesa*, Benguela, Governo do Distrito, 1965.
- *A Cor — Barreira, Argumento e Arma*, Figueira da Foz, 1961.
- *A Dupla Restauração de Angola (1641-1648)*, Lisboa, Agência-Geral das Colónias, 1948.
- *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1833)*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970.
- *O Ultramar Português no Século XIX (1834-1910)*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1969.
- SANTA-RITA, José Gonçalo — *O governo central e o governo local*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 2, Lisboa, Editorial Ática, 1939.
- SANTOS, Eduardo dos — *Religiões de Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1969.
- SANTOS, Martins dos — *A história de Angola através dos seus personagens principais*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1967.
- SILVA, António de Moraes — *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, 1954.
- SOUSA, L. Rebelo de — *Moedas de Angola*, Luanda, 1966.
- TORRES, J. C. Cardozo de Castelbranco e — *Memorias contendo a biographia do vice Almirante Luiz da Motta Feo e Torres, A História dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola desde 1575 até 1825, e a Descrição Geographica e Politica dos Reinos de Angola e de Benguela*, Paris, 1825.

CAPÍTULO I

O PROVIMENTO
DOS CAPITÃES-MORES

CAPÍTULO I

O PROVIMENTO DOS CAPITÃES-MORES

1. A POLÍTICA DO REINO EM MATÉRIA DE NOMEAÇÕES

1.1. *Generalidades*

A problemática dos provimentos do Reino relativamente aos seus territórios ultramarinos é um dos aspectos mais importantes da política ultramarina. Assim, analisando-se no decurso do tempo algumas das medidas mais significativas neste domínio, poder-se-á melhor compreender toda a linha de rumo que norteou o pensamento da Coroa, sobre as suas possessões. Entretanto, deve dizer-se, sobretudo no que respeita à província de Angola, que esta política nunca foi rigorosamente definida. As nomeações ressentem-se, por isso, de empirismo. Aliás, outra coisa não seria de esperar. Os territórios ficavam distantes da Metrópole, as comunicações eram difíceis e demoradas e os particularismos de cada um deles impediam uma uniformidade de critérios e de acção. De facto, a máquina administrativa transplantada do Reino para os trópicos não podia obedecer a esquemas rígidos, inflexíveis. Para o Ultramar não se copiou, portanto, servilmente, a legislação metropolitana. Recebeu-a, sim, mas adaptou-a às realidades locais. Daí o sistema administrativo apresentar várias fórmulas, de acordo com a latitude e as potencialidades económicas e demográficas dos domínios.

No aspecto da colonização isto é por demais evidente. Na realidade, a administração portuguesa no Ultramar, conheceu, segundo José Gonçalo Santa-Rita (1), a diversidade de tipos discriminados pela moderna ciência da colonização. Mas, se o sistema administrativo metropolitano forneceu o modelo das instituições a estabelecer nas províncias ultrama-

(1) SANTA-RITA, José Gonçalo — *O governo central e o governo local*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 2, pp. 73-78.

rinhas, tal modelo esteve longe, porém, de ser indiscriminadamente aplicado a todos os territórios. Pelo contrário, ter-se-ia modificado e enriquecido com a experiência proveniente da vida local.

O Professor Marcello Caetano, afina pelo mesmo diapasão quando afirma: «Engana-se quem julgar que na legislação, no governo e na administração dos nossos domínios se pôs em prática, ordenada e deliberadamente, determinado sistema, concebido primeiro pela razão dos homens de Estado. Vivemos a nossa experiência, fomos adaptando às emergências, inventando fórmulas que satisfizessem necessidades prementes e, assim, construímos empiricamente uma política colonial. Pombal é talvez o primeiro estadista português moderno que busca pôr em prática um plano» (2).

Da análise dos textos legais verifica-se, igualmente, a tendência da Coroa em se adaptar aos condicionalismos locais. De resto, de nada temos que nos envergonhar. A adaptação foi sempre um dos grandes méritos da nossa colonização, um dos fundamentos da nossa história ultramarina. No entanto, emergem, da sua leitura, princípios que definem uma preocupação constante: a do bem-comum dos povos.

Da maior importância era, consequentemente, a nomeação do chefe da província. Da sua boa ou má administração dependiam, com efeito, os interesses económicos da Metrópole, o progresso do território e o bem-estar de todos os que nele residiam. Contudo e, particularmente, a partir da segunda metade do século XVII em que, por condições especialíssimas de tudo se subordinar ao desenvolvimento do Brasil, Angola se torna como que colónia brasileira, parece não ter havido, por parte do governo central, o cuidado necessário com a escolha do primeiro magistrado da província. Na verdade, raros foram os governadores que cumpriram bem. Muitos foram, por isso, os reparos e as advertências da Corte aos seus desvios e excessos. Não admira, portanto que, ao findar o século XVIII, o ouvidor-geral, Joaquim Manuel Garcia de Castro Barbosa, em 19 de Dezembro de 1782, pudesse afirmar que a felicidade dos povos afastados da Mãe-Pátria dependia da autoridade que os governava, sobretudo numa época em que o mundo propendia para a ambição e despotismo. Contudo, por deficiente escolha dos governadores, a distância dos recursos ao Soberano e a demora das providências que as faziam inúteis, levavam

(2) CAETANO, Marcello — *As reformas pombalinas e post-pombalinas respeitantes ao Ultramar*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 3, pp. 251-260.

estas autoridades a esquecerem-se da sua origem e dos seus deveres na sociedade; «assim o lamenta esta conquista que (como braços tão distantes da sua cabeça) padece regularmente a descrição e arbítrio dos vícios e das máximas dos que a governam» (3).

Embora haja algum exagero nestas afirmações, não há dúvida que, em grande parte, as coisas assim se passavam na governação de Angola. E, como era inevitável, todos os abusos voluntária ou involuntariamente praticados pelos governadores se reflectiam nos povos que, frequentemente, se queixavam ao Rei, quer através dos seus procuradores em Lisboa, quer do Senado (4) da Câmara de Luanda, contra as suas prepotências. A Metrópole quando tomava conhecimento destes desmandos normalmente reagia servindo-se do aparelho legislativo mas, infelizmente, nem sempre tais excessos eram conhecidos, em toda a sua dimensão, pelo Reino. De facto, amiudadas vezes, contrariando o espírito e a letra dos seus regimentos, os governadores ocultavam ao Soberano o que não convinha que na Metrópole se soubesse. Disto mesmo se lamentava Martinho de Melo e Castro, quando em 7 de Agosto de 1791 escrevia ao governador Manuel de Almeida e Vasconcelos acerca do seu antecessor, o barão de Mogâmedes, referindo «o pernicioso, e inveterado abuso muito uzual em Angola, de se dar conta a esta Corte, não daquilo de que deve ser informada, mas daquilo tão somente que lá convem que aqui se saiba» (5).

Acontecia, por outro lado, surgirem, no decurso dos seus mandatos, controvérsias ou desinteligências com o governo central. Estes incidentes ocorridos especialmente no século XVIII, nasciam, muitas vezes, da falta de cumprimento dos governadores às determinações do Conselho Ultramarino, distinguindo, por conseguinte, as ordens deste órgão consultivo das do Monarca. Ora, como a vontade do Conselho era a vontade do Rei, temos de concluir que os governadores chegavam a desrespeitar a própria Coroa. Assim o entendeu também o Conselho Ultramarino, pois em 13 de Janeiro de 1735 fez presente a Sua Majestade o abuso, pedindo para ele as maiores repreensões e o mais digno castigo (6).

(3) A. H. U. — *Angola* — Cx. 38 — 1780-1783.

(4) A designação de *Senado da Câmara* vigorou até 1834. Por decreto de 9 de Janeiro deste ano, passou a chamar-se *Câmara Municipal*, integrando-se, assim, nos moldes constitucionais.

(5) *Angolana (Documentação sobre Angola)*, vol. I, 1783-1883, p. 31.

(6) A. H. U. — *Consultas Mixtas* — Cód. 23, L.º 11 — 1730-1740.

É que em Lisboa faziam-se as nomeações e redigiam-se os regimentos (7), conjunto de normas administrativas, que os governadores, ao partirem para Angola, tinham de respeitar. Nestes regulamentos e instruções, estavam contidos os princípios orientadores de toda a sua actividade. Deles não podia a primeira magistratura da província afastar-se, sob pena de os trair. Este sistema, que vinha já do domínio Filipino, foi depois aperfeiçoado pelo Conselho Ultramarino, de acordo com as exigências dos tempos. A esfera de acção dos governadores circunscrevia-se, portanto, em larga medida, aos seus regimentos, verdadeiros instrumentos de trabalho, guia permanente de todos os seus actos públicos. Por isso, quem ia para o Ultramar, e, neste caso, para Angola, levava bem traçado o seu programa de governo (8).

Deixava-se, apenas, à inteligência e bom senso dos responsáveis pelos negócios públicos da província, a resolução dos casos não previstos nos seus regimentos. Em todo o caso não se podiam desviar do espírito que presidira à sua redacção, isto é, tinham de ter sempre bem presente o princípio de justiça, o respeito pelos povos, o bem-comum de todos os vassallos de Sua Majestade, a defesa do Cristianismo. Mas, uma coisa são os princípios e outra os factos. Não raro os governadores descobriam dificuldades no cumprimento das disposições superiores; umas vezes estas dificuldades tinham razão de ser; outras, porém, resultavam somente de que as determinações do Reino contrariavam os seus interesses pessoais ou dos seus protegidos (9).

Para obstar a tais inconvenientes, o Reino recorreu ao sistema das *residências* — prática seguida desde os primórdios da nossa expansão ultramarina —, segundo o qual as autoridades da província ao deixarem os seus cargos eram sindicadas. Este mecanismo visava a protecção das populações e era, por conseguinte, uma segura garantia contra os abusos

(7) Segundo refere José Matias Delgado, em nota ao tom. 2 da *História Geral das Guerras Angolanas*, de Cadornega, o regimento mais antigo de Angola teria sido passado ao governador Luís Mendes de Vasconcelos, em 3-9-1616. Entretanto, investigações mais recentes revelam a existência de um outro regimento mais antigo. Trata-se, com efeito, do de D. Manuel Pereira Forjaz, de 26-3-1607.

(8) Cf. POMBO, Manuel Ruela — *Diogo Cão*, p. 249.

(9) EÇA, Vicente Almeida de — *Normas Económicas da Colonização Portuguesa até 1808*, pp. 105-106.

Em consulta do Conselho Ultramarino, de 7-7-1670, confirma-se o facto: «(...) pois os governadores costumão guardarem as ordens que achão a seu favor, e não darem comprimento a outras, tanto em prejuizo do serviço de V. A., conseruação das conquistas e quietação de seus vassallos, que ha tanto tempo que padessem esta confusão». (A. H. U. — Angola — Cx. 7 — 1666-1670).

e irregularidades dos governadores que tinham de se conter nos limites da sua jurisdição. A sua inculpabilidade na *residência* era condição *sine qua non* para continuar no serviço real.

1. 2. *Evolução das normas legislativas*

Posto isto, vejamos agora algumas medidas legislativas do processo evolutivo da política dos provimentos, com referência a Angola.

Nas ordenações Filipinas declarava-se já, com efeito, que todas as nomeações assentavam na prévia confiança do Rei nos seus súbditos. Mas logo perdida esta confiança por virtude do mau desempenho das funções que lhes fossem cometidas, podia o Soberano dá-las por findas e fazer mercê dos seus ofícios a outrem, sem que, para tanto, tivesse de dar pelo facto qualquer explicação (10).

Todavia, como é lógico, esta legislação tinha em vista, sobretudo, a figura do governador, que no Ultramar representava directamente a Coroa. Assim, logo no capítulo 35 do regimento de Rodrigo de Miranda Henriques (1652-1653), dava-se alçada ao primeiro magistrado da província para prover as serventias de todos os cargos que vagassem da mesma maneira como o tinham feito os seus antecessores, salvo os que fossem da exclusiva autoridade do Soberano. As nomeações da jurisdição do governador tinham, porém, de ser confirmadas pela Corte, sem cuja confirmação não teriam qualquer validade. Por isso, o chefe da província submetia, oportunamente, a lista dos providos à sanção régia, a partir da qual terminava o seu regime de interinidade, dando lugar à posse efectiva dos seus cargos até o termo dos mandatos. Entretanto, tratando-se de postos militares, as patentes assinadas pelo governador careciam igualmente de confirmação régia, mas o seu pedido cabia aos providos. Como, porém, as patentes não estipulavam prazo para o fazer nem cominavam penas quando o não faziam acontecia, frequentemente, os nomeados requererem as confirmações passados 20 anos após a sua data. Dependendo tais confirmações dos merecimentos dos providos facilmente se adivinham os inconvenientes que esta anarquia trazia à Corte. Tão mau costume persistiu em todo o século XVIII, mas por ordem régia de 28 de Maio de 1795 ao governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, D. Maria I, por resolução de 24 de Abril deste ano, determinou que nas patentes que houvessem de passar-se dos postos vagos se declarasse a obrigatoriedade dos providos as mandarem confirmar na Corte fixando-lhes, para tanto,

(10) *Ordenações e Leis de Portugal*, tomo 1, pp. 435-436.

o prazo de um ano para os das capitánias situadas nos portos de mar e dois anos para as do interior; a inobservância desta disposição implicava, para os infractores, a baixa de posto (11).

Contudo, à medida que se avança no tempo, esta matéria é cada vez mais objecto de preocupações e cautelas da Metrópole que, a todo o transe, procura disciplinar este sector da administração pública de Angola, com vista a evitar que os governadores se desviem do caminho da justiça e entrem no campo do arbítrio. Efectivamente, por carta régia de 9 de Dezembro de 1664, para o governador André Vidal de Negreiros, o Sobe-rano proíbe-lhes o provimento dos officios da Justiça e da Fazenda em seus criados. No governo de Tristão da Cunha o capítulo 7 do seu regi-mento, de 10 de Abril de 1666, opõe-se à acumulação de funções (12), preceituando que nenhuma autoridade possa vencer mais que um soldo, embora lhe assista o direito de escolher, entre os cargos que servir, o de maior remuneração. Com Aires de Saldanha de Meneses, cujo regimento de 12 de Fevereiro de 1676, se mantém em grande parte em vigor até fins do século XVIII, vai-se mais longe no domínio da jurisdição atribuída aos governadores. No capítulo 34 determina-se, com efeito, a incompe-tência do chefe da província de criar officios novos, bem como a proibição de, aos seus criados, acrescentar o ordenado ou soldo, sob pena de os pagar de sua própria fazenda. No capítulo 44 prevendo-se qualquer forma de impedimento nos mesmos officios, quer do foro da Justiça, quer da Fazenda ou da Guerra, autoriza-se o governador a prover as suas vacân-cias, se bem que sujeitas a confirmação régia e, com a condição de o fazer em pessoas beneméritas ao serviço de Sua Majestade, guardando-se sem-

(11) A. H. U. — *Angola* — Cód. 1633.

(12) Acerca deste costume, que vinha já dos primórdios do nosso estabelecimento, e da tendência dos governadores para proverem cargos públicos em seus criados, vejamos o que nos diz o governador Fernão de Sousa, em carta para o Reino, de 15-8-1624: «Também me parece deue V. Magestade desunir alguns officios que aquy andão juntos porque terá V. Magestade mais p^a prouer, e cō que satisfazer os serui-ços desta Conquista, porque andão alguns juntos que não pode servir hu só official porque no tempo em que V. Magestade os uniu era esta pouoação muito pequena e as contas de pouca ymportancia, mas de prezente são muitas e de substancia porque o officio de escriuão da Correição e o da Camara e da Almotassaria se derão juntos a Bernardo Soares sendo ymcompatiueis, não somente porque a hu mesmo tempo se seruem todos, mas porque da Almotassaria se appela para a Camara e da Camara para o Ouvidor e não pode hu só escriuão escrever então differentes autos e juízos. Os gover-nadores costumavão prover os officios da Camara e da Fazenda em seus criados, eu o não fiz porque me parece que se deue prouer estes officios em moradores da terra principalmente o da Camara e que seja cazado per alguns respeitos e pera que liure-mente vote e escreuão a V. Magestade se pejo de estar prezente criado do governa-dor». (B. A. — Cód. 51-IX-20).

pre, no entanto, as provisões de 13 de Novembro de 1651 e 2 de Outu-bro de 1664 que mandam sejam providos também os naturais de Angola, segundo os seus méritos (13).

A provisão de Outubro de 1664 foi passada pelo Reino em reconhe-cimento dos serviços prestados pelos moradores de Angola nas guerras da conquista, pelos sacrifícios padecidos durante a dominação holandesa e, finalmente, pela acção decisiva na guerra da Restauração. Neste diplo-ma declarava-se que os moradores seriam providos nos postos da milícia e nos officios da Justiça e da Fazenda, vagos, ou que viessem a vagar. Acontece porém, que, por um lado, para a maioria destas vagas, se nomea-vam naturais e residentes na Metrópole que, assim, partiam para a pro-víncia investidos em funções pertencentes, por lei, aos angolanos; por outro, o governador com manifesto desrespeito pelas ordens régias, pre-miava os seus criados com estes postos e cargos. O Senado da Câmara de Luanda, em 26 de Abril de 1702, reagiu contra tais injustiças; mas o Reino, por carta régia de 3 de Maio de 1703, determinou imediatamente ao governador o exacto cumprimento daquela disposição (14).

A Câmara de Luanda, porém, em 6 de Maio de 1744, chama de novo a atenção do poder central para a inobservância da provisão, pois «contra a sua forma vem nos ditos officios providos dessa Corte pessoas que nunca foram domiciliarias deste Reyno havendo nelle muitas beneme-ritas e idoneas para semelhantes occupaçoens, por parte dos mesmos mora-dores, recorremos a V. Magestade pedindo-lhe que seja servido confir-mar-lhes a dita mercê attendendo à identidade dos merecimentos entre os actuaes e os primeiros a quem foi concedida, e haver por bem ordenar aos governadores e capitaens gerais que pelo que lhes toca dêem inteiro cumprimento ao disposto na referida Provisão, para que assim possa sortir o seu devido efeito».

Confirmando-se com os pareceres do provedor da Fazenda e do procurador da Coroa, o Conselho Ultramarino dá como justa, em 11 de Dezembro de 1714, a representação da Edilidade luandense (15).

Não obstante a boa vontade manifestada pela Coroa, a resolução do problema, não era, contudo, fácil. Pelo contrário, revestia-se de enorme dificuldade conciliar o cumprimento da provisão, com as necessidades

(13) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 1. n.º 5.

(14) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

(15) A. H. U. — *Angola* — Cx. 23 — 1744-1746.

prementes da província de recursos humanos. Angola era o tûmulo do homem branco. Debatia-se, por isso, com grande falta de gente proveniente da Metrópole. Os apelos dos governadores, neste sentido, são constantes: pedem gente, muita gente. Já não importava a sua qualidade, todos seriam bem vindos a uma terra exausta de moradores. Daí a preocupação do Reino em interessar seus filhos por aquela conquista. Na verdade, ao dar-lhes alguns dos postos e officios que lá fossem vagando asseguraria, deste modo, a presença de mais uns tantos portugueses, de que Angola tanto carecia. Compreende-se, assim, a tomada de posição do governo central e aceita-se, sem reboço, o facto de nem sempre ter podido observar as suas próprias leis.

É dentro desta linha de orientação que temos de encarar o decreto de 16 de Setembro de 1799, acerca dos provimentos dos postos militares no Ultramar. Por este diploma determina-se, efectivamente, que tais postos seriam conferidos indistintamente a officiais domiciliados em qualquer dos domínios ultramarinos, salvaguardando-se, porém, os interesses dos naturais do lugar do acantonamento da tropa; proibía-se, aos officiais e soldados do Reino, a concessão de postos para o Ultramar, salvo em casos reputados de força maior; e ordenava-se que todos os militares em serviço fora da Metrópole, fossem impedidos de regressar ao Reino, enquanto não obtivessem o posto de coronel, e impossibilitados de pretenderem mais do que o posto de acesso, excepto os de Angola, Moçambique e Estado da Índia, que podiam ir além do que dispunha o decreto (16).

Ainda com referência ao regimento de Aires de Saldanha de Meneses, deve dizer-se, entretanto, que o espírito que informou os dois capítulos não é inteiramente novo. Dum modo geral, ele achava-se já implícito no alvará de 3 de Dezembro de 1621, extensivo a todo o Ultramar, no qual, reconhecendo-se que os governadores, no domínio da política de nomeações, interpretavam os seus regimentos de acordo com as conveniências dos seus apaniguados, foi conferido, aos moradores, o direito de procederem judicialmente contra a primeira autoridade da província, sempre que da sua actuação resultasse dano para eles (17).

(16) *Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga*, vol. 2, 1759 a 1834, pp. 258-259.

(17) *Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga*, vol. 1, 1446 a 1754, pp. 217-218.

1. 3. *Legislação e seu cumprimento*

Apesar de todos os esforços da Coroa na moralização dos costumes dos governadores, estes continuaram, pelo tempo fora, a fazer a sua política no sentido pejorativo do termo, desviando-se, por consequência, amiudadas vezes, da linha de rumo traçada pela Metrópole.

Este facto ganha extraordinária relevância no domínio das atribuições cometidas ao primeiro magistrado da província, relativamente ao provimento de cargos públicos. Com efeito, ainda que os seus regimentos lhes proibissem, terminantemente, a criação de officios novos, a verdade é que a maioria dos governadores, movidos por alguma conveniência, não deixaram de os criar agravando, por esta forma, escusadamente, a periclitante situação da Fazenda Real. Isto mesmo no-lo diz o Conselho Ultramarino, em consultas de 9 de Junho de 1664 e 11 de Agosto deste ano, ao propor ao Soberano que esta proibição seja declarada em alvará, para que os governadores, de futuro, assim a entendam (18).

Por aviso do secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, de 22 de Novembro de 1734, o Conselho Ultramarino toma conhecimento, em 14 de Dezembro deste ano, do abuso praticado em Minas Gerais pelos governadores e outras autoridades, de assentarem praça de soldados aos seus criados, apenas com o objectivo de receberem soldos, preferindo-se, deste modo, pessoal doméstico a militares adestrados no manejo das armas. Chamando a atenção do Rei para tal exorbitância, o Conselho pediu as medidas mais enérgicas, sugerindo, ao mesmo tempo, que às autoridades superiores que de futuro incorressem na infracção, se lhes desse em culpa nas suas *residências*, e aos criados se lhes não abonasse o tempo de serviço prestado como soldados, e se lhes fizesse repor os soldos que, nesta situação, tivessem recebido. Por despacho régio de 13 de Janeiro de 1735, foi o abuso condenado e a sua prática proibida mais uma vez em todo o Ultramar (19).

Ao findar o século XVIII, pôde ainda a Corte denunciar abusos semelhantes em Angola. Por carta de 8 de Fevereiro de 1784, para o governador barão de Moçamedes, Martinho de Melo e Castro escrevia: «Pela relação inclusa de algumas Patentes, que subiram à Real Assinatura, e ficaram supprimidas nesta Secretaria de Estado, verá V. S.^a pelo que pertence as tres primeiras das ditas Patentes, que em Angola se

(18) A. H. U. — *Angola* — Cx. 6 — 1664-1665.

(19) A. H. U. — *Consultas Mixtas* — Cód. 23, L.^o 11 — 1730-1740.

conservação alguns Postos, que parecem inventados mais para accomodar Afilhados, do que para o serviço de Sua Magestade. Nesta intelligência ordena a mesma Senhora que V. S.^a examine com todo o cuidado, se allem dos referidos Postos, ha outros igualmente inúteis, e que não sirvam de nenhuma outra couza mais, que augmentar a despesa da Fazenda Real» (20).

E não era por falta de legislação adequada da Metrópole que estes abusos se cometiam na governação de Angola. Como se verifica, o governo central condenava, sempre que podia, os erros dos responsáveis pela administração da província. Mas os males eram de raiz: estavam na própria escolha dos governadores, a cujas qualidades nem sempre se atendia. De facto, as suas «nomeações obedeciam a influências na Côrte, recaíam muitas vezes em indivíduos cujas finanças necessitavam ser melhoradas, e que, naturalmente, procuravam durante os 3 anos de govêrno auferir o maior lucro possível» (21).

Assim, «como o critério da sua selecção era êste e não a competência e honestidade, não era caso raro que a sua administração ficasse célebre pelos erros e faltas cometidas e consentidas» (22).

Todavia, temos também de reconhecer que nem sempre esta escolha era fácil. Angola, durante muito tempo, não despertou interesse aos portugueses do Reino. Eles queriam partir, sim, mas para a Índia, primeiro, e para o Brasil, depois. Por isso, algumas vezes sucedeu porem-se editais na Metrópole para opposição ao lugar de governador de Angola e não aparecer um sequer concorrente. Esta foi a causa porque João Jaques de Magalhães governou a província de 1738 a 1748, apesar das suas doenças e da sua «melancolia». É que em 20 de Outubro de 1742, ao submeter à presença do Soberano a carta deste governador, de 8 de Janeiro de 1740, o Conselho Ultramarino fazia sentir a necessidade de se lhe enviar sucessor, mas fazia também presente a Sua Majestade que havendo há tempos posto editais para o provimento do dito governo ninguém se havia candidatado ao lugar (23).

Legislação ia portanto havendo, o que faltava era quem a cumprisse como devia. Na verdade, por carta régia de 20 de Outubro de 1744,

(20) A. H. U. — Angola — Cód. 549.

(21) LAVRADIO, Marquês do — *Portugal em Africa depois de 1851*, pp. 31-32.

(22) CARVALHO, Augusto da Silva — *Decadência motivada pelo enfraquecimento demográfico, crises financeira e económica e desmoralização. Seus efeitos nas Colónias*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 3, p. 93.

(23) A. H. U. — Angola — Cx. 22 — 1740-1743

era informado aquele governador da obrigatoriedade de incluir por cópia, nas patentes que passasse dos provimentos de cargos e postos militares, sujeitos à confirmação da Coroa, o parágrafo do seu regimento ou das ordens que lhe facultassem tal poder (24). Em 3 de Novembro de 1744, foi disto dado conhecimento ao provedor da Fazenda ordenando-lhe terminantemente que não desse cumprimento às ordens de João Jaques de Magalhães que contrariassem a forma prescrita. Em 25 de Maio de 1746 dava o provedor conta ao Rei, do chefe da província basear os seus provimentos no capítulo 9 do seu regimento, quando este lhe proibia fazê-lo em oficiais superiores do exército. Sobre a dúvida do provedor, despachou o Conselho Ultramarino que a sua observação não era, efectivamente, mal fundada, visto não se acharem expressos no referido capítulo postos superiores ao de capitão. Todavia, como a intenção do mesmo regimento era a de dar faculdade ao governador para prover os postos necessários ao governo e disciplina das ordenanças, no acto da confirmação das patentes se havia, segundo o Conselho, de averiguar a legalidade e legitimidade dos provimentos (25).

Só com D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, intérprete fiel das novas ideias pombalinas, é que o governo central, em reconhecimento do seu notável governo, concede uma mais larga jurisdição neste domínio. A carta régia de 28 de Abril de 1767 vem, no fundo, ao encontro da necessidade de uma descentralização de poderes. De facto, procurando-se obstar aos inconvenientes traduzidos em despesas e demoras, que para a população militar da província resultavam do envio à Corte dos seus requerimentos para opposição a postos superiores do exército, o Soberano, em atenção aos méritos evidenciados por Sousa Coutinho ao leme da administração de Angola, concedeu-lhe, com efeito, alçada para deferir os pedidos de reforma dos oficiais do Regimento, quando depois de muitos anos de bons serviços se achassem fisicamente incapacitados para prosseguirem nas suas funções; para dar baixa de postos aos oficiais que, pelas suas más condutas, se tornassem indignos do serviço régio; e para prover todos os postos que vagassem na guarnição militar até capitão, inclusivé (26), cujas patentes seriam, no entanto, remetidas ao Reino para confirmação, sem prejuizo, porém, para os providos, uma vez os

(24) A. H. U. — Angola — Cx. 23 — 1744-1746.

(25) A. H. U. — Angola — Cx. 24 — 1747-1749.

(26) Por esta altura, isto é, em 26 de Março de 1766, é concedida por decreto, ao vice-rei do Brasil, conde da Cunha, a faculdade para prover todos os postos até tenente-coronel, inclusivé. (A. H. U. — *Decretos* — Cód. 408 — 1759-1769).

seus direitos, em tempo de serviço e vencimentos, ficarem assegurados a partir da data das patentes assinadas pelo governador (27).

Em cumprimento destas ordens, Sousa Coutinho procedeu à reforma das forças que compunham a defesa de Angola. Em carta escrita a Francisco Xavier de Mendonça Corte Real, em 20 de Fevereiro de 1768, dizia com grande satisfação e humildade: «(...) e só destingui mais com hum praga de soldado ao alferes Lourenço Borges, porque sendo hum probrissimo mulato, havia feito os mais distinctos e qualificados serviços que outro algum official de igual graduação pode fazer, (...) de sorte que se eu não entendesse, que excedia a jurisdição que Sua Magestade na sobredita carta, e por hum dos generosos effeitos da Sua Real grandeza benignamente me concedeu certamente com muita justiça o devia premiar, distinguindo-o mais na sua reforma» (28).

Fazendo mais promoções do que nenhum outro governador, Sousa Coutinho foi, porém, limpo de mãos. Esta total independência livrou-o da menor suspeita. E este é, a nosso ver, o melhor elogio que se pode fazer ao homem público exemplar que foi D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

1. 4. Medidas restritivas

Temos vindo a referir-nos a algumas das condições mais importantes que a Metrópole impôs aos governadores para os seus provimentos. Todavia, a par destas condições ou recomendações houve, igualmente, por parte da Coroa, restrições que chegaram a originar doutrina.

Uma das mais antigas medidas restritivas sobre os provimentos de Angola, verificou-se durante o condomínio Filipino. Trata-se, com efeito, de uma discriminação de ordem religiosa que excluía dos cargos públicos todos os que não professassem o Cristianismo. Assim, Filipe III, em 30 de Novembro de 1632, adverte o governador D. Manuel Pereira Coutinho, em resposta à sua carta de 31 de Janeiro de 1632, sobre as fortificações de Luanda, que não assentasse por soldado *pessoa alguma de nação hebreia* (29).

(27) A. H. U. — Angola — Cód. 408 — 1759-1769.

(28) A. H. U. — Angola — Cx. 31 — 1766-1768.

(29) POMBO, Manuel Ruela — *Angola-Antiga (1630-1635)*, p. 27

Todavia, esta advertência parece não ter sido levada muito a sério, pois em 19 de Fevereiro de 1656, o Senado da Câmara de Luanda, informava o Reino da falta do seu cumprimento e dos inconvenientes que a sua inobservância trazia ao povo da capital: «Em este Senado da Camara, temos hua provizão de El Rey Filipe de Castella, em a qual ordena e manda que nenhu home de nação ebreia sirva cargo algu de Republica ou Justiça, e porque neste Rn.º ha alguus que por via de outros forão admitidos e ocupão estes cargos contra a dita provizão alem do escandalo publico que padecem os que não são, pidimos a Vossa Mag^{de} nos faça merçe mandar que a dita Provizão se observe enviavelmente como nella se declara» (30).

Por carta régia de 26 de Agosto de 1704, dirigida ao ouvidor-geral, presidente do Senado, é a própria Câmara admoestada, por consentir que, na eleição dos seus oficiais do ano transacto, se admitisse na pauta para seu procurador, um cristão novo que havia sido degredado por tal motivo para a província, de que resultara estranheza e indignação por parte dos moradores (31).

Em 12 de Dezembro de 1664 ordenava o Soberano ao governador André Vidal de Negreiros que, nas nomeações dos cargos públicos, fossem excluídos os indivíduos degredados do Reino para Angola, enquanto não cumprissem integralmente as suas penas.

É evidente que esta disposição, por carência absoluta de brancos livres, nunca foi observada. Por isso, os degredados puderam, ao longo do tempo, ocupar não só postos civis, como militares e religiosos, de certo relevo (32).

Seja como for, são de facto estas as duas discriminações que o estudo dos textos nos revelam em matéria de provimentos, embora, como se observa, nem sempre tivessem aplicação em Angola. Todavia, manda a verdade dizer que estas formas de discriminação — a exclusão dos escravos do serviço real, a dependência dos provimentos e promoções do grau de civilização dos povos, e a repugnância da Corte em permitir que no século XVIII os naturais da província ascendessem, ainda que interinamente, por falta de governador, à cadeira do poder — são, inquestionavelmente, os únicos pontos discutíveis da temática em análise.

(30) *Arquivos de Angola*, série 2, vol. 7, n.º 27-29, p. 39

(31) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

(32) Cf. DIAS, Gastão de Sousa — *Os Portugueses em Angola*, p.241

Contudo, como se verá, esta repugnância, ao contrário do que à primeira vista pode parecer, não visava outro objectivo que não fosse a salvaguarda dos interesses dos próprios moradores. A experiência havia, com efeito, já mostrado os inconvenientes que resultavam do governo, quando exercido pelos *filhos da terra*. Como normalmente estavam ligados a grandes interesses económicos, facilmente se compreende que não podiam governar com isenção. Eles eram levados, sem dúvida, a proteger desmedidamente, quer os seus negócios, quer os dos seus familiares e amigos. Esta protecção e os excessos cometidos em nomeações, principalmente no foro militar, contra as ordens régias, e as injustiças que inevitavelmente tal política havia de originar, aliada ao temperamento e moleza de costumes que o clima sempre provocava, levaram o Reino a reflectir sobre estes inconvenientes, e a preferir, no governo de Angola, naturais da Metrópole (33).

Quanto ao mais, isto é, no que respeita ao exercício dos cargos da Justiça, da Fazenda e comandantes dos presídios, chegou a preferir-se até os portugueses nascidos no próprio território. É por isso que, ao longo de todo o nosso período de estudo, podemos ver portugueses brancos, pretos e mestiços, todos naturais de Angola, a desempenharem funções de capitães-mores, de oficiais do exército, de ouvidores-gerais, de juizes de fora, de vereadores dos corpos municipais, etc. E não só no século XVIII isto era assim, mas desde os primeiros tempos da conquista. Alberto de Lemos, referindo-se ao século XVII, podia por isso escrever: «As mais altas funções públicas da Colónia, desde o governador-geral, estavam a ser exercidas pelos filhos da Colónia. No exército de Angola,

(33) As disputas para a governação de Angola, fomentadas pelo interesse, vêm de longe. Ao dar conta ao Reino do estado da administração da Justiça e da Fazenda, em 10-4-1653, o licenciado Bento Teixeira de Saldanha, depois de narrar os tumultos desencadeados por ocasião do falecimento do governador Rodrigo de Miranda Henriques (1652-1653), escrevia: «nam conuem ao Serviço de V. Magestade que o governador seja nunca natural nem morador do Rn.º por que nem tem autoridade para mandar, nem podem deixar de padecer os Souas grandes oppressoens» (A. H. U. — *Angola* — Cx 4 — 1652-1656). O governador D. Miguel António de Melo, no seu relatório de governo, de 25-8-1802, *Angola no começo do século*, ia mais longe: em sua opinião era «um grande mal serem os ministros temporais naturais das mesmas terras em que gosam de jurisdição ordinária», por faltarem frequentemente, por motivos particulares, com a justiça às partes. («Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 5, n.º 9, p. 562). Por outro lado, tendo o provedor da Fazenda por carta de 20-5-1704, informado o Reino de irregularidades cometidas pelos oficiais da Câmara de Luanda, durante o período que governaram a província (1702-1705), foi por carta régia ordenado ao novo governador, em 6-8-1705, que examinasse «os provimentos que os vereadores que serviram nesse governo fizeram, as Licenças que derão, e as passagens, e tudo o mais que obrarão, averiguando a verdade e me informeis do que achardes com vosso parecer» (A. H. U. — *Angola* — Cód. 545).

desde os oficiais aos soldados, como nos comandos das capitanias, a grande maioria dos seus componentes era de luso-africanos, pertencendo o segundo lugar aos portugueses e o terceiro aos brasileiros» (34).

Esta distribuição étnica pode ver-se melhor no mapa anexo ao ofício do governador D. António Álvares da Cunha, dirigido em 8 de Dezembro de 1754, ao Reino. Nele se refere que a defesa da capital assentava em 527 praças distribuídas pelo Regimento de infantaria, com 361, por duas companhias de cavalaria com 55 e 50 e por uma companhia de artilharia com 61 praças. Destes 527 soldados e oficiais, 288 eram brancos, 195 mulatos e 44 pretos. Os brancos eram naturais: 157 da Metrópole; 48 das Ilhas dos Açores e da Madeira; 68 de Angola. Dos 195 mulatos, 174 eram naturais de Angola; 3 da Metrópole; 18 da América. Os 44 pretos eram todos naturais de Angola (35).

Tem por isso razão o Professor Doutor Silva Rego quando afirma que «a cor podia ser e era uma *diferença*, mas não uma *barreira*. A barreira estava, sim, no estado de civilização inferior em que esses povos jaziam, e na religião que os outros, de civilização adiantada e diferente, professavam. Essa diferença, porém, era fácil de vencer: por meio do baptismo, em primeiro lugar ou, por meio da observância da Lei Natural, em segundo, todos se irmanavam» (36).

Assim, abandonando os ritos gentílicos e as práticas ancestrais, convertido ao Cristianismo e integrado nas nossas instituições sociais, o indígena adquiria o estatuto dos brancos, e, com ele, a responsabilidade que a aquisição dos direitos e deveres lhe conferia (37). O facto da Edilidade da vila de Massangano, reduto da heróica resistência portuguesa durante a ocupação flamenga (1641-1648) ser composta, em 1760, na sua totalidade de «fuscos e negros», filhos de Angola, serve apenas para evidenciar uma prática velha de séculos (38). Não admira, por isso, a ausência de preconceitos raciais expressa na carta régia de 24 de Março de 1684, para o governador Luís Lobo da Silva, na qual se determina peremptoriamente que, no provimento dos postos militares não houvesse outra diferença entre brancos, pretos e mulatos, senão a que resultasse

(34) LEMOS, Alberto de — *História de Angola*, vol. 1, 1486-1684, p. 231.

(35) A. H. U. — *Angola* — Cx. 26 — 1754-1756.

(36) REGO, A. da Silva — *A Cor — Barreira, Argumento e Arma*, pp. 8-9.

(37) Cf. LEMOS, Alberto de — *Nótulas Históricas*, p. 68.

(38) Of.º do governador António de Vasconcelos, para o Reino, de 4-10-1760. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 28 — 1759-1761).

das suas capacidades: «(...) e uos agradareis no prouimento dos postos de tal maneira que entre os brancos, os mais negros, mulatos, não haja mais diferenças que aquella que pellas uentagens que cada huu obrar no serviço os habelite mais para as honras» (39).

Com vista ao integral cumprimento desta disposição régia foi, por seu turno, avisado o governador Henrique Jaques de Magalhães, em 12 de Dezembro de 1695 que, nas propostas que tivesse de fazer à Corte sobre os provimentos de postos militares declarasse, de forma inequívoca, a maneira como procedeu ao exame dos providos, de que devia passar certidão, sem a qual não seriam admitidos no Conselho Ultramarino os seus documentos para oposição aos postos vagos (40).

Escusado será dizer que, no cumprimento desta medida legislativa do maior alcance sócio-político, se verificaram, por vezes, resistências. É humano que assim tivesse acontecido. Numa sociedade escravocrata eram sempre possíveis desvios desta natureza. A regra, porém, era a sua observância, mesmo quando no Regimento o coronel fazia gala da sua ascendência. Daí a importância de que se revestia para a província, um governador zeloso do serviço real e temente a Deus. É o caso de D. Miguel António de Melo que, em 1799, ao prover os postos vagos no exército e nos presídios, referia numa carta para o Reino, que o coronel do Regimento havia levantado dúvidas acerca da nomeação do secretário por ser «pardo». Todavia, o governador lembra ao ministro e secretário de Estado, que a cor da epiderme não podia constituir impedimento, não só devido ao espírito da carta régia de 24 de Março de 1684, mas também porque o proposto reunia todos os requisitos indispensáveis para o bom desempenho da função (41).

1. 4. 1. O problema da sucessão no governo interino de Angola

Do maior interesse é, também, a análise da relutância da Coroa em consentir que os naturais da província suprissem, no século XVIII,

(39) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

(40) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

(41) A. H. U. — Angola — Cx. 47 — 1799.

Em 31 de Julho de 1800, D. Miguel António de Melo, escrevendo sobre o mesmo assunto para o coronel do Regimento de Infantaria de Luanda, acrescentava: «Apezar de V. S.^a saber e ter visto, que em todos os tempos servirão e servem nas Tropas deste Reino promiscuamente Pardos, Pretos e Brancos, e que para os Postos tem sido indistintamente admitidos, pois que do contrario resultaria huma desigualdade de Justiça muito estranha e que a unica admissão dos Brancos só serviria para impedir a Civilização da maior parte dos moradores desta Colónia, e para os desanimar de bem pro-

as faltas dos governadores legítimos, nos seus impedimentos ou morte. Deixámos atrás transparecer alguns aspectos desta repugnância, mas vamos ver agora, mais em pormenor, a problemática que envolveu a feitura da nova doutrina que nega ao Senado da Câmara de Luanda, tais direitos adquiridos no século anterior.

O século XVIII abre, pode dizer-se, com a morte do governador Bernardino de Távora, ocorrida em 10 de Dezembro de 1702. Em 4 de Janeiro de 1703, a Câmara informa o Rei do sucedido e assume o poder, pela segunda vez, de 1702 a 1705, nos termos da carta régia de 9 de Julho de 1667, que sanciona a substituição do governador expulso, Tristão da Cunha, pela Edilidade que, de 1667 a 1669, se manteve à frente dos destinos de Angola (42).

A carta do Senado, que continha os pedidos de governador com socorro de infantaria e de um bispo, foi objecto de atento estudo por parte do Conselho Ultramarino que se congratulou com o comportamento dos seus oficiais em tal emergência «sem que nisto houvesse aquela inquietação que costuma haver em semelhantes casos, despindo-se da ambição de se conservar no governo, acção mui louvável, que a toda a luz se faz digna distinção». Mas, ao dar satisfação à súplica do Senado, o Conselho Ultramarino vai propor nova doutrina que implica, necessariamente, a exclusão da Câmara do governo da província.

Os tempos mudam e as necessidades são outras. A presença regular e incómoda de barcos piratas no litoral angolano torna-se, no começo do conturbado século XVIII, mais ameaçadora do que nunca. A defesa de

cederem, se por ventura a cor branca fixasse a regra para a distribuição, ou denegação dos prémios e das honras, apesar das sobreditas razões constantemente tem V. S.^a seguido, e talvez procurado que outros sigão, a opinião que só favorece os Brancos, ao menos quanto aos Postos dos corpos que servem nesta Capital, e a guarnecem. Mas isto he contra as expressas ordens de Nossos Augustos Soberanos, contra o Bem Público, e contra a caridade Christã, por modo que se tal opinião for tolerada e continuar por meio de exemplos a ser mantida hir-se-há propagando athe excitar discordias e ruínas iguais as que excitou a escandalosa distinção de Christãos Novos e Christãos Velhos, que a Sapientíssima e Religiozíssima Carta de Ley, Sanção Pragmatica e Edicto de 25 de Maio de 1772, proscreeveo e aboliu. Portanto, para que cessem os escandalos que a sementeira de tão nociva e indiscreta doutrina tem produzido, mandarei por Edital fazer publica a Carta Regia de 24 de Março de 1684 e a Provizão de 25 do mesmo mez de 1729, que não estão revogadas, e em observancia das Ordens nellas contheudas (que julgo renovadas pelo modernissimo Decreto de 10 de Setembro de 1799, o qual de outra maneira não poderá sem difficuldades ser neste Reino cumprido) de vera V. S.^a todas as vezes que alguns Pardos ou Pretos, forem habéis Propolos do mesmo modo que os Brancos para os Postos, a que estiverem cabendo e forem no Regimento vagando (...). (*Arquivos de Angola*, série 2, vol. 20, n.^o 79-82, p. XVIII).

(42) A. H. U. — Angola — Cx. 13 — 1701-1703.

Angola exige, portanto, medidas rápidas e eficazes. O Senado da Câmara, sem experiência militar, dificilmente poderia assegurar a integridade territorial no caso de uma possível invasão. O Conselho Ultramarino considerando estes inconvenientes e o facto dos corpos municipais nem sempre se haverem nas suas funções com a imparcialidade que seria de desejar, submeteu à presença do Soberano, em 8 de Junho de 1703, uma proposta, na qual pedia a recriação dos postos de mestre de campo (43) — que chefiaria a província na falta do respectivo governador — de tenente de mestre de campo, a criação do lugar de ajudante de tenente e a transformação do posto trienal de sargento-mor da infantaria da guarnição de Luanda, em perpétuo. Esta proposta foi, por despacho de 12 daquele mês e ano, aprovada pelo Monarca (44). Quer isto significar que, a Câmara, perdia, assim, o direito de intervir futuramente na gestão da província.

Inconformada por se ver preterida a favor do mestre de campo, a Edilidade, em 26 de Setembro de 1711, em nome do seu zelo e da fidelidade com que sempre se houvera no serviço de Sua Majestade, requeria ao Soberano a revogação daquela ordem, fazendo-a entrar de novo no gozo dos seus direitos seiscentistas. A Coroa, porém, não atende e, por carta régia de 9 de Dezembro de 1712, não obstante reconhecer os altos serviços prestados pela Câmara, justifica a sua

(43) Segundo o Professor Doutor Silva Rego, em Angola, «não havia, como na Índia vias de sucessão, deixando-se, no geral, à eleição a escolha do sucessor do governador falecido. Era natural, portanto, que as ambições se espicçassem perante sedutoras possibilidades». A criação do posto de mestre de campo, na província, teria origem, no dizer do mesmo Professor, por ocasião dos preparativos da sua Restauração, em meados do século XVII. Por um despacho régio pedia-se, com efeito, a indicação de um mestre de campo — dignidade militar equivalente, nos tempos hodiernos, a um coronel — capaz de suceder ao governador, e de um sargento-mor para governar o Terço na falta de mestre de campo. Todavia, esta tomada de posição levantou protestos por parte do capitão-mor da conquista, Gonçalo Borges de Barros, ao alegar que, devido à inutilidade de tais cargos, ele os serviria a ambos. Por outro lado, acrescentava este oficial que o capitão-mor era quem, naturalmente, substitua o governador nos seus impedimentos. «Tanto era assim que o governador, nas suas audiências, tinha sempre à sua esquerda uma cadeira rasa, destinada ao capitão-mor e logo abaixo então é que se sentava o ouvidor. Além disso, em Portugal, o mestre de campo ficava sempre às ordens do capitão-mor». A pretensão de Borges de Barros que, no fundo, temia a concorrência de outro oficial de patente, foi analisada no Conselho Ultramarino. Este órgão consultivo, não obstante considerar as suas razões, foi de parecer que na armada libertadora devia seguir também um mestre de campo sugerindo, para o efeito, alguns nomes para o preenchimento do cargo. Entretanto, as opiniões dividiam-se não faltando quem defendesse a acumulação dos cargos pelo capitão-mor. Por despacho régio de 11-9-1647, o Soberano, porém, determinou que se não inovasse coisa alguma e que Gonçalo Borges de Barros servisse o cargo de capitão-mor. (REGO, A. da Silva — *A Dupla Restauração de Angola (1641-1648)*, pp. 145-146, 207-208).

(44) A. H. U. — *Angola* — Cx. 13 — 1701-1703.

decisão do seguinte modo: «Contudo, como o posto de governador seja militar parece se deve fiar mais de hum soldado que tem por obrigação a sua profissão do que pessoas que seguem a vida política e civil, e por este respeito se não difere a vossa representação» (45).

A Câmara não se dá por vencida e, em 6 de Agosto de 1713, insiste com o Rei no mesmo sentido, mas, a sua decisão, é inabalável. Por carta régia de 21 de Fevereiro de 1714, é, com efeito, participada ao Senado a inalteração da ordem de 1703 que determina a substituição do Município pelo mestre de campo nas faltas do governador (46).

Em 25 de Abril de 1725, morre em Luanda o governador António de Albuquerque de Carvalho (1722-1725). No dia seguinte assume o governo o mestre de campo José Carvalho da Costa que, segundo a própria Edilidade, «o fica exercitando com inexprimível satisfação deste povo pelas esperanças que promete a experiência de sua capacidade, do seu zello, e desinteresse» (47). Por carta régia de 19 de Outubro de 1725, determina-se-lhe dê posse do governo a Paulo Caetano de Albuquerque, que a toma, efectivamente, em 7 de Maio de 1726 (48).

Por resolução régia de 24 de Maio de 1729, é distinguido o tenente-general António da Fonseca Coutinho com a patente de mestre de campo *ad honorem* com o mesmo soldo e exercício de tenente-general, não podendo, porém, disputar o governo do Terço que compete ao sargento-mor por ser o oficial de maior patente em exercício e ser esta a regra comumente observada segundo as disposições do regimento militar (49).

Tudo parecia indicar, portanto, que o Município não voltaria à cadeira da governação. Contudo, tal não sucedeu, pois o tempo havia de desmentir esta asserção. Na verdade, ainda que por pouco tempo, a Câmara voltou a governar a província pela terceira e última vez, precisamente durante o mês de Dezembro de 1732, por ocasião da morte do governador Paulo Caetano de Albuquerque, em 10 deste mês, ao qual a Metrópole, em 20 de Agosto de 1732, tinha participado a sua sucessão por Rodrigo César de Meneses a quem devia dar posse do governo.

(45) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

(46) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

(47) Carta para o Reino em Abril de 1725. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 16 — 1722-1750).

(48) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

(49) A. H. U. — *Angola* — Cx. 18 — 1729-1731.

A Câmara tinha também recebido correspondência neste sentido com a advertência de que assim o «tivesse entendido». Todavia, apesar destas ordens, a Edilidade movida pela ambição toma ilegalmente conta do governo até à chegada do governador nomeado, César de Meneses, cuja posse teve lugar em 1 de Janeiro de 1733.

Os argumentos invocados pelo Senado para justificar a sua intrusão clandestina no governo tinham a sua origem em dois pontos fundamentais: por um lado, não existir na altura do falecimento do governador, mestre de campo; por outro, não concordar com a sua substituição pelo sargento-mor do Terço.

Como é natural, a tomada de posição da Câmara levantou protestos e serviu para descontentar alguns sectores da população, particularmente os militares a quem cabia, por direito, o exercício do poder. Deste clima emocional então vivido na capital durante os 30 dias em que governou a Câmara, deu parte ao Reino o governador Rodrigo César de Meneses, em 24 de Março de 1733. Em 30 de Outubro, em resposta à sua carta faz o Rei saber ao governador que, por resolução de 29 deste mês em consulta do Conselho Ultramarino, devia, no futuro, em casos semelhantes, governar a província o mestre de campo e, na sua falta, o oficial militar de maior patente.

Na mesma altura escreve o Rei aos edis de então sobre o conteúdo da carta ao governador «estranhando-se asperamente» a sua abusiva atitude (50).

Ainda não foi desta vez, porém, que o intrincado problema da sucessão ficou definitivamente encerrado. Com efeito, alguns anos mais tarde, embora com outros intervenientes, a questão havia de voltar a pôr-se, provocando alterações à doutrina de 29 de Outubro de 1733. Na verdade, o governador João Jaques de Magalhães, encontrando-se doente e receando a repetição dos acontecimentos verificados por morte do seu antecessor, escreveu para a Corte, em 25 de Julho de 1739, a solicitar ordens positivas neste sentido, uma vez surgiram sérias dúvidas sobre a pessoa em quem devia recair o governo na sua falta. É que tanto o mestre de campo *ad honorem*, tenente-general António da Fonseca Coutinho, como o sargento-mor do Terço, Victoriano de Faria e Melo Varejão Castelo Branco, se julgavam com direito à sucessão. As dúvidas do governador alicerçavam-se no facto de o primeiro se encontrar indiciado,

e o segundo não reunir os requisitos necessários para o desempenho de tão difícil incumbência, visto ser homem doente e de idade já avançada.

Mandado ouvir sobre o assunto, em 25 de Fevereiro de 1740, pelo Conselho Ultramarino, o procurador da Coroa sugeriu não dever dar-se importância à carta do governador por ela ser fruto da sua «melancolia». De contrário, era sua opinião que devia seguir-se o exemplo do Estado da Índia, preferindo-se o bispo com o oficial militar de maior patente e o ouvidor, cedendo este seu lugar ao juiz de fora que por sua vez o cederia ao vereador mais velho; e nunca o governo devia recair em António da Fonseca Coutinho por se achar sob alçada da justiça. Finalizava a sua informação lembrando a necessidade de se prover o posto de mestre de campo. Ao Conselho Ultramarino pareceu, em consulta de 20 de Abril de 1740, que Sua Majestade devia ordenar se escrevesse ao governador fazendo-lhe notar a resolução de 29 de Outubro de 1733, com declaração, porém, que o oficial de maior patente em quem recaísse o governo não estivesse indiciado porque neste caso devia passar ao oficial de patente imediata; mas que sempre se fazia preciso, para se evitarem os inconvenientes que ponderava o mesmo governador, que Sua Majestade fosse servido nomear mestre de campo para o Terço de Angola (51).

Da consulta do Conselho Ultramarino, de 24 de Setembro de 1745, consta, efectivamente, ter-se aberto concurso para o posto de mestre de campo do Terço da guarnição de Angola. Apresentaram seus papeis três candidatos: D. Vicente Henrique de Almeida, que serviu no Alentejo; António da Fonseca Coutinho, natural de Angola, cavaleiro fidalgo da Casa Real que serviu na província cerca de 40 anos, com interpolação, desde 1 de Setembro de 1694 a 17 de Março de 1741, em praça de soldado, cabo de esquadra, sargento supra, alferes de infantaria paga, capitão de uma das companhias do distrito do Cuanza, capitão da fortaleza de S. Filipe do Penedo, capitão do forte de S. Miguel, ajudante de tenente, sargento-mor e tenente-general com patente de mestre de campo *ad honorem*; e Manuel Matoso de Andrade que prova ter servido durante 25 anos de 1717 a 1742, em praça de soldado, cabo de esquadra, alferes de infantaria e capitão-mor das Pedras, por patente de Sua Majestade, de que dera sempre boa *residência*.

O Conselho Ultramarino, em 24 de Setembro de 1745, propôs para o referido posto, em primeiro lugar, D. Vicente Henrique de Almeida, «pela sua pessoa» e ser natural da Metrópole e por não parecer conve-

(50) A. H. U. — Angola — Cód. 546.

(51) A. H. U. — Angola — Cx. 22 — 1740-1743.

niente prover-se em naturais de Angola um posto em que recaía o seu governo na falta de governador nomeado pelo Reino. A recomendação régia que mandava preferir nos postos e ofícios da província aos seus naturais não devia, por conseguinte, segundo o Conselho, ser considerada. A não ser assim, e atendendo sòmente aos méritos dos candidatos propunha este órgão consultivo, em primeiro lugar, a António da Fonseca Coutinho; em segundo lugar, a D. Vicente Henrique de Almeida; e em terceiro lugar, a Manuel Matoso de Andrade (52).

Desta consulta não vislumbrámos qualquer despacho régio, mas tudo leva a crer que o lugar não chegou a ser preenchido, pois ao falecer o governador João Jaques de Magalhães, em 17 de Abril de 1748, a questão ainda persistia. E é precisamente nesta altura que o problema se põe com toda a acuidade. Com efeito, logo no dia seguinte ao da sua morte, isto é, em 18 de Abril de 1748, compareceram no palácio do governo as autoridades mais representativas da capital para, em conjunto, resolverem o problema da vacância do governo interino. Presentes estavam também o mestre de campo *ad honorem*, tenente general António da Fonseca Coutinho (53) e o sargento-mor do Terço, Victoriano de Faria e Melo Varejão Castelo Branco, ambos pretendentes à cadeira do poder, os quais requereram ao provedor-mor da Fazenda, Fernando José da Cunha Pereira, a sua pretensão. Este ministro, não querendo assumir sòzinho a responsabilidade do acto e receando as consequências que poderiam advir da sua decisão, determinou ao secretário de Estado, João José de Lima, que convocasse para o efeito uma Junta, conforme o estilo seguido em Angola. Esta Junta de Estado, que veio a reunir-se no mesmo

(52) A. H. U. — *Consultas Mixtas* — Cód. 24, L.º 12 — 1740-1748.

(53) Na informação prestada ao Reino, em 10-3-1755, sobre a qualidade dos oficiais de Angola, o governador D. António Álvares da Cunha refere-se a este oficial nos seguintes termos: «O Tenente Coronel António da Fonseca Coutinho he parente do Coronel — Manuel Matoso de Andrade. — Servio a Sua Magestade muitos annos no trabalho emprego de Tenente do General. Tem setenta annos de idade e he a mais respeitada e tímida pessoa deste Reyno; a capacidade he mais que ordinaria, não para o militar, mas sim para viver e tratar com os seus naturaes que toudos alcanção pouco, porem tão bem improprio e incapaz não só do posto que ocupa mas também de qualquer outro por muitos motivos: este official he de excessiva ambição, orgulho e superbo, não tem obediencia, não sede nem sedará nunca ao seu Coronel, não serve, nem he capas de servir por velho, sempre se esta fingindo doente nas ocaziois de concorrer com o Coronel e em mais de amno e meyo que tenho de Governo, ainda o não vi nas mostras, nem no regimento. Tem este homem feito gravicimos delictos dos quais não teve nenhum genero de castigo, que sem duvida merecia para exzemplo dos mais e não os autorizados postos que ocupa e tem ocupado vencendo soldos que só se devem dar a quem aserto e obediencia serve a Sua Magestade». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 26 — 1754-1755).

dia e no mesmo local, composta pelo bispo, pelos ministros da Justiça e da Fazenda, pelos prelados das diversas ordens religiosas, pelo vigário-geral, pelo Senado da Câmara de Luanda e pelo procurador da Fazenda, decidiu caber a sucessão interina do governo ao sargento-mor do Terço, independentemente da maior patente do tenente-general, António da Fonseca Coutinho. A decisão da Junta foi fundamentada no facto da patente deste official, correspondente à de tenente-coronel, não existir em Angola. Por conseguinte, a patente de sargento-mor, posto que inferior à de tenente-general, era no entanto, para todos os efeitos, a maior que se achava na altura na província. E também por a Coroa, ao acrescentar ao tenente-general a patente de mestre de campo *ad honorem* haver declarado, como vimos, que esta distinção não lhe conferia o direito de governar o Terço, que pertencia ao sargento-mor, por ser ele, efectivamente, o official de maior patente em exercício e com corpo. Assim, em conformidade com a resolução régia de 24 de Maio de 1729, transmitida ao governador Paulo Caetano de Albuquerque, em 27 de Junho deste ano, entendeu aquele organismo, que se o mestre de campo *ad honorem* não tinha competência para comandar o Regimento, muito menos a teria para governar a província.

Em desfavor do candidato António da Fonseca Coutinho, natural de Angola, concorria ainda a circunstância de o governo central ter proibido no Ultramar, devido à tirânica insolência do mestre de campo António de Brito Magalhães, no governo interino da Baía, o acesso dos *filhos da terra* ao lugar de mestre de campo, a fim de neles não cair a administração dos territórios.

Contudo, ponderando a Junta de Estado (sempre dominada pela personalidade do ouvidor e provedor da Fazenda), as frequentes moléstias do sargento-mor que, certamente, o impossibilitariam de conduzir a bom termo os negócios públicos, foi decidido, com a sua concordância, à semelhança das ordens régias dadas para a Baía e Estado da Índia, nomear-lhe dois adjuntos para, com ele, governarem interinamente a província. Angola passava, portanto, a ser governada por um triunvirato, empossado pela Câmara em 19 de Abril de 1748, com a seguinte constituição: bispo, D. Frei Manuel de Santa Inês; ouvidor e provedor da Fazenda, Fernando José da Cunha Pereira; e sargento-mor de infantaria, Victoriano de Faria e Melo Varejão Castelo Branco (54).

(54) A. H. U. — *Angola* — Cx. 24 — 1747-1749.

Mas, como era de prever, as discórdias entre os elementos constitutivos deste triunvirato que governou até à chegada do governador, conde do Lavradio, que tomou posse em Luanda, em 12 de Janeiro de 1749, não se fizeram esperar. Comunicada à Metrópole a sua eleição, logo os responsáveis pela administração de Angola, procuraram, particularmente, cada um *de per si*, escrever ao Rei, intrigando-se mutuamente. O mestre de campo, por seu turno, não perde tempo e faz chegar à Corte as suas queixas. Esta correspondência baixa, por determinação régia, ao Conselho Ultramarino que, por sua vez, mandou ouvir sobre o assunto o procurador da Coroa, cujo parecer é baseado nos considerandos da Junta de Estado que afastou do poder o mestre de campo. Simplesmente, em sua opinião, o móbil de todas as divergências e conflitos estava na reconhecida inépcia do sargento-mor, a quem cabia, de direito e de facto, assumir as rédeas do governo. Na verdade, ao consentir a formação de um triunvirato, o sargento-mor começava, *ipso facto*, a demonstrar incapacidade governativa. Não admira, por isso, que ao ceder pouco a pouco a sua posição visse subtraída a sua presidência no governo a favor do bispo, cuja função, segundo o procurador da Coroa, não se coadunava com os deveres inerentes à sua alta e piedosa missão. De futuro e em idênticas circunstâncias, deveria fazer-se cumprir impreterivelmente a doutrina prescrita na resolução régia de 29 de Outubro de 1733. Ao Conselho Ultramarino sobre cuja consulta de 29 de Agosto de 1749, não vimos ter recaído qualquer despacho régio, pareceu o mesmo que ao procurador da Coroa, conformando-se, portanto, com a sua informação (55).

Chegámos assim a meados do século XVIII, mas, como se verá, e até ao seu termo, hão-de registar-se ainda alterações importantes neste domínio.

(55) A. H. U. — *Consultas Mixtas* — Cód. 25, L.º 13 — 1748-1754.

Eis como o brigadeiro Cunha Matos descreveu este conflito governativo: «Como porem o Bispo e o Ouvidor desejavam governar, armaram com os seus amigos uma cabala para serem adjuntos no govêrno ao Sargento-Mor Vitoriano de Faria e Melo Vazejão Castelo Branco; e convocando-se uma Junta Geral deliberou-se que o Governo fôsse administrado por êstes três empregados. O Bispo mostrou logo querer governar sem adjuntos, e estes quiseram desfazer-se da pessoa do prelado: foi um jogo em que todos os três procuravam enganar-se e como o Bispo ficasse de pior partido, obteve que se convocasse a Junta Geral onde depois de um largo discurso em que foi demasiadamente entendido, e pouco acreditado, demitiu-se da parte que lhe tocava na administração, e daí em diante apesar de aparecer o seu nome em todas as ordens que se expediam, foi o Ouvidor o Chefe absoluto do Reino, por haver reduzido o Sargento-Mor a uma completa nulidade». (MATOS, Raimundo José da Cunha — *Compendio das Possessões de Portugal em África*, p. 300).

Uma petição de Manuel Matoso de Andrade, acompanhada da sua folha de serviços como oficial militar é remetida pelo Rei ao Conselho Ultramarino para, sobre ela, dar o seu parecer. Este órgão consultivo, em 16 de Agosto de 1748, acha-a justa e, o Rei, por despacho de 19 deste mês, nomeia-o ajudante de tenente do Regimento de Angola (56).

Em 15 de Novembro de 1749, o governador, conde do Lavradio dá conta à Metrópole de o Terço se achar sem oficial superior «por o sargento-mor ser velho, tonto, quazi cego e surdo» (57).

Este governador, para provimento dos postos vagos do Regimento, submete ao Reino uma proposta na qual figura em segundo lugar, para o posto de coronel, o nome de Manuel Matoso de Andrade. Todavia, ao querer distinguir uma das principais famílias de Angola, o chefe da província condicionou, porém, a sua proposta ao exercício do poder pelos bispos nas faltas dos governadores. De contrário, retiraria a sua proposta, pois não convinha — dizia — que o coronel, sendo natural da terra, governasse nos seus impedimentos. Contudo, por resolução régia de 22 de Março de 1750, tomada em consulta do Conselho Ultramarino, foi reformado o sargento-mor e substituído pelo ajudante João Daça Castelo Branco; para coronel do Regimento foi escolhido Manuel Matoso de Andrade (58).

Em 10 de Agosto de 1752, o governador conde do Lavradio confessava ter errado na escolha de Matoso de Andrade para coronel do Regimento, porquanto durante o exercício das suas funções, apenas havia evidenciado indisciplina, vaidade e ignorância, defeitos estes que o tornavam indigno do lugar, e eram extensivos aos seus parentes que, com a sua aquiescência, cometiam os maiores delitos e atropelos. Por isso, para cargos superiores dos diversos ramos da administração de Angola não deviam ser nomeados os *filhos da terra* nem os «naturalizados», porque uns e outros — precisava o governador — associados aos seus amigos e familiares, «ensobrebecidos com o honorífico do posto», perpetravam abusos de lesa Majestade (59).

Esta opinião havia de ser corroborada nos governos seguintes. Logo em 17 de Março de 1755, o seu sucessor D. António Álvares da

(56) A. H. U. — *Angola* — Cx. 24 — 1747-1749.

(57) A. H. U. — *Angola* — Cx. 25 — 1750-1753.

(58) A. H. U. — *Angola* — Cód. 546.

(59) A. H. U. — *Angola* — Cx. 25 — 1750-1753.

Cunha, considerando os mesmos inconvenientes chamava a atenção do governo central para o comportamento exemplar do bispo, de grande capacidade, desinteresse e nobre procedimento, cujas virtudes o faziam merecedor do governo da província, nos seus impedimentos, e da real lembrança de Sua Majestade (60).

Por carta régia de 11 de Setembro de 1755, o ministro Diogo Mendonça Corte Real participava a D. António Álvares da Cunha que, em atenção às qualidades do bispo, fora Sua Majestade servido fazer-lhe mercê do governo, na sua ausência, ressaltando, entretanto, que desta distinção não podia aproveitar no futuro a dignidade espiritual, mas somente o seu bispo em particular.

Pelos mesmos motivos, António de Vasconcelos pediu ao Reino, em 8 de Janeiro de 1759, que aquela ordem fosse extensiva ao seu bispo para o qual sugeria se designasse também um substituto legal que governasse nos seus impedimentos, com a condição, porém, de não ser *filho da terra*. Para este lugar e por reunir as qualidades precisas para o desempenho da função, indicava o nome de João Monteiro de Moraes, que tinha ido para Angola, como capitão da guarda do governador João Jaques de Magalhães. António de Vasconcelos propunha ainda, senão a exclusão pura e simples dos naturais da província dos postos de patente superior, pelo menos a reforma do coronel do Regimento, Manuel Matoso de Andrade (61) com meio soldo e uma patente *ad honorem*. Por este processo o Regimento ficaria livre «de uma cabeça inútil», para o qual se devia nomear, no posto de tenente-coronel, ao referido João Monteiro de Moraes. Para coronel do Regimento, caberia à Metrópole a sua esco-

lha em oficial hábil «cujo soldo há-de convidar a muitos e nunca convém que os três primeiros andem em filhos da terra» (62).

Esta proposta, como era de esperar, mereceu do Reino o melhor acolhimento. As constantes queixas dos governadores contra o coronel levaram, naturalmente, a Coroa a tomar medidas de base. E estas não se fizeram esperar. Recebida a carta do governador foi ela logo presente ao Soberano que se conformou inteiramente com as soluções propostas. Desta identidade de pensamento surgiu o decreto de 13 de Novembro de 1761, que reformou o coronel com meio soldo e nomeou, em sua substituição, João Monteiro de Moraes. No que refere à vacância do governo, foram igualmente tomadas medidas importantes que culminaram com a substituição definitiva do oficial de maior patente do Regimento, por um triunvirato representativo das três principais autoridades do foro eclesiástico, civil e militar, isto é, o bispo, o oficial de maior patente das tropas pagas e o ouvidor ou quem seus cargos servir (63).

Esta nova forma de governo, posteriormente objecto do alvará de 12 de Dezembro de 1770 (64) vai vigorar até ao século XIX. Não admira, portanto, que, por falecimento do governador D. José Gonçalo da Câmara, em 19 de Dezembro de 1782, tomasse posse, no dia seguinte, sem qualquer oposição, o triunvirato composto pelo bispo, D. Frei Luís da Anunciação e Azevedo, pelo ouvidor-geral, Dr. Joaquim Manuel Garcia de Castro Barbosa e pelo coronel de infantaria, João Monteiro de Moraes (65).

(62) A. H. U. — Angola — Cx 27 — 1756-1759.

(63) A. H. U. — Angola — C6d. 408 — 1759-1769.

(64) Este alvará regula, também, a sucessão no governo do Estado do Brasil e Ilhas adjacentes. (*Collecção das Leys, Decretos e Alvarás de D. José I*, tom. 3).

(65) A título de curiosidade deve dizer-se que este coronel, cuja carreira temos acompanhado de perto, é o autor do primeiro catálogo dos governadores de Angola, datado de 1784, referido pelo governador D. Miguel António de Melo, no seu ofício para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 19 de Setembro de 1799, nos seguintes termos: «João Monteiro de Moraes, Coronel do Regimento desta capital e que nela faleceu no 1.º de Maio de 1783, foi sujeito curioso, e deixou escripto hum abreviado cathalogo chronologico e historico dos governadores deste Reino desde Paulo Dias de Novaes, até Antonio de Vasconcelos, isto é desde o anno de 1574 até o de 1764. O dito cathalogo corre manuscrito, e as copias que delle tenho visto e o achão bastantemente viciadas com erros dos copistas, além de alguns descuidos em que o Auctor cahio, talvez por não ter à mão abundancia de Livros com que podesse apurar milhor diversas notícias que dá dos sujeitos de quem escreve. Todas as que se encontram na obra de João Monteiro de Moraes forão tiradas humas de nossos Historiadores, impressos, outras de tradições que elle aqui ouviu e que passam por boas e antigas, e outras finalmente de Documentos que ainda pôde ver, mas que hoje não apparecem» (*Arquivos de Angola*, vol. 1, n.º 1).

(60) A. H. U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756.

(61) Este official é referido na informação sobre os officiais do Regimento de Angola, prestada por D. António Álvares da Cunha, ao Reino, em 10-3-1755, do seguinte modo: «He o coronel Manoel Matozo de Andrade natural desta cidade, e das principais pessoas della, e também dos mais abastados em bens patrimoniaes, de boa idade para o serviço porque não chega a ter sincoenta annos; he passifico no seu procedimento e muito luzido na sua pessoa e familia, pello que seria muito bom Coronel de Ordenanças, mas não para o regimento pago pelos motivos que devo apontar. He este official nimamente brando e mole o que supponho lhe cauza a demaziada gordura que tem, esta e o seu genio o não deixa sahir de sua caza pello que não apparece nesta, nem vê o seu regimento, ignora os primeiros princípios da sua profição, e os filhos, e muitos parentes que servem com elle o embaraço para não asertar no governo iquinomico do mesmo regimento, emfim he hum estatua com nome de Coronel para arrecadar o soldo que Sua Magestade lhe manda dar». (A. H. U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1758).

Mas, mais uma vez, não deixam de surgir as controvérsias contumazes, nascidas dos partidos que sempre se formam nestas ocasiões. Na verdade, se por um lado houve quem louvasse o novo governo, por outro não faltou quem o repudiasse. De resto, era sempre assim em Angola. As intrigas, as invejas e as disputas de jurisdição, sobretudo entre as autoridades civis, são uma constante em quase todos os governos do século XVIII.

Compreende-se, por isso, que enquanto o secretário do governo, José Osório Aboim, ao escrever ao Rei, no próprio dia da morte de Gonçalo da Câmara, receava as consequências do novo governo (66), a Edilidade, em 30 de Abril de 1783, participava à Metrópole, a posse do triunvirato que ficava «governando com toda a paz e rectidão que todo este povo geralmente se acha satisfeito dando graças ao Altíssimo pelo restituir da Posse e tranquilidade em que sempre viveu» (67).

Embora seja esta, de facto, a opinião generalizada do referido governo, o juiz de fora, procurador da Fazenda e Coroa, Anacleto José da Mota, em ofício de 24 de Março de 1783, para a Metrópole, condena-o àsperamente, sobretudo por os seus membros terem procedido a nomeações e reformas no corpo militar, contra as ordens régias: «Estes mesmos do governo, se tem desviado de toda a ordem do governo do Exm.^o governador falecido; muito pouco tem honrado as suas cinzas, como a V. Magestade há-de ser patente, e me ser alheio do meu ministerio. Mas que há-de ser! Se hum hé o Exm.^o e Rev. Bispo que sabe a sua Teologia, Moral, e nada mais e nem satisfaz às suas obrigaçoens (...) o outro hé o ouvidor Joaquim Manoel Garcia de Castro Barbosa do qual bem notórias são as queixas que tem subido à Real presença de V. Magestade; e o outro hé o Coronel do Regimento desta Praça João Monteiro de Moraes, agora novamente por V. Magestade reformado que tem a idade bem perto de 80 anos e sem mais instruçoens nem policia. Cada qual destes tres quer servir o seu afilhado» (68).

Outros documentos, de teor semelhante, podiam aqui ser apresentados. Todavia, os que assinalámos caracterizam, perfeitamente, no domínio político, a capital angolana dessa época tão levedada por ressentimentos, rivalidades e mal-querenças pessoais.

(66) A. H. U. — Angola — Cx. 38 — 1780-1783.

(67) A. H. U. — Angola — Cx. 39 — 1781-1786.

(68) A. H. U. — Angola — Cx. 38 — 1780-1783.

2. AS NOMEAÇÕES DOS CAPITÃES-MORES

2. 1. De 1700 a 1760

Para se ter uma visão racional de conjunto, os provimentos dos capitães-mores dos presídios de Angola, comumente referidos pelos historiadores como uma das causas da sua decadência, têm de ser analisados, necessariamente, no decurso do século XVIII, em dois períodos distintos: o primeiro, dos finais do século XVII a 1760; o segundo, de 1761 a 1800. Quer isto significar que, ao longo desta centúria, tal como vimos já ao abordarmos de relance a *política da Coroa em matéria de nomeações*, também estes provimentos se ressentem das vicissitudes então referidas. De resto, outra coisa não seria de esperar, dado que o contexto é o mesmo. Todavia, há certos pormenores que os diferenciam dos outros e lhes conferem características próprias, que convém sublinhar.

Nos regimentos de Tristão da Cunha, de 1666, e de Aires de Saldanha de Meneses, de 1676, não se prescrevem normas sobre tais provimentos, nem tão-pouco nos regimentos e instruções posteriormente passados aos governadores. Não se define, portanto, a sua doutrina. Apenas no capítulo 44 deste último regimento, se prevê o provimento das serventias dos ofícios vagos na administração da Justiça, da Fazenda ou da Guerra, em pessoas beneméritas até ulterior resolução régia, com a recomendação, porém, de se respeitarem as provisões de 13 de Novembro de 1651 e 2 de Outubro de 1664 que mandam sejam igualmente providos os naturais da província, segundo as suas capacidades e merecimentos. E, posto que, não o especifiquem, é precisamente ao abrigo deste capítulo, que os governadores hão-de fazer os provimentos dos capitães-mores dos distritos do Dande, Golungo, Icolo e Bengo, e províncias de Quilengues e Galangue, reputados de menor importância em relação aos dos presídios (69).

Na carta régia de 25 de Janeiro de 1707 para o governador D. Lourenço de Almada, determina-se, com efeito, que a ordem dada ao Senado da Câmara, servindo de governador em 1704, para o regresso a Luanda de todos os capitães-mores e a sua substituição por simples escrivães, não considerava os distritos do Dande e do Golungo que, por ficarem pouco distantes da capital e serem muito povoados «de gente

(69) MELO, D. Miguel António de — *Angola no fim do século XVIII*. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 6, n.º 5, p. 291.

branca e preta e não terem quem lhes desida as suas dúvidas», deviam continuar a ser governados por capitães-mores providos pelo governador trienalmente (70).

Importa salientar que a jurisdição dos governadores para o provimento dos capitães-mores das províncias de Quilengues e Galangue, apenas é referida por D. Miguel António de Melo. Os governadores seus antecessores, referem-se somente aos distritos. Os responsáveis por estas unidades administrativas, ao contrário dos comandantes dos presídios, não venciam soldo nem dispunham de guarnição militar. Daí a sua situação de subalternidade em relação aos presídios. O seu provimento era privativo dos governadores, como regalia concedida pelo Reino. Por decreto de 19 de Novembro de 1761, a par de algumas restrições, foi este privilégio reiterado pela Coroa (71).

Todavia, apesar desta distinção ter sido de há muito conferida pelo Reino aos governadores e agora renovada, o barão de Moçâmedes solicita-a para o seu governo como se fosse coisa nova. O ministro e secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, por seu lado, ao informar a sua petição, comete o mesmo erro confundindo a doutrina do decreto de 1761 (72).

Por conseguinte, o regime estabelecido para os presídios, cujos provimentos eram da exclusiva competência do Soberano foi, naquele governo, inadvertidamente, extensivo aos distritos. No mesmo erro não voltaram a cair, porém, os governadores que sucederam ao barão de Moçâmedes, pois todos souberam aproveitar a prerrogativa régia, provendo os postos de capitães-mores dos distritos de *motu proprio*.

Para os presídios o provimento pertencia, como dissemos, ao Rei. Mas como se processavam tais nomeações? Pensa erroneamente quem supor que elas obedeciam a normas previamente elaboradas, com cláusulas bem fixas, para a sua oposição. Pelo contrário, durante este período que vai, como perfilhamos, até 1760, as condições exigidas aos interessados para concorrerem a estes lugares, e a preferência dada pelo Conselho Ultramarino na sua escolha, variavam com o tempo. É este, no fundo, mais um aspecto da nossa adaptação aos condicionalismos da época, a ter em conta. Na verdade, os erros acumulados com estes pro-

vimentos, foram dando ao Reino a experiência necessária, permitindo mais tarde ao gabinete pombalino legislar com segurança e fazer obra válida. Coube então a Sousa Coutinho a árdua e ingente tarefa de dar execução ao pensamento do marquês, pondo em prática as suas medidas por forma a desterrar inveterados abusos e vícios do sistema; mas, como se verá, rendido este governador na cadeira da governação, as leis deixam de ter força, os abusos renascem e a disciplina dos capitães-mores dilui-se. A falta de continuidade na administração de Angola manifestada aqui em toda a sua pujança foi, inquestionavelmente, um dos seus grandes males. A Coroa sabia-o bem e procurou dar-lhe remédio, mas a regra política, por vezes seguida, de a um governador suceder outro ligado pelos laços de sangue, na convicção de que deste parentesco havia de resultar identidade de princípios administrativos, não surtiu os efeitos desejados (73). Angola precisava, isso sim, era de uma reforma de base e esta, por razões óbvias, só no século seguinte havia de surgir. Daí por diante, a província, seguindo o seu destino, iria naturalmente transformar-se no Brasil perdido, arrancando decisivamente para a portentosa Angola do nosso tempo.

Posto isto, de acordo com a legislação da Metrópole, o governador regularmente dava conta ao Reino das capitánias-mores prestes a vagerem. De posse desta informação, punham-se oportunamente editais no Conselho Ultramarino para que todas as pessoas que as quisessem servir, apresentassem nas mãos do secretário, no prazo, geralmente de 20 dias, os seus «papeis correntes». Os angolanos pretendentes a estes lugares, a despeito da provisão de 1664 que lhes dá a preferência em todos os postos e ofícios na província, candidatavam-se como os demais, fazendo entrega dos seus documentos por intermédio dos seus procuradores em Lisboa. Até meados do século XVIII foi esta a modalidade seguida.

Os documentos a apresentar ao secretário do Conselho consistiam, *grosso modo*, de requerimentos, patentes e certidões comprovativas dos trabalhos e tempo de serviço prestados à Coroa. Contudo, por razões diferentes, outras certidões passaram a ser exigidas ao longo do tempo. Com efeito, por disposição régia de 19 de Outubro de 1682, para o provedor da Fazenda, o Rei determina que, por se terem levantado dúvidas sobre o provimento dos capitães-mores, nenhum indivíduo, independente-

(70) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

(71) A. H. U. — Angola — Cód. 546.

(72) A. H. U. — Angola — Cód. 549.

(73) Cf. MATOS, Raimundo José da Cunha — Ob. cit., pp. 304-305.

mente do seu posto, possa ser provido em outro cargo sem que primeiro exhiba certidão da Fazenda Real, por onde prove nada lhe dever (74).

Todavia, como os capitães-mores foram acusados de contrariar as ordens emanadas dos ouvidores-gerais que não fossem previamente confirmadas pelos governadores com o «cumpra-se» foi, em meados do século XVIII, decidido que as autoridades sertanejas não fossem admitidas a despacho algum sem que apresentassem documentos de terem observado inteiramente as ordens da Ouvidoria (75). Em 30 de Março de 1754, nova ordem é expedida do Reino neste sentido, incluindo agora o cumprimento das prescrições dos oficiais da Fazenda, sem dependência da formalidade referida, em todas as diligências da sua jurisdição ou dos da Justiça (76).

No regimento dos capitães-mores, de 24 de Fevereiro de 1765, esta matéria encontra-se já devidamente regulamentada. Entretanto, como os provimentos incidem em indivíduos com experiência do lugar, passa a exigir-se, também, a respectiva certidão da *residência*, pela qual hão-de provar terem servido os seus cargos de harmonia com a legislação do Reino (77). A falta de algum destes documentos, nomeadamente do último, implicava a exclusão da candidatura ao governo do presídio.

A documentação depois de cuidadosamente examinada, era votada pelo Conselho Ultramarino, cuja resolução era, em seguida, submetida ao Monarca para despacho. Despachada a consulta em conformidade ou não com a resolução do Conselho, passava-se a carta-patente na qual se ordenava ao governador a posse do provido. Realizada esta, entrava, finalmente, o capitão-mor no gozo das regalias inerentes ao cargo que exercia pelo tempo de 3 anos.

Regra geral, o Conselho Ultramarino propunha para cada lugar 3 nomes, precisando bem a ordem de preferência, mas aconteceu inúmeras vezes este órgão consultivo ter de votar somente no nomeado pela simples razão de ninguém mais se ter oposto. Isto foi mais frequente a partir de 1722, ano em que o Rei, ao atribuir pela primeira vez aos capitães-mores o vencimento de 300\$000 réis anuais, lhes proíbe, assim como às restantes autoridades da província, o múnus do comércio, sem dúvida a principal fonte de desordens no sertão. Ora sendo este o

móbil que os levava a requererem os cargos, desaparecido ele, cessou o interesse pelas nomeações que só volta a manifestar-se alguns anos mais tarde, exactamente quando o capitão-mor concluiu de que afinal, com vantagem para si, podia perfeitamente conciliar os dois interesses, isto é, o seu vencimento e os lucros provenientes da sua actividade comercial.

Acontecendo falecer o capitão-mor no exercício das suas funções o que era normal na primeira metade do século XVIII, automaticamente passava a governar o presídio, na qualidade de regente, o oficial de maior patente — o tenente (78). Quando assim sucedia o governador participava o facto ao Reino e provia interinamente a sua vaga em indivíduo de sua confiança e de reconhecidos méritos. Entretanto, na Metrópole, a vacância da capitania-mor era posta em concurso. Cabe aqui referir que, não obstante o provimento do governador ser geralmente confirmado pelo Rei, a verdade, porém, é que o nomeado pela Coroa raramente coincidia com o provido pelo governador. Neste caso, dava em resultado a mesma capitania-mor contar ao mesmo tempo com dois capitães-mores. Contudo, como entre o provimento interino do governador e a nomeação do Soberano mediava um ou mais anos, esta dupla nomeação deixa de ter relevância. De qualquer modo, o capitão-mor nomeado pela Metrópole aguardava o termo do mandato do seu antecessor ao qual, de acordo com a lei, havia de lhe tirar *residência*, iniciadas que fossem as suas funções no presídio.

Pela análise das consultas do Conselho Ultramarino pode observar-se, também, a índole dos capitães-mores que, do Reino ou das Ilhas, dos Estados da Índia ou do Brasil, partiam em frágeis embarcações, mar fora, rumo a Angola, em busca da terra sonhada. A maioria destes homens, provenientes das camadas mais débeis da população, era de rija ténpera, endurecidos pelas vicissitudes das longas e penosas viagens e pelo exercício das armas. Os que não lograram sair do Reino e terçado armas no Ultramar, tinham, porém, larga experiência das campanhas metropolitanas. Eram, portanto, homens experimentados, habituados a jogar a vida, dispostos à aventura e seduzidos pela miragem da fortuna fácil, os que abalavam para os presídios de Angola.

Todavia, uma vez chegados à capitania-mor para onde iam nomeados, logo este entusiasmo se dissipava face às péssimas condições de vida

(74) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

(75) A. H. U. — *Decretos* — Cód. 2, L.º 3 — 1737-1754

(76) COIMBRA, Carlos Dias — *Livros de «Ofícios para o Reino»*, p. 65.

(77) A. H. U. — *Angola* — Cx. 26 — 1754-1756.

(78) Por portaria de 17-3-1841, declara-se que na falta ou impedimento repentino dos governadores subalternos, entre a governar o oficial de maior patente até que pelo governador-geral seja designada a pessoa que deverá exercer o cargo interinamente. (*Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Novíssima*, vol. 1, 1834-1851, p. 149).

que encontravam. Centros de todo o mundo sertanejo, os presídios estavam em contacto directo com o gentio e com a escória da população branca. Os horizontes dos capitães-mores circunscreviam-se então, as mais das vezes, aos apertados limites dum presídio decadente. Para lá dele, ficava a vegetação imensa, de onde irrompia, de quando em vez, o gentio sublevado. Na paz ou na guerra, o capitão-mor, de formação exclusivamente militar, era coagido, por força das circunstâncias, a viver permanentemente de arma engatilhada, pois da defesa do seu presídio, dependia a tranquilidade da capital e a segurança da província.

Mas estes homens, afeitos a todas as dificuldades, não puderam arrostar com os perigos dum território insalubre. Daí o grande inimigo do capitão-mor, no período em estudo, não ter sido as guerras do sertão, nem as saudades da família, que doem, mas o clima — o negro clima como lhe chamava o barão de Moçamedes.

Na verdade, a malignidade do clima e os excessos duma alimentação desregrada, deram como resultado serem impiedosamente dizimados, provocando, a cada passo, baixas consideráveis na diminuta população civil e militar. Esta calamidade foi de todos os tempos e todos os governadores, sem distinção, a lamentarem profundamente. Que assim foi, prova-o, afinal, Cadornega que, ao referir-se ao governo de Aires de Saldanha de Meneses, afirmava ter este governador provido algumas capitánias-mores em sertanejos e moradores luandenses, por os do Reino durarem «pouco com vida» (79).

Contudo, mesmo entre os próprios moradores, este recrutamento nem sempre era fácil, mórmente para os presídios dominados pelo Cuanza, onde a dureza do clima mais se fazia sentir. Destas dificuldades deu conta ao governo central Paulo Caetano de Albuquerque, em 23 de Abril de 1727, ao responder à carta régia de 10 de Julho de 1726, que lhe determinava declarasse sempre os impedimentos e ausências que o levavam a preencher as vacaturas das jurisdições do interior. Segundo o governador, só por falecimento ou incapacidade dos providos nomeava outros que melhor servissem a Sua Majestade; mas ainda nestas condições, não deixou algumas vezes de impôr pela força o exercício dos cargos, em oficiais do Regimento, por não haver quem voluntariamente os aceitasse,

(79) CADORNEGA, António de Oliveira de — *História Geral das Guerras Angolanas*, tom. 2, p. 374.

sobretudo para o presídio de Cambambe, «pelo mau clima da sua situação» (80).

Mas não obstante todas as dificuldades apontadas por Paulo Caetano de Albuquerque, facilmente provadas pelas consultas do Conselho Ultramarino, que amiudadas vezes se viu na necessidade de votar apenas no provido pelo Rei, por manifesta falta de oposição àquelas capitánias, a verdade, porém, é que, os governadores, ao longo do tempo, sempre fizeram este recrutamento nos *filhos da terra*, à medida que iam vagando. E é curioso notar que, ao contrário do que acontecia com os provimentos da Metrópole, feitos geralmente em pessoas pouco qualificadas (81), os dos governadores recaíam, salvo raras excepções, nas principais famílias da capital, nos sertanejos mais conhecidos e nos oficiais do Regimento mais distintos. Em suma, na nobreza da província. Estes homens formaram, assim, durante largo tempo, o escol da oficialidade angolana, mas, apesar disto, nem sempre se houveram com acerto no desempenho dos seus cargos, pois a ambição dos lucros provenientes de actividades pouco lícitas, fez com que uns e outros, a despeito de formações diferentes, servissem geralmente mais mal do que bem. Mas isto não serve, de modo algum, para condenar à priori, a actuação dos capitães-mores, porquanto ela tem de ser analisada à luz do contexto da época e, sendo assim, é insofismável que são poucas, muito poucas mesmo, as autoridades que se salvam.

(80) A. H. U. — *Angola* — Cx. 17 — 1726-1728.

(81) Quem se der ao cuidado de compulsar as consultas do Conselho Ultramarino, facilmente constatará que assim é. De resto, os próprios governadores o afirmaram como se verá adiante. O que importa efectivamente salientar é que o Conselho não ignorava o facto, simplesmente como o Reino se achava despovoado e a necessidade não admitia escolha, viu-se forçado a votar em sujeitos sem os indispensáveis requisitos para o exercício destes cargos. No entanto, dos provimentos do Reino, alguns foram ainda feitos em indivíduos de reconhecida distinção. É o caso, por exemplo, de João Zuzarte de Andrade, nomeado por despacho régio de 17 de Setembro de 1707, para o presídio de Benguela, por ter «o foro de fidalgo, circunstancia que o faz preferir aos mais opoziiores». (A. H. U. — *Consultas Mixtas* — Cód. 20, L.º 8 — 1704-1713); de José da Nóbrega de Vasconcelos, provido para o presídio da Muxima, por despacho régio de 15 de Dezembro de 1713, «que alem de ter servido na guerra presente e occupado o posto de Capitão de Auxiliares, ocorre nelle ser pessoa nobre, neto de hum Dezembargador que foi Secretário da Embaixada a que foi o Marquês de Cascais, pai do presente, a El Rei de França». (A. H. U. — *Consultas Mixtas* — Cód. 21, L.º 9 — 1713-1722); de Manuel de Atougua e Meneses, nomeado por despacho régio de 22 de Junho de 1722, para o presídio de Cambambe, que excluindo o caso de ter sido o único opositor é, porém, «húa pessoa de conhecida nobreza e se esperar d'elle que dará muito boa conta de si nas obrigações deste posto». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 16 — 1722-1750); e finalmente o de Manuel Matoso de Andrade, nomeado para o presídio das Pedras, por despacho régio de 12 de Março de 1732, por constar «ser pessoa de distinção e que todos os seus ascendentes servirão a V. Magestade com grande zello e ser filho do coronel Francisco Matoso de Andrade». (A. H. U. — *Consultas Mixtas* — Cód. 23, L.º 11 — 1730 1740).

A vantagem dos capitães-mores escolhidos dentre os moradores e *filhos da terra*, para além duma justiça reconhecida pela Coroa no século anterior, residia no facto de eles se adaptarem melhor ao meio ambiente onde iam exercer as suas funções, de mais facilmente garantirem a completa comissão trienal, de terem um conhecimento profundo do sertão, que lhes permitia saber dos usos e costumes das populações com as quais iam contactar, e terem finalmente a possibilidade de, conhecendo a língua, administrar com mais segurança a justiça aos povos. Do reconhecimento destes atributos foi, pela Coroa, oficializada a sua preferência para tais cargos, em meados do século XVIII. Até lá, porém, houve um longo caminho a percorrer que, em certa medida, marca um retrocesso na história destes provimentos, pois a legislação pela qual se lutara durante tantos anos encontrava-se já em vigor nos finais do século XVII e começo do século XVIII. Há assim, como veremos, como que um desfazamento entre os princípios e os factos.

Com efeito, ao expirar o século XVII, precisamente em 1 de Março de 1697, determina o Soberano ao governador Luís César de Meneses que, por se acharem vagos os postos de capitão-mor do campo, tenente de capitão-mor e de capitão-mor de presídio das Pedras, para estes e outros postos propusesse os sujeitos que entendesse serem os mais capazes para tais funções, fazendo nas propostas relação dos serviços de cada um conforme era do estilo (82). Em 31 de Janeiro de 1702, ordem semelhante era dada ao governador Bernardino de Távora, para que assim o entendesse, com expressa recomendação, porém, de que os propostos pelo governador fossem sempre as pessoas de maior satisfação (83).

Como se vê a política então seguida era simples: o governador propunha ao Reino a vacatura dos presídios nos moradores que lhe parecesse serem os mais aptos, e o Conselho de posse desta proposta, afixava os

(82) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545

(83) Já dissemos o suficiente a respeito da falta de cumprimento de muitos governadores às ordens procedentes do governo central, umas vezes por ignorância, outras por interesses pessoais. Mas não resistimos à tentação de mais uma vez a demonstrarmos. Na verdade, a darmos crédito a um documento não assinado nem datado, mas sobre este governo, Bernardino de Távora, levado como tantos outros pela ambição, que destruíra moralmente os homens e arruinava a província, além da preferência dada na saída de navios negreiros, de Luanda para os portos da América, a troca de recompensas em dinheiro, contra as ordens régias, chegara ao ponto de vender licenças e ofícios que vagavam, inclusive as nomeações de capitães-mores, a quem melhor as pagasse: «Em os Capitaens Mores postos pelo Conselho Ultramarino continuamente há vacaturas por morrerem em suas capitanias e o governador nomeia interinamente em quem mais dá; a uns por quatro mil cruzados, a outros por três e a outros por

competentes editais pelo prazo de 20 dias, para que todos os interessados se opusessem. Findo o prazo, o Conselho estudava todos os documentos juntamente com a proposta do governador e decidia-se por um determinado concorrente, que podia coincidir ou não com o provido pelo Rei. Todavia, apesar das ordens régias neste sentido, esta regra não teve confirmação prática até 1750. É o que iremos ver seguindo de perto a documentação da época.

Na verdade, no manifesto de 68 pontos do governador D. João Manuel de Noronha (1713-1717), relativo à forma como administrou a província, é a inobservância da referida regra denunciada em termos que não deixam dúvidas: «e assim se acha hoje em perfeita ordem e disciplina os soldados, como os da Europa, fazendo-lhes mesmo o governador exercício repetidas vezes por falta de oficiais capazes que os soubessem exercitar, o que tem nascido de se fazerem pelo Conselho Ultramarino os provimentos sem que proceda informação do governador de cuja usurpação de jurisdição provêm semelhantes desconcertos, o que da mesma sorte socede em o provimento dos Capitaens Mores cuja capacidade de nenhuma maneira hé evidente a S. Magestade por falta de individual notícia que só cabalmente a podem dar os governadores donde vem occuparem os postos pessoas indignas de semelhantes occupaçoens de que resulta muitas vezes as alterações dos sertois, nam sabendo remedia-las e tambem cauzando-as» (84).

No entanto, por carta régia de 21 de Julho de 1719, o Soberano faz lembrar ao governador Henrique de Figueiredo a mesma regra nas propostas que tiver de fazer dos postos que vagarem no Terço da capital ou dos que estiverem a acabar os mandatos nos presídios, cujas propostas deviam ser enviadas pelo chefe da província ao Reino, por forma a permitir o preenchimento dos lugares na altura precisa. Quando porém, tal

dois conforme o rendimento das ditas capitanias». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 13 — 1701-1703).

Desta acusação não se livrou também o governador Rodrigo César de Meneses que, em 17 de Agosto de 1736, vê denunciado o abuso pelo provedor da Fazenda, Lourenço Freitas Ferraz Noronha, que o participa à Metrópole. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 20 — 1734-1736).

Talvez venha a talhe de fouce lembrar que estas prevaricações dos governadores não são localizáveis apenas em Angola, mas em todo o Ultramar. Com efeito, o alvará de 14 de Abril de 1785, publicado por ocasião dos excessos praticados pelas autoridades administrativas, militares e judiciais na capitania de Moçambique, rios de Sena e de Sofala e extensivo aos Estados da Índia e do Brasil, ilustra bem este facto. (*Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga*, vol. 2, 1755 a 1834, pp. 225-227).

(84) A. H. U. — *Angola* — Cx. 15 — 1712-1721.

fosse impossível era o governador autorizado a prover as respectivas vagas (85).

Que ilações se devem inferir de tudo isto: negligência dos governadores ou usurpação da sua jurisdição pelo Conselho Ultramarino? Se atentarmos que o século XVIII é de crise e de decadência em todo o mundo português, em que todos os acontecimentos na Mãe-Pátria se repercutem no Ultramar, talvez não andemos longe da verdade se considerarmos ambas as premissas como verdadeiras. Mas convém não anteciparmos conclusões definitivas.

O ano de 1733 marca o início de uma viragem na preferência, posteriormente concedida aos naturais e *filhos da terra*, para os cargos de capitães-mores pelos motivos sobejamente referidos. Com efeito, em 20 de Junho de 1733, o governador Rodrigo César de Meneses, ao pedir a confirmação do provimento interino da capitania-mor de Ambaca em Semião Pereira Bravo, por falecimento de Aires Nunes Monteiro, expõe à Metrópole a necessidade destas nomeações recaírem nos naturais da terra «não só porque rezistem melhor à malignidade do clima, mas porque fazem diferente serviço a S. Magestade dando-se melhor com os sovas daqueles certos e a experiência tem mostrado ser raro o filho de Portugal que não perca a vida nos ditos Prezídios» (86).

Concordando com a sugestão do governador, o Conselho Ultramarino pôs em concurso a capitania tendo sido nomeado para ela o angolano Francisco Xavier, por despacho régio de 22 de Junho de 1734.

Em 30 de Agosto deste ano, César de Meneses insistia de novo com o Reino sobre o mesmo ponto, tornando evidente a sorte reservada a todos os capitães-mores que, sendo naturais da Metrópole, fossem servir nos presídios de Angola, pois os que ultimamente haviam sido nomeados para Ambaca, Cambambe, Muxima e Massangano, faleceram pouco tempo depois de iniciarem as suas funções, tendo para este último designado já o coronel Estevão José de Lima das principais famílias da capital, filho do antigo secretário de Estado de Angola e irmão do que na altura servia a dita ocupação (87).

Mas, como de costume, o Rei manda pôr editais para o provimento destas vagas. Todavia, o Conselho Ultramarino faz presente ao Soberano de que tendo posto em concurso o presídio de Caconda apenas se opusera Duarte Leite de Almada que nem era natural da província, nem lá prestara serviço. Deste modo, entendia o Conselho ser de toda a conveniência adoptar-se o sistema sugerido por César de Meneses. O conselheiro Alexandre Metello de Sousa Meneses ia mais longe: em sua opinião devia anular-se a consulta e ordenar-se ao governador pusesse editais na província para este e outros presídios em condições de serem providos, enviando em seguida ao Reino uma exacta informação dos seus opositores «para serem nomeados por V. Magestade e se evitar o inconveniente de ficarem no absoluto provimento dos governadores» (88).

Contudo, por despacho régio de 10 de Abril de 1734, é Duarte Leite de Almada nomeado capitão-mor do presídio de Caconda.

Os anos foram passando sem que o Rei introduzisse no sistema as modificações preconizadas pelo governador e defendidas pelo Conselho Ultramarino. Entretanto, por ocasião da consulta sobre o provimento da capitania-mor das Pedras, para a qual fora nomeado por despacho régio de 17 de Outubro de 1739, Francisco Matoso de Andrade, das principais famílias de Angola, os conselheiros Alexandre Metello de Sousa Meneses e Manuel Fernandes Vargas, assumem uma posição de força ao declararem não votarem em nenhum dos concorrentes «por não terem conhecimento algum dos opoziutores e para votarem nelles necessitam que o governador de Angola, informasse da sua capacidade» (89).

A tomada de posição destes conselheiros deu os seus frutos, pois em 16 de Janeiro de 1741, já o governador João Jaques de Magalhães podia remeter ao Reino uma lista das pessoas consideradas mais válidas para o desempenho de tais cargos, a qual inclui nomes como o de Baltazar Vandunem, que figura à cabeça da lista, de Manuel Matoso de Andrade, de Bartolomeu Duarte de Sequeira, de Semião Pereira Bravo e outros (90).

Por carta régia de 16 de Abril de 1753, é o envio de lista semelhante recomendado ao governador conde do Lavradio, a fim de se porem editais na Metrópole e serem providas as vacaturas pelo Rei. Em 4

(85) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

(86) A. H. U. — *Angola* — Cx. 20 — 1734-1736.

(87) A. H. U. — *Angola* — Cx. 19 — 1732.

(88) A. H. U. — *Consultas Mixtas* — Cód. 23, L.º 11 — 1730-1740.

(89) A. H. U. — *Consultas Mixtas* — Cód. 23, L.º 11 — 1730-1740.

(90) A. H. U. — *Angola* — Cx. 23 — 1744-1746.

de Junho de 1756, nova proposta segue para o Reino, remetida pelo governador D. António Álvares da Cunha, para os presídios de Ambaca-Pedras, Cambambe, Massangano e Muxima (91).

É este, de facto, o sistema que irá predominar até ao fim deste período. Na verdade, com D. António de Vasconcelos, ainda ele se mantém inalterável, visto em 9 de Outubro de 1760 este governador seguir o exemplo dos seus antecessores, remetendo igualmente ao Reino uma informação das pessoas mais indicadas para os cargos de capitães-mores que devem recair, em sua opinião, em *filhos da terra*, «pois como já tive a honra de expor a V. Ex.^a em diversas contas se limitta o seu génio às capitánias-mores em razão do negócio; e com effeito sempre os julgo muito menos prejudiciais nos tais empregos que os de mar em fóra» (92).

2. 2. De 1761 a 1800

Antes de entrarmos na análise deste segundo período, convém recordar que o século XVIII é de profunda decadência na história de Angola. Regra geral, os historiadores ao debruçarem-se sobre as suas causas não hesitam em apontar o governo dos capitães-mores como uma delas. Jofre Amaral Nogueira, por exemplo, ao estudar as razões do fraco desenvolvimento da província, sobretudo a partir de meados do século, refere que um dos factores que mais conduziram à sua estagnação económica e social foi, precisamente, «a actuação dos capitães-mores e restantes autoridades como mercadores privilegiados» (93).

Não duvidamos que assim seja. Contudo, temos para nós que, mais importante do que esta perniciosa actuação, foi, a decadência moral e espiritual que, ao tempo, abalou os homens e as instituições. Não só Angola lhe sofreu então as consequências, mas todo o Ultramar Português. Na verdade, o Cristianismo que, até meados do século XVII, havia sido a mola impulsadora da nossa expansão, perde, pouco a pouco, a sua força mística que sempre acompanhara os portugueses para dar lugar à perversão dos costumes, às baixezas humanas. A maioria dos moradores, nomeadamente os brancos, vive «seguindo as inclinações de huma vida

mole, e licenciosa, ama a torpeza e tolera os ritos gentílicos por complacência aos objectos do seu deleite. Submergida naquella prazível Lôdo se esquece dos deveres Catholicos» 94).

Era uma época em que campeava o luxo e a corrupção num reduzido núcleo de moradores enriquecidos pela escravatura. Este luxo foi pelo governador João Jaques de Magalhães denunciado à Corte, em 29 de Abril de 1738, como afronta à moderação da sua vida pública e privada. Por carta régia de 19 de Outubro de 1742, informava o Reino ter proibido em Angola, por alvará, o uso dos veludos, sedas lisas e laceradas, tecidos com ouro e prata, e o luxo dos funerais (95).

Em 25 de Janeiro de 1792, o governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, em carta para José Seabra da Silva, dando um balanço à situação da província, afirmava: «Consentindo o excessivo luxo desta Conquista em os moradores terem immencidade de moléques, e molécas em caza fazendo com estas grandes despesas na multiplicidade de panos conservando com muito maior gasto o seu indecente traje com que as distinguem, sendo muitas vezes estas, cauzas das muitas dezordens externas, e internas, faltando-se a outras athé em se dar o sustento precizo, se relaxam a toda a liberdade e qualidade de vícios com ociozidade total; algum regulamento sobre este artigo seria de huma grande utilidade; porem a enovação em uzos inveterados ainda que da parte das gentes conhecidas só podem ser extirpadas com ordens dereitamente emmanadas do Trono» (96).

Do maior interesse para uma análise da vida social luandense setecentista é, sem dúvida, a descrição do desembargador, ouvidor-geral Francisco Xavier de Lobão Machado Peçanha, de 20 de Março de 1784 a Martinho de Melo e Castro, na qual, ao contrário do que se observa noutras áreas geográficas se denotam traços de «cafreização lusa», a que a baixa, qualidade da nossa colonização aqui levada a cabo não é, de forma alguma, indiferente. Entre outras coisas que pareciam abusos a Machado Peçanha era o idioma geral da língua abunda (97) que devia ser a portuguesa e sabê-la não só os brancos como os pretos e mestiços

(91) COIMBRA, Carlos Dias — Ob. cit., pp. 64-65.

(92) A. H. U. — *Angola* — Cx. 28 — 1759-1761.

(93) NOGUEIRA, Jofre Amaral — *Perspectiva Histórica e Aspectos Actuais do Povoamento Europeu de Angola*, in «I Congresso dos Economistas Portugueses», pp. 85-110.

(94) CORRÊA, Elias Alexandre da Silva — *História de Angola*, vol. 1, pp. 87-88.

(95) A. H. U. — *Angola* — Cód. 546.

(96) A. H. U. — *Angola* — Cód. 1633.

(97) Escrevendo para o Reino, em 6-12-1754, D. António Álvares da Cunha sintetizava, nos seguintes termos, as vicissitudes da sua época: «Cauza sim admiração grande ver que esta cidade cheya de Menistros de Deos, Templos, Pregadores, e homens euro-

que, realmente, nem a entendiam. Os moradores brancos, empregados no comércio e incorporados no exército, falavam «português como hóspedes e ambundo como africanos». Por outro lado, as mulheres eram educadas pelas negras, «sem prendas nem religião», que lhes transmitiam o seu idioma, costumes e sentimentos de que resultava ficarem muitas delas sem falarem nem entenderem português. Daqui provinha — dizia — reputar-se a prostituição «como acto indiferente». De notar, também que, muitas das mulheres brancas, quase todas as mestiças e as negras, não trajavam à europeia, antes «embrulhavam-se em chitas e lenços da Índia, com cinco até oito qualidades e cores diferentes que importavam mais, que duas saias, roupinhas e capa». Segundo aquele magistrado a mulher branca preferia este modo de vestir, para escusar calçar-se e aparecer a pé, porque trazendo saia era do estilo «andar em cadeirinha, ou rede coberta, que chamam tipóia, e muitas negras acompanhando-a». Raramente a mulher luandense ouvia missa e se confessava. As brancas, sobretudo, escondiam-se de dia, ao contrário das negras que gostavam de mostrar-se. «Os pais e parentes de ordinários tanto não estranham que as filhas e consanguíneas se prostituam, que participam do preço das convenções e não duvidam levar as raparigas para casas lupanar», da capital. Para este estado de coisas contribuía, sobremaneira, o luxo excessivo que, arruinando os débeis agregados familiares, impedia o fomento das artes úteis, de sorte que a mulher africana não cosia, não bordava, não lavava, não engomava, nem fiava.

peus se esquecem os seus abitantes da relegião, da lingoa e dos costumes da nossa nação; porque nada disto exziste, neste miseravel Povo, os seus custumes são barbaros, a lingoa hé a Inbunda, e a ley a gentilica» (A. H. U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756).

A. Sousa Coutinho não passou despercebida, também, sobretudo no que respeita à língua falada, a preponderância da língua ambunda relativamente à portuguesa, como fenómeno de relação, em todos os domínios do agir humano e em todos os escalões da sociedade luandense. O bando que mandou publicar, de 9-1-1765, a propósito da proibição dos «Entambes» é bem significativo: «E porque nenhum outro meio hé tão eficaz para arrancar huns abuzos tão torpes, como o de principiari a civilidade pela Lingoa; pois allem de que precizamente deve ser a Portugueza, quanto permite o serviço dos Negros, hé muito indecente, que as Familias nobres, e brancas conservem nas suas cazas, e na criação dos seus Filhos huma total ignorancia da referida Lingoa, privando-os na sua educação do aproveitamento que podia conduzir-lhes a Lição de bons Livros, para haverem de substitui-la com a Lingoa Ambunda, só necessária no Certão; quando também hé certo, que se criados os Filhos com a prohibição dela a ignorassem, não só seriam mais uteis ao serviço d'El-Rey Nosso Senhor, mas verião com horror huns costumes, que os precipitão na falta de Religião: por estas cauzas, recomendo aos Pays de Familias, que procurem quanto lhes for possivel, vedar na criação de seus Filhos a Lingoa Ambunda, que fação, como hé mais natural, e como succede em todo o Brazil, sujeitar os Negros seus Escravos à Reinante, deichando-a para o Certão donde hé necessária, e para o mutuo uzo dos Negros». (A. H. U. — Angola — Cx. 31 — 1766-1768).

Conheciam-se, igualmente, bastantes casas com mais de 40 escravos ociosos e amancebados, cujos abusos por sustentarem a barbaridade e embaraçarem a religião, deviam ser definitivamente desterrados. Daí Angola, sob muitos aspectos, não lhe parecer conquista antiga, mas estabelecimento de recente data (98).

O abandono de uma ética secular que nos havia imposto à admiração do mundo trouxe, como consequência, uma inevitável perda do nosso prestígio. É esta decadência, portanto, como mãe de todos os males subsequentes, a grande responsável pelo aceleração da situação infeliz da província, por tão largo espaço de tempo.

De facto, logo após a expulsão dos holandeses, em 1648, o comércio, designadamente o comércio escravo, passa a ser, mais do que nunca, ávido e indiscriminadamente procurado por todas as pessoas. Ninguém deseja negociar com lisura. As necessidades brasileiras de mão-de-obra escrava não se compadecem com os tradicionais princípios de honestidade. Só o lucro conta e não importa como adquiri-lo. Debalde procurou a Coroa remar contra tão grande mal, pois esta «doença» — assim chamava ao comércio o governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos — tinha penetrado bem fundo na alma dos homens. Neste período, portugueses e estrangeiros confundem-se. Nada há neles que os distinga. A ambição havia-os unido. Era a decadência de Angola quando tudo nela faltava: «falta de exército, falta de religiosos, falta de moradores, falta de iniciativas, falta de rendimentos, falta de chefes e falta de visão directiva local» (99).

Não admira, por isso, que em toda a primeira metade do século XVIII tivessem chegado à Metrópole constantes queixas contra as violências perpetradas pelos capitães-mores, no exercício das suas funções. Nem tão-pouco se deve estranhar o facto de o Rei, durante o ano de 1760 não ter despachado nenhuma das consultas do Conselho Ultramarino, com vista às suas nomeações, mas ter-se limitado a declarar em 27 de Novembro de 1761, ao ser-lhe proposto o provimento da capitania-mor da Muxima, na pessoa de Rodrigues da Silva, com 10 anos de serviços prestados à província que, para o regular provimento desta e das mais capitanias-mores, se aguardassem as propostas do governador, na conformidade das suas ordens, ultimamente expedidas, suspendendo-se, no

(98) A. H. U. — Angola — Cx. — 39 — 1783-1784.

(99) DELGADO, Ralph — *História de Angola*, vol. 4, p. 305.

entretanto, a expedição dos despachos dos que se achassem providos por modo diverso do que havia estabelecido (100).

Todavia, decorrido o primeiro decénio do reinado de D. José (1750-1777) a Corte, intentando diagnosticar a origem próxima destes abusos, que tanto tinham de humilhantes como de perigosos, para os superiores interesses da província, chegou à conclusão de que eles eram devidos fundamentalmente a 3 aspectos: 1.º, à péssima escolha que se fazia das pessoas para ocuparem os referidos postos; 2.º, à convicção dos capitães-mores de que por serem providos com patentes assinadas pelo Soberano não podiam ser castigados senão por ordem expressa da Coroa; 3.º, não terem nas respectivas capitánias-mores ordenados correspondentes à responsabilidade dos seus cargos (101).

Uma vez que um dos motivos dos excessos dos capitães-mores assentava na precaridade dos seus provimentos, como reagiu a Metrópole para solucionar o problema? É o que iremos ver.

Estudando convenientemente as propostas e alvitres do governador António de Vasconcelos, o Reino reconhecendo que tais desordens eram consequência dos provimentos serem ordinariamente consultados em pessoas desconhecidas e, no firme propósito de contemplar os oficiais militares que melhor servissem na província, publicou o decreto de 19 de Novembro de 1761, no qual determinou que o Conselho Ultramarino não voltasse a consultar as capitánias-mores sem que precedessem propostas dos governadores, feitas em oficiais das tropas pagas e regulares da província, como prémio dos seus serviços e em atenção aos seus merecimentos; que na falta de capitães-mores as regências dos presídios e distritos se confiassem a sujeitos igualmente qualificados; que, não obstante os capitães-mores terem patentes assinadas pelo Rei, sempre que infringissem as ordens estabelecidas para a paz, bem-comum, comércio e agricultura, fossem, em processos sumários, sentenciados em Junta instituída por aquele decreto e composta pelo governador, coronel, tenente-coronel, sargento-mor, ouvidor e juiz de fora, ou os que seus cargos servissem, dando-se as respectivas sentenças à execução e enviando-se em seguida ao Reino os processos por intermédio da Secretaria de Estado e do Conselho Ultramarino (102).

O decreto de 19 de Novembro de 1761 passou, com efeito, a ser a chave mestra de todos os provimentos dos capitães-mores de Angola, até finais deste século; mas deve dizer-se que os objectivos do Reino, se bem que não tivessem sido inteiramente frustrados, ficaram longe de ser considerados satisfatórios. É incontestável que a Coroa fez porfiados esforços para dar ordem, onde a não havia. Contudo, como é óbvio, a legislação por si só não chegava. Era necessário algo mais: eram precisos os moradores que faltavam; os vencimentos que estimulassem; a disciplina militar, que não existia; a moralização dos costumes, que tinha sido abandonada. O que se fez, e é inegável que alguma coisa foi feita para melhorar este estado de coisas, deve-se a Sousa Coutinho mas, como foi obra de um homem de génio, teve pouca vida e, num ápice, tudo volta a ser como dantes.

O governador António de Vasconcelos, em carta de 3 de Julho de 1762, para a Metrópole, dizia que, em observância do referido diploma, tinha mandado afixar editais para o provimento dos presídios de Cambambe, Ambaca, Caconda e Benguela, aos quais se opuseram Feliz Cate-la de Lemos, Luís Prates Matoso de Andrade, Álvaro Teixeira de Macedo e João Gago da Câmara (103) «todos os quatro igualmente incapazes de semelhante emprego, por altivos malcreados e ambiciosos, além de se acharem em idade incompetente para se lhes entregar uma Fortaleza e o governo da sua guarnição e mais povos, porque o primeiro tem vinte e cinco anos, o segundo e o terceiro vinte e seis e o quarto vinte e quatro». Perante tais dificuldades propunha o referido governador que sempre que assim acontecesse fossem estes postos também providos em moradores, porque «ao sertão só vão desesperados, sem meyo algum de vida, ou os que nelle tratão negócio» e os «Militares actuaes em pouco ou nada differem dos Paizanos, porque rarissimo hé o que merece esse nome e já passou o tempo em que voluntariamente vinhão servir neste Reyno. São quaze todos filhos da terra e dos poucos de mar em fóra quaze todos também sem o préstimo atendível» (104).

Em 15 de Novembro de 1762, António de Vasconcelos insistia de novo com a sua proposta, vincando bem a necessidade da sua aprovação.

(103) O ajudante do Regimento, João Gago da Câmara e o alferes Luís Prates Matoso vieram a ser nomeados interinamente por Sousa Coutinho, para os presídios das Pedras e Massangano. (A. H. U. — Angola — Cx. 30 — 1763-1765); Em 18 de Junho de 1766, o mesmo governador deu parte ao Reino de ter dado baixa ao alferes Luís Prates Matoso pelas muitas e crueis desordens que praticou no governo de Massangano, fazendo-lhe restituir prontamente tudo o que havia roubado. (A. H. U. — Angola — Cx. 31 — 1766-1768).

(104) A. H. U. — Angola — Cx. 29 — 1762-1763.

(100) A. H. U. — *Consultas Mixtas* — Cód. 27, L.º 15 — 1760-1799

(101) A. H. U. — *Angola* — Cód. 472 — 1757-1791.

(102) A. H. U. — *Decretos* — Cód. 3, L.º 4 — 1754-1771.

porquanto todos os presídios contavam, além do capitão-mor, com mais três oficiais subalternos, respectivamente, o tenente, o alferes e o ajudante, cujos postos eram sempre providos em «homens fuscos e pretos e comumente paizanos, tanto por não haver nelles outra qualidade de gente, como porque ainda desta só se sogeita a servir os que absolutamente não tem que comer, pela natural malacia e ocio a que são dados. E para conservar os ditos Postos hé preciso prover nelles aos paizanos menos bárbaros e que se distingão com mais algum asseyo» (105).

A falta de gente para o preenchimento dos quadros do funcionalismo de Angola e, designadamente para os presídios do sertão, quer sob o ponto de vista quantitativo quer qualitativo, é por demais evidente. Sousa Coutinho, porém, através de uma obra notável, toda norteadada pelo inveterado amor à província que servira com o maior desvelo, viu estas dificuldades seriamente agravadas, principalmente depois que a obediência à lei em que se consubstancia a legalidade, teve a ordem por base e o progresso por fim.

É por isso, que, em 1766, apesar de se concederem soldos aos militares para servirem os cargos de capitães-mores, se encontravam vagos os presídios de Cambambe, Encoge, Massangano e Muxima, conservados sob a forma de regências (106).

Introduzindo um novo espírito de disciplina às forças militares da província e levando a cabo uma completa reforma no Regimento, Sousa Coutinho, não querendo sujeitar os poucos moradores jovens da capital à inclemência do clima inóspito do sertão, recorreu, para colmatar as vacâncias dos presídios, aos militares reformados, cuja mediocre capacidade ainda permitia algum serviço.

Estes homens, que, durante uma vida inteira, haviam servido fielmente a Sua Majestade, podiam, assim, no dizer de Sousa Coutinho, ser sepultados honrosamente. É que «os prezídios que não podião estar hum instante vagos que até o meu tempo forão o objecto de todos os dezejos, e de todas as despesas passarão de repente para huma incrível abjecção; porque logo que a ordem occupou o lugar de tantos, e tão escandalozos roubos, nem Payzanos nem officiais descobriram conveniencias em huns Postos arriscados, e em que as excessivas incomodidades achavão pe-

(105) A. H. U. — Angola — Cx. 29 — 1762-1763.

(106) A. H. U. — Angola — Cx. 31 — 1766-1768.

quenos Licitos reparos». E apesar de tudo sempre estes reformados eram preferíveis aos «cruéis payzanos que o Conselho Ultramarino mandava» (107). Esta era a vantagem, portanto, de tais postos serem providos na própria província, em indivíduos conhecidos.

Substituído Sousa Coutinho no leme da governação por D. António de Lencastre, as desordens não se fazem esperar. Assim, os capitães-mores deixam de respeitar o seu regimento, o comércio passa a ser praticado nos moldes antigos, e o gentio volta a ser espoliado dos seus haveres. Os rumores das queixas chegam à Corte e o Rei logo repreende D. António de Lencastre, pela falta de cumprimento às suas ordens (108).

O seu sucessor, D. José Gonçalo da Câmara, por carta de 12 de Janeiro de 1780, leva ao conhecimento do Reino os abusos cometidos pelos capitães-mores nos presídios, e as infinitas dificuldades dos seus provimentos, visto para Angola apenas irem degredados, sendo por isso raros os que lá existiam que não tivessem ido por este caminho. Os militares, por seu lado, continuavam desinteressados de tais lugares pela razão de que deixando os seus postos para irem servir ao sertão, por espaço de três anos e por 300\$000 réis anuais, acabada que fosse a comissão, os perdiam ficando impossibilitados, por conseguinte, de prover à sua subsistência. Em vista disto, propôs D. José Gonçalo da Câmara, como tentativa de remediar esta injustiça, que os oficiais militares que servissem nos presídios, dando boa *residência*, pudessem reingressar no Regimento e ocupar os antigos postos (109).

Em resposta à carta do governador, o ministro Martinho de Melo e Castro, em 12 de Agosto de 1782, confere-lhe plenos poderes para conter os capitães-mores nos limites da sua moderação, e remover os obstáculos que se opusessem ao cumprimento das disposições régias, podendo, para tanto, expulsar dos seus lugares que ocupavam os que fossem providos pela província, depois de provados os seus excessos, e suspender os de nomeação régia. Aquele ministro lembrava ainda a D. José Gonçalo da Câmara que os capitães-mores se achavam debaixo da sua imediata jurisdição, pelo que lhe assistia o dever de castigar e corrigir pelos meios que lhe parecessem os mais eficazes, as suas pre-

(107) A. H. U. — Angola — Cx. 31 — 1766-1768

(108) A. H. U. — Angola — Cód. 546.

(109) A. H. U. — Angola — Cx. 38 — 1780-1783.

varicações, tornando-se, por conseguinte, responsável pelas alterações que se viessem a registar no sertão quando omitisse os meios próprios que a autoridade do seu lugar lhe concedia para as coibir.

Relativamente ao seu provimento, diz-se na mesma carta que, não indo pessoas do Reino nomeadas para os presídios, podia o governador provê-los em oficiais das tropas, assegurando-lhes que servindo a contento com as suas obrigações e dando boa *residência*, se conservassem nos seus postos militares a fim de poderem continuar no serviço real. (110).

No governo do barão de Moçâmedes, ensaiou-se uma nova experiência, com vista a suscitar o interesse dos militares por tais cargos, possibilitando-lhes a oportunidade das suas promoções no Regimento acabadas as suas funções trienais nos presídios; mas como os males eram estruturais, a Coroa não foi feliz nos seus intentos (111).

Assim, consideradas as extremas dificuldades destes provimentos na província, recorreu o Rei ao sistema antigo de os ir provendo na Metrópole, à medida que as necessidades o exigiam. É por isso que em 6 de Março de 1790 se participa ao governador, terem embarcado a bordo da nau «Belem» em que segue o novo governador, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, com reforços militares, José Filipe Turem e Alexandre dos Reis Pereira, nomeados capitães-mores, respectivamente de Ambaca e do Encoge (112).

Quando o século XVIII se aproximava do seu terno, a Corte, em pleno reinado de D. Maria I (1777-1816), introduz novas alterações ao decreto de 19 de Novembro de 1761, porquanto em 29 de Janeiro de 1797, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos informava o Reino de ter deixado de nomear capitães-mores para os presídios, por aguardar a todo o momento, disposições sobre o novo sistema. Entretanto, supriam os cargos, como regentes, os tenentes das companhias (113).

Por outro lado, D. Miguel António de Melo, ao prover as capitães-mores de Cambambe e Ambaca, fá-lo em concordância não só com o decreto referido, mas também com o aviso da Secretaria de Estado de

(110) A. H. U. — Angola — Cód. 549.

(111) A. H. U. — Angola — Cód. 549.

(112) A. H. U. — Angola — Cód. 1633.

(113) A. H. U. — Angola — Cód. 1633.

12 de Agosto de 1782 e provisão do Conselho Ultramarino de 9 de Dezembro de 1786 (114).

E, em 20 de Março de 1801, o mesmo governador dá conta ao Reino, de ter recebido o aviso de 8 de Julho de 1800, que estabelece nova doutrina para o governo dos presídios (115).

3. NOMEAÇÃO DE ESCRIVÃES EM SUBSTITUIÇÃO DE CAPITÃES-MORES

Vimos já qual a diferença existente entre capitães-mores dos presídios e capitães-mores dos distritos, assim como a jurisdição concedida pela Coroa aos governadores, para os seus provimentos.

Os presídios, como se sabe, datam dos primeiros tempos da conquista. Na ocupação linear da província, o primeiro a ser fundado foi em Massangano, em 1583 e, à medida que se progredia na infiltração sertaneja, outros presídios foram levantados, como o da Muxima, de Cambambe, das Pedras Negras, de Caconda, etc.

Os sobados, não muito distantes da capital, mais dóceis, e por isso mesmo mais cedo avassalados, foram, logo de começo, distinguidos pelos governadores-gerais, com o envio de escrevães, homens brancos, conhecedores do sertão e versados na língua, por forma a melhor poderem cumprir as instruções dos chefes da província e com eles se corresponderem. Eram, pode dizer-se, os olhos e os ouvidos dos governadores, à boa maneira antiga.

Durante muito tempo foi esta prática observada, sem motivos de reparos, quer dos representantes do governo, quer das autoridades tradicionais.

Contudo, em data indeterminada, os escrevães requerem aos governadores que, por se encontrarem em terras do gentio e poderem mais facilmente ser respeitados, lhes fosse concedida uma insígnia — a de capitão-mor. Deferida a petição, não tardou que à sua sombra, aqueles funcionários logo cometessem as maiores violências no sertão. Com efeito, transformados em negociantes sertanejos, umas vezes por conta própria, outras dos governadores, de quem amiudadas vezes são simples

(114) A. H. U. — Angola — Cx. 47 — 1799.

(115) COIMBRA, Carlos Dias — Ob. cit., p. 182.

comissários, fazem chegar aos sobados grandes quantidades de fazenda que, por preços exorbitantes e a troca de escravos, as populações indígenas são forçadas a aceitar.

Como se isto não bastasse estes «capitães-mores», rotulando aquela actividade de serviço real, exigem também aos sobas carregadores gratuitos para o seu transporte e julgam, segundo as suas conveniências e na qualidade de juizes de *mucanos*, os seus pleitos, como se de autoridades judiciais, nomeados pelo Rei, se tratasse (116).

Estas exigências, satisfeitas em princípio, não o puderam ser depois, por falta de escravos para as transacções comerciais. E então que, cegos pela ambição, os pseudo capitães-mores passam a exigir a entrega dos seus próprios familiares. Como é óbvio, tais vexações tornaram-se insuportáveis e não puderam deixar de ter funestas consequências. Assim, o gentio, resolve reagir: primeiro, através do despovoamento dos sobados, que iam engrossar, sobremaneira, as fileiras dos povos sublevados; depois, por meio da rebelião, que os governadores muitas vezes, sem curarem de saber os motivos, mandavam imediatamente punir.

Esta situação, lesiva das boas relações entre o governo da província e as autoridades tradicionais, foi transmitida ao Reino pelo Senado da Câmara de Luanda, em 22 de Abril de 1702, pedindo para ela as providências correspondentes à gravidade dos abusos, isto é, a extinção de tais ocupações e a obrigatoriedade das *residências* dos capitães-mores dos presídios, por pessoas cristãs e desinteressadas, «pois estamos vendo cada hora que os que destas sahem mais culpados são os mais beneméritos e mais bem aceites» (117).

Assumindo o leme da governação de Angola, em Dezembro de 1702, por morte do governador Bernardino de Távora, a Edilidade publica em 27 de Janeiro de 1703 um bando, no qual se historia a inobservância do capítulo 18 supracitado e se ordena o recolhimento imediato à capital de todos os sujeitos que, com insígnias de capitães-mores, se achem nos sobados, providos ou não pelos governadores, «o que se não entende

com os negros escravos, ou forros Pumbeiros dos Moradores deste Reyno, que andão ao uzo da terra, sem insígnia nem calções; e qualquer capitão de fortaleza, ou Prezidio da conquista a que se costuma tirar residencias, que foi compreendido em que no seu districto obrou ou consentio, que se obrasse alguma das couzas contheudas neste Bando, será castigado como transgressor das leys de Sua Magestade» (118).

Em 15 de Fevereiro, os «camaristas» dão conta ao Reino da publicação deste bando e da necessidade da sua homologação régia, deixando antever, porém, a insuficiência das suas medidas, porquanto «os capitães-mores dos Prezídios com o respeito das armas fazem peor obrando com mayor excesso conforme são mais ou menos lembrados do temor de Deos: o mal destes não podemos remedear, mas vamos-lhe applicando os minurativos, que nos paresem mais concernentes a este fim» (119).

Ao Conselho Ultramarino, em consulta de 8 de Junho de 1703, não foi difícil concordar com as deliberações da Edilidade. Por isso, propôs ao Soberano a prática antiga, ou seja, a manutenção de simples escrivães nos sobados, com a finalidade de participar aos governadores todos os acontecimentos susceptíveis de alteração da ordem no sertão (120).

Pretendia-se, por esta forma, acabar com a presença dos tais «capitães-mores» nos distritos ou sobados. Conformando-se com a proposta do Conselho (121), o Rei por cartas régias de 26 de Junho de 1703 e 22 de Agosto de 1704, ordena aos respectivos edis o cumprimento destas disposições, cuja observância foi, pelo Senado da Câmara, anunciada à Coroa em 26 de Abril de 1704, ao informar terem já recolhido a Luanda, com efeito, todos os capitães-mores que andavam pelo sertão, os quais haviam sido substituídos nos seus distritos por escrivães, a quem passaram competentes provisões, para o bom desempenho dos seus cargos. Para o Dande e Golungo, porém, mandaram os oficiais da Câmara dois cabos como autoridades a fim de administrarem justiça aos povos e executarem as directrizes que, do governo da província ou do Reino, lhes forem passadas, deixando antever, no entanto, a necessidade de, no futuro, aqueles distritos serem providos de capitães-mores com os mesmos direitos e deveres dos capitães-mores dos presídios.

(116) Pelo capítulo 18 do regimento do governador Aires de Saldanha de Meneses, de 12 de Fevereiro de 1676, são estas insolências formalmente condenadas e a entrada no sertão proibida aos brancos e só permitida a negros e mestiços desprovidos de qualquer insígnia.

(117) A. H. U. — Angola — Cx. 13 — 1701-1703.

(118) A. H. U. — Angola — Cx. 13 — 1701-1703.

(119) A. H. U. — Angola — Cx. 13 — 1701-1703.

(120) A. H. U. — Angola — Cx. 13 — 1701-1703.

(121) Despacho régio de 23-6-1703.

Esta sugestão teve, por parte do Reino, o melhor acolhimento e, por carta régia de 17 de Outubro de 1705, foi recomendada ao novo governador, D. Lourenço de Almada, a sua observância (122).

4. VENCIMENTOS

Uma análise do governo dos capitães-mores implica, necessariamente, o estudo dos seus vencimentos. Tratando-se de um fenómeno sócio-económico é fora de dúvida que quaisquer que eles sejam só ganham relevância e significado quando comparados com outros da mesma época e relacionados com o custo de vida. Só assim, cremos, é possível ter a medida exacta da sua verdadeira dimensão, obter os indicadores necessários para o estudo da sua problemática e tirar as coordenadas fundamentais para a sua equação. Daí sermos levados a situá-los no tempo e a historiar os marcos decisivos do seu processo de desenvolvimento. Veremos, então, recorrendo à cronologia, que vencimentos e interesses mercantis, andaram como que de mãos dadas ao longo do tempo. Com efeito, encontram-se de tal forma interligados ambos os interesses, que impossível é estudar um sem o outro, sob pena de se perder a perspectiva histórica. Há portanto que recuar no tempo, acompanhar *pari-passu* a sua evolução e descobrir as suas tendências. Não nos será difícil, deste modo, apercebermo-nos de toda a sua complexidade e dos porfiados esforços, desenvolvidos pelo Reino, para encontrar o antídoto contra as injustiças provenientes do livre exercício do comércio pelas autoridades da província, que durante largos anos afectou, sobremaneira, a boa marcha da administração pública.

Na verdade, prendendo-se intimamente a carência de empregos habilitados com a insuficiência das remunerações, é natural que um dos grandes estorvos ao desenvolvimento de Angola tivesse consistido no seu funcionalismo que, afora honrosas excepções, se ressentiu de maneira dramática, da penúria das suas retribuições. Isto explica, em parte, o facto de a nossa colonização nesta parcela ultramarina, ter sido feita à base dos degredados. De facto, o clima e a pequenez dos vencimentos não estimulavam outra forma de colonização, ao contrário de outras áreas tropicais onde as condições de vida eram de longe mais favoráveis. E os poucos temerários que, voluntariamente, partiam para Angola

(122) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

eram os que na Metrópole não tinham futuro: gente iletrada, de fraco merecimento, no encalço de riquezas nem sempre reveladas. Assim, o exercício de alguns ofícios para uns tantos, o assentar praça de soldado para muitos e o múnus comercial para todos, constituíam os únicos meios de vida que se ofereciam a todos os que demandavam terras angolanas.

Da acção conjunta destes factores resultou, para a província, uma situação deveras delicada, na medida em que todos os governadores no decurso dos seus mandatos, sentiram tremendas dificuldades em conseguir funcionários aptos para as complexas tarefas que a administração angolana sempre exigia.

Desde os alvares da nossa presença em Angola, até finais do primeiro quartel do século XVIII, o comércio foi livremente exercido pelos governadores e demais autoridades da província. Ao conceder, em princípio, às autoridades governativas o privilégio da liberdade de comércio, o Reino tinha em vista proporcionar-lhes um aumento dos seus rendimentos, como compensação pela insuficiência dos seus vencimentos, sem qualquer dispêndio para a Fazenda Real.

É por isso que na *Memória* dos cargos públicos existentes em Angola, ao tempo do governador Fernão de Sousa (1624-1630), o primeiro magistrado da província figura com o vencimento anual de 2 000 cruzados acrescidos de 150\$000 réis de aposentadoria, pagos dos direitos de escravos (123). Por provisão de 4 de Abril de 1666, fixa-se o vencimento do governador em 800\$000 réis anuais; em 70\$000 réis o do físico-mor e em 30\$000 o do cirurgião (124).

Contudo, levada ao extremo a autorização régia, a breve trecho o governador concita as recriminações mais acerbas dos moradores. As queixas destes e das autoridades tradicionais sucedem-se, as injustiças avolumam-se e a Coroa não tem outro remédio que não o de interditar ao chefe da província, por lei de 1668, o «estaque de mercadorias, as lojas de comércio e a possibilidade de executar os seus créditos não satisfeitos» (125).

(123) FELNER, Alfredo de Albuquerque — *Angola. Apontamentos sobre a Ocupação e Início do Estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela*, pp. 529-530.

(124) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, pp. 137-138.

(125) DELGADO, Ralph — *História de Angola*, vol. 4, pp. 35-36.

Em complemento desta lei, a Corte, alguns anos mais tarde, dá mais um passo em frente, na luta pela moralização dos costumes. Com efeito, assentando em grande parte os rendimentos dos governadores na aceitação de ofertas dos sobas aquando da renovação das suas vassalagens, foi este arcaico costume abolido pelo regimento de Aires de Saldanha de Meneses, de 1676, que estabelece pelo capítulo 41 o vencimento anual dos governadores em um conto de réis anuais.

Esta medida, verdadeiro travão a uma iniciativa que só trazia o descrédito da administração de Angola, e a intranquilidade dos sobas que, frequentemente, eram chamados à presença do chefe da província com pretextos inconfessáveis, não podia ser do agrado dos responsáveis pelos negócios públicos da província que, a todo o custo procuraram revogar.

A primeira tentativa neste sentido partiu do próprio Saldanha de Meneses que receava ser tomado aos olhos dos chefes africanos como governador de alçada inferior à dos seus predecessores, que sempre haviam recebido aqueles presentes. Tratava-se, portanto, segundo o governador, de um questão de prestígio que não material. Como é óbvio, a Corte não atendeu a sua pretensão, porquanto no mesmo capítulo previa-se a hipótese da sua aceitação quando aquelas autoridades dissessem ponto de honra. Mas, neste caso, os presentes reverteriam a favor da Fazenda Real, de onde sairia a verba necessária para a sua retribuição.

O que Saldanha de Meneses pretendia, está bem de ver, era o regresso à prática antiga que lhe permitia tirar o complemento indispensável à sua manutenção e que, de certo modo, justificava a sua presença numa terra onde tudo era excessivamente caro (126) e onde se servia com o risco da própria vida, longe da família e da Mãe-Pátria.

As diligências deste governador foram, sem êxito, ainda retomadas pelos seus sucessores, João da Silva e Sousa e Luís Lobo da Silva visto a Corte estar firmemente disposta a contrariar todas as actividades

(126) Abundam referências sobre a carestia de vida em Luanda que contrasta flagrantemente com o baixo poder de compra da maioria da população. Um dos testemunhos mais significativos a este respeito é-nos dado por um viajante estrangeiro do primeiro quartel do século XVII — Pyrrard de Laval — que sobre a província escreveu: «É a mais pobre terra do mundo, e é nela mui caro o sustento da vida, por não produzir mais que alguns frutos. O que custa dez soldos em França, custará quarenta no Brasil, mas ali cem». (PYRRARD DE LAVAL, Francisco — *Viagem de Francisco Pyrrard de La Val*, vol. 2, p. 165; Vid., também, CARDOSO, Manuel da Costa Lobo — *Subsídios para a história de Luanda*, p. 49).

dos governadores, que constituíssem fonte de abusos. Na esteira desta louvável disposição, o Reino publica em 1678 uma nova lei, na qual proíbe terminantemente ao primeiro magistrado da província e aos principais ministros, o exercício do comércio e a posse de navios.

Parecia estar assim aberto o caminho para uma nova fase da vida angolana, marcada pelo respeito e pela boa harmonia entre governantes e governados. Mas tal não aconteceu, pois a nova era tão auspiciosamente anunciada, havia de ser adiada por mais uma centúria, em consequência da inobservância das leis do Reino. É que o comércio achava-se por tal forma arreigado na província que, a sua proibição, correspondia, para os governadores, à supressão da base normal da arrecadação dos seus rendimentos.

De facto, não substituindo as receitas dos governadores resultantes do exercício do comércio por outros interesses, a política da Coroa, por mais bem intencionada que fosse, estava de antemão condenada ao malogro, uma vez ser impossível a um governador suportar as despesas inerentes ao seu cargo, com o vencimento de um conto de réis anuais. O Reino não duvidava desta insuficiência, mas reconhecia também não estar a situação financeira da província em condições de tolerar mais encargos.

A questão, despida de todos os artifícios, foi levada ao Conselho Ultramarino. Este órgão consultivo, em consulta de 15 de Junho de 1688, não acreditando no aumento de vencimentos como antídoto para a solução do problema, propôs ao Rei a necessidade de se fazer sentir aos governadores as vantagens em fazerem bons governos, como condição *sine qua non* para os seus futuros acrescentamentos, suas honras, e seus privilégios; os maus governos, pelo contrário, dariam lugar às suas inibições, ao descrédito das suas pessoas, aos seus castigos.

Em suma: deixava-se à consciência dos governadores o exercício de uma prática proibida. O Soberano conformou-se, por despacho de 20 de Outubro, com a proposta do Conselho e, até 1720, o comércio foi a preocupação dominante de todos os responsáveis pela administração de Angola.

No limiar do século XVIII, o panorama geral da província era, por isso mesmo, desolador: o comércio sertanejo encontrava-se decadente; a agricultura era praticamente inexistente; os preços dos víveres e manti-

mentos não cessavam de subir; os soldados andavam descalços, esfarrapados e famintos (127); e os moradores achavam-se arruinados.

Desta miséria deu conta ao Reino o governador Bernardino de Távora em 13 de Março de 1702, pouco depois da sua posse. O Conselho Ultramarino apreciou detidamente a situação, e atribuiu as causas do enfraquecimento das actividades comerciais aos interesses dos governadores que faziam dos capitães-mores seus agentes no sertão. É neste preciso instante que ocorre então ao Conselho uma antiga carta do Senado da Câmara de Luanda na qual se propunha a proibição de direito e de facto do comércio pelos governadores, a troca de vencimentos compatíveis com o decoro da sua posição. Todavia, como a Fazenda Real se achava sobrecarregada, aventou-se, em vista disso, a hipótese do aumento de soldo sair de um tributo aplicado às *peças* exportadas para os portos da América (128).

A sugestão não mereceu a concordância imediata do poder central, mas a ideia ficou de pé. Realmente, por alvará de 29 de Agosto de 1720, no governo de Henrique de Figueiredo e Alarcão, o Rei proíbe o múnus comercial e todas as autoridades da província, sejam civis, militares ou judiciais; e, em 17 de Setembro do ano seguinte, estabelece o vencimento

(127) Em 1753, ainda a situação destes homens não era melhor. Documentos da época assinalam, com efeito, que os soldados do Regimento pago de Luanda, na sua generalidade, negros e mestiços, *filhos da terra*, viviam na mais completa indigência, por virtude de terem 5 tostões de vencimento mensal, quando no Rio de Janeiro, sendo o custo de vida inferior, os mesmos soldados, sentiam dificuldades, apesar de receberem 15 tostões. Esta disparidade de remunerações, levou D. António Álvares da Cunha, sem dúvida o governador que mais pugnou pela causa da soldadesca, a propor à Metrópole, em 8-8-1753, a equiparação dos soldos dos militares angolanos aos dos brasileiros (A. H. U. — Angola — Cx. 25 — 1750-1753).

Esta desigualdade de soldos vinha já dos primeiros tempos da conquista. Efectivamente, ao dar o seu parecer sobre o abono da tropa de Angola e do Brasil, Francisco Correia da Silva, em 10-5-1611, considerando os inconvenientes e a injustiça de que eram vítimas os soldados angolanos, propunha: «pello que deue V. Magestade auer por seruisso de Deus e seo mandar iguallar estas prassas de Engolla com as que serue no Brazil, por que seguirá daqui ser V. Magestade milhor seruido, e terem os seus vassallos que o seruem naquella guerra de Engolla remedio para se uallarem, em suas doenças e trabalhos, cõ o que poderão milhor conseruar a saude e a vida, que tantos tem perdido naquella terra per falta de remedio e premio de seus trabalhos». (BRASIO, António — *Monumenta Missionária Africana. Africa Occidental (1611-1621)*, vol. 6, pp. 6-7).

(128) A. H. U. — Angola — Cx. 13 — 1701-1703.

do governador em 15 000 cruzados (129), criando-se, para o efeito, um imposto de 12\$000 réis por cada escravo exportado (130).

Em todo o caso, a despeito da importância destas disposições régias, que marcam irrefragavelmente uma viragem decisiva na história da administração pública de Angola, os protestos provenientes das diversas autoridades, abrangidas pela proibição de 1720, não se fazem esperar. Na verdade, não fazia sentido que se elevasse o soldo do governador e se mantivessem os dos oficiais da Justiça, da Fazenda, da Guerra e dos capitães-mores.

Assim, o mestre de campo José Carvalho da Costa (131), o tenente-general José de Sousa Tavares com 40\$000 réis mensais, o juiz de fora Francisco Duarte dos Santos (132), o ouvidor-geral Francisco Pereira (133), o sargento-mor e os capitães de infantaria de Luanda, entre outros,

(129) O primeiro governador de Angola que levou o soldo acrescentado, com proibição de comerciar, foi António de Albuquerque Coelho de Carvalho.

(130) Esta imposição trouxe benefícios para a Fazenda Real, na medida em que o seu produto ultrapassou largamente a diferença de vencimento do governador. De facto, por ordem régia de 30-1-1723, para o provedor da Fazenda, é esta autoridade incumbida de remeter anualmente ao Reino a relação do seu rendimento, o que satisfaz naturalmente, em 6-1-1724, declarando ter rendido o dito imposto em 1723, «sete contos, novecentos e outenta e dous mil e quatrocentos», cujo excesso, em sua opinião, devia ser aplicado no «pagamento dos soldados e suas fardas, em que ha regularmente muita falta». (A. H. U. — Angola — Cx. 16 — 1722-1750).

(131) Este oficial vencia 50\$000 réis mensais. A sua petição baixou ao Conselho Ultramarino por decreto de 12-7-1721 que, em consulta de 19 deste mês, deu parecer desfavorável, não só por achar suficiente o seu soldo, mas também porque se abria um precedente perigoso aos outros oficiais cujos acrescentamentos a Fazenda Real não podia satisfazer por as receitas da província não cobrirem as suas despesas. O conselheiro João Teles da Silva ainda discordou do ponto de vista do Conselho propondo para o mestre de campo o aumento de 10\$000 réis mensais, mas o Rei por despacho de 7-8-1721, de acordo com o parecer do Conselho, indeferiu desta vez o seu requerimento. (A. H. U. — Angola — Cx. 15 — 1712-1721). Dizemos desta vez, porquanto ao solicitar em 25-1-1723 novo aumento, em razão do seu soldo não lhe permitir subsistir mais do que 6 meses, o mestre de campo passa a auferir o vencimento de um conto de réis anuais. (A. H. U. — Angola — Cx. 16 — 1722-1750).

(132) Coube a este ministro a honra de ter sido o primeiro juiz de fora de Angola, magistratura criada em 1721, com vista à descentralização da Ouvidoria. Foi-lhe atribuído o antigo vencimento do ouvidor de 200\$000 réis acrescido de 50\$000 réis de aposentadoria. (A. H. U. — Angola — Cx. 16 — 1722-1750); mais tarde, a instâncias desta autoridade foi o seu vencimento elevado para 400\$000 réis.

(133) Este magistrado, que vencia 200\$00 réis, passou a auferir, por carta régia de 10-4-1723, 600\$000 réis anuais. Contudo, achando insignificante o aumento devido à proibição do comércio e à criação do lugar de juiz de fora que lhe haviam reduzido substancialmente os seus rendimentos, pediu ao Reino a equiparação do seu vencimento ao dos seus colegas de S. Tomé e de Cabo Verde, que venciavam ambos 2 000 cruzados anualmente, por resoluções régias, respectivamente de 8-10-1720 e de 10-5-1723.

pedem aumento de vencimentos ao Reino, em razão do mesmo alvará e da carestia de vida na província.

Deixámos propositadamente para o fim os capitães-mores, mas convém desde já referir que tudo o que dissemos anteriormente tem aqui lugar. Aliás, nem podia ser de outra maneira, porquanto os condicionaismos são os mesmos. Os seus soldos inserem-se, por conseguinte, numa teoria geral de vencimentos que tem por base o múnus comercial.

Até ao alvará de 29 de Agosto de 1720, que proíbe definitivamente o comércio às autoridades de Angola, o Reino distinguia duas espécies de presídios em matéria de vencimentos: em primeiro lugar, o presídio de Benguela, cujo capitão-mor auferia 300\$000 réis anuais; em segundo lugar, os restantes espalhados pela província, ou seja, os presídios de Massangano, de Cambambe, da Muxima, de Caconda, das Pedras Negras e de Ambaca, em que os capitães-mores apenas venciam, durante o mesmo período, cerca de 30\$000 réis.

Esta diferença de remunerações prendia-se com a importância dos presídios, em que o de Benguela, pela sua situação geográfica e pelos lucros resultantes do tráfico de escravos e do comércio da cera e do marfim, desempenhava papel primordial na economia da província. Daí a relevância conferida ao capitão-mor. Ele era, por assim dizer, o elemento fulcral do sistema, em torno do qual giravam todas as actividades económicas ao Sul do Cuanza. É por isso que o seu provimento se revestia, as mais das vezes, de cuidados especiais, principalmente no que respeitava às suas qualificações.

(A. H. U. — Angola — Cx. 16 — 1722-1750). Desconhecemos o despacho que recaiu sobre esta petição, mas na representação do ouvidor Joaquim Garcia de Castro Barbosa, de 28-1-1779, para Martinho de Melo e Castro, ao queixar-se do mau governo de D. António de Lencastre, diz-se: «Ao mesmo tempo que o governador sem trabalho tem o grande soldo de 15 mil cruzados que não tem o de Pernambuco e outros; tem um bom palácio ou casa nobre, tem oito negros pagos pela Fazenda Real para o servirem; e 100 mil réis por entrada da Câmara, quando um ouvidor tem só de ordenado 800 mil réis que com as tenues assinaturas serve o lugar por 3 mil cruzados se chegam sem mais aposentadoria nem propina» (A. H. U. — Angola — Cx. 27 — 1778-1779).

É curioso notar que a melhoria de vencimentos de Cabo Verde em relação a Angola ainda se verificava nos fins do século XIX. Com efeito, através do ofício n.º 175, de 14-4-1890, do governador Guilherme Augusto Brito Capelo, foi solicitado à Metrópole aumento de vencimento para os oficiais da Secretaria-Geral que se encontravam em situação de inferioridade, comparados com os da província de Cabo Verde, onde o oficial, maior por exemplo, percebia mais 150\$000 réis que o de Angola, com a agravante de, nesta província, o custo de vida ser mais elevado, sobretudo no sector da habitação, «custando as casas aqui mais cincoenta por cento do que em Portugal, e sendo geralmente de dose a quinze mil réis mensais a renda de uma casa qualquer para uma pequena família» (A. H. U. — Angola — 1.ª Repartição — Pasta 10 — 1890).

Os outros presídios, como não se encontravam nestas condições, não podiam, na concepção do Soberano, auferir os mesmos proventos.

Contudo, mandada aplicar na província a lei de 1720, os capitães-mores que haviam criado um estilo de vida de acordo com a sua condição de negociantes, pediram ao Reino imediatas providências, ameaçando, mesmo, abandonar os seus lugares, caso as suas pretensões não fossem satisfeitas (134). Pretendiam, com efeito, um aumento de soldo na proporção dos rendimentos que diziam deixar de receber, com a proibição do comércio.

Ao ser nomeado capitão-mor do presídio de Cambambe, por despacho régio de 22 de Junho de 1722, Manuel de Atouguia e Meneses solicita aumento de vencimento por intermédio do Conselho Ultramarino. Submetida a sua petição à consideração régia, o Rei, por resolução de 10 de Setembro de 1722, estabelece o vencimento de 300\$000 réis anuais a todos os capitães-mores dos presídios (135).

Desta disposição régia surpreende-se, assim, uma bem marcada atitude de uniformidade, uma vez atribuir-se a todos os capitães-mores, independentemente do presídio em que se encontrem a servir, o mesmo vencimento. Quer isto dizer que deixa de haver a antiga discriminação e, para o Soberano, as autoridades sertanejas passam a ser iguais em direitos e obrigações. Todavia, esta medida reveladora duma intenção de premiar os mesmos serviços com as mesmas remunerações não teve, como era de esperar, a mesma receptividade por parte dos capitães-mores. Na verdade, o de Benguela, João Soares, não se conformando com a nova política da Coroa e baseado nos exemplos anteriores, requereu ao Conselho Ultramarino, a revisão do seu vencimento. O Conselho mandou ouvir sobre o assunto o procurador da Fazenda, que informou ser contrário a qualquer melhoria de vencimento deste capitão-mor não só por o considerar suficiente, mas também por saber terem os aumentos de honorários efeitos contraproducentes, visto proporcionarem o desenvolvimento das suas actividades comerciais. Os conselheiros dividiram-se

(134) Esta disposição dos capitães-mores, de quererem deixar os presídios como presália à lei proibitiva e à exiguidade dos seus soldos, foi pelo governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho participada à Metrópole em 10-3-1723; o Rei, por carta de 3-4-1724, dá-lhe conta de ter já enviado instruções, em 5-4-1723, nas quais houve por bem fixar em 300\$000 réis o vencimento anual de todos os capitães-mores. (A. H. U. — Angola — Cód. 545).

(135) A. H. U. — Angola — Cx. 18 — 1729-1731.

quanto à justiça e oportunidade do aumento. Assim, enquanto Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda era de opinião de que se lhe devia aumentar o soldo no dobro, o seu colega António Rodrigues da Costa entendia, pelo contrário, que se devia indeferir a sua pretensão, por já ter o vencimento atribuído aos demais. Ao Conselho pareceu, no entanto, a despeito destas informações, ser de justiça aumentar-se o seu soldo em mais 100\$000 réis anuais. O Rei, por despacho de 16 de Dezembro de 1728, em concordância com o parecer do Conselho, elevou o vencimento de João Soares para 400\$000 réis anuais, ressaltando, porém, que este aumento não serviria de exemplo aos seus sucessores (136).

E não há dúvida de que efectivamente assim aconteceu, pois no mapa da despesa da companhia do Terço da guarnição de Luanda e dos presídios de Angola, relativo ao ano de 1742, todos os capitães-mores figuram com o mesmo vencimento, isto é, com 300\$000 réis anuais (137).

O procurador da Fazenda tinha razão. Os capitães-mores, com efeito, também não deixaram de comerciar, não obstante terem sido aumentados os seus soldos em consequência da disposição proibitiva.

Restava à Coroa o caminho das sindicâncias, como tentativa de lhes refrear a ambição. Mas também este falhou, pois as *devassas* e *residências* que se tiravam às autoridades abrangidas pelo alvará de 29 de Agosto de 1720, nunca as davam em culpa. Os motivos são conhecidos: por um lado, porque detendo as autoridades da capital os lugares-chave da vida política e económica da província, os moradores temiam denunciá-las, por recearem que, estando na sua dependência, viessem a exercer sobre eles represálias; por outro, porque quem tirava as *residências* aos capitães-mores não tinha interesse em os dar em culpa, por esperar que o seu sucessor haveria de ter com ele comportamento idêntico.

É por isso que o ouvidor-geral Francisco Pereira, ao remeter ao Reino, em 28 de Janeiro de 1726, uma *devassa* sobre os oficiais da Fazenda e da Guerra, informava terem saído isentos de culpa, quando sabia perfeitamente que todos se achavam ligados a interesses comerciais, ou por si ou por interposta pessoa. Mas, apesar de ter sido acusado pelo mestre de campo José de Carvalho da Costa, na qualidade de governador por morte de António de Albuquerque Coelho de Carvalho, de trans-

(136) A. H. U. — Angola — Cx. 18 — 1729-1731.

(137) A. H. U. — Angola — Cx. 22 — 1740-1743.

gressor das leis do Reino, por persistir na sua actividade comercial, da qual teria recebido, só na venda de praças aos navios cerca de 40000 cruzados (138), os capitães-mores são por aquele magistrado atacados violentamente, por cometerem o seu pecado de negociarem contra as ordens régias: «e todos os mais Capitães Mores o fazem na mesma forma e assim me pairesse que ao mesmo tempo que V. Magestade prejudica a sua Real Fazenda no acrescimo dos soldos dos Capitães Mores, lhes dá forças para mayores destruiçoens, sem que estas se remedeiem com as residencias, porque os sucessores que vão com o intento de obrarem na mesma forma procurarão fazer exemplo para quando acabarem».

Esta carta provocou no Conselho Ultramarino viva controvérsia. O procurador da Fazenda, convidado a pronunciar-se sobre o assunto, confessou-se impotente para descobrir o meio de resolver tão delicado problema; e à falta de melhor remédio, propunha que o governador chamasse à sua presença todos os capitães-mores e os intimasse a observarem rigorosamente o alvará de 1720 sob pena de procedimento extra-judicial.

O procurador da Coroa, não acreditando no resultado das diligências sugeridas pelo seu colega da Fazenda, propôs o regresso à prática primitiva, a fim de libertar a Fazenda Real da despesa inútil dos aumentos de vencimentos (139).

É um facto que estes aumentos agravaram a crise financeira da província que, de certo modo, está na origem das desinteligências havidas entre o governador Paulo Caetano de Albuquerque e o Conselho Ultramarino. Contudo, não podemos esquecer o sacrifício dos moradores que, uma vez mais, tiveram de suportar o peso de mais um imposto na única mercadoria de exportação — os escravos. Mas, seja como for, é evidente que a linha de rumo indicada pelo procurador da Coroa não era a mais aconselhável, não obstante ter ganho admiradores que a defenderam calorosamente.

Com efeito, quando o Reino por provisão de 17 de Maio de 1729 ordenou ao Senado da Câmara de Luanda que, conjuntamente, com os principais moradores estudasse a fórmula de a Fazenda Real estabelecer o equilíbrio orçamental e de Angola se governar a si própria, sem o

(138) Carta do governador para o Reino, de 8-6-1725. (A. H. U. — Angola — Cx. 16 1722-1750).

(139) A. H. U. — Angola — Cx. 17 — 1726-1728.

concurso financeiro da Metrópole, as soluções então propostas culminaram com um parecer no qual se defendia o retorno à situação antiga, isto é, a suspensão do aumento de vencimentos às principais autoridades da província e a revogação do alvará de 1720, uma vez o comércio continuar ocultamente a ser praticado pelos governadores, oficiais do Regimento, funcionários superiores da Justiça e Fazenda e capitães-mores, com manifesto prejuízo dos interesses dos moradores da capital (140).

O próprio ouvidor-geral afinava pelo mesmo diapasão: «E sendo, como na realidade hé evidentemente certo que a Ley de V. Magestade de 29 de Agosto de 1720 prohibitiva do negócio, pouca ou quasi nenhuma mudança fez nesta conquista, em que principalmente os dittos Cappitaens Mores sempre negocearam e negoceam ao parecer de todos, sem rebugo e muytas vezes com pior exemplo de quem por algum modo os podia reprimir (141), ficando inútil a importante despeza que V. Magestade faz com o acrescimo dos soldos; me parece que só a franca indulgência do comercio, póde ser remedio ao pernicioso abuzo da sua real prohibição, evitando-se nesta fôrma não só o grande dispendio ao Regio Patrimonio, mas ao miseravel Povo o novo imposto que pella attenuação em que se acha se lhe faz insuportavel» (142).

Inferese, do exposto, que não foram só os capitães-mores os responsáveis pela ruína e decadência de Angola. Eles estavam em boa companhia como se vê. E, se porventura fosse difícil às outras autoridades conseguir atenuantes para a inobservância do alvará de 1720, aos capitães-mores, pelo contrário, ser-lhes-ia muito fácil descobri-las. Que assim era, prova-o, afinal, o facto dos seus pagamentos serem feitos não à base do metal sonante ou do dinheiro de letra que corria em Luanda, mas de mercadoria-moeda, isto é, de géneros e fazendas (143). Este sistema era, pode dizer-se, um convite aos capitães-mores para nego-

ciarem. Aliás, eram forçados a fazê-lo mesmo que o não desejassem, pois é inverosímil que as autoridades sertanejas ficassem de posse da mercadoria que recebiam como pagamento dos seus soldos e a não trocassem por outros bens que infalivelmente tinham de necessitar (144).

Quem ganhava com a manutenção do sistema era o feitor da Fazenda Real, a quem incumbia a compra dos géneros necessários para tais pagamentos. Homem de negócios, o feitor, atribuía-lhes sempre um preço superior ao seu custo real, cuja diferença revertia, como é óbvio, a seu favor.

Houve, no entanto, quem recebesse o seu vencimento em dinheiro, mas tal privilégio custava demasiado caro aos capitães-mores, pois os administradores do contrato — entidade a quem recorriam para o efeito — descontavam tão elevada percentagem, que esta modalidade se tornava proibitiva.

O governador Sousa Coutinho, porém, atento a todos os processos fraudulentos, vibrou um golpe profundo nas ambições do feitor, ao determinar a aquisição de todos os géneros destinados àqueles pagamentos em Praça Pública (145). Anos mais tarde, por resolução da Coroa, são finalmente todos os vencimentos pagos na moeda corrente da província, se bem que até finais do século XVIII, os capitães-mores continuassem a receber o mesmo vencimento, apesar da contínua subida dos preços de bens de primeira necessidade (146). Alguns governadores reconheceram perfeitamente esta insuficiência, manifestando-a obviamente à

pagadores no que há notáveis roubos dando-se por muy estrahordinarios presos aos soldados que tem tam pequena prasa que nem para comer a terça parte do mes lhes he bastante». (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 3, n.ºs 19-21, pp. 71-90).

Este processo de efectuar pagamentos levantou protestos a que a Metrópole, mais tarde, deu solução. Entre outras representações feitas neste sentido, contam-se as dos capitães-mores de Caconda, António da Costa Mousinho e do de Massangano, Pedro Martins Marques, em 5-8-1724. (A.H.U. — *Angola* — Cx. 17 — 1726-1728); e a do ouvidor-geral, Fernando José Pereira, em 1-3-1750. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 25 — 1750-1753).

(144) Daí poder afirmar-se que a melhoria das remunerações dos capitães-mores teve, como consequência, o desenvolvimento das suas actividades comerciais e uma maior concorrência às autoridades e moradores da capital que, vendo neles temíveis competidores, amiudadas vezes os desacreditaram perante a Coroa.

(145) Carta de 4-8--1764 para o Reino. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 30 — 1763-1765).

(146) O juiz de fora, Anacleto José da Mota, em 20-12--1783, procurou demonstrar ao Reino as difíceis condições de vida na capital, onde os géneros importados da Metrópole se adquiriam mais caros que no Estado do Brasil, não obstante os vencimentos serem aqui superiores. A título exemplificativo dizia então que em Luanda «custa um pão de trigo 50 réis, que custa em Portugal 20; o arratel de carne 40 réis; uma canada

(140) O procurador da Fazenda, mandado ouvir sobre a conta do Senado, achou-a digna de suspeita por estar em nítida contradição com a correspondência de Caetano de Albuquerque. Assim, foi de opinião que se devia pedir o parecer do governador e ouvir por escrito o provedor da Fazenda e o ouvidor-geral. O Rei, por despacho de 9 de Janeiro de 1731, conformou-se com a proposta do procurador e, para Angola, seguiu instruções neste sentido. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 18 — 1729-1731).

(141) O sublinhado é nosso.

(142) Carta para o Reino, de 1-3-1750. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 25 — 1750-1753).

(143) Trata-se de um costume arcaico que envolvia não só os pagamentos dos capitães-mores, mas toda a guarnição dos presídios. Com efeito, lê-se no relatório das despesas dos Reinos de Angola e Congo, de 28-2-1612, de André Velho da Fonseca, que «às vezes se fazem pagamentos aos soldados em vestidos e calçado que lhes levão os

Corte (147). Em todo o caso, o governo central persistiria, pelo tempo fora, com a sua tabela de remunerações.

Assim, segundo a *Relação dos officios civis de justiça e fazenda, economia pública e política de Angola*, de 3 de Fevereiro de 1800, elaborada pelo governador D. Miguel António de Melo (148), em cumprimento da determinação régia de 11 de Fevereiro de 1799, os capitães-mores dos presídios, além do vencimento de 300\$000 réis anuais cobravam, ainda, na qualidade de juizes ordinários, emolumentos (149) estimados em: o de Ambaca, 80\$000 réis; o de Cambambe, 40\$000 réis; o das Pedras de Pungo-Andongo, 40\$000 réis; o de Encoge, 50\$000 réis; o da Muxima 16\$000 réis; o de Caconda, 60\$000 réis.

Os capitães-mores dos distritos e províncias, conforme já referimos, não venciam soldo, cobrando apenas os emolumentos calculados em: o do distrito de Icolo e Bengo, 50\$000 réis; o do Dande, 30\$000 réis; e o do Golungo, 60\$000 réis. Os das províncias de Quilengues e de Galangue, cobravam respectivamente, 60\$000 e 30\$000 réis.

4.1. *Ajudas de custo*

Ao tomarem posse dos seus cargos, conferida pelos governadores e capitães-gerais de Angola, os capitães-mores dos presídios passavam, *ipso-facto*, a vencer soldo.

de vinho 360 réis; uma de azeite 600 réis; outra de vinagre 200 réis; o arratel de manteiga 320 réis; o arratel de carne de porco de Portugal 300 e 360 réis. Quanto ao vestuário, um covado de panno sinco e seis mil réis; outro de tafetá 500, 600 e 700 réis; um covado de damasco de lã 1.200 réis; uma vara de panno de linho grosso 600 réis; uma de cambraia 4.000 réis, uma peça de bretonha 2.500 réis; um par de meias de seda 6.000 réis e tudo o mais com excesso (...) dando cada vizita ao Médico dez e doze tostões» (A. H. U. — *Angola* — Cx. 38 — 1780-1783).

(147) Entre outros destaca-se o governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos que, por cartas de 25-1-1792 e 7-7-1794, representou à Metrópole a necessidade de serem revistos os seus vencimentos, como tentativa de provimento das capitães-mores que se achavam vagas por «ser o seu vencimento tão diminuto que não chega para se sustentarem todas as vezes que praticarem o que devem» (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1633).

(148) MELO, D. Miguel António de — *Angola no fim do século XVIII*. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 6, n.º 5, pp. 290-291.

(149) Dos capitães-mores dos presídios apenas o de Massangano não cobrava emolumentos por não exercer a função, em virtude de existir corpo municipal e, por conseguinte, juiz ordinário. Na verdade, tendo sido Massangano elevado à categoria de vila por carta régia de 11-8-1667, para o governador Aires de Saldanha de Meneses, em atenção aos relevantes serviços prestados na luta contra os holandeses foram, por

Contudo, aos capitães-mores provenientes da Metrópole e nomeados pelo Reino, a despeito de igualmente vencerem soldo somente com a tomada de posse, era-lhes concedida, entretanto, duas espécies de ajudas de custo: a primeira, era fixa e consistia no direito ao soldo a partir da data dos seus embarques até à chegada a Luanda (150), desde que a viagem não ultrapassasse seis meses (151); a segunda, dependia das circunstâncias, mas até meados do século XVIII, foi ela concedida a todos os capitães-mores na importância de 40\$000 réis, com vista à satisfação das despesas, por ocasião das suas partidas (152).

Em princípio, as viagens e os seus preparativos corriam a expensas dos capitães-mores, mas devido à limitação dos seus soldos e ao facto de procederem das camadas mais humildes, não podendo suportar tão importantes encargos, expuseram à Coroa a necessidade de lhes ser atribuído um subsídio de forma a proverem a tais despesas.

Reconhecida esta petição como justa, a breve trecho foi pelo Rei fixada a referida importância, a título de ajuda de custo, a todos os capitães-mores que, da Corte, embarcassem com destino a Angola.

Em todo o caso, há exemplos de capitães-mores receberem esta quantia, não obstante as despesas dos seus transportes serem incluídos no fretamento dos navios. Mas, mesmo nestes casos, alguns capitães-mores vieram a receber a ajuda de custo por alegarem que, durante os vários meses de viagem, sempre haviam de fazer consideráveis gastos com a

este motivo, criados os officios de escrivão da Câmara e Almotacária, (que deviam andar anexos), de juiz e escrivão dos orfãos, tabelião e carcereiro, cujos cargos deviam recair nas pessoas mais beneméritas para os preencher. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 545).

(150) Carta régia de 21-7-1719, para o governador Henrique de Figueiredo. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 545).

(151) Cf. CORRÊA, Elias Alexandre da Silva — *História de Angola*, vol. 1, p. 181.

(152) Convém mais uma vez lembrar que os capitães-mores dos distritos e províncias, por serem recrutados em Angola e providos pelos governadores-gerais, não tinham direito a ajudas de custo. Todavia, ao expirar o século XVIII, a regra foi contrariada por decreto de 29-3-1789, sendo José Ricardo da Rosa nomeado capitão-mor de Quilengues — o primeiro provido pela Coroa. Este funcionário, antes de fazer viagem, requereu, a exemplo dos capitães-mores dos presídios, uma ajuda de custo. Não pudemos averiguar se ela foi ou não concedida, mas o Conselho Ultramarino, em consulta de 16-3-1799, deu parecer favorável. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 46 — 1798-1799).

sua subsistência e com o pagamento de «seus cómodos», ao capitão do navio (153).

Depois da resolução de 10 de Setembro de 1722, que estabeleceu o novo vencimento dos capitães-mores em 300\$000 réis anuais, o provedor da Fazenda, baseado neste aumento e nos resultados negativos que a sua concessão havia determinado, opôs-se à continuidade da referida ajuda de custo. O Conselho Ultramarino, porém, deliberou a sua manutenção (154), e os capitães-mores, puderam, assim, continuar a recebê-la, por tempo indeterminado (155).

4.2. Adiantamento de soldos

Ao lado das ajudas de custo, e pelos mesmos motivos, os capitães-mores, regra geral, depois de nomeados para os diferentes presídios de Angola, recebiam, por antecipação, à semelhança do que acontecia com as demais autoridades da província, determinada importância, previamente requerida ao Reino, a descontar nos seus vencimentos.

Deferido o adiantamento, após os capitães-mores terem prestado a necessária fiança, era passada ordem à Casa da Moeda para o depositar no Conselho Ultramarino, onde os capitães-mores o recebiam das mãos do respectivo tesoureiro.

Ao conceder-se este adiantamento, quase sempre no valor correspondente a seis ou doze meses de soldo, dava-se imediatamente parte ao provedor da Fazenda de Angola, dos nomes dos capitães-mores beneficiários de tal empréstimo, a fim de proceder aos competentes descontos nos seus soldos, cuja importância havia de ser remetida à Metrópole, por conta e risco das autoridades sertanejas, à ordem do Conselho Ultramarino.

(153) Representação de 1732, dos capitães-mores Marcos Martins de Poiares e de Jerónimo da Silva Freire, respectivamente dos presídios de Massangano e de Cambambe; consulta do Conselho Ultramarino de 25-8-1732 e despacho régio de 28 deste mês e ano (A. H. U. — Angola — Cx. 19 — 1732).

(154) Consulta do Conselho Ultramarino, de 27-6-1732. (A. H. U. — Angola — Cx. 19 — 1732).

(155) Tudo parece indicar, com efeito, que, na segunda metade do século XVIII, esta ajuda de custo foi extinta, por virtude das despesas com o transporte dos soldados e oficiais, que partiam para a província, correrem por conta da Fazenda Real.

4.3. Mesadas às famílias

Uma outra formalidade que os capitães-mores quase sempre cumpriam, antes de abalarem para os presídios de Angola, para onde iam providos, consistia em requererem à Coroa o pagamento de mesadas às suas famílias, residentes no Reino, durante o exercício das suas funções.

Os trâmites a ter em conta relativamente à satisfação desta diligência eram, *mutatis mutandis*, os mesmos que se verificavam para os adiantamentos de soldos.

Assim, prestadas as indispensáveis fianças por parte dos capitães-mores, eram as respectivas mesadas, depois de devidamente autorizadas pelo Rei, registadas no *Livro do Assentamento das Famílias*.

As importâncias destas mesadas variaram no tempo. Com efeito, até à resolução régia de 10 de Setembro de 1722, as famílias dos capitães-mores recebiam no Conselho Ultramarino, por conta dos seus soldos, a importância de 2\$000 réis mensais.

Todavia, com os acrescentamentos dos soldos em 300\$000 réis anuais, foram as mesadas elevadas para 10\$000 réis.

Esta importância, como dissemos anteriormente, era descontada nos vencimentos dos capitães-mores, na provedoria da Fazenda Real de Angola, cuja quantia era igualmente remetida, por sua conta e risco, para a Coroa, à ordem do tesoureiro do Conselho Ultramarino.

5. SINDICÂNCIAS AO GOVERNO: DEVASSAS E RESIDÊNCIAS

Já dissemos alguma coisa sobre a importância das sindicâncias às autoridades responsáveis pela administração pública de Angola.

Iremos ver agora o caso concreto dos capitães-mores que, como autoridades superiores no interior, estavam mais sujeitos do que quaisquer outros, a darem *residência* e a serem devassados.

Dependendo, em grande parte, da sua actuação os interesses dos moradores e das autoridades luandenses, a prosperidade da Fazenda Real e a conservação da conquista, e tendo no exercício do comércio o suporte fundamental das suas receitas, está bem de ver que os capitães-mores haviam naturalmente de concitar contra si a emulação e hostilidades dos seus competidores da capital.

É por isso que nenhuma das outras sindicâncias levantaram tanta celeuma e tiveram tanta repercussão na Metrópole, como as dos capitães-mores. Em Angola e no Reino, ao longo do século XVIII foram, com efeito, as suas *devassas* e *residências* objecto da maior atenção e de cuidado estudo. Mas, a despeito das queixas e lamentações formuladas na dada forma sobre a forma como estas sindicâncias eram feitas ao seu governo, apesar das inúmeras sugestões preconizadas pelos chefes da província, ouvidores e juizes de fora, e, não obstante todo o interesse manifestado pela Coroa em encontrar o caminho ideal para a resolução deste magno problema, a verdade, porém, é que nunca foi possível definir uma doutrina capaz de extirpar definitivamente os males que afectavam o seu mecanismo. É que estas sindicâncias prendiam-se com um problema mais vasto que era o da própria jurisdição dos governadores-gerais. E esta jurisdição, em relação aos capitães-mores, nunca chegou a ser rigorosamente determinada.

A alçada conferida ao primeiro magistrado da província, relativamente aos provimentos dos capitães-mores, confirma esta asserção. No fundo, o Reino temia conceder mais latos poderes aos governadores-gerais. A experiência havia efectivamente ensinado que os seus abusos variavam na razão directa da sua jurisdição, isto é, quanto maior era a autoridade conferida maiores eram as suas irregularidades no exercício das suas funções. Daí o cuidado patenteado pela Corte na legislação sobre a matéria.

Mas, como é evidente, os governadores-gerais acabaram por ver os seus cargos prestigiados e a sua jurisdição enriquecida. Os capitães-mores que sempre haviam actuado com certa irreverência e até com independência da primeira magistratura da província tiveram, por conseguinte, sobretudo no reinado de D. José, de se submeter à sua autoridade. É então que, ao serem reformadas nos anos sessenta do século XVIII as anquilosadas estruturas económica, administrativa e judicial da província, as *devassas* e *residências* dos capitães-mores passam, pela primeira vez, a ser julgadas e sentenciadas em autos sumários, sem apelação nem agravo.

São pois, estes, alguns dos aspectos que a seguir vamos detidamente analisar. Antes, porém, há que definir os conceitos de *devassa* e de *residência*.

Com efeito, *devassa* é a «investigação das provas e inquirição de testemunhas para averiguar de um facto criminoso; inquérito; sindicância: Auto ou processo onde constam os resultados da investigação e inquirição» (156).

Por *residência* — tirar ou tomar *residência* — entende-se, neste caso, a feitura de inquérito ou sindicância, a respeito dos actos de determinada autoridade, no fim do seu mandato.

Durante a fase da conquista que vai, segundo alguns autores, até meados do século XVII, não temos notícia de haverem sido redigidas normas quanto à forma como as sindicâncias, ao governo dos capitães-mores, deviam ser feitas, não obstante a sua doutrina datar do período das descobertas. Naquela época parece ter predominado o arbítrio dos governadores, que os devassavam, com ou sem justiça, substituindo-os por criados seus e por pessoas da sua obrigação. Este abuso, do qual resultavam abusos maiores, foi por António Bezerra Fajardo, na primeira metade do século XVII, denunciado ao Reino pedindo, para ele, a fixação de competentes normas e a proibição futura das *devassas* serem tiradas pelos governadores, ou às suas ordens (157).

O governador D. Manuel Pereira Coutinho (1630-1635), por seu turno, em carta para o Reino, de 8 de Setembro de 1633, lamentava a circunstância de, «aos Capitaens das fortalezas deste Reyno prouidos por V. Magestade senão deuação delles nem se lhes toma residencia», circunstância esta que os levava a cometer vexações certos como estavam de que, os governadores, não tinham sobre eles jurisdição para os punir. «E se os governadores não ouuere de entender com elles pera as couzas mal feitas que fizere de dar conta a V. Magestade primeiro que venha rezolução acabarão seu tempo e hir se ão e não guardarão suas hordes como João Carualho fes cõ o ouvidor» (158).

No regimento de Tristão da Cunha, de 10 de Abril de 1666, encontra-se já uma disposição sobre o assunto. O capítulo 35 reza assim: «(...) e por até o presente não ter noticia do procedimento dos capitães dos Presidios de como continuão no exercicio e acodem a sua obrigação, vos Ordeno e Mando que acabado o tempo que cada um servir tereis particular cuidado de mandares pessoa que os syndique, qual vos pare-

(156) «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», vol. 8, p. 855.

(157) FAJARDO, António Bezerra, et al. — *Produções, Comércio e Governo do Congo e Angola (1620-1629)*, p. 23.

(158) A. H. U. — *Angola* — Cx. 2 — 1625-1643.

cer mais idoneo, e para Escrivão destas residências nomeareis um dos mesmos presidios que tenha Carta minha, e mais pratico, e tirada a residência a mandareis por vias ao Meu Conselho Ultramarino e me serem presentes seus procedimentos» (159).

Da leitura deste capítulo facilmente se podem tirar duas conclusões: a primeira, diz respeito à competência atribuída aos governadores para designarem a autoridade que sindicará os actos dos capitães-mores; a segunda, reside na incompetência das suas sentenças na província.

Em vista disto resultava, por um lado, a possibilidade dos governadores nomearem para tais diligências os ouvidores, quando o seu regimento lhes proibia terminantemente, devido à agressividade do clima, as suas visitas ao sertão; por outro, o atrofiamento do aparelho judicial, uma vez as *residências* ao serem sentenciadas no Reino só permitirem, um ou mais anos depois, o conhecimento dos seus resultados na província.

Tais inconvenientes não passaram despercebidos à Coroa, pois pelo capítulo 50 do regimento de Aires de Saldanha de Meneses, de 14 de Fevereiro de 1676, estabelece-se em novos moldes, a sua doutrina.

Por este capítulo determina-se, efectivamente, ao governador, que em caso algum mande o ouvidor ao sertão; e as *residências* que se houverem de tirar aos capitães-mores sejam remetidas àquele magistrado para juntamente com os mais adjuntos, declarados no capítulo 18 do seu regimento (160), e em sua presença, serem sentenciadas dando apelação e agravo nos casos previstos na lei. Sentenciadas as *residências* cumpria ao governador e ao ouvidor darem conta ao Soberano do procedimento das sentenças, contra quem se proferiram e se apelou ou agravou, cujos

agravos e apelações deviam ser remetidos ao Reino, por intermédio do Conselho Ultramarino, para os fins convenientes (161).

Como se vê, o regimento de Aires de Saldanha marca já um avanço em relação ao de Tristão da Cunha. De facto, já não se torna necessário enviar os processos para Lisboa e aguardar que lá sejam proferidas as sentenças. O Rei confere tal poder a uma Junta Criminal constituída pelo ouvidor, seus adjuntos, nos termos da lei, e pelo governador a quem compete a sua presidência.

Este mecanismo teve longa vida, pois só com o marquês de Pombal se introduzem alterações ao sistema e, ainda desta vez, conducentes à simplificação e à eficácia dos serviços de justiça (162).

Contudo, ambos os regimentos são omissos quanto ao problema das *devassas*. E, ao entrar-se no século XVIII, põe-se em dúvida a legalidade dos capitães-mores serem devassados, no exercício dos seus cargos, pelos governadores. Mais: impugna-se, como veremos adiante, o direito, destes funcionários serem suspensos e depostos dos seus lugares pela primeira autoridade da província.

A Coroa é chamada a intervir no conflito e, por carta régia de 7 de Abril de 1721, para o governador Henrique de Figueiredo e Alarcão determina, com efeito, que «os governadores não podem mandar tirar devassas dcs capitães-mores que dão residência enquanto durar o tempo do seu governo, porém que lhes não hé proibido mandarem tirar alguma informação por testemunhas do seu procedimento para com ella me darem conta» (163).

As *devassas* passam a permitir-se somente em casos de força maior quando, por exemplo, a actuação do capitão-mor ponha em risco a existência e conservação do presídio. É facto que os governadores continua-

(159) *Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga*, vol. 1, 1446 a 1754, p. 306.

(160) O capítulo 18 do regimento dos ouvidores-gerais de Angola, de 23 de Junho de 1651, passado ao licenciado Bento Teixeira de Saldanha, diz o seguinte: «Tanto que vos for intentada a suspeição por alguã parte não vos dando por suspeito, Remetereis os auttos da Suspeição ao Juiz Ordinário máis velho, o que servia o anno passado, o qual Juiz a determinará como for justiça, e vos procedereis sempre na Cauza em que vos puzerem a tal suspeição athé se determinar finalmente, tomando convosco por adjunto a hum dos juizes do anno presente que servirem no lugar onde vos puzerem a suspeição, não sendo suspeito, e sendo o tomareiz outro Juiz, e sendo ambos suspeitos tomareiz ao vereador máis velho, e sendo elle também suspeito tomareiz o terceiro ao qual se não poderá pôr suspeição e os auttos que assim fizerdes serão valiozos como se as suspeiçoenz vos não foram intentadas; (...)». *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 11).

(161) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 1, n.º 5.

(162) Trata-se do decreto de 19 de Novembro de 1761 que, como referimos atrás, instituiu a Junta de Justiça à qual incumbia aprovar ou condenar os serviços das autoridades sertanejas. Pela carta régia de 1-12-1761, ordena-se ao governador António de Vasconcelos, que os capitães-mores que se encontrarem presos na capital sejam julgados nesta Junta independentemente dos seus crimes terem sido cometidos antes da sua criação. Este governador, em 5-4-1763, dá conta ao Rei de assim ter procedido e de terem sido sentenciados em conformidade com as suas ordens os capitães-mores Domingos Ferreira da Assunção e António da Silva Lemos, que foram respectivamente de Ambaca e Caconda, com inabilidade perpétua para o serviço de Sua Majestade. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 29 — 1762-1763).

(163) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

ram a tirar estas *devassas* por razões menos justas, mas sempre que o faziam contra as ordens régias, eram pelo Reino consideradas ilegais e os governadores repreendidos.

Mas, neste entretanto, vai ter início uma campanha que se prolonga até finais do nosso período de estudo. Referimo-nos, claro está, às *residências* dos capitães-mores. Mais concretamente: às entidades que procedem às suas inquirições e aos resultados destas *démarches*.

Realmente, a partir do alvará de 29 de Agosto de 1720, é preocupação dominante das autoridades da capital que as sindicâncias aos capitães-mores se façam sem a complacência dos primeiros tempos.

Para tanto, contesta-se a autenticidade dos interrogatórios, das testemunhas inquiridas, da capacidade dos sindicatos, enfim, a própria estrutura das *residências* (164). As razões deste novo sentimento de justiça são já sobejamente conhecidas: o pomo da discórdia é o comércio.

Este movimento, encabeçado inicialmente pelos ouvidores, vai provocar sensíveis modificações à doutrina, particularmente no que concerne à entidade incumbida das *residências*.

Durante alguns anos procura-se, na verdade, dar a conhecer à Corte, a inobservância, por parte dos capitães-mores, do mencionado alvará. Por outro lado, denuncia-se o processo fraudulento que conduzia à sua inculpabilidade. E afirma-se que a única forma de se pôr termo a este estado de coisas é consentir-se que as suas *residências* sejam tiradas na capital pelos ministros competentes, pois só assim poderão ser merecedoras de atenção e dignas de crédito (165).

(164) O governador D. Miguel António de Melo, no seu notável relatório de governo já citado neste trabalho, ao referir-se à problemática das *residências* dos capitães-mores escreve: «Os magistrados como os governadores, não podem proceder contra elles a mais do que a verbal reprehensão, ou por escripto dos descuidos ou erros que commetem, commummente fazem d'este genero de castigo mui pouco caso. Seria comtudo muito prejudicial ao real serviço que a mais se estendesse a alçada ou jurisdição dos governadores, porém não deixam por outra parte de resultar graves danos de serem as residências tiradas como são perfunctoriamente impedindo como costumam impedir os syndicatos, que nas devassas jurem testemunhas que notoriamente não sejam conhecidas por affeição aos syndicatos ou sujeitos tão ignorantes do que se lhes pergunta, que não sabem responder com sufficiencia aos interrogatorios. Assim, o tenho visto praticar em diversas occasiões, sendo muito para sentir e lamentar, que por esta causa continuem a ser no real serviço empregados ministros uma vez falto de litteratura, outras de desinteresse, de rectidão e de bons costumes». (MELO, D. Miguel António de — Ob. cit., p. 562).

(165) Carta do ouvidor-geral, Fernando José da Cunha Pereira, para o Reino, de 1-3-1750. (A. H. U. — Angola — Cx. 25 — 1750-1753).

O ouvidor-geral, Joaquim de Castro Barbosa (166), ao tomar a defesa do padre Martinho Correia de Sá Castro Morais, vítima de violências do capitão-mor de Caconda Bernardo Carneiro, preconizava, como tentativa de moderação e disciplina dos capitães-mores, que se lhes tirasse os soldos e a jurisdição civil; e se sujeitassem a correições e a *residências* tiradas *ex-officio* pelo corregedor, autorizando-se, para o efeito, as suas deslocações ao sertão; e o pagamento de vencimentos dignificantes e ajudas de custo diárias (167).

O governador D. José Gonçalo da Câmara, em carta de 12 de Janeiro de 1780, para a Metrópole, ao referir-se às *residências* dos capitães-mores, normalmente tiradas pelo tenente, como oficial subalterno de maior patente no presídio, ligado quase sempre ao seu superior hierárquico por interesses comerciais corrobora a opinião daquele magistrado, sobretudo no que toca à necessidade das *residências* ficarem a cargo dos ouvidores, aproveitando-se, para tanto, as suas correições anuais ao sertão, depois de previamente autorizadas pela Corte (168).

Estas sugestões não foram aceites pelo Reino, porquanto foi sempre intenção do Soberano não sujeitar os seus ministros, nomeadamente os ouvidores, à inclemência do clima sertanejo, pelas vítimas que a cada passo causava (169).

(166) Este magistrado incompatibilizou-se com o governador D. António de Lencastre e com o seu sucessor D. José Gonçalo da Câmara. Entrou em conflito com o juiz de fora Anacleto José da Mota e com outras autoridades de Luanda. Era dotado de forte personalidade, mas de difícil trato. Embora muitas das suas acusações contra estas autoridades tivessem fundamento, a verdade, porém, é que também ele não estava isento de culpas. Os seus detractores não lhas perdoaram e o ouvidor Castro Barbosa viu também cair sobre si a espada da justiça. Daí termos de aceitar, com reservas, as afirmações deste magistrado. Em uma das cartas para o Reino, de 30-12-1778, Castro Barbosa ao queixar-se dos excessos dos capitães-mores e do despotismo e arbítrio de D. António de Lencastre diz: «(...) Mas sendo estas providências as mais santas estão em desuso principalmente no tempo do governador D. António de Lencastre que favorece aos ditos Capitaens Mores seus favorecidos ou de sua mulher D. Guiomar e lhes não manda conhecer das suas culpas nem processar na forma da dita Provisão, nem conhecer das transgressões e violências para fazer justiça, e as evitar aos pobres pretos e sovas contra o Serviço Real (...): Mas os tem até deixado ficar no fim sem lhes mandar tirar a residência que manda o capítulo 50 do Regimento do governo de 12 de Fevereiro de 1676, de que tudo nascem as ditas desordens e relaxações que os Corregedores não podem providenciar e cometidas em remotos sertões aonde é mais fácil os miseráveis sofrê-las do que virem a distancia desta cidade buscar recurso e justiça incerta». (A. H. U. — Angola — Cx. 37 — 1778-1779).

(167) Carta de 23-3-1779 para o Reino. (A. H. U. — Angola — Cx. 37 — 1778-1779).

(168) A. H. U. — Angola — Cx. 38 — 1780-1783.

(169) Esta disposição, além de constar de textos legais, é confirmada por carta régia de 24 de Julho de 1747, para o governador João Jaques de Magalhães. (A. H. U. — Angola — Cx. 24 — 1747-1749).

Assim, por carta de 12 de Agosto de 1782, do ministro e secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro determina-se finalmente, a D. José Gonçalo da Câmara, a abolição da prática antiga dos tenentes ou alferes das companhias dos presídios tirarem tais *residências*, cometendo-se, em seu lugar, esta incumbência aos capitães-mores que os forem substituir, no governo dos respectivos presídios, «sem que isto porem embarace poder-se mandar Ministro ou outra Pessoa authorizada para fazer esta diligencia» (170).

Conclusão

Neste primeiro capítulo ficaram vinculados os traços definidores da política do governo central, no domínio das nomeações do funcionalismo público em Angola. Vimos, com efeito, que as suas determinantes se alicerçavam na aptidão dos providos e na sua filiação ao Cristianismo. Os provimentos dos capitães-mores não fugiam à regra. Daí a existência de portugueses de cor à frente do governo dos presídios em todo o período do nosso estudo.

O sistema das nomeações dos capitães-mores ressentiu-se dos condicionalismos da época, mas a partir de meados do século XVIII, graças à actuação de alguns governadores e à disciplina da vida económica e social do sertão, forçada pelo aparelho legislativo metropolitano, os provimentos tornaram-se mais conformes com as realidades locais.

Os poucos recursos demográficos, a impreparação do funcionalismo e a escassez de remunerações dificultaram, sobremaneira, o preenchimento dos quadros no interior e a boa administração dos presídios. Destes inconvenientes resultaram abusos dos capitães-mores inspirados, as mais das vezes, no exercício do comércio que, a despeito das disposições proibitivas e do mecanismo das *residências*, nunca chegou verdadeiramente a ser desterrado. As vicissitudes aqui evidenciadas repercutem-se, naturalmente, no capítulo seguinte, designadamente no âmbito das suas atribuições.

CAPÍTULO II

JURISDIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

(170) A. H. U. — Angola — Cód. 549.

CAPÍTULO II

JURISDIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

1. A EFECTIVIDADE DA SOBERANIA PORTUGUESA

Apesar dos louváveis esforços desenvolvidos por um grupo de investigadores da cultura histórica de Angola, de alguns anos a esta parte, a província, sob muitos aspectos, por falta de documentos, nada sabe da sua infância. Não é fácil, por conseguinte, o conhecimento exacto dos seus verdadeiros limites, dos seus contornos administrativos, da sua organização política e social no período que antecede a descoberta e a conquista do território pelos portugueses. Pouco se sabe, aliás, acerca dos primeiros tempos da presença lusa nesta parcela do continente negro.

Na verdade, a história de Angola encontra-se, ainda hoje, cheia de lacunas e, enquanto não se descobrirem novas fontes documentais, que tragam alguma luz sobre a actividade dos nossos descobridores e primeiros colonizadores, não se poderão adiantar conclusões definitivas sobre a matéria. Esta tomada de posição leva-nos, naturalmente, a aceitar com reservas, muito do que se tem dito e escrito a respeito desses pioneiros que, com audácia e heroísmo, tornaram cristã e portuguesa a terra bárbara dos ambundos. É por isso que, de certo modo, a história de Angola está ainda por escrever.

Mas não vale a pena remontarmos às origens e especularmos com o seu passado, para sabermos que a configuração geográfico-política do território passou por transformações sucessivas, ao longo do tempo. Importa, sim, salientar em que medida se processou a efectividade da soberania portuguesa em Angola, depois do seu ingresso na comunidade lusítana. Para tal, convém recordar os marcos em que, comumente, se costuma dividir a história da província.



Deve-se, com efeito, a Monsenhor Alves da Cunha a sua primeira divisão lógica, em épocas bem caracterizadas e definidas.

No seu trabalho, *Angola — traços gerais sobre a sua ocupação e colonização* — (Resumo histórico de 1482 a 1921), este historiador subordina a história da província a 3 períodos fundamentais: 1) da descoberta, da conquista e do monopólio comercial, que vai até ao começo do século XVII; 2) da dependência do Brasil e desenvolvimento do tráfico da escravatura, cobrindo todo o século XVIII; 3) da luta contra o tráfico e defesa do princípio do trabalho livre, imposto pelo tratado de Viena, de 1815. Prolonga-se este período, por todo o século XIX, até ao século XX.

Alberto de Lemos, ao desenvolver o quadro do Dr. Alves da Cunha em 4 períodos, refere, no tocante ao primeiro, que se estende até meados do século XVI, que o «Império do Congo, em que se compreende quási todo o actual território de Angola é reconhecido como um Estado indígena independente sob o protectorado de Portugal. A magestade negra é prestigiada na sua autoridade e tratada pelos reis de Portugal como de igual para igual» (1).

No segundo período — da conquista e ocupação da província — que tem início com a segunda viagem de Paulo Dias de Novais, em 1575, e abarca todo o século XVII, o Congo perde o seu antigo prestígio e poderio e, de suserano de Angola, passa a sua dependência.

Assim, no tempo de D. Sebastião, designava-se por Reino de Angola a vasta região que se prolongava do limite Sul do Reino do Congo até ao Cabo da Boa Esperança (2).

Contudo, não nos iludamos: nesta enorme extensão territorial, a afirmação do poder político português foi, durante muito tempo, simplesmente nominal. A precaridade da nossa ocupação, até ao século XIX, permitiu, na realidade, a coexistência de vários poderes. Daí, não se nos afigurar legítimo falar de soberania, mas de soberanias. Angola tinha, efectivamente várias soberanias: a portuguesa confinada, geralmente, ao

(1) LEMOS, Alberto de — *História de Angola*, vol. 1, 1486-1684, pp. 16-22.

(2) Segundo Francisco Castelbranco, ao Sul do Reino do Congo havia, ao tempo do descobrimento, dois Reinos: o de Ndongo e o da Matamba. O primeiro, situava-se na jurisdição de Pungo-Andongo; o segundo, na do Duque de Bragança. (CASTELBRANCO, Francisco — *História de Angola (1482 - 1910)*, p. 83.

litoral e a alguns presídios do interior; a dos diversos potentados indígenas que, não sendo vassallos da Coroa portuguesa e achando-se fora da jurisdição dos presídios, viviam na independência do governo-geral que, amiudadamente hostilizavam; e a de alguns sobas que, embora não vassallos, reconheciam o governo da capital, mas não permitiam que a autoridade portuguesa se exercesse nos seus domínios (3).

Sendo assim, temos de admitir numa fase assaz longa, da história de Angola, a existência de um território delimitado, com poderes distintos e com o mesmo nome de Reino de Angola cujo vocábulo, generalizando-se a partir da fundação de Luanda, passara a designar toda a possessão (4).

No século XVII, define-se o contorno administrativo da província que, com ligeiras alterações resultantes da fundação de dois presídios no século seguinte chega, quase incólume, ao século XIX, em que se rasgam novos horizontes para, já dentro do século XX, se afirmar, definitivamente, a soberania portuguesa em todo o território.

Vem a propósito, pois, assinalar, ainda que sucintamente, os primeiros passos da penosa caminhada dos portugueses na conquista do interior, onde se iam fixando, à medida que a penetração lusitana avançava pelo sertão dentro. Mas, desde logo, surge o grande problema — a falta de gente para a empresa. Na verdade, quando Portugal salta os seus muros e se propõe desvendar o mundo desconhecido, a ocupação e a colonização das terras descobertas passam, imediatamente, a figurar entre as preocupações quotidianas da Coroa. Estas dificuldades explicam o abandono das praças do Norte de África, no reinado de D. João III; e o facto de Paulo Dias de Novais não ter podido cumprir inteiramente as instruções emanadas do governo central (5).

Realmente, nunca o primeiro governador de Angola pôde contar com mais de 400 homens, para levar a cabo tão arrojado empreendimento.

(3) Trata-se, no fundo, daquilo que o Professor Doutor Silva Rego designa por feudalismo luso-africano, bem patenteado, aliás, no regimento do governo de Angola de 1676, já por diversas vezes aludido neste trabalho, que «revela bem o carácter da presença portuguesa em África nestes séculos antes da Conferência de Berlim, de 1885, que modificou por completo o sistema político português». (REGO, A. da Silva — *O Ultramar Português no século XVIII (1700-1833)*, pp. 63-66).

(4) Cf. REDINHA, José — *Origem e Generalização do Nome «Angola»*. «*Ultramar*» — Revista da comunidade portuguesa e da actualidade ultramarina internacional», vol. 5, n.º 15, pp. 5-16.

(5) Vid., sobre o assunto, a carta-doação de Paulo Dias de Novais, de 19-9-1571. (*Arquivos de Angola*, série 2, vol. 1, pp. 18-19).

to. Daí recorrer, hábilmente, desde a primeira hora, à *guerra preta* que, *grosso modo*, compensava a inferioridade dos efectivos portugueses, na luta permanente contra o gentio.

Uma tal carência de recursos sempre se fez sentir em Angola, pela preferência consagrada pela Corte ao Brasil, que absorvia todos os excedentes demográficos do Reino. Angola só começa a merecer atenção quando, perdida a Índia e expulso o invasor holandês de Luanda, a política da Metrópole e as exigências brasileiras fazem deslocar os interesses do Índico para o Atlântico. Angola passa, então, a fazer parte, dum novo sistema de base económica, completando uma espécie de triângulo — o conhecido Império do Atlântico.

Todavia, a despeito de todas as dificuldades, com a fundação da Vila de S. Paulo em 1576, seguiu-se, imediatamente, a conquista e ocupação do interior norteada por três objectivos: 1) a procura das minas de prata; 2) a difusão do Cristianismo; 3) o comércio do resgate e do tráfico de escravos (6).

Na convicção de que as minas de metais preciosos se situavam na região de Cambambe, a linha natural da penetração portuguesa no sertão foi o rio Cuanza.

Ao Norte deste rio, e pelas suas margens, vão surgindo, efectivamente, alguns presídios, postos avançados da defesa da província. O pri-

(6) No «Relatório e lista de todos os gastos que se fazem nos Reinos de Angola e Congo, asi de Justiça e Gouerno como da Ygreja e Guerra», de 28-2-1612, de Andre Velho da Fonseca, elaborado por determinação régia de 30-5-1611, refere-se, na verdade, que «Ha nesta Conquista e Reyno de angola tres presidios situados junto ao Rio Coanza ho de mochima ho de maçangano e de cambambe feitos a principio para descobrimento das minas de cambambe, E yr conquistando e segurando a terra com elles te as poder fabricar alem de outros muitos proueitos que da conquista se esperauão e de se plantar a fee catolica e extirpar a ymfedelidade destas Partes que foi o Principal ymtento de moueo aos senores reys dom joam o tergeiro e dom sebastiam que santa gloria ajão quando mandaraõ conquistar este Reyno como tudo me constou da doação feita ao gouernador Paulos dias de nobais (...) Efeituou-se o Principal ymtento e asi ha ymfinitos xptaõs nestas partes afora des mill e mais que hus annos por outros se embarcaõ por mar depois de Regeber agoa do baptismo. E soposto que não houue efeito a prtença das minas de que não falta noticia gerta em Cambambe andalla moquilla e em outras partes e em benguela de muitas de cobre não se ficou perdendo o trabalho nem os muitos mill cruzados que na conquista dos ditos presidios se gastarão porque seruem oje de sustentar os Resgates dos escrãuos de que se pagão os direitos dos que saem deste porto afora a fabrica das minas das yndias ocidentaes e pirú e direytos que pagão pela Coroa Real de Castela, o seruiço dos engenhos d'acucar das partes do brazil o que tudo sem o seruiço dos escrãuos que saem destes Reynos fora muy dificultozo (...)». (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 3 n.ºs 19-21, pp. 71-90; Vid., também, LAVRADIO, Marquês do — *Portugal em África depois de 1851*, pp. 27-29).

meiro a ser fundado foi o de Massangano, em 1583, sem dúvida o que melhor espelha a epopeia do Cuanza; seguem-se o da Muxima, em 1599, na margem esquerda do rio, pelo capitão-mor Baltasar Rebelo de Aragão, no governo de João Furtado de Mendonça; o de Cambambe, em 1604, na margem direita, por Manuel Cerveira Pereira; o de Ambaca, em 1614, na margem esquerda do rio Lucala, pelo governador Bento Banha Cardoso; e o das Pedras de Pungo-Andongo, em 1671, conquistado por Luís Lopes de Sequeira, no governo de Francisco de Távora. Ao Sul do Cuanza, no século XVII, fundaram-se dois presídios: o de Benguela, em 1617, por Manuel Cerveira Pereira; e o de Caconda, baluarte do domínio português naquele reino, em 1682, por ordem do governador João da Silva e Sousa.

No século XVIII, erigiram-se mais dois presídios: o de S. José do Encoge, em 1759, pelo governador António de Vasconcelos, com vista à protecção do comércio e defesa da fronteira Norte da província; e o de Novo Redondo, em 1769, no Governo de Sousa Coutinho, na foz do rio Gunza, para obstar aos contrabandos e à pirataria estrangeira, no litoral, e facilitar as comunicações entre os Reinos de Angola e de Benguela.

Todos estes presídios eram guarnecidos de forças militares, sob o comando de experimentados capitães-mores, à excepção do de Novo Redondo que, desde sempre, foi governado por regentes.

Assim, pode-se afoitamente dizer que, se por um lado, se ficou devendo aos presídios a efectivação da nossa soberania, por outro, a força militar foi, a par dos missionários e dos sertanejos, o elemento impulsionador da colonização e a grande responsável pela perenidade da presença portuguesa em Angola.

Mas, como se observa, apenas uma diminuta parcela do território se podia considerar sob jurisdição do governo-geral, porquanto às portas de Luanda e junto aos presídios que circundam o Cuanza, o domínio era já precário. Na verdade, no primeiro quartel do século XVIII, o presídio da Muxima, por exemplo, viu-se constantemente ameaçado pelo gentio da Quiçama, «vaçallos que não são de Vossa Magestade e muy apottentados em as suas terras, motivo por que se necessita de hum grande cuidado pois em todo o numero dos ditos pottentados so hum se acha vaçallo de Sua Magestade» (7).

(7) Carta do mestre de campo, José Carvalho, para o Reino, de 19-4-1725. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 16 — 1722-1750).

A fragilidade do nosso domínio foi, por Sousa Coutinho, reconhecida nas suas *Memórias do Reino de Angola e suas conquistas*, escritas entre 1773 e 1775, pois ao referir-se aos seus limites, afirmava que a província, por razões que desconhecia, ficara desde muito cedo afastada do litoral, pelo que «cinco legoas ao Norte da Costa, e dez ao Sul já sam terras que não reconhecem a El Rey Nosso Senhor» (8).

No governo do barão de Moçâmedes, segundo informa o próprio governador, ainda que precipitadamente, na sua correspondência para o Reino, de 15 e 18 de Agosto de 1790, Luanda esteve na iminência de ser invadida por povos da vizinhança do presídio do Encoge (9). O seu sucessor não deixou, também, de ser apoquentado. De facto, por carta de 15 de Outubro de 1799, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos faz saber ao capitão-mor de Caconda, Alexandre dos Reis Pereira Barbosa, da sua impossibilidade em prestar-lhe qualquer auxílio na empresa que pretendia levar a efeito contra o gentio sublevado, uma vez as reduzidas forças militares de que dispunha mal chegarem para se oporem, com êxito, «contra os inimigos da Porta» que não deixavam de inquietar a capital (10).

Outro exemplo bastante significativo desta impotência é-nos dado pelo governador D. Miguel António de Melo, em carta para a Metrópole, datada de 12 de Março de 1799, por ocasião das divergências havidas com o governador de Benguela, José Botelho de Vasconcelos, que o acusou de usurpador de jurisdição: «Se o governador de Benguela quer se interpretar o que diz da extensão da capitania pelo que conhecem do seu território os Funantes que ao sertão della passam a comprar Escravos, Marfim, e Cera a troco das fazendas que para elle importaõ, caber-lhe-há sem duvida a denominação de extensa; porem se fala com respeito ao que na verdade dominamos em taõ vasto continente, o nosso dominio real, exacto e verdadeiro, não passa alem do terreno que equivale a huma das mais pequenas comarcas de Portugal, e todas as Relações que forem contrarias a esta são faltas de verdade» (11).

(8) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 4, n.º 49, pp. 188-189.

(9) Este receio do governador, em parte infundado, motivou acerbas críticas do governo central expressas na carta endereçada ao seu sucessor, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, em 7-8-1791. (*Angola na Documentação sobre Angola*), vol. 1, 1783-1883, pp. 24-55).

(10) A. H. U. — *Angola* — Cód. 1628 — 1791-1792.

(11) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2 n.º 14, pp. 588-591.

Em outro passo da sua carta, refere D. Miguel António de Melo que, ao ouvir-se falar na Europa do Reino de Angola, da capitania de Benguela, de cidades, vilas, presídios e capitánias-mores, supõe-se corresponderem, efectivamente, ao seu verdadeiro significado. Esta a razão de provirem da Corte — dizia — sobre os diversos ramos da administração pública de Angola, ideias, decisões e opiniões erradas, que inteiramente repugnavam aos moradores e ao próprio governo.

O mesmo governador, escrevendo em 8 de Novembro de 1799 para o conde de Resende, vice-rei e capitão-general de mar e terra do Brasil, a propósito dos serviços postais da província, confirmava o depoimento anterior, referindo que os escravos exportados para aquele Estado viviam dispersos por um imenso território «que só aparentemente e no nome dominamos» (12).

Abstraindo o pessimismo doentio de D. Miguel António de Melo pelo futuro de Angola, que o tempo se encarregaria de desmentir, a verdade, porém, é que não se pode ser mais claro nem mais objectivo numa análise à situação real da província, do que este governador nos citados documentos. É que a efectividade da soberania portuguesa em todo o território implicava, necessariamente, a sua ocupação e colonização. Mas, para se ocupar e colonizar eram precisos consideráveis recursos humanos e materiais de que a província nunca dispusera. Daí, o seu desalento bem vincado na carta enviada ao ministro e secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 14 de Junho de 1799, sobre a incapacidade defensiva de Angola, face aos assaltos de corsários estrangeiros (13).

Ao fazer-se um rápido balanço à conjuntura angolana da época, não há dúvida de que se verificaram alguns progressos no século XVIII: não só no que respeita à extensão da área ocupada, como na consolidação das posições anteriormente conquistadas. Todavia, o maior óbice a uma maior penetração, quer para o Norte do Dande, quer para o Sul do Cuanza, sempre consistiu, como referimos já, na falta de gente. A pobreza demográfica de Angola agravou-se ainda mais com o tráfico. A província, não recebendo os braços do Reino de que tanto carecia, por for-

(12) *Arquivos de Angola*, série 2, vol. 3 n.ºs 13-14, pp. 185-186.

(13) Alude-se, com efeito, na referida carta, à inexistência, em Angola, de moradores, de navios, de petrechos, de armamento e de munições. Por tais motivos, considerava D. Miguel António de Melo a província, pela sua grande distância da Metrópole, separada de todos os domínios da Coroa e, por conseguinte, abandonada a si mesma. (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 11, pp. 353-354).

ma a atenuar a sangria do elemento indígena exportado para as diversas ocupações exigidas pelo desenvolvimento da província-irmã do outro lado do Atlântico, esvaía-se, assim, lenta mas implacavelmente. Esta exaustão de *filhos da terra* foi, por Sousa Coutinho, amargamente sentida (14), mas vivendo numa época em que a exportação de escravos era o estalão pelo qual se media a capacidade de um governador, também ele, não obstante a sua elevada estatura moral, não deixou de se ufanar por, no seu governo, as *peças* embarcadas nos portos de Luanda e de Benguela, terem atingido cifras jamais registadas (15).

Valeu ainda à província a secular política multirracial dos portugueses, através dos cruzamentos com mulheres de cor. Mas a miscegenação, como processo de fortalecimento duma minoria decadente, não compensou, apesar de tudo, o desequilíbrio cada vez maior entre as duas raças em presença.

Contudo, se, por um lado, o resgate e o tráfico se revestiram de aspectos abomináveis e contribuíram decisivamente para a decadência de Angola, por outro, parece não haver dúvidas de que a procura desenfreada do escravo no sertão, a troca de fazendas, teve o grande mérito de funcionar como polo de desenvolvimento da soberania portuguesa e de forçar a natural propensão dos portugueses para a mestiçagem (16).

Para os leitores menos familiarizados com a estrutura demográfica de Angola, sobretudo no que respeita à população dita civilizada, apresentamos, a seguir, alguns indicadores relativos aos séculos XVII e XVIII, suficientemente concludentes quanto à sua penúria.

Com efeito, segundo refere Garcia Mendes Castello Branco, companheiro de Paulo Dias de Novais, havia em Luanda, por volta de 1620,

(14) Em carta para o Reino, de 1-1-1765, observa: «(...) e nam será nunca possível que com tão pequena goarniçam e com tão pouca e má artelharia haja de defender-se hum Paiz tam importante, e tam dilatado, principalmente quando os Habitantes nam passam de 200; e os certosens estam despovoados dos antigos, e valerosos Negros, que faziam a força do Estado». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 30 — 1763-1765).

(15) Escrevendo para o secretário de Estado, Francisco de Mendonça, em 9-5-1765, acerca do estabelecimento de duas feiras no Gollo e no Bembe, Sousa Coutinho afirmava: «Estes recursos, e o favor que tenho dado aos Negros que buscão a cidade com o comercio, acompanhados de huma inteira justiça, tem feito tanto adiantamento na extracção dos Negros, que nos onze mezes do meu governo, tem sahido 22 Navios, e espero neste duodecimo, expedir mais dous, exceto Benguela, de que agora sahem navios mais». (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 1, n.º 6).

(16) Cf. LOBATO, Alexandre — *A Política Ultramarina Portuguesa no Século XVIII*. «Ultramar — Revista da comunidade portuguesa e da actualidade ultramarina internacional», vol. 8, n.º 30, p. 89.

«cousa de 400 visinhos e pela terra dentro cerca de sessenta leguas, temos quatro fortalezasinhas e n'ellas uns 250 soldados pouco mais ou menos» (17).

Em 1675, o Senado da Câmara de Luanda, informava o Reino da existência de 326 brancos em Angola, dos quais 132 residiam na capital (18).

Volvidos 50 anos, o panorama era sensivelmente o mesmo. Na verdade, por carta de 26 de Fevereiro de 1728, o governador Paulo Caetano de Albuquerque dava conta à Coroa, com sentida preocupação, da escassez da população civilizada da província que «se vai cada vez mais esterilizando não só de moradores, mas ainda de homez brancos pois se não contam nesta cidade de mais de cento e sincoenta» (19).

O mesmo governador, pouco tempo depois, enviava para a Metrópole um mapa dos oficiais e soldados do Terço da guarnição de Luanda, referente ao ano de 1731 (20), composto de 140 oficiais e 411 soldados (21).

Em 1773, a população civil e militar de Luanda era a seguinte: civil 1519, incluindo 983 escravos; militar 612.

A população civil, distribuída por duas freguesias — da Sé e dos Remédios —, apresentava a seguinte composição: pessoas brancas 251 (214 do sexo masculino e 37 do feminino) com 787 escravos; pessoas pardas 138 (106 do sexo masculino e 32 do sexo feminino) com 187 escravos; pessoas pretas livres 147 (143 do sexo masculino e 4 do feminino) com 9 escravos.

A população militar achava-se distribuída pelo Regimento de infantaria, com 10 companhias, de que era coronel João Monteiro de Moraes, com 476 oficiais e soldados e por duas companhias de cavalaria, que guarneciam a cidade, no total de 136 homens.

(17) CASTELLO BRANCO, Garcia Mendes — *Da Mina ao Cabo Negro (1574-1620)*, p. 31.

(18) AMARAL, Ilídio do — *Luanda (Estudo de Geografia Urbana)*, p. 42.

(19) A. H. U. — *Angola* — Cx. 17 — 1726-1728.

(20) A. H. U. — *Angola* — Cx. 19 — 1732.

(21) A título informativo podemos acrescentar que, em 1684, o Terço de infantaria de Luanda era composto por 700 homens, distribuídos por 9 companhias. (DELGADO, Ralph — *História de Angola*, vol. 4, p. 453).

Ao enviar estes mapas para o ministro Martinho de Melo e Castro, em 27 de Março de 1773, o governador D. António de Lencastre (22), referindo-se à população civil asseverava que os moradores brancos e mulatos livres, por serem tão poucos e tão conhecidos, dispensavam a consulta dos registos das freguesias. Acrescia ainda que ao serem prestadas as relações ao governador, alguns dos moradores nelas incluídos já teriam falecido e, quando elas chegassem ao Reino, já estariam desactualizadas.

Relativamente à população militar podia, também, afirmar que as 1 000 praças que Sua Majestade ordenara estivessem ao efectivo na província, jamais se alcançariam, visto o Regimento de infantaria nunca ter chegado a atingir o número de 600, ainda que se assentasse praça a rapazes de 13 e 14 anos, na generalidade «Mulatos e Fuscões» (23).

(22) A este governador, ao partir para Angola, foram passadas instruções, com data de 10 de Julho de 1772, nas quais se determinava a elaboração e envio ao Reino de diversas informações referentes à situação defensiva da província, quer quanto à composição das forças da capital e presídios, quer à capacidade dos soldados e oficiais, e distâncias entre Luanda e as fortificações do interior. Nestas instruções, prevenia-se o governador que os reforços militares, que do Reino fossem enviados para Angola, nunca seriam por forma a satisfazer as necessidades da província, porquanto ainda que a intenção de Sua Majestade fosse a de reforçar as tropas pagas de Angola, este aumento nunca seria de molde a assegurar a defesa completa do território pelo que, à semelhança do que se praticava na América portuguesa, era indispensável que a província fornecesse a principal força para a sua conservação. Como consequência desta disposição régia, surgiu a referida informação de D. António de Lencastre sobre a população civil e militar de Luanda: «E nesta certeza ordena Sua Majestade que além das Relações assim indicadas mande V. S.^a outra Relação dividida nas classes seguintes: Primeira Classe. Do numero dos Homens Brancos estabelecidos, ou assistentes na cidade de São Paulo da Assumpção e nos mais Portos de Mar do Reino de Angola; Ou das Povoações interiores, até a distancia de quatro legoas dos mesmos Portos. Segunda Classe. Do numero dos Homens Pardos Livres, residentes nos mesmos lugares. Terceira Classe. Do numero dos Negros também livres, e residentes nos mesmos lugares. Quarta Classe. Do numero dos Homens Pardos Escravos, que assistirem com seus Senhores nos mesmos lugares. Quinta Classe. Do numero dos Negros também escravos, que da mesma sorte assistirem com seus Senhores nos referidos lugares. Em cada huma destas classes se distinguirão particularmente os que forem capazes de pegar em Armas, que são os que tiverem de quinze Annos para cima; e de sincoenta para baixo».

Para o bom desempenho desta incumbência devia o governador recorrer não só aos «Livros das Confissões dos Parrocos, que ordinariamente são defeituozos, e em Angola ainda o serão muito mais», mas também aos oficiais superiores da Justiça e da Guerra bem como a quaisquer outras autoridades julgadas convenientes, de modo a obterem-se elementos dignos de crédito. (A. H. U. — Angola — Cód. 472 — 1757-1791).

Em cumprimento das suas determinações, D. António de Lencastre prestou nova informação à Corte, em 31 de Março de 1773, acerca da situação dos presídios de Angola, defendendo a necessidade da fortificação dos portos de Luango, Molembo e Cabinda, abandonados às iniciativas estrangeiras, e da extinção dos presídios do Encoge, de Ambaca e das Pedras, cuja despesa, por desnecessária, devia ser aplicada nas fortificações litorâneas. (A. H. U. — Angola — Cx. 33 — 1771-1773).

(23) A. H. U. — Angola — Cx. 36 — 1773-1777.

Em cumprimento da ordem régia de 26 de Maio de 1776, D. António de Lencastre remetia igualmente ao Reino, em 26 de Junho de 1779, um interessante e precioso mapa da população de Angola, relativo ao ano de 1778, estimada em 487 358 indivíduos distribuídos da seguinte forma: filhos de pais brancos 1 700; filhos de pais forros 3 874; filhos de pardos escravos 637; filhos de pretos forros 435 637; filhos de pretos escravos 45 510 (24).

Ao findar o século XVIII — exactamente em 1799 —, a população de Benguela (25) compreendia os seguintes elementos: *tropa* (32 brancos, 83 pretos e 52 multados); moradores brancos: 98 homens e 8 mulheres; pretos: 1 050 homens e 57 mulheres; mulatos: 129 homens e 109 mulheres; escravos: 291 homens e 894 mulheres) (26).

Como se observa pelos dados apresentados, são extremamente insignificantes os valores registados, especialmente no que concerne à população civilizada, para se poder tornar efectiva a soberania portuguesa, em tão grande extensão territorial.

Este baixo potencial demográfico suscitou, aos já clássicos cultores da historiografia angolana, os mais descontraídos comentários, quando pretenderam explicar as causas de tão confrangedor povoamento. Cunha Matos, por exemplo, interrogando-se acerca do destino dos portugueses e seus descendentes que, apesar de todas as limitações do Reino se contaram por muitos milhares os que haviam sido canalizados para Angola no decurso do tempo, não hesitava em afirmar que de 1481 a

(24) A. H. U. — Angola — Cx. 37 — 1778-1779.

(25) «Não aparece documentação alguma que fixe, taxativamente, o quantitativo da população civilizada de Benguela, durante o período que vai de 1650 a 1779. No entanto, pela população existente em 1799 (57 europeus e 196 mestiços) e por aquela que nos acusa o trabalho de Lopes de Lima, em 1843, (39 brancos e 179 mestiços), podemos computar a média dos habitantes civilizados de Benguela, com tendência instável entre 200 a 250 nessos. Carli de Placenza, capuchinho que acompanhou Angelo de Gatina, deixou escrito que havia em 1667, em Benguela, cerca de 200 brancos. Os reforços de soldados vindos da Metrópole, efectuados por diversas vezes, como em 1651, 1658, 1676, 1710, 1718 e 1722, devem ter colocado o nível da população branca em número razoável e promissor (para cima de 150 homens); as determinações que tornaram obrigatório o despejo de condenados no presídio do Sul, de que é justo salientar o regimento de 1676 feito para o governador de Angola, Aires de Saldanha, também devem ter representado valiosas e elevadas transfusões populacionais; mas a deserção da soldadesca, que morria sem assistência na caserna abafada da Fortaleza, a mortandade excepcional (à vontade 60 a 70 pessoas por ano), as guerras e a corrida para Caconda e sertões adjacentes eram poderosos dizimadores do curso demográfico citadino. (DELGADO, Ralph — *O Reino de Benguela (Do descobrimento à criação do governo subalterno)*, pp. 379-380).

(26) *Arquivos de Angola*, série 2, vol. 3, n.^{os} 13-14, p. 142.

1836 teriam dado entrada na província, procedentes da Metrópole, do Brasil e dos Açores, como soldados voluntários, degredados, funcionários públicos, comerciantes, mulheres livres e desterradas, pelo menos 180 000 pessoas. «Concedo — dizia — que alguma desta gente se retirassem, e que a maior parte da outra morresse por intempérie do clima ou da sua vida debochada: onde estão os brancos ou os pardos seus descendentes?». Em Luanda existiam, segundo o mesmo informador, no ano de 1821, 443 brancos e 448 mulatos; nos presídios, muito poucos e, no Congo, cuja capital chegara a contar 4 000 portugueses, não havia notícia da existência de um único morador natural do Reino. As causas deste fenómeno, que se opunham ao crescimento da população seriam, no dizer de Cunha Matos, naturais e artificiais: por um lado, a malignidade do clima associada ao meio ecológico; por outro, os usos e costumes dos habitantes (27).

Dada a rarefação do elemento europeu em Angola afigura-se-nos poder inferir-se que se a soberania exercida pelos portugueses não foi a mais aconselhável aos superiores interesses do Reino foi, contudo, a possível, se atentarmos os condicionalismos e a conjuntura da época. Não se pode, portanto, estranhar que o domínio português não cobrisse integralmente o espaço angolano, antes pelo contrário, deve causar admiração como um punhado de portugueses tornou exequível, no fim do século XVIII, a afirmação da nossa soberania em toda uma área que tinha por base «uma linha litorânea a estender-se de Luanda para o norte até Ambriz; outra linha a descer o continente negro até pouco abaixo de Novo Redondo; outra zona de incerta extensão à volta de Benguela e, mais abaixo, Moçâmedes; alguns pontos situados quer ao longo do Cuanza quer não muito distantes do mesmo, como Ambaca, Cambambe, Pungo-Andongo, Encoge, Muxima, Massangano e pouco mais; os presídios de Caconda e de Quilengues no sertão de Benguela» (28).

A partir do Congresso de Viena, de 1815, e, principalmente, da Conferência de Berlim, de 1885, com a obrigatoriedade da ocupação efectiva dos territórios ultramarinos, em substituição dos tradicionais direitos históricos, este quadro geográfico-político, cuja vivência foi ainda preponderante neste Século XIX, veio, naturalmente, a sofrer profundas alterações, consubstanciadas na directa influência portuguesa em toda a província, graças à decisiva e oportuna viragem poli-

(27) MATOS, Raimundo José da Cunha — *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*, p. 333.

(28) REGO, A. da Silva — Ob. cit., pp. 261-262.

tica do governo central, ao carrilar para Angola todas as suas já exauridas reservas materiais e humanas.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa de Angola é um produto lógico da sua ocupação e, portanto, da efectividade da soberania portuguesa.

Contudo, se esta organização ou divisão administrativa se apresenta clara, nos finais do século XIX, e, nomeadamente, no primeiro quartel do século XX, o mesmo não poderá dizer-se quanto aos séculos precedentes. Na verdade, nos séculos XVII e XVIII, esta clareza esfuma-se para dar lugar a dúvidas e incertezas bem patentes, aliás, em vários autores do século passado que, à historiografia angolana, consagraram o melhor do seu saber. As dificuldades então sentidas por estes estudiosos, na pesquisa duma sistematização científica que retratasse, fielmente, o modelo do nosso passado histórico-administrativo, persistem ainda hoje, a despeito das tentativas e achegas trazidas por investigadores contemporâneos de méritos firmados, no domínio da ciência histórica.

Estas dificuldades começam logo pela terminologia histórica que nem sempre logra exprimir, com fidelidade, os fenómenos do passado. De facto, não se pode dizer que na literatura especializada, os mesmos autores utilizem o mesmo equipamento conceptual, com significado análogo.

A falta de uniformidade de conceitos cria, naturalmente, sérios embaraços, sobretudo, quando, como neste caso, se pretende esquematizar a organização administrativa da província do século XVIII. Assim, afigura-se-nos absolutamente necessário que a fraseologia utilizada se torne mais precisa e seja, simultaneamente, manipulada com o mesmo sentido.

Nós próprios nos penitenciamos por havermos caído no mesmo erro, no capítulo anterior, quando atribuímos ao presídio e à capitania-mor o mesmo valor conceptual. Efectivamente, será correcto, conferir o mesmo tratamento a estas unidades administrativas? Produzirá, por outro lado, os mesmos efeitos, o facto de se designar distrito por jurisdição e vice-versa?

Se bem que estes vocábulos queiram referir o mesmo, no contexto em que se inserem, e sejam tratados, indistintamente, na documentação da

época, a verdade, porém, é que, na realidade, parece haver diferenças de base, que os distinguem e lhes conferem significado próprio.

No que respeita ao conceito de capitania-mor, pelo menos, na evolução histórica da divisão administrativa de Angola, passa por estádios diferentes. Na verdade, adquirindo no século XVIII o significado idêntico ao do presídio, a capitania-mor, considerada como o tipo orgânico aplicado aos territórios de ocupação mais recente e, por conseguinte, menos afeitos ao domínio português, surge na legislação do primeiro quartel do século XX, em consequência da nossa maior ocupação administrativa, como subdivisão dos distritos, a par dos concelhos e circunscrições, com vista «à transformação gradual e sucessiva do regime de administração militar no regime de administração civil, nas regiões sujeitas à sua jurisdição» (29).

No prosseguimento da evolução administrativa de Angola, este regime transitório cessa, finalmente, com o decreto n.º 80, de 14 de Dezembro de 1921, que transforma as capitanias-mores em circunscrições civis (30).

No entanto, se relancearmos os olhos por algumas das obras mais representativas da historiografia angolana, facilmente daremos conta da ausência desta diferenciação.

Com efeito, na famosa *História Geral das Guerras Angolanas*, da autoria de António de Oliveira de Cadornega, não se distingue, por exemplo, o distrito da capitania-mor: «Na capitania-mor do Golungo há capitão-mor e alferes e mais oficiais de milícias que têm a seu cargo a gente portuguesa de ordenanças que naquella distrito mora» (31).

O Dr. Alves da Cunha, por sua vez, na qualidade de anotador do terceiro tomo da mencionada obra, ao descrever a organização administrativa da província, na época do Cadornega, refere que Angola «compreendia os cinco grandes presídios e capitanias-mores de Muxima, Massangano, Cambambe, Pedras de Mapungo (Pungo-a-Ndongo) e Embaca (Ambaca), guarnecidas de tropa, além da capitania-mor do chamado Reino

(29) Portaria provincial, de 17-4-1913, que põe em vigor o regulamento das circunscrições civis da província, em cumprimento do decreto de 2-11-1912. (*Colecção da Legislação Colonial da República Portuguesa*, vol. 4, pp. 156-176).

(30) Idem, vol. 12, p. 700.

(31) CADORNEGA, António de Oliveira de — *História Geral das Guerras Angolanas*, tomo 3, pp. 51-53.

de Benguela. Além destas divisões havia alguns *distritos* ou *jurisdições* (32), também governados por capitães-mores de menor categoria, as de Golungo e do Dande».

Não podemos, evidentemente, asseverar de que fontes se teria servido Monsenhor Alves da Cunha para a descrição que acabamos de transcrever. Todavia, podemos aventar a hipótese de ter sido influenciado por Elias Alexandre da Silva Corrêa que, na sua *História de Angola*, subordina a organização administrativa da província a dois grandes grupos: presídios e distritos ou jurisdições.

Os presídios subdividia-os, ainda, este historiador, em duas classes, de acordo com a existência ou inexistência de guarnição militar.

Os presídios correspondentes à primeira classe, isto é, guarnecidos com tropa, eram os seguintes: Encoge, Cambambe, Ambaca, Pedras, Caconda e Novo Redondo; a segunda classe, abrangia os presídios da Muxima e de Massangano.

Os distritos ou jurisdições, segundo o autor, eram três: Golungo, Icolo e Dande (33).

Da discutível sistematização de Elias Alexandre surpreendem-se algumas inexactidões. Na verdade, no número dos presídios desprovidos de tropa figuram os da Muxima e de Massangano, quando, desde o começo da conquista, sempre estes presídios dispuseram de efectivos militares (34).

(32) O sublinhado é nosso.

(33) CORRÊA, Elias Alexandre da Silva — *História de Angola*, vol. 1, pp. 24-26.

(34) Como já tivemos a oportunidade de referir é, precisamente, a força militar que melhor distingue os presídios dos distritos. Desta simples distinção é que advém, efectivamente, toda a importância conferida ao capitão-mor do presídio, ao qual, ao contrário do capitão-mor do distrito, é atribuído um estatuto especial através da concessão de soldos, honras e privilégios, em reconhecimento da sua tão útil quanto necessária e espinhosa função. Muitos são, por conseguinte, os mapas que revelam a composição militar dos presídios. Assim, em 1731, por exemplo, os da Muxima e de Massangano compreendiam, respectivamente, entre oficiais e soldados, 60 e 111 homens. Na mesma data, os restantes presídios indicavam os seguintes números: Cambambe, 53; Ambaca, 97; Pedras, 72; Benguela, 145; Caconda, 73. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 19 — 1732).

Em 1792, Muxima apresentava 59, Massangano 57. Na mesma altura, os outros presídios dispunham das seguintes forças: Cambambe, 59; Ambaca, 94; Pedras, 98; Benguela, 113; Caconda, 46; Novo Redondo, 50; Encoge, 98. A. H. U. — *Angola* — Cx. 42 — 1792-1793).

Em 1799, Muxima e Massangano encontravam-se reduzidos ao número de 44 oficiais e soldados. Para o mesmo ano, os mapas relativos aos demais presídios assinalavam: Cambambe, 59; Ambaca, 98; Pedras, 85; Benguela, 164; Caconda, 99; Novo Redondo, 48; Encoge, 97. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 46 — 1798-1799).

Cabe aqui igualmente referir que, na linguagem da época, os próprios governadores, na sua correspondência para o Reino, raramente se serviam dos mesmos termos para descreverem a mesma situação.

Mas, seja como for, a verdade é que esta falta de coincidência vocabular era, geralmente, compensada por todos os governadores, pela adopção da mesma linha de rumo, ao assentarem a divisão administrativa do território em presídios e distritos, sem embargo de alguns deles, como D. António Álvares da Cunha, acrescentarem, ao lado destes dois pilares fundamentais do edifício administrativo de Angola do século XVIII, uma outra unidade administrativa — a província — que, para este governador, segundo se depreende da sua correspondência, funcionava como unidade administrativa menor em relação aos presídios e distritos. As províncias correspondiam, assim, pode dizer-se, aos concelhos, na moderna organização administrativa de Angola (35).

Em todos os autores que, sobre Angola, escreveram no século passado, se observa a mesma preocupação metodológica. De facto, em Lopes de Lima e em Mota Fêo, por exemplo, é esta orientação que, efectivamente, predomina. Apenas divergem relativamente ao presídio de Novo Redondo que, para o primeiro, pertence ao Reino de Benguela, enquanto que, para o segundo, faz parte integrante da jurisdição do Reino de Angola.

Cunha Matos, que situa o presídio de Novo Redondo em Angola, afasta-se ligeiramente deste autores. Para ele, a cúpula da divisão administrativa era, com efeito, a província. Angola dividia-se, assim, em 15 províncias das quais 7 eram denominadas presídios por disporem de guarnição militar sob o comando de capitães-mores; as restantes, por não serem fortificadas, designavam-se distritos (36).

Assim, até ao constitucionalismo em que, por decreto de 7 de Dezembro de 1836, se estabelece o governo-geral de Angola, em detrimento

(35) Em carta para o Reino, de 4-3-1756, D. António Álvares da Cunha diz, realmente, que «as províncias pertencentes a jurisdição de Ambaca são três conhecidas por Camba, Dongo e Ary (...)» (A. H. U. — Angola — Cx. 25 — 1754-1756).

Para a Coroa, porém, sobretudo a partir da obra de colonização levada a cabo por Sousa Coutinho, no vasto sertão de Benguela, este vocábulo enriquece-se, ganha maior expressão e passa a significar o que hoje se designa por distrito. No entanto, apesar de Cunha Matos ter baseado a divisão civil, política e militar de Angola, precisamente na província, temos para nós que, as unidades administrativas que melhor definem a realidade angolana nesta época são, com efeito, os presídios e distritos.

(36) MATOS, Raimundo José da Cunha — Ob. cit., pp. 314-321.

das antigas designações de Reinos do Congo, de Angola e de Benguela, a possessão, sob o ponto de vista da sua orgânica administrativa, encontrava-se dividida em dois grandes Reinos: o de Angola e o de Benguela.

Angola compreendia, ao tempo, 6 presídios e 8 distritos. Os presídios são já os nossos conhecidos, de Massangano, da Muxima, de Cambambe, de Ambaca, de Pungo-Andongo e o de Encoge. Os distritos eram os seguintes: o de Icolo e Bengo, do Dande, do Golungo, dos Dembos, de Luanda, da Barra do Bengo, da Barra do Dande e da Barra de Calumbo.

De Benguela dependiam 3 presídios e 8 distritos, se bem que alguns deles não passassem de simples lugarejos.

Os presídios eram três: o de Benguela propriamente dito, o de Caconda e o de Novo Redondo. Os distritos, distribuídos pelo sertão, eram os do Bailundo, de Galangue, do Zenza, de Quilengues, do Huambo, dos Sambos, do Bié e do Dombe Grande.

3. O REGIMENTO DOS CAPITÃES-MORES DE 1765

As queixas que, ordinariamente, chegavam à Metrópole, dando conta da arbitrariedade com que os capitães-mores actuavam nos presídios, levaram, naturalmente, os governantes a legislar a preceito e a definir uma política menos condescendente com estes funcionários. Vimos já em que consistiu a tomada de posição da Coroa, com vista à moralização dos seus costumes e à disciplina dos seus cargos.

Assim, quando Sousa Coutinho recebeu de D. António de Vasconcelos, em 6 de Junho de 1764, o governo de Angola, medidas importantes haviam já sido tomadas pelo Reino, tendentes a desterrar inveterados abusos daqueles oficiais, no exercício das suas funções.

Em todo o caso, faltava um diploma de base que regulamentasse, de forma inequívoca, a actividade das autoridades sertanejas (37).

(37) Até 1765, as fontes setecentistas não revelam a existência de qualquer regimento passado aos capitães-mores. O único conhecido e citado é o de Sousa Coutinho. Este facto induziu em erro muitos autores que lhe atribuíram a prioridade de tal evento. Contudo, manda a verdade dizer que, antes do diploma deste governador, outros haviam já sido redigidos no século XVII se bem que permaneçam ignorados. O próprio Sousa Coutinho, no preâmbulo do seu regimento, de 24-2-1765, no-lo confirma: «Havendo a diferença dos tempos em que os Senhores Governadores deste Reino, mais antecessores, publicarão varios regimentos para os capitães mores, mostrado que pela maior parte lhes são hoje inuteis não só porque as ordens de

A ausência destas normas fez-se sentir, de resto, desde os tempos mais recuados. Os capitães-mores, ao passarem a Angola, não se faziam acompanhar de instruções ou de regulamentos que determinassem as suas atribuições, como sucedia com o primeiro magistrado da província. Por este motivo, acontecia os capitães-mores desconhecerem, muitas vezes, a sua própria jurisdição (38).

Incidindo o seu múnus junto das populações sertanejas, com as quais contactavam directamente, e concentrando em suas mãos todos os poderes — militar, económico, administrativo e judicial —, facilmente se adivinham os inconvenientes que, da inexistência de um programa de governo que servisse de guia às condutas daquelas autoridades, haviam de resultar.

Esta lacuna foi, porém, superiormente preenchida por Sousa Coutinho, como corolário lógico da sua extraordinária acção governativa.

Estudioso dos problemas que afectavam os negócios do seu governo, Sousa Coutinho, com a humildade que tanto caracteriza os homens de eleição, lançou as suas vistas pelos arquivos generosamente conservados, por D. António Álvares da Cunha (39), cuja consulta lhe havia de per-

Sua Magestade annullarão muitas daquellas dispoziçoens (...). Mas se algumas dúvidas houvessem, quanto à feitura de outros regimentos, estas dissipavam-se com a carta do governador Aires de Saldanha para o Reino, de 26-3-1678: «Sobre as dezordens, que Vossa Alteza foy informado hauia nos resgattes das pressas (sic), mandando aos capitaens mores dos Prezídios o obseruassem assi inuiolauelmente com o mais de seu regimento (de que remetto a copia) que foy formado dos capitulos do meu Regimento, e do mais que me pareceo conueniente ao seruico de Vossa Alteza e boa administração de seus postos» (A.H.U. — Angola — Cx. 9 — 1671-1678).

Fizemos, no Arquivo Histórico Ultramarino, porfiados esforços no sentido de localizarmos algum destes documentos, mas não fomos felizes nas nossas pesquisas. Estamos em crer que se devem ter perdido para sempre. Entretanto, ao assinalarmos a sua existência, não queremos, de forma alguma, significar menos apreço por Sousa Coutinho. A sua obra não sofre a mais pequena beliscadura. O que pretendemos, isso, sim, é aqui deixar registado o facto a título informativo.

(38) Não era só ao nível de capitão-mor que se verificava a falta de instrumentos administrativos. Deste mal se lamentava também o governador de Benguela Francisco da Câmara e Ornelas que, em carta para Martinho de Melo e Castro, de 30-8-1792, afirmava: «Para evitar pois, a malevolencia deste, e outros semelhantes individuos, e deixar estabelecida neste governo, a ordem, e regularidade que pede com igual necessidade; requeiro a V. Ex.^a hum Regimento de Governadores, porque à falta delle, pode hûas vezes ceder da sua ligitima jurisdição, e outras surmontar ao ponto de rezultarem concequencias ruinozas». (A.H.U. — Angola, Cx. 42 — 1792-1793).

Em 3-4-1796 foi, finalmente, passado para Benguela o primeiro regimento do governo composto por 25 capitulos. (A.H.U. — Angola — Cód. 1633).

(39) Se as nossas investigações não nos atraioam, deve-se a D. António Álvares da Cunha o primeiro inventário da documentação angolana, elaborado em cumprimento da provisão régia de 28-3-1754. (A. H. U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756).

mitir a recolha de preciosas informações, expedidas pelos seus antecessores para os capitães-mores, da maior importância para a elaboração do mais notável diploma de toda a sua administração.

Com data de 24 de Fevereiro de 1765, Sousa Coutinho publica, efectivamente, o famoso regimento dos capitães-mores dos presídios e do juiz ordinário de Massangano, constituído por 39 artigos.

Visando particularmente, a moralização da administração pública, este regimento era um poderoso freio lançado contra os desmandos e violências daqueles funcionários. «He preciso — diz-se no preâmbulo — que os Capitães-móres saibão sem confusão qual hé a authoridade, que Sua Magestade lhes confia, que dentro dos seus limites substituão, huma rectidão, e hum procedimento merecedor do real agrado, às iniquas barbaridades, que em algum dos seus Prezídios se tem commethido, e tolerado com manifesto abuso das Reaes e Pias intensões de Sua Magestade, e do bem dos seus vassallos: para este tão importante, como necessario fim examinei todos os registos, e ordens antigas e modernas reduzindo aos artigos que se seguem tudo o que se acha ordenado, ou approved por Sua Magestade» (40).

Todavia, apesar dos louváveis intentos que presidiram à sua feitura, não se pode dizer que este regulamento tivesse longa vida ou alcançasse a repercussão a que os seus altos propósitos faziam jus. Na verdade, substituído Sousa Coutinho na cadeira da governação por D. António de Lencastre, logo o regimento deixa de ser cumprido pelos capitães-mores que, aproveitando-se da tolerância deste governador, dão largas à sua obstinada indisciplina e corrupção.

Por outro lado, não se nos afigura que, na Corte, o regimento fosse recebido com grande entusiasmo, pois a despeito dos inegáveis esforços então despendidos pelo Reino, para coibir as leviandades daqueles funcionários, são raras, muito raras mesmo, as referências que até finais do século lhe foram dedicadas. Dir-se-ia que este notabilíssimo diploma caíu no mais absoluto e indefectível silêncio. Contudo, ele ficou para a posteridade como um marco de primeira grandeza, na luta contra os desvios e iniquidades dos capitães-mores e como testemunho insofismável da alta craveira moral e intelectual de quem o subscreveu.

Abrangendo os domínios da defesa, da religião, da economia, da justiça e da política, que dão bem a medida das heterogéneas atribuições

(40) A. H. U. — Angola — Cx. 30 — 1763-1765.

adstritas aos capitães-mores, o seu regimento vai ser objecto de desenvolvida análise nas alíneas que se seguem.

3. 1. *Conversão do gentio e difusão do Cristianismo*

A história de Angola, como afinal a história da humanidade, é uma verdadeira epopeia de grandezas e misérias. O homem, com seus defeitos e virtudes, é o seu grande protagonista, o seu herói. Não admira, por isso, que a obra missionária desenvolvida nesta província, tivesse atingido, em épocas distintas, o apogeu e a decadência. É sempre assim, de resto, em todos os sectores da actividade humana: num período largo de tempo, verificam-se tendências de movimento ascensional ou descensional nos comportamentos dos homens e das instituições.

Quem se dedicar ao estudo da história daquela parcela de Portugal africano não terá dificuldade, portanto, em topar, a cada passo, com referências altamente elogiosas ao desvelo missionário, ao lado de outras menos dignas, sobretudo quando relacionadas com interesses mercantis.

Esta verdade comezinha e absolutamente justificável, numa época em que campeava o afã comercial, o múnus missionário tinha, forçosamente, de ressentir-se. Esmorecido o entusiasmo e o fervor religioso dos primeiros tempos, incrementado o tráfico da escravatura até às últimas consequências, os poucos e abnegados missionários, que ainda calcureavam os sertões angolanos, onde, não raro deixavam os seus ossos, numa entrega total à sua alta missão de conquistar almas para a fé, para a civilização e para a pátria, ficaram, pouco a pouco, abandonados a si mesmos.

No século XVIII, século de profunda decadência na história de Angola, mas sob certos aspectos, século criador, o comércio absorvente dos escravos torna-se, cada vez mais, actividade de todos. Por conseguinte, moradores e autoridades civis, militares e religiosas traficam e, como resultado disto, todo o esforço missionário, tão prometedor no século XVI, se perde irremediavelmente.

Esta mudança de processos e a consequente desmoralização de costumes, no seio da própria Igreja, tem sido objecto de interpretações apaixonadas, inspiradas, as mais das vezes, por uma ideologia que lhes confere um cunho muito peculiar. Todavia, quando assim acontece, a base da história deixa de ser a verdade. Mas a História, a História autêntica, ali-

cerçada na verdade documental e no método histórico, não se compadece com preconceitos sentimentais nem com as chamadas mentiras piedosas. Daí a necessidade premente de averiguar a posição assumida pela Coroa, relativamente ao fenómeno religioso, em Angola. Esta análise, leva-nos obviamente à formulação das seguintes interrogações: Como se teria processado, com efeito, a conquista do território? Teria ela por base única e exclusivamente o interesse económico?

A resposta a estas perguntas já a demos, em parte, quando nos referimos ao relatório de André Velho da Fonseca, de 28 de Fevereiro de 1612, no qual se observa, citando o primeiro donatário, que a penetração portuguesa para o interior havia sido orientada de acordo com três propósitos: a expansão do Cristianismo, a descoberta das minas de prata e o comércio e tráfico de escravos. Quer isto dizer que, desde o começo, os fundamentos da nossa presença em Angola giram em torno do binómio evangelização — comércio, com subordinação, porém, do segundo objectivo ao primeiro. Este foi, com efeito, o espírito que presidiu ao processo de relação entre portugueses e angolanos; e foi este mesmo espírito, segundo os textos da época, que motivou toda a nossa expansão ultramarina (41).

Assim o entendeu, também, o governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos que, ao findar o século XVIII, na sua correspondência para os capitães-mores dos presídios e distritos, não se cansava de o repetir (42).

(41) Sobre este assunto, vejamos o que nos diz Alberto de Lemos: «Os portugueses praticavam o comércio do resgate de escravos, aceitaram essa fatalidade da história africana para poderem levar a cabo a obra de fomento e de colonização do Brasil, mas não foi nunca esse apenas o objectivo da sua acção no Congo e em Angola.

«Os primeiros esforços mesmo, pode dizer-se, foram encaminhados mais no sentido da assistência e da civilização dos negros, do que da sua exploração. Foi assim todo o primeiro período da nossa ocupação até Paulo Dias de Novais. A incapacidade dos indígenas para receberem essa civilização é que inspirou a ideia de se utilizar o comércio do resgate de escravos pois que, entre os indígenas, a tradição da escravização dos vencidos nas suas permanentes e inúmeras guerras e até dos membros da mesma tribo que caíam sob a alçada da sua justiça, é anterior ao facto da descoberta.

«Os portugueses foram simultaneamente, nessas épocas, guerreiras, colonizadores, missionários e comerciantes. Os holandeses foram apenas comerciantes, piratas, e roceiros. Não conseguiram ser mais. A sua passagem por Angola é apenas assinalada por ruínas».

(LEMOs, Alberto de — *História de Angola*, vol. 1, 1486-1684, pp 179-180).

(42) De facto, em carta para o capitão-mor do presídio do Encoge, José Francisco Pacheco, de 1-1-1792, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos afirmava: «(...) e assim se hirá augmentando o nosso poder, e correndo o comércio, objecto o mais importante

É por isso que, no decreto de 10 de Dezembro de 1836, do marquês de Sá da Bandeira, que aboliu o tráfico da escravatura, nos domínios portugueses, numa altura em que Portugal se via vilipendiado por nações tradicionalmente negreiras, se refere, não obstante a imagem negativa criada por historiadores estrangeiros, acerca dos navegadores e colonizadores lusos que, em toda a primeira fase dos nossos descobrimentos, não há um só documento «que não prove que o principal e quasi único intuito do Governo Português era a civilização dos Póvos pelo meio do Evangelho. O comércio foi secundário, posto que meio civilizador também e a dominação foi uma necessidade consecutiva, não um objecto. Os erros de doutrina religiosa, e o vício das medidas políticas eram do século, não dos homens» (43).

Na verdade, ninguém bem intencionado pode pôr em causa a espiritualidade cristã da nossa história, porquanto «desde o século XV até meados do século XVII nota-se na história da colonização portuguesa — e ainda recentemente o recordou o Professor Doutor Silva Rego — uma constante verdadeiramente notável: a afirmação muitíssimas vezes repetida de que a grande finalidade da expansão portuguesa era a conversão dos infiéis, a pregação do Evangelho» (44).

Não faltam documentos comprovativos desta asserção. No caso particular de Angola, bastará atentar para o conteúdo de alguns documentos, para se ter a certeza de que, efectivamente, assim foi. De facto, logo na carta de doação a Paulo Dias de Novais, de 19 de Setembro de 1571, se define a linha de rumo a seguir na conquista, marcada pelas duas referidas causas: a difusão do Cristianismo e as relações comerciais (45). Nos regimentos dos governadores, sempre o primeiro objectivo foi expressamente recomendado. O de D. Manuel Pereira Forjaz, de 26 de Março de 1607 é, a este respeito, bastante concludente (46).

depois do da Religião Católica, que agora espero se ponha em augmento com o Vigario que vai para esse Prezidio, que parece um excellente sacerdote».

(A.H.U. — Angola — Cód. 1628 — 1791-1792).

(43) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 15, p. 685.

(44) REGO, A. da Silva — *O consciente e o inconsciente na colonização portuguesa*, pp. 19-20.

(45) *Arquivos de Angola*, série 2, vol. 1, n.º 1, p. 7.

(46) «E porque o meu principal intento e dos Senhores Reys meus predecessores he e foi sempre nas conquistas q' mandamos fazer plantar e augmentar a fee de nosso Senhor Jh'us Xpo. E que para isso as gentes dellas venhão em conhecimento de seu Sancto Nome, vos encomendo (...) e saibais que Souas forão baptizados, E se permanecem na fee que professarão, E das egrejas que se fizerão, E estão

Em todas as ordens e instruções posteriormente passadas aos governadores de Angola, se verifica a mesma preocupação, o mesmo fio condutor, que orientou toda a nossa bem portuguesa maneira de ser, de estar e de conviver no mundo. Nos regimentos de Manuel Cerveira Pereira, de 1615, de Rodrigo de Miranda Henriques (1652-1653), de Tistão da Cunha, de 1666 e de Aires de Saldanha de Meneses, de 1676, entre outros, se pode observar o humanismo cristão que, mesmo nos tempos mais difíceis e menos propícios à reflexão, nunca abandonou completamente os portugueses. As faltas foram realmente muitas e do facto nos penitenciamos, mas a Corte, sempre vigilante, jamais deixou de advertir os seus súbditos de que a finalidade primordial da presença portuguesa em Angola, consistia na pregação do Evangelho e na conversão do gentio (47).

Em vista disto, o regimento dos capitães-mores, não é mais, no fundo, do que a repetição, pura e simples, dos princípios básicos que informaram todo o agir português, quando posto em contacto com povos de civilização diferente.

Consistindo um dos maiores óbices à propagação da fé, no interior da província, na ausência de missionários, sobretudo, imbuídos na pureza dos preceitos da Religião Católica e na prática de superstições e de ritos feiticistas, por parte de brancos e pretos, o referido regimento propõe-se, através do seu primeiro artigo — à semelhança do que acontecia com os dos governadores —, chamar a atenção das autoridades sertanejas para o papel relevante que lhes cabe no combate à idolatria e na expansão do Cristianismo, nas áreas de sua jurisdição. Neste diploma afirma-se, com efeito, que o primeiro objectivo do Cristianismo assenta na pureza da sua doutrina; e as principais instruções de Sua Majestade, na promoção do seu desenvolvimento. Daí incumbir aos capitães-mores

feitas na terra dos dittos Souas, E depois de Baptizados q' ordem se teue, E tem com elles para çerem instruhidos, E doutrinados na doutrina Christã, e perçeitos da Sancta fee, e nella se conseruarem e hir em augmento e procurareis tudo o que uos for possiuel q' se promulgue e dilate o Euangelho em todas as prouincias do ditto Reyno». (A. H. U. — Angola — Cx. 1 — 1602-1624).

(47) Na correspondência do Reino para Angola, abundam referências que patenteiam bem este espírito de missão. É o caso, por exemplo, da carta régia de 7-1-1659, para o governador João Fernandes Vieira, na qual se surpreende o sentido universalista dos portugueses: «Pello dezejo que tenho de que Nossa Sancta Fee, se estenda por todo o mundo, e a doutrina do Evangelho, se promulgue com mayor cuidado, nas conquistas de meus Reinos e Senhorios, fui servido encarregar a missão desse Reino de Angola, aos Relligiosos Carmelitas descalços, de cuja virtude e bom exemplo, fio que procederão muito como convem». (ANDRADE, A Banha de — *Normas e Reformas da Administração Pública de Angola*).

envidar todos os esforços no sentido de se alcançar este desiderato. Para tanto é necessário — diz-se — que «os estranhos ritos e supersticiosos abusos» sejam desterrados (48) e que os capitães-mores, no exercício das suas funções, actuem com exemplar procedimento e prestem toda a colaboração e auxílio às entidades eclesiásticas (49).

Como facilmente se adivinha, estas disposições não lograram atingir os altos objectivos que presidiram à sua redacção; mas nem por isso, o regimento deixa de constituir documento de inegável valor a juntar a tantos outros, nascidos do mesmo espírito e animados pelas mesmas intenções de tornar mais civilizada, pela pregação do Evangelho, a conquista portuguesa de Angola.

3.2. Cobrança equitativa dos dízimos

A origem do imposto, como afirmação do Poder, perde-se na noite dos tempos. Em Angola, antes da dominação portuguesa, o gentio já o pagava, como sujeição material ao seu Rei que o recebia, geralmente, em frutos da terra.

No começo da conquista, como a estrutura administrativa não se encontrava ainda suficientemente montada, Paulo Dias de Novais, para remunerar os seus directos colaboradores, recorreu à concessão de terras e «oficializou» o sistema dos *amos* (50), a favor dos militares de maior patente. Este sistema funcionava como expediente utilitário a troco da representação e defesa dos interesses das autoridades tradicionais, junto da primeira magistratura da província (51). Os *amos*, «capa de ex-

(48) Em todo o século XVIII, contam-se, por dezenas, os testemunhos dos governadores sobre a existência de tais ritos no sertão, nos quais participavam os próprios europeus. Rodrigo César de Meneses, em carta para o Reino, de 9-10-1736, refere-se-lhes nos seguintes termos: «De não haver Prelado ha muitos annos neste Reyno se tem seguido desserviço de Deos e de Vossa Magestade porque por estas partes se vive alem da natureza porque não só o gentio do certam, mas ainda os brancos uzão de superstições e ritos diabolicos, e como lhes falta o castigo, continuação com excesso nelles». (A.H.U. — Angola — Cx. 21 — 1737-1739).

(49) A. H. U. — Angola — Cx. 30 — 1763-1765.

(50) Referindo-se-lhe, diz Andrade Corvo: «Como os sobas sujeitos pediam um protector, — um *amo* que na Côrte do governador protegesse os seus negócios, — faziam os jesuitas com que elles, ainda antes de conquistados, pedissem os padres por *amos*; o que lhes dava um como domínio sobre os negros» (CORVO, João de Andrade — *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, vol. 1. p. 194).

(51) DELGADO, Ralph — *Factores do atrofiamiento económico e financeiro de Angola, relativos aos primeiros 182 anos de exploração do território*. «Actividade Económica de Angola — Revista de Estudos Económicos, Propaganda e Informação» — n.º 33, pp. 173-174.

ploração e incentivo de revoltas», foram proibidos pelo Reino quando, finda a donatária, se «estabeleceu o governo-geral». Nesta altura, a Coroa, para premiar os serviços daqueles oficiais, lançou mão dum novo sistema não menos contundente — a liberdade de comerciar — que, como se sabe, veio a ter efeitos contraproducentes no desenvolvimento económico de Angola.

Ao lado dos *amos*, os indígenas pagavam já naquela época, tributos, no verdadeiro sentido da palavra, aos portugueses. Mas tais imposições tinham o mesmo destino das anteriores: revertiam em benefício dos companheiros de Paulo Dias de Novais. Este facto foi objecto de disposição regulamentar pela Corte. Efectivamente, ao evidenciar-se o abuso, no regimento de D. Manuel Pereira Forjaz, o Soberano determinou ao governador que, ao chegar à província, ordenasse a sua cobrança, a favor da Fazenda Real (52).

Deve residir aqui, com efeito, a origem do pagamento de *tributos de vassalagem ou tributos dos sobas*, designações por que eram então conhecidos os dízimos. Realmente, no governo de Pereira Forjaz já as autoridades tradicionais foram obrigadas ao seu cumprimento, numa importância superior a 12 mil cruzados anuais. Todavia, ao contrário do que prescrevia o seu regimento, também esta importância não entrou nos cofres públicos. Na verdade, durante algum tempo, estes tributos foram ainda arrecadados em proveito próprio dos governadores (53).

Contudo, deve desde já dizer-se que, a receita proveniente dos dízimos nunca proporcionou ao erário régio grandes vantagens. Pelo contrário, a sua arrecadação converteu-se em fonte permanente de abusos e constituiu, pelo tempo fora, para a Coroa, um dos mais delicados problemas da sua administração.

No entanto, as primeiras tentativas com vista à regularização da sua cobrança datam dos tempos mais recuados. Uma das mais antigas, de que se tem conhecimento, deve-se ao capitão-mor Baltasar Rebelo de Aragão. Sabendo dos interesses que norteavam a actuação dos governadores, alvitrava, com efeito, este oficial que, o pagamento do imposto a efectuar pelo gentio incidisse sobre os produtos da terra, não só porque

(52) A. H. U. — Angola — Cx. 1 — 1602-1624.

(53) Cf. FAJARDO, António Bezerra, et al. — *Produções, Comércio e Governo do Congo e Angola (1620-1629)*, pp. 21-22.

no interior funcionavam como moeda corrente, mas também porque era em géneros que se processavam os pagamentos às forças militares (54). Deste modo, conservar-se-iam intactos — dizia — os rendimentos dos escravos que, devidamente contabilizados pelos oficiais da Fazenda, seriam canalizados para o Reino (55).

Subsídio igualmente importante para a história do imposto em Angola é o célebre projecto de aforamento e tributação dos sobas de Garcia Mendes Castelo Branco (56), no qual se propõe um conjunto recíproco de direitos e deveres entre o governo da província e as autoridades tradicionais. Segundo o projecto, estas autoridades pagariam os seus tributos da mesma forma que costumava pagar o gentio ao potentado angolano, isto é, em bens de consumo, os sobas auxiliariam também o governo, a quando das guerras no sertão, através do recrutamento da *guerra preta*. O governo, por sua vez, responsabilizava-se pela defesa dos sobas vassallos e proibia, finalmente, aos capitães-mores, o antigo e pernicioso sistema de os chamarem à sua presença, quase sempre com pretextos inconfessáveis (57).

(54) De facto, durante largo tempo, foi esta a modalidade que predominou na província. Todavia, por razões menos lícitas, no começo do século XVIII, já os dízimos se cobravam em dinheiro. O mestre de campo, José Carvalho da Costa, servindo de governador, deu conta ao Reino, por carta de 19-4-1725, dos inconvenientes desta alteração. Dizia ele, então, que, por ser costume efectuar-se o pagamento ao funcionalismo público em géneros e mantimentos e estes, devido à sua escassez, atingirem preços exorbitantes, resultava, para a Fazenda Real, consideráveis prejuízos. (A. H. U. — Angola — Cx. 16 — 1722-1750).

(55) ARAGÃO, Baltasar Rebelo de — *Terras e Minas Africanas (1593-1631)*, pp. 11-14.

(56) A laia de introdução, Luciano Cordeiro, a quem se deve a publicação do documento, dedicou ao seu autor as seguintes palavras: «Garcia Mendes Castelo Branco foi um dos fidalgos aventureiros que acompanharam Paulo Dias de Novais, o célebre conquistador de Angola, na sua segunda e numerosa expedição de 1574-1575. O nome de Garcia Mendes, como o de Balthazar Rebelo (de Aragão), como de tantos outros, perdeu-se na ingrata obscuridade dos arquivos. Ah! encontraremos, talvez, um dia o registo dos seus serviços. Por agora, casualmente encontrados, temos só os documentos seguintes, que desenhando com soffrível nitidez um espirito sagaz e organizador e um caracter ambicioso e insinuante, são por todos os títulos extremamente curiosos. Elle foi explorador, capitão, juiz, e muito provavelmente mercador. Fez a guerra em terra, e andou no mar explorando a costa e os resgates.

«Em 1620 achava-se em Madrid advogando o seu original plano de aforamento dos sobas, por trás do qual parece advinhar-se a política cobiçosa dos jesuítas do tempo, se é que Garcia Mendes não procurava apenas captar a boa vontade da poderosa Companhia que elle sabia quanto valia e representava, então, na administração ultramarina.»

(57) CASTELLO BRANCO, Garcia Mendes — *Da Mina ao Cabo Negro (1574-1620)*, pp. 13-17.

No governo de Francisco de Vasconcelos da Cunha (1635-1639), a questão do tributo dos sobas passa a ser, pela primeira vez, regulamentada pela Corte. Na verdade, em 1638, é criado o primeiro regimento para a cobrança destes tributos, ao mesmo tempo que se estabelece, por provisão régia desta data, uma Junta de Fazenda, para a sua regularização. Os chefes africanos, de acordo com este regimento, tornavam-se, nas áreas de sua jurisdição, responsáveis pelo pagamento dos dízimos perante as autoridades portuguesas. A partir de então, «se bem que sujeito às indispensáveis adaptações do tempo, o imposto indígena assumiu o seu verdadeiro significado de reconhecimento, por parte deste, da soberania portuguesa» (58).

Efectivamente, alguns anos mais tarde, os dízimos passam a ser lançados directamente pelo governo, prescindindo-se, desta forma, da intervenção das autoridades tradicionais. Assim, feito previamente o respectivo arrolamento para a sua distribuição, os dízimos recaíam, anualmente, numa importância fixa, sobre cada palhota e cada cabeça de gado e numa importância variável sobre a produção dos arimos, forros etc., transformando-se, por conseguinte, em impostos de capitação e rendimento (59).

Entretanto, por carta patente de 16 de Janeiro de 1650, o governador e capitão-general, Salvador Correia de Sá e Benevides, considerando as causas que levaram à rebelião do gentio contra os portugueses, por ocasião da tomada de Luanda pelos holandeses (1641-1648), e em cumprimento das ordens régias, isentou os sobas do pagamento de impostos (60).

Por alvará de 6 de Agosto de 1658, são, pelo contrário, os comendadores e cavaleiros das ordens militares, residentes em Angola, obrigados ao seu pagamento, não obstante os seus privilégios, honras e mercês (61).

Todavia, é no século XVIII que a problemática dos dízimos se põe com toda a acuidade. Todos os governadores, em geral, fazem chegar ao Reino seguras informações sobre as injustiças praticadas pelos dizimeiros no sertão, pois levados por uma ambição desenfreada, constituíam

(58) DIAS, Gastão de Sousa — *Os Portugueses em Angola*, pp. 98-99.

(59) Id., *ibid.*, pp. 207-208, 265-267.

(60) *Arquivos de Angola*, série 2, vol. 2, n.º 8, pp. 181-183.

(61) ANDRADE, A. Banha de — *Ob. cit.*

um verdadeiro flagelo para as populações locais. No decurso deste século, apesar de nenhum governador ter regateado esforços para encontrar o antídoto contra as violências perpetradas por estes homens, três governadores se salientam dos demais. Trata-se, com efeito, de D. António Álvares da Cunha, de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos.

O primeiro destes três governadores, pouco tempo depois de tomar posse do seu cargo, participava à Metrópole que as desordens, a cada passo desencadeadas no sertão, eram devidas exclusivamente aos comerciantes «Hebreus de Nação que a Inquisição tem degredado para este Reyno» e aos «rendeyros dos dizimos e seos cobradores tizoureyros da Bulla da Cruzada e officiaes de defuntos Auzentes que sahem destta cidade com esttes titolos e só afim de roubar o sertão com as negociações que vão fazer. São todos esttes os mayores inçollentes que Vossa Magestade tem nesttes dominios» (62).

D. António Álvares da Cunha, por carta de 6 de Dezembro de 1754, para Diogo de Mendonça Corte Real, volta a manifestar o seu desagrado pela forma abusiva e arbitrária como os dizimos são cobrados pelos rendeiros. Segundo o seu depoimento, um lavrador que por justas razões não pudesse cultivar as suas terras pagava o mesmo dizimo de um outro que as tivesse cultivado. E o que devido à esterilidade do solo e à irregularidade das chuvas nada colhesse pagava a mesma importância como se o ano fosse fértil. Por outro lado, considerando D. António Álvares da Cunha que o diminuto rendimento dos dizimos mal chegava para pagar a despesa com o clero propunha, com vista à libertação do gentio da ganância dos dizimeiros e à expansão da palavra Divina, que Sua Majestade concedesse a sua cobrança aos eclesiásticos (63).

Alguns dias depois, o mesmo informador, ao ser inteirado pelo capitão-mor do presídio das Pedras, João Francisco de Araújo, das violências praticadas pelo dizimeiro de Cambambe, António da Costa Caldeira, escrevia para a Corte dizendo que «para se poder castigar este tremendo delito e outros semelhantes seria necessário haver neste Reyno ouvidor

(62) Carta do governador D. António Álvares da Cunha, de 18-12-1753. (A.H.U. — Angola — Cx. 25 — 1750-1753).

(63) A.H.U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756.

dezenteressado, mas duvido muito que aqui venha algum que tenha esta virtude» (64).

Da notável acção desenvolvida por D. António Álvares da Cunha, em prol duma maior equidade na cobrança dos impostos, resultou a publicação de um bando, datado de 11 de Dezembro de 1755, pelo qual se ordena que todos os rendeiros das jurisdições dos presídios e distritos, cobrem os dizimos em produtos da terra utilizando, para o efeito, as próprias medidas dos lavradores, sem que para tanto sejam obrigados a dar-lhes «sustento ou tellecamentos». Aos capitães-mores cometia-se a função de fazerem observar inviolavelmente o bando, prendendo e remetendo para Luanda, à ordem do governador, todos os seus infractores, a fim de serem castigados ao seu arbítrio (65).

Com a publicação do bando de D. António Álvares da Cunha, deu-se mais um passo em frente na luta contra os excessos dos rendeiros servindo de base, a Sousa Coutinho, para a redacção do regimento dos capitães-mores na parte respeitante à cobrança dos dizimos. De facto, a única grande novidade deste regimento, em relação ao bando, consiste na obrigatoriedade do seu pagamento pelas ordens religiosas, previsto no de-

(64) Carta do governador D. António Álvares da Cunha, de 15-12-1754, para Diogo Mendonça Corte Real.

(A.H.U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756).

(65) As razões que levaram à publicação deste bando foram, por D. António Álvares da Cunha, expostas ao Reino, em carta de 4-3-1756. Nela se refere, com efeito, que o rendimento dos dizimos não ultrapassava 850\$000 réis anuais, quantia insignificante para os inconvenientes que resultavam da sua cobrança, uma vez estarem na origem da deserção das populações, sobretudo do presídio de Ambaca, para os domínios da rainha Ginga. A forma do pagamento dos dizimos, e não os dizimos em si, motivava, segundo o governador, o abandono das terras pelo gentio. Na verdade, isentos, durante algum tempo, do seu pagamento, foram os dizimeiros introduzindo, pouco a pouco, «o costume de que cada caza pague em cada novidade que são duas vezes no anno duas pedras de sal, que he a moeda mais corrente dos certoens, e valle sem reis cada huma; e também lhe impuzerão obrigação de se lhe pagarem duas galinhas em cada caza para o sustento do cobrador dos dizimos. Além da violencia referida, inventarão os dizimeiros deste ramo de Ambaca outro mayor metodo de arruinar a provincia do Dongo, porque vendo que esta não tinha sal extremarão que desse cada huma caza pellas coatro pedras de sal que em cada anno devia pagar, covado e meio de Baeta ou a outava parte de huma pessa de serafina. Com esta mudanssa de generos se vê o quanto acrescentarão estes industriosos tiranos as suas utilidades, porque quatro pedras de sal vallendo hum cruzado e dando-çe por estas covado e meio de Baeta, esta valle no sertão a des tustões o covado (...). Se atentarmos no facto de que a estrutura familiar destes povos tem por base a poligamia, este abuso toma proporções enormes visto «cada sova Quilamba ter mais de 30 mulheres, os outros negros conforme as suas posses huns tem a 15 outros a des e cada huma em sua czinha separada, e os pobrissimos não tem menos de duas, e por esta forma se fazem innumeraveis as cazas destes povos» (A.H.U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756).

creto de 3 de Abril de 1755 (66). Na verdade, consta no artigo 2 do regimento que «Sendo os Dizimos de direito Divino (67) em todos os Paizes do Christianismo e neste Reino como taes pertencentes à Real Fazenda he preciso desterrar o antigo e bárbaro abuso de haverem pessoas exemptas de os pagar; pelo que dará o Capitão mór todo o auxílio necessário para a sua effectiva e justa cobrança, não exceptuando bens alguns, sejam Religiosos, ou Seculares, porque todos devem ser pagos» (68). Quanto ao mais, este artigo segue, em linhas gerais, o mencionado bando.

Escusado será dizer que os desmandos dos dizimeiros, a despeito de uma maior vigilância por parte das autoridades da província apostadas em desterrar definitivamente os males que tanto afligiam as populações gentílicas, continuaram ainda a verificar-se até finais deste século. Para tanto, muito contribuíram alguns capitães-mores que, contrariando as ordens superiores, por conveniências pessoais, faziam, as mais das vezes, tábua rasa do seu regimento. Isto não impediu, porém, o governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos de prosseguir na luta iniciada pelos seus antecessores, procurando, a cada passo, através de instruções

(66) Ainda aqui se observa a influência exercida por D. António Alvares da Cunha neste domínio. Em nosso entender, a promulgação do decreto só foi, realmente, possível devido à carta deste governador para o Reino, de 6-12-1754, na qual, depois de vários considerandos sobre o assunto, afirmava: «Importantissimo hé o prejudicial uzo e costume em que pela mesma falta de religião se tem posto os homens nacionais deste Reyno, de não pagarem dizimos, e como os Religiosos os não pagão tão bem nas muitas fazendas que possuem (...) perde Sua Magestade por esta causa a grande renda que devia ter». (A.H.U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756).

(67) Esta concepção de dizimo, com origem em Deus, acha-se registada em vários documentos de Sousa Coutinho. Em carta de 20-11-1768, para o capitão-mor de Caconda, José da Silva, escrevia: «Sendo certo, que o dizimo é de direito Divino, e sem reconhecimento que a creatura deve ao Supremo Creador do Universo, fica bem claro, que nenhuma pessoa christã o deve duvidar». (DELGADO, Ralph — *O Reino de Benguela (Do descobrimento à criação do governo subalterno)*, p. 325).

Dal, Sousa Coutinho em carta de 26-12-1771, para o capitão-mor do Encoge, Feliciano Pinto da Costa Viana afirmar peremptoriamente: «(...) A respeito dos dizimos já disse a vossa mercê, que os Pretos que forem Christãos baptizados hé que os devem pagar». (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 3, n.º 29, p. 360).

Contudo, Elias Alexandre recorda e, ao que parece, muito bem que, na prática, as coisas nem sempre assim se passavam. Na verdade, «o flagelo dos Dizimeiros, produzido e sustentado sobre princípios de piedade não tem nestes certos connecção total com a Religião Christã. A maior parte dos negros lavradores vive submissa as Leys dos seus Sóvas, e crenças dos seus Avôz: isto hé: na idolatria; mas como se achão estabelecidos debaixo da protecção da Corôa portuguesa e do comando dos nossos capitaens mores, lhes fazem a honra de os incluir no mundo da Christandade, como religião dominante para os obrigar a condescender na inveteração do costume decimal». (CORRÊA, Elias Alexandre da Silva — *História de Angola*, vol. 1, p. 165).

(68) A. H. U. — Angola — Cx. 30 — 1763-1765.

para as autoridades sertanejas, disciplinar a cobrança dos dizimos por forma a alcançar-se a tão almejada equidade.

Um dos maiores problemas com que D. Manuel de Almeida e Vasconcelos teve de haver-se, neste domínio, durante o seu governo, dizia respeito à medida-padrão utilizada pelos dizimeiros nas suas cobranças, pois com a aquiescência dos capitães-mores, sempre excedia a estabelecida pelo governo.

Este governador, porém, sobre cujos ombros impendia a árdua tarefa de normalizar a vida no sertão e porque a distância altera, muitas vezes, o carácter dos homens, foi, pouco a pouco, sem qualquer espanto, refreando a ambição desmedida daquelas entidades, ordenando aos capitães-mores a remessa a Luanda, para fins de fiscalização e de uniformização, de todos os instrumentos de medida adoptados no interior (69).

A culminar toda uma série de medidas tendentes a precaver futuras desordens capazes de pôr em risco a segurança e a tranquilidade dos povos sertanejos, foi criado, no governo de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, o cargo de comissário da regulação dos dizimos dos sertões, recaindo a escolha, da competência da Junta da Real Fazenda, na pessoa do capitão de infantaria, Francisco António Pita que, segundo o mesmo governador, já dera provas da sua rectidão, imparcialidade e desinteresse (70).

(69) De entre a vasta correspondência deste governador sobre o assunto, destacamos a carta de 7-10-1791, dirigida a todos os capitães-mores em geral e, particularmente, aos de Ambaca e Pedras, respectivamente, Manuel da Fonseca Coutinho e Joaquim José de Salles Gameiro, na qual se determina: «Com a melhor suavidade que seja possível para os povos a cujos cômodos tanto se deve olhar (...) evitando todas, e quaesquer dezordens e violências que se lhes queiram fazer mesmo a respeito dos Dizimos, no que tem a maior responsabilidade os capitaens mores pois não devem consentir, que os rendeiros, ou cobradores levem mais um seutil do que o que está regullado nos regimentos; e expressado na arrematação dos ditos. Por fogos só se devem reputar aquellas cazas de que os habittantes vivem de per si, e já em separação de seos pais, irmaons etc. Os paus de fio devem ser da grandeza e forma antiga, e do tamanho daquelles que se costumam vender por um tustão: destes quero eu que vossa mercê me remetta hum e outro do tamanho dos que querem e pertendem receber os rendeiros e igualmente se deve praticar a respeito da grandeza do prato de cera, não excedendo de huma libra de que também quero vossa mercê me mande a porção antiga com que se satisfazia, e outra quantidade igual a que agora recebem e cobram os mesmos rendeiros sendo certo que do mesmo fructo só huma vez se deve pagar no anno. (A.H.U. — Angola — Cód. 1628 — 1791-1792).

(70) A. H. U. — Angola — Cód. 1633.

Na verdade, pela acção desenvolvida, especialmente no presídio de Cambambe, onde o problema dos dízimos passava por uma fase assaz difícil, o capitão António Pita, pela sua inteligência, prudência e zelo, fez-se justamente credor dos maiores encómios, por sinal, nunca regateados pelo seu governador que, por ele, nutria a maior estima e admiração (71).

Aproveitando-se do prestígio daquele funcionário, procurou ainda D. Manuel de Almeida e Vasconcelos estender, com algum êxito, a cobrança dos dízimos a povos tradicionalmente hostis ao governo da província, como os do Libolo e Bailundo, no Reino de Benguela, não só pela importância propriamente dita, sempre necessária à empobrecida Fazenda Real, mas, sobretudo, pelo seu significado de sujeição, respeito e vassalagem, à Coroa portuguesa (72).

Como corolário do seu bom governo, foi D. Manuel de Almeida e Vasconcelos distinguido com a provisão régia de 6 de Junho de 1796, que estabeleceu em novos moldes o método da arrecadação dos dízimos. Assim, dos prédios rústicos com gados, quer no Reino de Angola, quer no de Benguela, a cobrança incidia sobre o rendimento e avaliação dos mesmos, de acordo com a devida equidade; no que toca à camada da população mais pobre do sertão e aos negros vassalados, cobrava-se o dízimo de 200 réis anuais, por cada fogo constituído pelo chefe da família, pelos filhos, solteiros ou casados, debaixo do pátrio poder e pelos respectivos escravos (73).

Todavia, no governo do seu sucessor, foi proposto ao Reino, em 29 de Novembro de 1797, «em nome do interesse e tranquilidade dos povos de Angola», a abolição dos dízimos, substituindo-se esta fonte de receita por um tributo de 800 réis sobre cada escravo exportado da província para os portos da América (74).

Por carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 4 de Outubro de 1798, para D. Miguel António de Melo foi, porém, a sua proposta rejeitada por ser muito impróprio que num território onde se pagam tribu-

(71) Carta de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos para o capitão António Pita, de 11-9-1793. (A. H. U. — Angola — Cód. 1629 — 1792-1793).

(72) A. H. U. — Angola — Cód. 1630 — 1793-1794.

(73) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 5, pp. 653-666.

(74) *Arquivos de Angola*, série 2, vol. 2, n.º 8, p. 182.

tos, se exonerasse a «mais essencial fonte da riqueza do Estado» (75) e se agravasse um género de exportação, da maior importância para o desenvolvimento das culturas brasileiras (76).

Em vista disto, os dízimos, apesar de todas as suas vicissitudes, continuaram a ser cobrados ao longo do século XIX até que, por decreto de 16 de Dezembro de 1872, foi esta imposição abolida nos concelhos e substituída pelo imposto *ad valorem* (77).

3.3. Regularização do sertão e disciplina do comércio

O assunto desta alínea prende-se com a matéria do terceiro capítulo que procuraremos analisar na altura devida.

(75) No conjunto dos rendimentos arrecadados pela Fazenda Real os dízimos ocuparam sempre um lugar secundário. No decénio de 1716 a 1726, por exemplo, o seu rendimento foi o seguinte:

Luanda e distritos	1716-1719	3 000\$000 réis
» »	1719-1722	820\$000 »
» »	1722-1725	2 999\$000 »
Presídios da conquista	1717-1720	820\$000 »
» »	1720-1723	520\$000 »
» »	1723-1726	400\$000 »

(Carta do provedor da Fazenda e ouvidor-geral, Francisco Pereira, de 19-5-1729, para o Reino, em cumprimento da ordem régia de 1-9-1728. — A. H. U. — Angola — Cx. 16 — 1722-1750).

No tempo do governador D. António Álvares da Cunha, cujo rendimento anual não excedia 850\$000 réis, passou, ainda no seu governo, para 1 250\$000 réis. (Carta para a Metrópole de 8-3-1756 — A. H. U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756).

Com Sousa Coutinho, este rendimento sobe substancialmente devido ao decreto de 3-4-1755 que generaliza o pagamento dos dízimos às ordens religiosas. Assim, «a colheita de dízimos, que já subira no governo do seu antecessor, atinge cifras nunca verificadas: arrematado no triénio de 1762-1765 por 2 470\$000 réis, sobe no ano de 1765 a 6 000\$000 réis. (DIAS, Gastão de Sousa — Ob. cit., pp. 207-208).

Segundo refere o historiador Elias Alexandre, o rendimento trienal dos dízimos nos finais do século XVIII, nos Reinos de Angola e Benguela, com incidência na agricultura e pesca, totalizava 29 780\$000 réis. (CORREIA, Elias Alexandre da Silva — Ob. cit., p. 167).

Embora seja notório o aumento progressivo deste rendimento, a verdade, porém é que findo o século XVIII ainda ocupava o último lugar na relação dos rendimentos certos cobrados pela Fazenda Real, em Angola e Benguela. Com efeito, consta desta relação enviada por D. Miguel António de Melo ao Reino, em 14-8-1802, que o primeiro lugar, pertence aos direitos de exportação dos escravos; o segundo lugar, aos direitos sobre vinhos, aguardentes e licores fortes, importados da Metrópole e das Ilhas e sobre a gerebita proveniente do Brasil; o terceiro lugar, ao imposto sobre carnes verdes; o quarto lugar, aos lucros resultantes da exportação de marfim; o quinto lugar, à dízima do pescado; o sexto lugar, ao produto da venda do sal; o sétimo lugar, aos direitos que se cobram pelas provisões das autoridades da província; o oitavo lugar, aos emolumentos da Alfândega pelos despachos das mercadorias importadas; o nono e último lugar, aos dízimos. (*Arquivos de Angola* série 1, vol. 2, n.º 15, pp. 653-666).

(76) A. H. U. — Angola — Cód. 549.

(77) Nota da redacção dos *Arquivos de Angola*, série 2, vol. 2, n.º 8, p. 183.

Entretanto importa, desde já, referir um pouco detidamente, alguns factos que estão na origem de todo um processo de situações, que tem na figura do capitão-mor o elemento mais preponderante.

Na verdade, a tarefa cometida às autoridades sertanejas de velarem pela justiça, manutenção da ordem e segurança das pessoas, como condição fundamental para o desenvolvimento das relações comerciais e prosperidades da província, diz bem das tremendas responsabilidades que eram exigidas a estes cargos.

É um facto que tal desiderato jamais foi conseguido, mas, não é menos verdade também que, deste insucesso, nem só os capitães-mores são responsáveis. Estes funcionários eram apenas parte de uma máquina defeituosa. Mas não a própria máquina. Daí, muitos dos erros, que vulgarmente lhes são imputados, não passarem de erros estruturais, aos quais são, muitas vezes, alheios. Mas, seja como for, a verdade é que a indisciplina comercial, funcionando como motor da maior parte das desordens no sertão foi, inelutavelmente, durante mais de um século, uma das principais causas da instabilidade sócio-económica-religiosa com reflexos decisivos na decadência de Angola.

Fizemos já, atrás, fugaz referência à qualidade da gente que fazia a sua vida no interior. Vimos, então, que ela era constituída, na sua maioria, pela escória da população da província. De facto, só procurava o sertão quem na capital não tinha meios de subsistência. Para lá convergiam, com efeito, homens nas mais diversas situações: degredados (78), aventureiros, réus, vagabundos, ciganos (79), desertores

(78) Aos degredados cabe, indiscutivelmente, uma boa parte dos abusos perpetrados no sertão. Abunda documentação sobre o assunto. Mas a representação do Senado da Câmara de Luanda, de 4-5-1763, ao Reino, evidenciando as qualidades do governador D. António de Vasconcelos e abominando o atentado que se forjava contra a sua pessoa é, quanto a este aspecto, um bom depoimento: «(...) estes (degredados) tem feito a decadência do comercio nos certoens, com as violencias, que praticão com os negros, e com os continuos stratagemas a que se dirigem as suas perversas ideias; sendo todo o seu cuydado fugirem e roubarem sem que lhe possa obstar nem a força nem a justiça; principalmente depois que se entranhaõ pelos certoens a onde sem receyo continuão as pessimas dezordens que lhes sugere a sua insasiavel cobiça; o que certamente deplorarão sem remedio os Habitantes deste dito Reyno enquanto Vossa Magestade não determinar que para elle não venhaõ degredados de semelhante qualidade e menos das rellações do Reyno e Bahia, pois por estes Tribunais se estão mandando todos os dias, de sorte que não há homem preverso, que não venha a ser instrumento de oppressoens a esta cidade e seus domínios» (A. H. U. — Angola — Cx. 29 — 1762-1763).

(79) Os ciganos, que no governo de D. António de Almeida e Vasconcelos constituíam, como negociantes, um verdadeiro flagelo para as populações indígenas, tiveram, conforme revela D. António Álvares da Cunha, comportamento meritório no seu

(80) e funantes. Esta mescla humana, juntamente com os soldados dos presídios e os missionários, formavam a infra-estrutura sociológica da população sertaneja.

O resgate de escravos era o objectivo comum de todos estes homens. As autoridades tradicionais, habituadas ainda antes da dominação portuguesa a tão lucrativo negócio, são, contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, repetimos, as grandes vítimas do comércio humano.

Os governadores e capitães-generais que, durante largos anos, haviam fomentado a anarquia comercial no interior, seduzidos pela «mina da escravaria» que lhes proporcionava a arrecadação de somas consideráveis, e lhes permitia um regresso despreocupado à Mãe-Pátria, viram-se obrigados, por virtude dos clamores dos moradores e das recomendações do Reino, a tomar medidas drásticas com vista à estabilidade da vida social e económica do sertão.

Os capitães-mores que, por força das suas funções, eram nos seus domínios directamente responsáveis pela ordem, justiça e paz social, mas que, por razões de conveniência e de contágio com um mundo hostil e brutal, nem sempre se houveram a contento no desempenho das suas atribuições, foram por sua vez chamados, sobretudo em meados do século

tempo. De facto, dando um balanço à situação defensiva de Angola, carecida — segundo o governador — de bons soldados e não de ladrões como eram os brancos que vinham da Metrópole, de homens activos e não de «moles e frouxos», como eram os mulatos e pretos, referia que os soldados do Reino só vindo com as suas mulheres se poderão conservar, pelo que das Ilhas dos Assores poderão vir muitos cazaes se V. Magestade assim o mandar, e como para a cavallaria os Ilhéos não tem prestimo seria muito conveniente que para este ministerio viessem muitos siganos, e tão bem com suas mulheres, porque estes são tão bem os que mais rezistem neste clima, e não tem provado mal em seus procedimentos». (Carta para o Reino, de 8-12-1754. — A. H. U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756).

(80) O problema dos desertores do Regimento e das guarnições dos presídios põe-se desde os tempos mais recuados. Constituído o grosso dos efectivos militares da província por degredados e *filhos da terra*, quase sempre com soldos atrasados de um e mais anos, famintos, descalços e esfarrapados, ignorantes no manejo das armas e sem o mínimo de disciplina militar exigido à sua condição de soldados sobre os quais impendia, em larga medida, a responsabilidade da defesa e manutenção da presença portuguesa em Angola, não admira, portanto, que através dos tempos tivessem desertado, em grande número, para o sertão onde, a coberto duma ocupação deficiente e precária e longe da alçada da justiça, podiam cometer os crimes mais nefandos contra as populações locais. Em princípio, a Coroa mostrou-se complacente com a sorte dos desertores, porquanto na carta régia de 28-12-1692, para o governador Gonçalo da Costa Meneses, ordenava-se que os soldados fugidos para o sertão não fossem destituídos dos seus vencimentos e fardas por virtude da sua experiência, resistência ao

XVIII, por imposição dos governadores e da legislação metropolitana, a intensa e cuidada actividade policial.

Os governadores pombalinos, nomeadamente D. António de Vasconcelos e Sousa Coutinho, fiéis intérpretes da ideologia do marquês, exercem, neste sentido, notável acção.

Passando o comércio angolano, ao longo do tempo, por fases alteradas de liberdade e de monopólio, foi, por alvará de 11 de Janeiro de 1758, declarado livre e franco, a todos os portugueses. O governador D. António de Vasconcelos, a quem cabia a execução deste diploma, prevendo

clima e haver pouca gente no Reino, pelo que deviam ser aproveitados e reintegrados nas suas unidades. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 545).

Contudo, no começo do século XVIII, a disposição do Reino era já bem diferente. Por carta régia de 30-9-1704, para o governo da província determina-se, com efeito, que os desertores sejam presos e degredados por tempo de 8 anos «e que os primeiros 4 annos se lhe não haverão por serviço e que de nenhuma maneira lhe hey de premer sua licença sem primeiro mostrarem terem servido os ditos annos». (A. H. U. — *Angola* — Cód. 545).

Em meados deste século, o panorama não era melhor. Os soldados continuavam a debandar das suas guarnições, o pagamento dos seus soldos, sob a forma de fazendas, fazia-se tarde e a más horas. Os administradores do contrato, a quem cabia efectuar estes pagamentos, preferiam negociar com o dinheiro da soldadesca em proveito próprio. D. António Alvares da Cunha, disposto a não pactuar com semelhante ilegalidade, deu o alarme. Em carta para o Reino, de 28-3-1754, denuncia o abuso e pede imediatas providências, pois «dous annos há que os Prezídios não tem tido pagamento, e os soldados dezesperados por lhes faltar não só a farda, mas também o que lhes he preciso para o sustento da vida, tem fugido para o matto, e nelle como dezesperados, matão, roubam e fazem incriveis dezordens, tudo em grande perjuizo do serviço de Sua Magestade, do bem comum e do credito de quem os governa». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 26 — 1754-1756).

Meses depois, o mesmo governador voltava a insistir com a Coroa no sentido de serem tomadas medidas contra os administradores do contrato, «porque em Prezídios pobrissimos e tão distantes desta capital quem poderá conservar soldados sem pagamento, sem pão, e sem ter que vestir, e esta hé a cauza porque fogem das suas companhias e se metem pelos matos como feras, roubando e matando e sem cauza de se despovoar e arruinar este dilatadissimo Reyno». E porque a solicitação do governador não se resolviam a satisfazer os seus compromissos «por servisso de Deus e de Sua Magestade e credito meu, mandei meter na prizão os ditos Administradores do Contrato — Jozé Roiz Bahia e João da Costa Villas Boas — e nella hão-de estar enquanto não cumprirem com as suas obrigações». (Carta para o Reino, de 18-6-1754 — A. H. U. — *Angola* — Cx. 26 — 1754-1756).

Mas, é ao findar o nosso período de estudo, que o volume de desertores atinge o seu ponto mais alto. Em face deste aumento, o governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos não hesita em atribuir prémios pela sua captura, a fim de assentarem praça depois de exemplar castigo: «Aplicando todos os meys para cessarem as Dezerções tenho estabelecido que todo aquelle que prender e me apresentar algum dezerter que seja branco terá de prémio 6\$000 réis se for preto 3\$000 réis, mande vossa mercê publicar esta noticia para que assim haja mais exactidão na mesma diligencia». (Carta para o capitão-mor das Pedras, Joaquim de Sales Gameiro, de 1-9-1792. — A. H. U. *Angola* — Cód. 1629 — 1792-1793).

Todavia, para evitar abusos no cumprimento da lei, o mesmo governador lembrava ao capitão-mor das Pedras de Pungo-Andongo, em 12-1-1791, que

que a liberdade incondicional do comércio iria transformar o sertão num campo aberto às iniciativas mais indesejáveis, sobresteve na sua aplicação, até ultteriores ordens do Reino, condicionando o seu exercício à apresentação, por parte dos interessados, aos capitães-mores, de competentes licenças ou cartas de legitimação passadas pelo governo.

Como veremos a seu tempo, a tomada de posição de D. António de Vasconcelos levantou naturais protestos dos negociantes estabelecidos na capital que o acusaram de pretender, com esta restrição, favorecer os seus protegidos.

A Coroa, todavia, assim o não entendeu, achando por bem a prudência manifestada pelo primeiro magistrado da província que, logo a seguir, numa demonstração de independência governativa, volta a cercar a liberdade de movimentos dos comerciantes sertanejos através da publicação de um bando de 10 de Novembro de 1759, pelo qual determinou a criação de uma feira geral a funcionar junto do presídio de S. José do Encoge. Por este bando, todos os negociantes, brancos e pretos, dispersos pelas terras dos dembos Ambuíla e Ambuela, dedicados ao resgate dos escravos, governando-se pelas «suas acções, pellos seus costumes e vontade», eram coagidos a concentrarem-se nas imediações da

«isto se deve sempre entender com os agressores e não com as suas famílias, com as suas pessoas, mas não com as suas fazendas». (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1627 — 1790-1791).

O seu sucessor, D. Miguel António de Melo, decidido a terminar definitivamente com estas deserções, estabeleceu no Plano para a organização, disciplina e governo das tropas do Reino de Angola, de 3-2-1800, as seguintes sanções: «Os soldados naturais do Reino de Angola que dezerterem dos corpos de Tropas serão mandados trabalhar por seis annos nas Fortificações das Ilhas de São Thomé e Príncipe, Santa Cattarina, Fernão de Noronha, ou Mossambique, ou nos Arcenaes e Fortificações da Bahia do Rio de Janeiro, ou de Pernambuco segundo a gravidade de suas culpas e pessoasas circunstâncias. As mesmas pennas se imporão aos voluntarios Europeos, ou Americanos; porem contra os que estiverem cumprindo degredo se procederá nos termos da Ordenação do Livro 5.º titulo 43. A nenhum Reo se imporá degredo para os Prezídios do Sertão, por quanto a experiência de muitos annos tem mostrado que deste arbitrio se seguem grandes males, e se facilita com elle meios aos condenados para com quasi certeza de impunidade commetterem novos delictos. Os que dezerterem em tempo de guerra serão sem diferença punidos de morte. Se algum official de Patente dezertar em tempo de paz, será prezo em huma Fortaleza por seis annos, sendo antes expulso do Real Serviço com infâmia, e no de guerra arcabuzado (...) Todo aquelle que tenho noticia de que outro sujeito pertence dezerter, ou que pelo ter feito vive occulto e o não denunciar para ser punido, será tratado como Dezerter, e os Paizanos que facilitarem dezerções ficaraõ sujeitos aos Conselhos de Guerra para serem por elles como os soldados sem differença castigados. Contra as pessoasas que deram azilo a Dezerteres, ou que conhecendo-os por taes, ou tendo suspeita que o saõ os naõ denunciarem para serem prezos se procederá nos termos do Alvará de 6-9-1765». (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 10, pp. 223-241).

feira, aos quais se concedia terras para cultura e lavoura com vista à sua subsistência, à dos seus escravos e ao desenvolvimento da agricultura.

O dembo Ambuíla ficava incumbido da obstrução dos caminhos por forma a impedir que as quibucas (81) fossem desviadas para outros lugares fora dos limites prescritos pelo bando.

Ao capitão-mor do presídio, cabia a vigilância da ordem e o rigoroso cumprimento do diploma, tornando-se responsável, perante o governador, por todos os acontecimentos que, por sua negligência, conduzissem à degradação da feira (82).

Interpretando, conscienciosamente, o programa de D. António de Vasconcelos, o governador Sousa Coutinho, que lhe sucedeu no leme da governação, não teve quaisquer dúvidas em perfilhar os seus pontos de vista.

Todavia, vendo os problemas à distância, Sousa Coutinho, foi, porém, incomparavelmente mais longe, neste domínio, do que o seu antecessor. Os feitos deste ínclito governador são por demais conhecidos para que tenhamos de os referir. Contudo, no tocante ao assunto em questão, bastará atentar para dois ou três documentos da sua lavra, para se ter a verdadeira dimensão da sua obra. O regimento dos capitães-mores, na parte relativa à ausência de harmonia nas relações comerciais no interior e às prepotências provenientes da libertinagem dos seus núcleos populacionais, é, a este respeito, bastante elucidativo. Nele se define, com efeito, com a maior clareza e profundidade, toda a sua política sertaneja. A sua divisa assentava na ordem, na disciplina e na justiça, trilogia fundamental para o progresso da província que tão devotadamente servira. Por conseguinte, não podia haver lugar no sertão para os vadios, para os vagabundos e para os corruptos que, a cada passo, cometiam os maiores latrocínios contra as autoridades tradicionais. Isto mesmo no-lo diz no artigo 4 do regimento ao chamar a atenção dos capitães-mores para

(81) «Kibuca, s. Caravana; multidão. Turba-multa. Pl. Ibuca». (MATTA, J. D. Cordeiro da — *Ensaio de Dicionário Kimbúndu-Português*, p. 19). No caso utiliza-se a acepção de «caravanas de carregadores».

«Também H. Capelo e R. Ivens, utilizam a mesma acepção quando se referem ao povo «Mun-Gala»: «Trabalham só por conta própria, e é raro vel-os acompanhar aihelas comitivas, reunindo-se em quibucas (caravanas), para as longas travessias» (*De Benguela às terras de Idca*, vol. 1, p. 292); estas e outras notas sobre o mesmo vocábulo encontram-se em *Angolana (Documentação sobre Angola)*, vol. 2, 1883-1887, p. 150.

(82) A. H. U. — *Angola* — Cx. 28 — 1759-1761.

o exercício duma «justiça sem soborno». Em consequência de tais abusos, diz-se no artigo 5, encontrava-se o sertão roubado e deserto.

Aos capitães-mores, muitas vezes, sem poder militar para se oporem às investidas do gentio sublevado, incumbia a regularização da vida nos sobados vassallos por meio da persuasão e da recta aplicação da justiça, «porque a justiça — precisa-se no mesmo artigo — é igual em toda a parte. Com a mesma atenção, — ouvirão os capitães-mores — as queixas dos Potentados, não só pela natural obrigação de evitar-lhes os males que sofrem, mas pela precisão de sustentar o commercio, sem o qual não florecem os Estados, nem pode conservar-se o Reino».

Reconhecendo Sousa Coutinho que, para a decadência comercial e caos social no interior da província, contribuía, em larga medida, o próprio capitão-mor com a sua actividade mercantilista, foi condenada, no artigo 6 do mesmo regimento, a sua intervenção na economia dos povos (83).

Entretanto, cónscio de que estes propósitos dificilmente teriam aplicação prática se não fossem acompanhados de medidas capazes de fazer reingressar na vida em sociedade todos os que «sem lei, nem rei», vegetam pelo sertão, Sousa Coutinho, tal como seu antecessor, vendo nas feiras um instrumento de fixação das populações e de convivência humana, determinou a sua criação em várias províncias do Reino de Benguela, sob a superintendência do respectivo capitão-mor.

Por bando de 26 de Outubro de 1769, sobre os «Dezertores das Tropas, Reos de Justiça, Evadidos das Galés, e todos os que andão profusos, vagabundos e sem domicílio certo e próprio», que no interior cometem depredações, ordenou o mesmo governador, aos capitães-mores, a prisão dos sobreditos indivíduos, que deviam ser remetidos para a capital, às suas ordens.

A fim de assegurar a integral observância do referido bando, Sousa Coutinho cominava, para o efeito, aos infractores, as indispensáveis sanções: os capitães-mores, que na área de suas jurisdições consentissem a presença daqueles indivíduos, seriam presos, privados da honra de servirem a Sua Majestade e coagidos ao pagamento de 200\$000 réis destinados às obras régias da capital; os negociantes sertanejos, que os recolhessem

(83) A. H. U. — *Angola* — Cx. 32 — 1768-1770

nas suas residências, incorreriam na pena de prisão seguida de serviço militar obrigatório; os sobas com procedimento análogo, responderiam judicialmente por desobedientes e perturbadores da paz pública (84).

Como complemento do bando de 26 de Outubro de 1769 foi, por Sousa Coutinho, publicado um outro, de 2 de Novembro deste ano, acerca da regulação dos «Pretos que vivem separados dos seus Sobas, Sovetas, Quilambas e Quimbares». Pretendia-se, por esta forma, a reconstituição demográfica dos respectivos sobados, desagregados, por força das deserções, dos seus elementos constitutivos, com vista à ordem, segurança e tranquilidade das próprias populações gentílicas (85).

Estavam, assim, lançados os fundamentos de uma sociedade nova: uma sociedade sã, ordeira e trabalhadora. A sua satisfação não conhecia limites. Em carta para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 6 de Fevereiro de 1770, afirmava categoricamente: «Se vier Homem hábil, e zeloso, e V. Ex.^a o ajudar com recrutas, e cazaes, esteja certo, que lhe deicho fundado hum dos mais ricos e mais opulentos Estádos que Sua Magestade pode ter» (86).

Em todo o caso, o seu programa de governo não teve continuidade e, a breve trecho, todo o esforço desenvolvido neste sentido se perde implacavelmente. Com efeito, D. António de Lencastre, cioso da obra de Sousa Coutinho, ao desviar-se, lamentavelmente, dos rumos por ele superiormente traçados, permitiu que o sertão voltasse de novo a ser palco de tristes e deploráveis acontecimentos. Na verdade, a ausência de escrúpulos e de disciplina na conduta dos homens sertanejos faz-se de novo sentir em toda a sua pujança, no governo de D. António de Lencastre.

Contudo, volvido que foi este período, quando o século XVIII mais se aproximava do seu termo, os princípios tão tenazmente defendidos por Sousa Coutinho encontram, em D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, a mais dedicada fidelidade.

De facto, da sua correspondência com os capitães-mores surpreende-se, a cada passo, recomendações muito semelhantes às dos primeiros governadores pombalinos. Com os indígenas — segundo o referido gover-

(84) A. H. U. — *Angola* — Cx. 32 — 1768-1770.

(85) A. H. U. — *Angola* — Cx. 32 — 1768-1770.

(86) A. H. U. — *Angola* — Cx. 32 — 1768-1770.

nador — teria de haver, efectivamente, toda a benevolência, o mesmo não acontecendo, todavia, com os «malevolos, como são esses que se vão metter com elles, ou sejam moradores ou comerciantes, forasteiros ou dezertores, destas qualidades de gente estou bem certo que he onde nascem todos os males; com elles sim he que não deve haver contemplação alguma, que se devem castigar com todo o rigor». (87).

Mas a semente do mal havia já proliferado por toda a parte. Daí o sentimento de frustração de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, patenteado em sua carta para José Seabra da Silva, de 25 de Janeiro de 1792, na qual deixa bem entender que os capitães-mores, apesar dos seus abusos, nem sempre foram os únicos nem os maiores culpados, conforme muitos autores querem fazer acreditar, da situação infeliz da província no tempo. Com efeito, a nosso ver, os capitães-mores nem foram melhores nem piores, no exercício das suas funções, que a maior parte das autoridades da província, mas simplesmente iguais em defeitos e virtudes (88).

3.4. Defesa dos presídios

Depois do que ficou escrito atrás, facilmente se adivinha quanto era difícil, aos capitães-mores, cuidar, em tais condições, da ordem, disciplina e manutenção do seu presídio. Não vale a pena historiar estas dificuldades. Elas pressentem-se. Importa, antes, dar conta de alguns testemunhos, sobre o estado de conservação desses verdadeiros baluartes

(87) Carta para o capitão-mor de Ambaca, Manuel da Fonseca Coutinho, de 31-1-1791. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1627 — 1790-1791).

(88) Eis o teor da carta de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos: «Em geral e mesmo em particular não defendo os Capitaens Mores do sertão deste Reino; acho que não cumprem com a maior parte dos seus deveres, e mesmo, que faltam a muitos princípios delles; mas não lhe poupando o castigo, penas, e reprehensões todas as vezes, que consigo saber as meressem, tenho tambem vindo no conhecimento de que huma grande parte das accusações e queixas que delles se formam, são humas vezes sem fundamento, e outras falsas, e senistras circunstâncias, com que se arguem e mostram culpados, sem muitas vezes darem cauza; mas sim por executarem as ordens, tirando os negros da sua indolencia, e ociosidade, e não consentindo as insolencias dos feirantes, e pumbeiros, que he a peor gente, e que mais tem destruido, e arruinado os sertoes, inundados por toda a parte, destes maus sujeitos, que muitos são siganos (...) chegam não só aos termos de dezobediencia, mas a muitos se portarem de Regulos, não deixando executar as delligencias de justiça, e rezistindo ás pequenas forças dos Prezídios persuadem os Negros e com os seus perniciosos exemplos têm dado a maior cauza á falta da sua dezobediencia, e orgulho, e conhecimento para o mal, defferindo tanto do respeito e sujeição, com que antigamente se portavam». (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1633).

da defesa da província e de irradiação da presença portuguesa, e das atribuições, enfim, conferidas ao capitão-mor pelo seu regimento.

Assim, no começo do século XVIII, a situação defensiva dessas fortificações, à volta das quais gravitava todo o esplendor e drama da vida de relação no interior, não podia ser pior.

Os capitães-mores, a quem tudo se exigia, mas a quem tão pouco se concedia, mostraram-se impotentes para manter, nas melhores condições, esses postos avançados, sentinelas alerta no sertão, que lhes haviam sido confiados. Neles tudo faltava: desde a ordem e disciplina ao mais insignificante material defensivo.

Constituídos, geralmente, de adobe e terra batida, os presídios, às mais das vezes, não passavam de simples recintos desprovidos do mínimo de requisitos que caracterizam uma fortaleza.

Não é de estranhar, portanto, que pouco depois da sua chegada a Luanda, o governador Bernardino de Távora, em carta para o Reino, de 15 de Março de 1702, afirmasse que nos presídios da conquista, quase não existia artilharia e, a pouca que havia, encontrava-se desmontada por falta de carros, cujo descuido atribuía à incúria das autoridades e ao desconhecimento do perigo que ameaçava a província (89).

Este estado de coisas deve ter mudado muito a partir daquela data, pois em 1725, segundo refere o mestre de campo, José Carvalho da Costa, o panorama era bem diferente. Com efeito, os presídios dispunham de bom equipamento militar, e os sertões sem vestígios de alteração da ordem, pelo que os «Cappitaens Mores, que se achão nelles sabem fazer bem a sua obrigação, pois thé agora me não tem vindo a notícia queixa de fazerem o contrário» (90).

Por mais estranho que pareça, o seu sucessor, Paulo Caetano de Albuquerque, não afinava pelo mesmo diapasão. Para ele, o comportamento dos capitães-mores era simplesmente condenável, na medida em que toleravam toda a espécie de roubos e violências aos seus soldados. Em desabono destas autoridades, acrescentava ainda, em carta para a Metrópole, de 21 de Maio de 1729, que os de Massangano, Ambaca e Muxima tinham a maior parte das muralhas no chão, os soldados sem

(89) A. H. U. — *Angola* — Cx. 13 — 1701-1703.

(90) A. H. U. — *Angola* — Cx. 16 — 1722-1750.

fardamento e sem armas e a pólvora nos corpos de guarda, por não haver armazéns (91).

Era este, de facto, o quadro que predominava em todo o período do nosso estudo. Não há, por conseguinte, exagero, na fria descrição de Caetano de Albuquerque.

Ao entrar-se na segunda metade do século XVIII, D. António Álvares da Cunha confirmava a decadência que grassava em Angola. Segundo o seu testemunho, nos presídios em lastimável estado de conservação, tudo faltava: armas, pólvora, e a população branca para a sua defesa. Em contrapartida, abundavam os negociantes de cor, sem consciência, sem justiça e sem temor a Deus (92).

Todavia, com este governador, a província iria tomar novos rumos: no governo de D. António de Vasconcelos, já a ordem e a disciplina militar fazem a sua aparição nos presídios; com Sousa Coutinho, toda a organização defensiva do território se modifica por completo.

Neste governo, todos os presídios são reformados, as suas guarnições disciplinadas e adestradas no manejo das armas, os seus soldados satisfeitos regularmente, a sua alimentação estabelecida em ranchos saudáveis e os seus fardamentos normalizados (93).

Debruçando-se sobre a origem dos erros dum passado ainda recente, o regimento dos capitães-mores, no capítulo consagrado à defesa dos presídios, é, a este respeito, um acto de fé. Às autoridades sertanejas incumbia, efectivamente, a preservação dos seus postos, por forma a defenderem-nos de possíveis incursões do gentio ou de «estranhos». Daí a premente necessidade dos capitães-mores manterem, no melhor estado possível, os presídios e as guarnições militares (94).

(91) A. H. U. — *Angola* — Cx. 18 — 1729-1731.

(92) Carta para o Reino, de 29-10-1753. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 25 — 1750-1753).

(93) Este problema ficou temporariamente resolvido. Por carta régia de 13-11-1761, para o governador D. António de Vasconcelos, determina-se, efectivamente, a entrega dos fardamentos aos soldados dos presídios, em mão própria, nas mesmas espécies que forem enviadas do Reino «sob pena de que trocando-se por outras roupas ou fazendo alguém negociação com os soldados sobre Fardas, se for Pessoa que goze de Nobreza ficará privado della por tal motivo, e degradado para as Ilhas de Cabo Verde; se for peão será publicamente açoutado e degradado por 10 annos para o Presídio de Caconda». (A. H. U. — *Angola* — Cód. 408 — 1759-1769).

(94) A. H. U. — *Angola* — Cx. 30 — 1763-1765.

Angola tornava-se, assim, aos seus olhos «uma conquista nova». Mas, Sousa Coutinho parecia adivinhar o que iria acontecer à província logo que abandonasse a cadeira da governação, pois, ao informar o Reino das suas reformas, não escondia o temor que o assaltava quanto ao futuro da sua obra. «É um facto — dizia — que se houvesse governadores pouco persuadidos da importância da disciplina militar poderiam perfeitamente abusar das minhas providências; mas não será de esperar um procedimento tão infeliz de personalidades providas no Reino» (95).

Quando este governador começa a dar sinais de fadiga e a sentir o peso dos vários anos de trabalhos e canseiras à frente dos destinos de Angola, quando a doença o obriga a reter no leito por semanas e meses consecutivos, Sousa Coutinho pede insistentemente ao Reino que lhe envie sucessor. Os seus apelos são pungentes. As saudades da família e do Reino e o espectro da morte levam-no a escrever para o conde de Oeiras, cartas imbuídas do maior dramatismo (96).

O Reino, porém, sabia bem que não era fácil nomear sucessor à altura do seu génio. No fundo, a Coroa, tal como o governador, temia

(95) Carta para o Reino, de 20-2-1768. (A. H. U. — Angola — Cx.31 — 1766-1768).

(96) «Há vinte e dois annos — dizia Sousa Coutinho em 6-6-1770 — que ando desterrado dessa Corte, e no mesmo desterro sem socego: o serviço de Sua Magestade, que sempre amei, e que sempre amarei, me lavirão de Bragança a Miranda; desta depois à primeira, e da mesma a Chaves; e depois a Almeyda, em que começarão os trabalhos da campanha; e assim na Paz, como na Guerra não fui ocioso, e sempre os generais com que servi, me honrarão, e me confiarão diligencias em que tinham cuidado; ultimamente quando Sua Magestade me fes a honra de nomear-me no anno de 1763, governador deste Reyno (pósso com toda a verdade dizer-lo) me achava sem hum cadeira, ou outro algum Móvel, que podésse servir, porque a perturbação de hum serviço sempre inquieto, o terramotu e a guerra me haviam levado até os mesmos meus Papeis. Passei a este Reyno; e como só o serviço de Sua Magestade e o bem dos Póvos, que por sua Régia grandeza me confiava fazião todo o objecto dos meus votos, e de meu trabalho; fiz se não o que fizerão juntos muitos dos meus Antecessores, ao menos o que sempre pareceo incrível aos Povos costumados às dificuldades da Africa; quiz a Providencia, que eu athé agora tenha triunfado e com tão verdadeira glória que funda a Real Aprovação de Sua Magestade e Agrado de V. Ex.^a e as vózes do Povo: esta mesma gloria, que basta a contentar os meus dias, foi comprada pelo preço do estágio da minha saude, e de muito das minhas debeis forças». A. H. U. — Angola — Cx. 34 — 1768-1770).

Por carta de 18-8-1770, ainda para o conde Oeiras, supplicava Sousa Coutinho: (...) A proporção do fiel amor que tenho a V. Ex.^a e do que lhe mereço, farei eu agora as minhas affectuozas queichas; hé possível, que V. Ex.^a fazendo a toda a Monaquia de Africa, são como outros tantos de huma Brécha aberta; não posso eu explicar-lhe quanto os primeiros tem sido mais violentos, do que os segundos serião: o meu coração tem soffrido tantas penas, e tantos desgostos para utilizar o serviço de Sua Magestade, e para ver com susto e com afflicção os desgraçados Espectáculos, que todos os dias apresenta o clima, para ouvir a tristissima Múzica dos Sinos e para enfim soffrer a im-

pela sorte da conquista depois do seu regresso à Mãe-Pátria. É o que se deduz, afinal, da correspondência do Reino para Sousa Coutinho: «Que enquanto ao sucessor, que V. S.^a pede para esse governo, o mesmo Senhor nomeará logo, que a ocasião o permittir; porem bem conhece V. S.^a que ainda se necessita de mais algum tempo para se reduzirem a praxe as suas utilissimas e interessantissimas idéas nos novos estabelecimentos a que tem dado princípio; os quais sem o influxo, e cooperação de V. S.^a não chegarão fácilmente ao necessário, e proveitoso fim, a que se dirige o seu zelo» (97).

Sousa Coutinho teve, por isso, que esperar mais 4 anos, para que do Reino lhe viesse sucessor. Foi este, de resto, o preço do seu dinamismo ao serviço da causa pública. Todavia, conhecedor profundo das tendências humanas, Sousa Coutinho ao fazer entrega da sua *Memória* a D. António de Lencastre aconselhava-o, ingloriamente, a não introduzir, no primeiro ano, inovações importantes ao seu governo. Entretanto, poderia inteirar-se do muito que ele havia escrito e providenciado ao longo de quase 9 anos de frutuosa administração. Depois, sim, com a experiência adquirida na consulta dos seus arquivos, acreditava Sousa Coutinho estar D. António de Lencastre em condições de poder corrigir os seus erros, se fosse caso disso. D. António de Lencastre, porém, não seguiu o seu alvitre (98).

Os resultados da mudança de processos, provenientes da sucessão governativa, são já suficientemente conhecidos (99). Realmente, não

possibilidade de substituir os Homens, que a Terra trága; (...) Eu estou arruinado de saúde, e de espirito, já não tenho, nem pósso ter alegria, e unicamente dezejava que V. Ex.^a procurásse aos meus innocentes Filhos, e à minha pobre Mulher o fraco e mizeravel auxilio que eu lhes pósso dar, e morrer nos seus Braços; Se V. Ex.^a visse o que tenho padecido, e a que estou exposto todos os dias, certamente, teria Lastima de mim; Rógo a V. Ex.^a por tudo quanto pósso empenhar, que me livre de tantos máles, e que facilite na mizeria em que estou, alguns instantes de consolação; porém se a minha infelicidade hé tal que não mereço este necessario bem, estou prompto a padecer; e só sinto que a debilidade das minhas forças inutilize o sacrificio da minha vida, estando sempre prompto a derramar a ultima gota do meu sangue no real serviço de Sua Magestade». (A. H. U. — Angola — Cx. 32 — 1768-1770).

(97) Carta da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, de 28-4-1768. (A. H. U. — Angola — Cód. 408 — 1759-1769).

(98) *Memória* de Sousa Coutinho, de 26-11-1722. (A. H. U. — Angola — Cx. 36 — 1773-1777).

(99) O governador D. António de Lencastre foi, por D. Miguel António de Melo, acusado de haver desfeito a obra de Sousa Coutinho. Na verdade, tendo sido encarregado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, filho do grande governador de Angola, de regado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, filho do grande governador de Angola, de continuar o programa de governo do seu pai, D. Miguel António de Melo diz, a este respeito, o seguinte: «He verdade que algumas couzas de novo ou favoreceo que te-

foram precisos muitos anos para os receios de Sousa Coutinho terem plena confirmação. Com efeito, enviado pelo Reino em missão a Angola, António da Costa Mourinho (?), em carta para o ministro Martinho de Melo e Castro, de 26 de Junho de 1779, poucos meses antes do regresso à Metrópole de D. António de Lencastre, referia que os presídios se achavam completamente arruinados e despovoados; as reduzidas forças militares, descalças, sem fardamento e sem armas nem munições; a capital, sem negócio; e o gentio matando e roubando os brancos sem receio da justiça (100).

Até ao termo do século, o panorama geral dos presídios, com todas as suas implicações sociais, económicas e religiosas, pouco se modificou. D. Manuel de Almeida e Vasconcelos e D. Miguel António de Melo foram os únicos governadores, ainda deste período, que mais se esforçaram por fazer vingar algumas das ideias-chave do grande reformador Sousa Coutinho. É certo que não foram inteiramente felizes na empresa a que

rião crescido e fructificado se fossem pelos governadores seguintes amparadas como a razão pedia; porem o seu successor immediato acintemente destruiu suas obras, e fez malograr seus projectos sem distinguir d'entre elles quaes erão os que se podião realizar, e quaes não, ponderando e pezando com Justiça e Prudencia o que a favor ou contra cada hum delles havia; porquanto a hum genio tão vasto, tão emprehendedor, e tão zeloso do bem publico como era o do Senhor Dom Francisco Innocencio acontece de ordinario offerecer-se frequentemente lembranças magnificas que não podem muitas vezes reduzir-se a pratica com a mesma força e inergia com que o espirito as concebo, e daqui vem o qualificarem-se humas por uteis e possiveis, e outras por não tanto, ou por impraticaveis. Os governadores que se seguirão a D. António de Lencastre, huns não entrarão no espirito dos Projectos do Senhor Dom Francisco, ou desconhecerão a sua utilidade, e outros não poderam por falta de meios restaurar as boas couzas das ruinas em que as vierão achar. Ora depois de vinte oit annos passados de incuria, e de destruçoes como se pertende que eu sem socorros alguns torne as couzas ao Estado antigo ou pelo menos que as ponha no bom caminho para que prosperem? Eu respeito e venero tanto como V. Ex.^a a memoria do sobredito meu Predecessor, admiro os seus talentos, e dezejo imitar o seu zelo e as suas virtudes, porem V. Ex.^a ama mais do que a elle a verdade, quer que sem rodeios lha diga e eu não posso sem faltar a ella dizer o contrario do que Escrevo». (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 4, n.ºs 52-54, pp. 298-299).

Dum modo geral, todos os autores, que têm escrito sobre Sousa Coutinho, incluem algumas linhas dedicadas a este problema. Martins dos Santos, ao estudar os personagens mais representativos da história de Angola, não deixou de o fazer: «Pode dizer-se que António Lencastre, apesar das suas inegáveis qualidades, foi o maior culpado do fracasso das clarividentes iniciativas tomadas por Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho seu antecessor imediato. Apesar de ter ainda sido escolhido pelo perspicaz Marquês de Pombal, não pode considerar-se um continuador da obra do grande ministro nem do seu glorioso antecessor no governo de Angola. Para se desculpar (o que prova que já no seu tempo estes erros eram reconhecidos e apontados) António de Lencastre dizia que *as coisas de Angola por si se entortam e por si se endireitam*». (SANTOS, Martins dos — *A história de Angola através dos seus personagens principais*, p. 162).

(100) A. H. U. — *Angola* — Cx. 37 — 1778-1779.

generosamente se propuseram, mas nem por isso deixam de ser credores da província do mais rendido agradecimento.

3.5. Desenvolvimento da agricultura

Lê-se no artigo 9 do regimento dos capitães-mores que uma das suas atribuições mais importantes consistia no desenvolvimento da agricultura, nas áreas de sua jurisdição. Ao redigir este artigo, Sousa Coutinho tinha em mente ocupar o tempo livre dos soldados, na cultura da terra, com vista a uma dupla finalidade: aumentar a produção de alimentos de primeira necessidade destinada a combater as fomes periódicas no sertão; e a manter a ordem e a disciplina nas guarnições militares.

Para mais facilmente se desincumbirem desta tarefa, eram os capitães-mores autorizados a repartir alguns «fundos» de terra pelos soldados dos presídios, por forma a incliná-los ao trabalho agrícola. Com esta medida procurava-se, simultaneamente, não só tornar abundantes os presídios, como disciplinados e livres de roubos e tiranias (101).

Embora a actividade fundamental, diríamos mesmo exclusiva, da população angolana, desta época, tivesse por base o tráfico dos escravos, a verdade, porém, é que o Reino, à semelhança do que acontecera no Brasil e ao contrário do que se tem afirmado, também se interessou pelo aproveitamento da terra, nesta parcela do continente negro.

Quer isto significar que a preocupação de Sousa Coutinho, em pretender dar novos rumos à agricultura no interior da província, se filia na política secular do governo central.

Na verdade, logo no regimento de D. Manuel Pereira Forjaz, de 26 de Março de 1607, se refere ao cuidado dispensado pela Corte à exploração agrícola do território, através da distribuição de terras às pessoas mais qualificadas, com a obrigação, porém, de as cultivarem no prazo de 5 anos e haverem confirmação régia (102).

Este regimento incluía ainda disposições sobre as culturas do algodão e cana do açúcar que, na província, mercê de condições ecológicas

(101) A. H. U. — *Angola* — Cx. 30 — 1763-1765.

(102) A. H. U. — *Angola* — Cx. 1 — 1602-1624.

favoráveis, se criavam espontaneamente. Ao governador competia, portanto, promover o fomento destas culturas pelos processos que melhor se coadunassem com as características do meio físico.

Os regimentos dos governadores Luís Mendes de Vasconcellos (1617-1621), João Correia de Sousa (1621-1623) e Fernão de Sousa (1624-1630) incluem disposições idênticas às do diploma anterior.

Destes governadores só Fernão de Sousa procurou dar cumprimento às determinações régias, revendo as concessões antigas e repartindo as terras pelos moradores mais aptos. Por este sistema, conjugavam-se dois objectivos: obtinham-se dízimos para a Fazenda Real e evitava-se a importação de farinhas do Brasil, pois até esta data, segundo refere José Matias Delgado, nada era cultivado em Angola pelos brancos para a sua alimentação (103).

No regimento de Rodrigo de Miranda Henriques (1652-1653), faz-se notar a pouca curiosidade dos angolanos de se aproveitarem do que a terra dá e poderia dar quando convenientemente cultivada. E insiste-se, de novo, com a cultura racional do algodão e cana do açúcar, distinguindo-se, para o efeito, os moradores com maiores privilégios e honras que se concediam aos do Brasil (104).

Luís de Sousa Chichorro (1654-1658), a instâncias da Metrópole, não deixou de fazer persistentes tentativas para a introdução daquelas culturas na província, mas o Senado da Câmara de Luanda, ancho da sua importância, opôs-se lamentavelmente às diligências do governador, alegando, por um lado, que a qualidade da cana de açúcar de Angola era inferior à do Brasil; por outro, que não havia madeira suficiente para a construção dos respectivos engenhos. Quanto ao algodão, embora o Senado considerasse útil a sua introdução na província, ela era impossível, não só devido à inexistência de embarcações que o conduzissem a Lisboa, mas também porque os elevados fretes a que era sujeito, primeiro no Brasil e depois no Reino, tornavam o seu custo proibitivo (105).

(103) Cit. in CADORNEGA, António de Oliveira de — *História Geral das Guerras Angolanas*, tom. 2, pp. 510-512.

(104) ANDRADE, A. Banha de — Ob. cit.

(105) Cf. BOXER, Charles R. — *Portuguese Society in the Tropics*, p. 120; ESTEVES, Maria Luísa de Oliveira — *A Economia de Angola no período da Restauração*, p. 117.

O Conselho Ultramarino, em consulta de 21 de Junho de 1655, debruçando-se sobre o teor das cartas do governador de 17 de Fevereiro de 1654 e da Edilidade de 3 do mesmo mês e ano, foi de parecer que, em face do exposto, deviam as populações locais colmatar esta insuficiência através da exploração cuidada dos produtos da terra.

O Rei, ao conformar-se por despacho de 13 de Julho de 1655, com o parecer do Conselho, muda o curso da política agrícola em Angola (106).

De facto, se com Tristão da Cunha (1666-1667), pelo capítulo 16 do seu regimento, que é uma cópia do capítulo 21 do de Miranda Henriques, ainda as referidas disposições são mandadas ali observar, no regimento de Aires de Saldanha de Meneses (1676-1680), já este capítulo não aparece. Apenas no capítulo 14 (12 no de Tristão da Cunha), se transcreve o de D. Manuel Pereira Forjaz.

Inferre-se do exposto que, a partir da segunda metade do século XVII, o Reino, por força das circunstâncias, desinteressa-se por tais culturas em Angola. Mais tarde, porém, no tocante à cultura do açúcar, causa mais importante do que a propalada indiferença dos moradores, por este género de actividade, parece ter sido o notável incremento que a cultura estava a tomar no Brasil. A Coroa, ao desistir de a favorecer na província, tinha em mente, única e exclusivamente, salvar a produção angolana da concorrência brasileira (107).

O açúcar em Angola, conforme se declara na *Instrução* dada ao governador D. José Gonçalo da Câmara, de 22 de Junho de 1779, não podia sobreviver à situação privilegiada do Brasil, não só por esta cultura se encontrar já num estágio de desenvolvimento muito adiantado, como por dispôr de condições geográficas mais vantajosas que lhe permitia, ao contrário de Angola, onde a distância era maior, a navegação mais difícil e o custo de exportação mais elevado, colocar o produto nos mercados internacionais a preços de concorrência.

(106) A. H. U. — *Angola* — Cx. 4 — 1652-1656.

(107) Segundo Josué de Castro, a idade de ouro do açúcar, no Brasil, cujo ciclo substituiu o da extracção da madeira preciosa, «durou até segunda metade do século XVII, altura em que a produção das Índias Ocidentais quebrou o monopólio brasileiro». (CASTRO, Josué de — *Significado do Fenómeno Económico Brasileiro*, in «O Brasil na Enecrúlhada», pp. 88-89).

Com efeito, ao historiarem-se nesta *Instrução*, as diligências feitas pelo Reino relativamente à distribuição de terras pelos moradores, para o seu aproveitamento nos prazos aludidos, e à concessão de privilégios às pessoas que, neste particular, mais se notabilizassem, referia-se, no capítulo 44, que os consideráveis progressos do açúcar nas capitânias de Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro eram pelos motivos mencionados, um poderoso obstáculo à difusão da cultura em outros domínios ultramarinos. Por conseguinte, interessava à Coroa impedir que em Angola se repetissem os inconvenientes verificados, na Ilha de S. Tomé, por ocasião do florescimento dos engenhos de açúcar no Brasil.

Deste modo — dizia-se — ainda que não fosse inútil promover a sua plantação na província, sempre seria mais vantajoso, para os interesses dos moradores e para o desenvolvimento do comércio externo, animar-se as culturas locais com outros produtos menos sujeitos à concorrência brasileira.

É por isso que, logo no capítulo seguinte, se faz a apologia do milho, da farinha, da mandioca, do feijão e de toda a sorte de frescos e frutos da terra, cujas culturas deviam ser protegidas pelo governador por se esperar que esta fonte de riqueza não só haveria de proporcionar grandes benefícios à população, como permitiria ainda às embarcações provenientes do Reino, e do Brasil, e às que regressassem do Oriente, refrescar as equipagens, e prover-se do necessário para as suas viagens.

Neste capítulo, considerava-se, finalmente, a pesca feita, geralmente, nas lagoas de *Quiombe*, *Inglomé*, *Cazanga*, *Cagia pequena* e *Cagia grande*, do presídio de Massangano, e a que se fazia nos rios Bengo e Cuanza e na Costa, pois quando convenientemente explorada e desenvolvida, podiam igualmente resultar as mesmas vantagens oferecidas pelas culturas agrícolas.

A pecuária, a despeito da falta de pastagens, seria outra actividade a ter em conta pelo governador, não obstante a sua abundância no sertão de Benguela, onde cada rês era vendida ao baixo preço de 2\$000 e 2\$500 réis (108).

(108) A. H. U. — Angola — Cód. 149.

Posto isto, tendo o Reino determinado, desde os tempos mais recuados, a demarcação da propriedade pelos colonizadores e passando a província durante o século XVIII por fomes periódicas, sobretudo no interior, que dizimavam grande parte da população sertaneja, como se explica que a agricultura, nesta época, não tivesse passado duma exploração embrionária?

O governador D. António Álvares da Cunha, ao informar a Corte, por carta de 6 de Dezembro de 1754, da falta de alimentos na província, chegou à conclusão de que o flagelo da fome se devia à desigual repartição das melhores terras, de posse da população civilizada, situadas nas zonas limítrofes à capital e nas margens dos rios Bengo, Cuanza e Dande que, por se encontrarem distantes da cidade e não disporem de mão-de-obra suficiente para as suas culturas, confiavam a sua administração a feitores que só produziam o essencial para a sua subsistência» e por este modo ficão as terras sem cultura, os donos dellas sem utilidade, o Reyno sem mantimentos e o Rey sem os seus devidos direytos» (109).

As famosas terras do «Bem Bem», a poucos quilómetros a Leste de Luanda que, graças à sua extraordinária fertilidade, a abasteciam durante vários meses, numa altura em que a sua população era incomparavelmente superior, encontravam-se, pelas mesmas razões, improdutivas e desertas.

À chegada de Sousa Coutinho, o panorama agrícola era, portanto, deplorável. A carência de alimentos que então se fazia sentir em Luanda tornou-se ainda mais aguda, especialmente quando o Reino, como veremos no capítulo seguinte, decretou a obrigatoriedade da escala das naus da Índia pelos portos de Luanda e Benguela, onde se proviam de mantimentos para as suas longas viagens. Esta situação foi, por isso, devidamente ponderada neste governo. Com efeito, através de uma série de medidas dirigidas contra a imobilidade, o desinteresse e o fatalismo de um vasto sector da população angolana, Sousa Coutinho procurou visar, com a sua política agrária, o confisco de todas as terras desaproveitadas a favor de quem se dispusesse a explorá-las; a ordem e disciplina da vida sertaneja, o reordenamento dos sobados; e, finalmente, o estímulo de todas as boas vontades no sentido de, todos juntos, promoverem o incremento da agricultura em Angola.

(109) A. H. U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756.

Por isso, logo em 16 de Abril de 1765, Sousa Coutinho publica um bando sobre a obrigatoriedade do aproveitamento do solo por parte dos seus proprietários. Em 26 de Março de 1767, por virtude deste diploma não ter sido executado por falta de chuvas, foi o mesmo ratificado determinando-se, efectivamente, a todos os moradores de posse de terras compradas, doadas ou herdadas, o seu aproveitamento agrícola no prazo de 10 dias ou o seu arrendamento ou cedência aos lavradores desprovidos delas, sob pena de as perderem a favor de quem as denunciasses (110).

Como era de esperar, a partir deste diploma, a produção de alimentos de primeira necessidade, como a farinha, aumentou consideravelmente, a ponto de, ainda no governo de Sousa Coutinho, os produtos da terra atingirem um dos preços mais baixos do seu historial. Esta medida, a par da criação do Terreiro Público de Luanda (111), permitiu, naturalmente, à província, um intervalo de tempo de grande prosperidade agrícola.

Mas, como não há bem que sempre dure, a fome, devido à falta de chuvas, à indolência dos povos e a uma praga de gafanhotos — segundo D. Manuel de Almeida e Vasconcelos —, volta a causar inúmeras vítimas durante o seu governo (112).

Quer dizer, nos finais do século XVIII, quando tudo fazia prever que Angola tinha definitivamente rasgado novos horizontes, criado dife-

(110) A. H. U. — *Angola* — Cx. 31 — 1766-1768.

(111) A criação do Terreiro Público tem a sua origem na necessidade de se pôr cobro aos monopólios e extorsões que se faziam na venda da farinha — base da alimentação dos habitantes da província. Segundo o seu regimento, toda a produção da farinha era rigorosamente controlada pelo governo, através da fiscalização dos capitães-mores, no interior, e dos oficiais do Terreiro, em Luanda, onde era vendida a preços justos e em quantidades proporcionais à necessidade de cada um. Libertando o comércio da farinha da especulação dos intermediários, este estabelecimento público veio a constituir, ao tempo, um poderoso freio à ambição dos seus produtores e agentes.

A sua edificação foi determinada, ao governador D. António de Vasconcelos, por ordem régia de 8-6-1764; mas só no governo de Sousa Coutinho, tal empreendimento veio a realizar-se, depois da aprovação régia, de 12-11-1765, do projecto apresentado pela Câmara de Luanda, em 21-11-1764.

Para a nomeação dos seus oficiais, a Edilidade, de acordo com o estipulado na carta régia de 12-11-1765, elaborava, no último mês de cada ano, uma lista das pessoas mais qualificadas para servirem, no ano seguinte, os seus cargos. Desta lista, na qual figuravam os nomes de 24 moradores propostos pelo Município, nomeava o governador 8, para o exercício das seguintes funções: 2 juizes, 1 escrivão, 2 medidores, 2 guardas de dentro e de fora e 1 porteiro. (A. H. C. M. L. — *Registo de Ordens, Bandos Provisões e Portarias, respeitantes ao Terreiro Público de Luanda*, de 1764 a 1801).

(112) Cartas para os capitães-mores da Muxima, Inácio António de Almeida, de 4-11-1792, do Golungo, Marcos Pereira Bravo, de 22-12-1792, e regente de Novo Redondo, António José de Almeida, de 9-5-1793. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1629 — 1792-1793).

rentes estímulos, vencido o ciclo da fome, encontrado, enfim, o seu verdadeiro caminho, eis que se depara, a D. Miguel António de Melo, o mesmo quadro negro de alguns decénios atrás: «Aqui nem há madeiras de construção nem os mais provimentos navais, e dos mantimentos do Paiz muitas vezes há tanta a falta que custa evitar a fome, porque a terra hé excessivamente esteril quando deixa de haver chuvas ou quando estas são muito copiosas, a gente cevilizada pouca e a maior parte entregue a cuidados e fadigas mui diversas da Agricultura» (113).

Nesta fria e serena análise, estão contidos, efectivamente, alguns dos pontos fundamentais que melhor definem as dificuldades e o malogro da exploração do solo na província.

A escravatura, como ramo de comércio por excelência em Angola e a intensa emigração negra para o Brasil, despovoando o território são, para a maioria dos autores que se têm dedicado a este assunto, o móbil do atraso confrangedor do seu aproveitamento agrícola.

Intimamente relacionada com a escravatura, outros autores costumam acrescentar uma outra causa. Trata-se do fornecimento de carregadores pelas autoridades tradicionais para o transporte das mercadorias destinadas ao tráfico. Deste penoso e obrigatório serviço, odiado pelos nativos e, geralmente, repudiado pelos chefes africanos, resultaria para a agricultura dois graves inconvenientes: em primeiro lugar, porque os desviava temporariamente das suas ocupações agrícolas; em segundo lugar, porque esta função provocava imensas deserções para os sobados rebeldes, onde permaneciam por largos anos.

Finalmente — e aqui é que nos afigura haver os motivos mais fortes para a decadência da agricultura — os lucros excessivos proporcionados pelo tráfico, a par da inclemência do clima que depauperava, sobretudo, a população branca (114), teriam absorvido todas as actividades menos lucrativas e mais penosas, como era a do amanho da terra (115).

Era esta, também, a opinião de Oliveira Martins que via, nos elevadores réditos provenientes do comércio esclavagista, a explicação

(113) Carta para o conde de Resende, vice-rei do Brasil. (*Arquivos de Angola*, série 2, vol. 3, n.ºs 13-14, pp. 185-186).

(114) Ofício do governador Cristóvão Avelino Dias, de 19-10-1823, para o conde de Suberra. (POMBO, Manuel Ruela — *Diogo Cão*, série 3, pp. 114-115).

(115) Cf. CORRÊA, Elias Alexandre da Silva — *História de Angola*, vol. 1, p. 112.

mais convincente para o fracasso dos planos de fomento mandados aplicar na província pelo marquês de Pombal (116).

Nestes termos, não há dúvida de serem diversas as causas que determinaram o estado de abandono do múnus agrícola em Angola. O tráfico foi, com efeito, um dos seus grandes responsáveis, mas não o único. O clima, através da exiguidade da estação chuvosa e da irregularidade da sua precipitação (117), antecipando o processo erosivo dos solos, de que resultava a esterilização de vastas áreas de terras cultiváveis, especialmente, no litoral, onde os colonos mais tendiam a fixar-se, não deixa de constituir argumento válido para o não desenvolvimento da cultura agrária (118).

E não podemos esquecer, também, que as regiões mais propícias sob o ponto de vista agrícola se encontravam, por um lado, fora da directa influência portuguesa, por outro, distantes da capital, onde se achava o principal núcleo de população branca. Os determinantes desta situação teriam por base, segundo menciona o governador D. António Álvares da Cunha, a imperiosa necessidade da defesa da província, pelo que «me causou a mayor magoa ver que nos fes Deus possuhidores de tão excelentes e ferteis pahizes e que nós por segurança só abitamos a parte mais esteril e doentia de todo este dilatado Reyno» (119).

A própria estrutura económica da população nativa e a sua organização do trabalho não deixam de ter a sua importância. Pertencendo à mulher, em pleno período Neolítico, o mérito da descoberta da agricultura, foi esta ocupação, durante largo tempo, exclusivamente feminina. Sobretudo nas economias de subsistência, é a ela que de facto cumpre o trabalho agrícola. Ao homem, nestas sociedades tradicionais, estavam reservadas as actividades venatória e piscatória, a construção do *habitat*

(116) MARTINS, Oliveira — *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, p. 94.

(117) Em carta para o Reino, o governador D. Miguel António de Melo, referindo-se ao regime pluviométrico afirmava: «Os que neste Paiz vivemos sempre estamos na alternativa ou de morrer de fome nos annos secos, ou de moléstias nos chuvosos; e em tal terra que couzas haverá que prosperem ou quem a quererá habitar?». (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 1, n.º 4, 1936).

(118) Sobre o assunto, Vid., NOGUEIRA, Jofre Amaral — Ob. cit., pp. 85-110.

(119) Carta para o Reino, de 29-10-1753. (A. H. U.) — *Angola* — Cx. 26 — 1754-1756).

e o exercício da guerra. Daí, as reduzidas dimensões da superfície cultivada e os constantes períodos de escassez (120).

Se acrescentarmos a todas estas causas a hostilidade do colonizador, pouco propenso, nesta área geográfica, ao cultivo da terra, indifferente a tudo o que não oferecesse vantagem imediata à sua actividade mercantilista, teremos o naipe dos principais factores que, directa ou indirectamente, mais se prendem com o clamoroso fracasso da agricultura em Angola.

3. 6. Administração da justiça

A função judicial, cometida aos capitães-mores pelo seu regimento de 24 de Fevereiro de 1765, é, sem dúvida, a mais importante e delicada de todas as suas atribuições e a que mais desenvolvida e detalhadamente foi tratada por Sousa Coutinho.

Da leitura dos vários artigos deste regimento e dos diplomas que o completam, uma conclusão se pode, desde já, antecipar: o reconhecimento pelos usos e costumes das populações locais observado no julgamento de *mucanos*; e o humanismo cristão evidenciado no *juízo das liberdades* (121).

Neste regimento, todos os pormenores respeitantes à função de julgar foram, cuidadosamente, regulamentados. Nada ficou no olvido. Assim, no artigo 24 define-se a jurisdição dos capitães-mores e do juiz ordinário (122) de Massangano, na forma do regimento de 24 de Dezem-

(120) Isto mesmo no-lo diz Elias Alexandre: «O costume dos certoens izenta os homens dos rudes trabalhos da enxada, e do machado. As mulheres cultivão as terras, enquanto os pays, maridos, ou parentes tecem Entangas, vão à guerra, ou à cassa das fêras» (CORREIA, Elias Alexandre da Silva — Ob. cit., pp. 113-116).

(121) É este, de facto, um bom testemunho da nossa sociedade multirracal fundamentada no respeito pela dignidade humana e pelas formas de vida privada dos grupos étnicos integrados na civilização lusiada. Foi sempre assim, de resto, «a maneira portuguesa de estar no mundo». Na verdade, se recuarmos no tempo veremos que, a primeira demonstração desta asserção se pode localizar no foral de Afonso Mexia, de 1526, aplicado nas longínquas terras do Oriente. Daqui até ao decreto n.º 43897, de 6-9-1961, passando pela actual Constituição Política, nunca esta regra deixou de estar patente na legislação do Reino. Daí poder, naturalmente, afirmar-se que ela se adianta, em séculos, às propaladas Declarações Universais dos Direitos do Homem de que tanto se ufanam certas comunidades nacionais e internacionais.

(122) Sobre a jurisdição dos juizes ordinários, Vid., também, *Ordenações Filipinas*, tom. 1, pp. 254-256.

bro de 1671, pelo qual têm alçada nas localidades com população superior a 200 vizinhos, até à importância de mil réis nos bens móveis, e, nas localidades com população igual ou inferior a 200 vizinhos, terão jurisdição nos móveis até seiscentos réis, e nos bens de raiz até quatrocentos réis, sem apelação nem agravo, salvo se ultrapassar esta importância. No artigo seguinte, proíbe-se, expressamente, aos capitães-mores receberem dinheiro das partes ainda que voluntariamente lho queiram dar para se aconselharem sobre seus feitos crimes. Por outro lado, não poderão os capitães-mores tirar *devassas* gerais, mas somente particulares, nomeadamente sobre crimes de morte, fuga de presos, arrombamento dos serviços presidiários, moeda falsa, resistência ou ofensa à justiça, furtos e conflitos nas Igrejas ou nas procissões.

Todavia, são os primeiros artigos que melhor revelam a actividade daqueles funcionários, no exercício da justiça. Como veremos, adiante, à volta dos conceitos de julgamento de *mucanos* e de *juízo das liberdades*, gerou-se, a partir de certa altura, enorme confusão à qual Sousa Coutinho, através do artigo 10, procurou pôr termo, precisando que «debaixo da palavra *Mucanos* particular às causas de liberdade» se entendia toda a função judicial conferida às autoridades sertanejas, embora os crimes contrários à vida de relação e as atribuições típicas do juiz ordinário não pudessem ser compreendidas na audiência dos *mucanos* por não haver qualquer conexão com as «causas de liberdade» de que, por comodidade do gentio, os capitães-mores eram juizes em primeira instância nas áreas da sua jurisdição (123).

Do que fica exposto, se infere que as traves mestras do sistema judicial no interior giravam em torno daquilo que, em língua ambunda, se designava por *mucanos*. Como já referimos, este vocábulo nem sempre foi interpretado da mesma forma. No fundo, trata-se de um fenómeno característico da semântica, em que o sentido das palavras varia no tempo e no espaço. Na verdade, primitivamente, parece ter adquirido significado próprio, isto é, toda e qualquer forma de litígio decidido verbalmente (124), mas com o andar dos tempos, certamente, quando o trá-

(123) A. H. U. — Angola — Cx. 30 — 1763-1765.

(124) O historiador António de Oliveira de Cadornega diz que «Mucanos são pleitos e contendas que se averiguão de pé a pé sem processo de papeis». (*História Geral das Guerras Angolanas*, tom. 2, p. 61). O mesmo autor, referindo-se às nomeações de capitães-mores no governo de Aires de Saldanha de Meneses, informa que servem de «Juiz Superior, decidindo mucanos e pleitos do gentio de sua jurisdição obe-

fico começou a tomar maior incremento, associou-se, ao conceito inicial, a faculdade confiada aos capitães-mores de serem juizes, em primeira instância, das causas das liberdades. Esta nova atribuição estaria na origem do *juízo das liberdades*, através do qual se deliberava acerca da condição de liberto e de escravo. Este mecanismo, da maior importância para a segurança dos indígenas, podia funcionar de duas maneiras: ou por iniciativa dos próprios interessados na aquisição ou conservação da sua liberdade ou por intermédio do catequizador das liberdades (125). Esta hipótese verificava-se por ocasião do embarque dos escravos para o Brasil. Antes, porém, todas as *peças* eram interpeladas por este funcionário sobre a sua condição pessoal. Confirmando o seu estatuto de escravo, o «negro ou pardo» era, em seguida, embarcado com «a marca que o denota»; caso contrário, era remetido ao *juízo das liberdades*, onde se procedia às necessárias investigações (126).

decendo a todos seus bandos e mandatos, e se excedem os manda castigar como lhe parece de justiça». (Ob. cit., p. 376).

O Dr. Alves da Cunha, anotando o 3.º tomo desta obra, confirma o significado de pleitos dado por Cadornega aos *mucanos*.

No *Dicionário Kimbundu-Português*, de Assis Júnior, «Mukanu» significa «condenação; Indício acusador; culpa; falta».

Por sua vez, Ralph Delgado deixa entender que o vocábulo parece querer significar a instrução de uma causa, no direito tradicional. (*A Famosa e Histórica Benguela*, p. 520).

António de Moraes Silva, no seu *Dicionário de Língua Portuguesa*, regista *mucano* como sinónimo de multa. Finalmente, António Brásio, afastando-se um tanto dos conceitos aludidos assinala *mucanos* como «desordens, revoltas armadas no mato contra os brancos». (*Monumenta Missionária Africana*, vol. 7, p. 507).

(125) O governador D. Miguel António de Melo, na sua *Relação dos ofícios civis de justiça e fazenda, economia pública e política*, existentes em Angola, elaborada por determinação régia, de 11-2-1799, referindo-se ao vencimento anual de 40\$000 réis atribuído ao catequizador das liberdades, José de Barros da Cunha, presbítero secular, informa que a designação é imprópria, porquanto a sua função consistia apenas no interrogatório dos escravos exportados para os portos brasileiros. Na mesma *Relação*, surgem, ainda, os cargos de inquiridor das liberdades, com o mesmo vencimento, e o de escrivão das liberdades, auferindo apenas emolumentos incertos, estimados em 20\$000 réis anuais. (*Angola no fim do século XVIII*. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 6, n.º 5, pp. 287-288).

A propósito do vencimento do catequizador das liberdades, deve dizer-se que, em 1740, já o padre Manuel da Costa Rodrigues, que exercia a função, recebia a mesma importância, reputando-a, na altura, de insuficiente. Este facto leva-o a requerer para o dobro o seu vencimento, isto é, para 80\$000 réis anuais. Mas sem êxito, pois por despacho régio de 13-9-1740, foi indeferida a sua petição. (A. H. U. — Angola — Cx. 22 — 1740-1743).

(126) Esta instituição era tanto mais importante quanto é certo cometerem-se, na época, crimes atrozes contra a liberdade dos homens, nascidos uns da ambição dos traficantes, outros da necessidade dos sobas. Em carta para o Reino, de 29-10-1753 informa, efectivamente, o governador D. António Álvares da Cunha, a propósito dos distúrbios praticados pelos homens de negócio, no sertão, que «os sovas com esta peste, vivem vechados os seus escravos, e suditos a quem elles chamaõ filhos lhe fogem por não poderem suportar as tiranias dos ditos comerciantes, que sem mais

Documento notável, para a destrição deste fenómeno sócio-jurídico, é a carta de D. Miguel António de Melo para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 30 de Abril de 1799, acerca da questão havida entre o soba do Socoval, da jurisdição de Quilengues, e o governador de Benguela. A fim de averiguar as causas que levaram ao rompimento das relações entre ambas as autoridades, D. Miguel António de Melo baseou a sua inquirição em 5 quesitos: os dois primeiros diziam respeito ao pagamento de dízimos; os três últimos, à problemática dos *mucanos*.

Por este inquérito, procurava-se saber a quem pertencia, efectivamente, o conhecimento dos *mucanos* e qual o significado atribuído a este vocábulo, nas línguas benguela e ambunda.

Assim, «tomar mucanos», designava toda a causa ou litígio decidido, verbalmente, conforme os costumes locais.

Segundo D. Miguel António de Melo, não obstante no regimento dos capitães-mores o termo *mucano* especificar nome próprio das causas de liberdade, a sua verdadeira acepção resultava, porém, do uso comum e da força que lhe conferia a língua ambunda, na qual se chamava *mucano* a toda e qualquer causa civil ou judicial, se bem que para se distinguirem houvesse necessidade de lhes acrescentar outro termo que as individualizasse.

Depois de aturado estudo, D. Miguel António de Melo chegou, finalmente, à conclusão que os capitães-mores conheciam sob o nome de *mucanos* as causas em que se tratava da «condição das pessoas, isto he se são livres ou escravas, e este juízo se denominava também *Juízo das Liberdades*». Pertencia, ainda aos capitães-mores, decidir, na qualidade de juizes ordinários, todas as questões previstas no ordenamento jurídico português. As autoridades tradicionais, competia o conhecimento das causas fundadas no direito costumeiro.

jus que o da sua ambição trazem a vender a esta cidade todos os dias infinitos pretos Livres, e os pleitos que correm por este motivo no juízo das liberdades, de que o governador he juiz, são inumeraveis». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 25 — 1750-1753). Por carta-patente de 16-1-1650, de Salvador Correia de Sá e Benevides, são as autoridades tradicionais isentas do pagamento de tributos à Fazenda Real porque, considerando-os exagerados, para os poderem satisfazer, «se valiam de exasperar as leis de suas terras condemnando por captivos a seus vassallos por qualquer leve delicto, para delles terem com que se remir». (*Arquivos de Angola*, série 2 vol. 2, pp. 181-182).

Entretanto, por não terem ficado bem definidas as fronteiras entre ambas as jurisdições, os capitães-mores — dizia — levados pelo interesse e à sombra da sua autoridade, teriam subtraído, pouco a pouco, a função judicial à tutela dos chefes nativos. Daí, o inconformismo manifestado pelo soba do Socoval e a consequente punição deliberada pelo governador de Benguela (127).

Analisados os conceitos, vamos ver a seguir como se processou a evolução das atribuições, cometidas aos capitães-mores, no domínio da justiça.

O múnus judicial prestava-se, como vimos, a abusos. Constituía, efectivamente, para o capitão-mor, menos escrupuloso, uma importante fonte de receita, não obstante as leis lha proibirem. Estes abusos, e a sua condenação, são de todos os tempos. Fernão de Sousa (1624-1630), em carta para o capitão-mor de Ambaca, opõe-se à sua intromissão na vida dos sobas determinando-lhe, expressamente, que não os vexa exigindo-lhes «pessoas em ocasião de mocanos, nem pessam Loandas (128), sob pena de ser punido a seu arbítrio (129).

Contudo, nem sempre tais excessos podem ser imputados aos capitães-mores, pois como já tivemos a oportunidade de referir, muitas das violências, perpetradas no sertão, eram devidas aos sertanejos que, a coberto de insígnias, chegavam a intitular-se «Juizes de Mucanos, que vem a ser julgadores de devidas, que os sóbas tem huns com os outros, julgando-os pella parte que mais interece lhes dá, succedendo cauzas de muita importância, de que rezulta o captiveiro de muitas Liberdades sem consideração alguma do temor de Deos, e credito dos meus vassallos» (130).

Esta prática, lesiva das boas relações que sempre deviam existir entre o governo da província e os chefes africanos, foi condenada pelo mesmo regimento, proibindo-se, ao governador, o envio ao sertão de

(127) *Arquivos de Angola*, série 1, n.º 6.

(128) Loanda «era um tributo que os sobas pagavam ao rei de Angola; os governadores chamavam-no a si. Corresponhia aos *baculamentos* pagos ao rei de Portugal». (Nota da redacção dos *Arquivos de Angola*, série 2, vol. 2, p. 182).

(129) FELNER, Alfredo de Albuquerque — *Angola — Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do Sul de Angola*, pp. 520-521.

(130) Capítulo 18 do regimento de Aires de Saldanha de Meneses, de 12-2-1676. (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 1, n.º 5).

homens brancos investidos em funções oficiais e de pretos e mestiços com calções ou bastões, cuja matéria seria objecto principal da sua *residência*.

As medidas restritivas, prescritas pelo referido regimento, permitiram conhecer mais de perto a actuação dos capitães-mores, no exercício da justiça. Julgando em primeira instância as causas de *mucanos*, as mais das vezes a favor da parte que melhor os podia recompensar, estas autoridades concitaram contra si a natural antipatia dos sobas e do próprio gentio.

Os clamores provenientes do abuso foram perscrutados pelo governador Henrique Jaques de Magalhães que, em carta para o Reino, de 10 de Março de 1695, deu conta de ter interditado aos capitães-mores a faculdade de decidirem aqueles conflitos. Como consequência desta medida, o julgamento de *mucanos* passava a ser, *ipso facto*, com a coadjuvação do ouvidor-geral, da exclusiva competência do governador, à presença do qual deviam ser dirigidos todos os requerimentos.

A Coroa, porém, não concordou com a tomada de posição defendida pelo chefe da província, pelo que, em carta de 7 de Dezembro de 1695, lhe determinou que não alterasse a doutrina antiga pela qual os indígenas eram sentenciados, em primeira instância, pelos capitães-mores, salvo quando, de livre e espontânea vontade, as partes decidissem que os seus conflitos fossem julgados em instância superior, evitando-se, por esta forma que, pela grande distância que separa a capital do interior, muitas das questões viessem a ficar sem julgamento. No que refere aos capitães-mores que se desviam do caminho da justiça, dava-se alçada ao governador para os castigar de acordo com as suas culpas (131).

A resolução da Corte, dados os condicionalismos da época, foi a mais acertada. Na verdade, ela permitiu não só prestigiar as autoridades sertanejas, como obstou a incómodos e despesas desnecessárias, com as deslocações dos indígenas à capital para solucionarem os seus pleitos. Se, efectivamente, os capitães-mores não desempenhavam como lhes competia as suas funções, ao governador, como supremo magistrado da província, cumpria puni-los. A carta régia de 7 de Dezembro de 1695, conferindo-lhe tais poderes dava por encerrado o litígio.

(131) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

Todavia, as virulentas exposições contra os capitães-mores não cessaram. No governo seguinte, pôde, por isso, Luís César de Meneses, de novo com o apoio da Junta das Missões, chamar a atenção da Metrópole para o mesmo abuso (132).

A Coroa, por carta régia de 14 de Março de 1698, no firme propósito de acabar com tais violências, estabelece nova doutrina à problemática dos *mucanos*. A partir desta data, os capitães-mores seriam assistidos por um adjunto de reconhecida idoneidade moral, nomeado pelo governador, «para que não fique só no arbítrio dos capitães mores que poderão ou com menos sciencia ou leuados de alguma paixão, e interece particular hauerse muito contra a razão neste negocio». Por outro lado, todas as questões seriam registadas em livro próprio, numerado e rubricado pelo juiz ordinário da Edilidade luandense, cuja conservação ficaria a cargo de um escrivão, expressamente, nomeado para o efeito. Neste livro, seriam lançadas as queixas, as defesas, os depoimentos das testemunhas e as sentenças. Pronunciadas, estas, a favor da liberdade do réu, não querendo a parte apelar, dava-se a execução. Quando, porém, a sentença era declarada contra a sua liberdade, havia o recurso de apelação, ainda que a parte a não interpusse. Mas, quer numa situação, quer noutra, não se tolerava a cobrança de quaisquer emolumentos.

O escrivão, depois de conferir toda a documentação, levá-la-ia, por cópia, à presença do capitão-mor e seu adjunto, remetendo-a, em seguida, convenientemente lacrada, à Junta das Missões, em Luanda, para confirmação, a partir da qual seria trasladada no *livro dos mucanos* e devolvida à procedência.

Para se evitar que, por parte do capitão-mor e seu adjunto, fossem cometidos erros graves, as sentenças só seriam executadas quando confirmadas pela Junta das Missões, assistindo, no entanto, aos indígenas,

(132) Ralph Delgado, certamente, por não dispor da leitura da carta de Henrique Jaques de Magalhães, de 10-3-1695 e da carta régia de 7-12-1695, fez, acerca deste assunto, confusão, como se verifica da seguinte passagem da sua *História de Angola*: «Sofrendo os indígenas imensos trabalhos e imensos dissabores para se deslocarem até Luanda, quando tinham algum *mucano* (ou questão) a resolver, Henrique de Magalhães, com o apoio da Junta das Missões, deliberara conceder alçada, aos capitães-mores para sentenciarem, em tais emergências, com o objectivo honesto de acabar com deslocações e com canseiras judiciais. Posta ao corrente da deliberação, a Metrópole concordou com ela, e por carta régia de 15 de Março de 1698, fixou limites à intervenção, nas questões gentílicas, das autoridades sertanejas, os quais foram divulgados por César de Meneses». (DELGADO, Ralph — *História de Angola*, vol. 4, p. 204).

o direito de decidirem as suas queixas em Luanda, sem a intervenção dos capitães-mores.

Finalmente, para que aquelas autoridades pudessem observar, rigorosamente, a determinação régia, esta matéria seria objecto principal das suas *residências*, por forma a castigarem-se os culposos com pesadas sanções «para que o castigo sirva de exemplo para os mais saberem como se deuem portar em negocio de tanta importância que he a da liberdade dos homens que se reputa pella mais inestimaue». (133).

No século XVIII, alguns governadores, sustentando que, por ambição dos capitães-mores, «ficão escrauos muitos que nascerão livres», fazem novas tentativas no sentido de chamarem a si a prerrogativa do «conhecimento das causas de liberdade». É o caso de Henrique de Figueiredo que, em carta para a Metrópole, de 9 de Março de 1718, defende exactamente esta posição. O governo central, porém, decidido a não alterar a sua linha de rumo, determina-lhe, em 4 de Março de 1719, o cumprimento do «estillo que sempre se observou declarando aos cappitaens mores dos Prezídios que apelando as partes fação expedir as ditas apelaçoens com toda a brevidade» (134).

Em face da atitude intransigente do Reino, durante muitos anos, não voltou a pôr-se o problema. Entretanto, chega-se ao primeiro decénio da segunda metade do século XVIII, sem dúvida, o período mais positivo desta centúria. Considerando, então, o Soberano que o elevado índice de violências na província se devia à impunidade dos delitos, «fomentados pellas delongas e tergiversaçoes dos meios ordinarios», determinou, por carta régia de 14 de Novembro de 1761, que os réus de roubos e assaltos, na capital e no interior, às pessoas ou aos seus bens fossem presos, verbal e sumariamente ouvidos e sentenciados à maneira militar, em Junta composta pelo ouvidor-geral, juiz de fora, coronel, tenente-coronel e sargento-mor do Regimento da guarnição de Luanda, sob a presidência do governador e capitão-general. As sentenças proferidas pela pluralidade de votos, sendo o do governador de qualidade e decisivo nos casos de empate, seriam executadas no mesmo dia em que fossem proferidas, inclusivé a pena de morte. (135).

(133) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

(134) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

(135) *Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga*, vol. 2, 1755 a 1834, pp. 56-57.

Com este documento, marco de inegável valor para a história da justiça em Angola, entra-se numa fase de grande actividade judicial à qual o governador António de Vasconcelos imprimiu a marca da sua natural severidade.

Mas era necessário ir mais longe. A morigeração dos costumes, sobretudo no sertão, impunha novas medidas. Um dos abusos, então muito em voga, consistia na faculdade dos indígenas poderem ser reduzidos à escravidão por dívidas aos moradores. Mais: os próprios parentes e seus filhos, a despeito da sua condição de homens livres, corriam o risco de serem marcados como escravos (136).

Sousa Coutinho, apostado em fazer justiça social e promover, por todos os meios ao seu alcance, o bem-estar dos vassallos de Sua Majestade mais desfavorecidos da fortuna, publicou, em 7 de Novembro de 1770, um bando proibindo que os indígenas livres fossem penhorados ou hipotecados por dívidas civis de seus pais e parentes, sob pena de 500 açoites e de 2 anos de galés; sendo branco o que tal negociação admitisse seria preso e condenado a trabalhar cinco anos nas obras públicas; os capitães-mores que sentenciassem as tais hipotecas ou as favorecessem seriam suspensos e depostos dos seus cargos (137).

Contudo, alguns capitães-mores não cumpriam integralmente as disposições do referido bando. Por este motivo e porque o problema da escravidão havia suscitado fortes dúvidas quanto à sua essência, Sousa Coutinho teve de chamar a atenção daqueles funcionários para o facto, deixando, bem vincada, a doutrina do governo que, como dissemos atrás, não só tinha por suporte a contemporização e reconhecimento dos usos

(136) Carta de José de Seabra da Silva, de 21-11-1791, para o governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos. (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 3 n.º 22, pp. 175-179).

(137) Cf. CRUZ, José Ribeiro da — *Resumo da História de Angola*, pp. 174-176.

Para a resolução definitiva deste bárbaro costume contribuiu, notavelmente, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos. Em carta para José de Seabra da Silva, de 25-1-1792, podia, com efeito, afirmar ter abolido «o uzo de se prenderem não só os parentes mas os vezinhos para o fim de se pagarem dívidas alheias, obrigando a fazerem-no ou dar conta dos devedores; não tendo com que pagar, mando por em liberdade dispensando-os também das custas, o que tenho ordenado debaixo das maiores penas, e não excederem as quantias determinadas nos Regimentos». Por outro lado, referia-se igualmente nesta carta que «não só os apelidados vassallos, mas ainda mesmo os brávos gentios tem o seu recurso no Juizo das Liberdades, em que se ouvem todos e se examinam as razões, que tem para allegar em benefício da sua liberdade, sendo enquanto se não decide, obrigados os que se oppoem a assistir-lhes com o sustento preciso (...) enquanto não recebem o carimbo Real que só he posto depois de haver toda a certeza da sua escravidão» (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1633).

e costumes das populações autóctones, como os integrava no direito português, quando as circunstâncias o aconselhavam: «Que aquelles que sam apprehendidos em guerras de quem a póde ordenar são legitimamente escravos; e que também são escravos todos aqueles que forão sentenciados pellos seus Principes, ou Souvas que os governam em escravidão, porque elles sam legitimamente sentenciados, o que se vê na confissão que elles todos fazem de Escravos quando o são por estes justos títulos que reconhecem» (138).

A despeito das referidas directrizes, de carácter político e administrativo, muitos dos capitães-mores, umas vezes por falta de formação profissional, outras, por manifesta negação para o desempenho destas funções, foram deficientes intérpretes dos ditames do pensamento governamental.

É verdade que, para o desacerto da actuação dos capitães-mores, particularmente neste domínio, havia contribuído, em larga medida, a própria Coroa com as suas nomeações no Reino. Mas, como a partir de 1761, esta faculdade foi concedida aos governadores, já não se compreende muito bem a acusação do barão de Moçâmedes ao sistema antigo. Para este governador, um dos maiores obstáculos à administração da justiça consistia, então, no facto dos capitães-mores serem juizes verbais de todas as questões civis e judiciais nos seus presídios e distritos, com conhecimento das causas de *mucanos*, e as sentenças serem, por conseguinte, também verbais, à excepção do assento da decisão final que era escrito (139). Como o capitão-mor, procedente da Metrópole desconhece a língua Ambunda, «nada pode fazer sem a dependência de Intérpretes, que sempre he hum Negro Ladino e como tal mais velhaco» (140).

(138) Carta de Sousa Coutinho, de 12-11-1771, para o capitão-mor e juiz de Amaran, Joaquim José Rodrigues, para os de Benguela, Caconda e Novo Redondo, e para todos os juizes das povoações novas. (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 3, n.º 28, pp. 297-298).

(139) O governador D. Miguel António de Melo, em carta para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 11-10-1799, chamava a atenção do Reino para a ausência de instruções sobre a forma de se elaborarem os processos judiciais. Entretanto, como o desembargador João Alvares de Melo, antes de partir para a Metrópole, trabalhava na província numa obra sobre o assunto, pedia o governador ao Soberano que lhe ordenasse a sua conclusão a fim de fazer parte do regimento dos capitães-mores. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 47 — 1799).

(140) Carta para o Reino, de 28-12-1784. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 481 — 1778-1831).

Em desabono do barão de Moçâmedes, concorre ainda a circunstância dos cargos de inquiridor e de escrivão das liberdades, distintos nos finais do século XVIII, andarem associados, na primeira metade deste século, ao de intérprete, criado por ordem régia de 22 de Março de 1690, cujo cargo de acordo com as recomendações do Reino, devia recair em sacerdote de grande elevação moral e espiritual (141). Mas, seja como for, não há dúvida que aos capitães-mores, por ocasião das suas candidaturas, ao comando dos presídios, nunca foi exigida outra qualificação que não fosse a militar. Os seus feitos em campanhas, e a sua longa experiência no manejo das armas, eram o diapasão pelo qual se aferiam as qualidades dos providos. É certo que no Reino e na província sempre que fosse possível conciliar este requisito com os demais, isto é, com o

(141) Com efeito, por provisão de 3-10-1737, o governador Rodrigo César de Meneses nomeou e proveu «a ocupação de adjunto Interprete e Enqueredor do Juizo dos mocanos e causas de liberdade dos escravos deste Reyno em sacerdote de boa vida e costumes, e de inteligencia da lingua ambunda» por falecimento do padre José de Gouveia de Almeida, na pessoa do padre Pantalião Rodrigues Dias, natural de Luanda, filho do capitão Matias Vaz Dias e de D. Ana Rodrigues Dias, por tempo de um ano. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 25 — 1750-1753).

No governo de João Jaques de Magalhães, Pantalião Dias, por ter sido eleito pelos governadores que o antecederam para «Enqueredor, Escrivão e Interprete nos frequentes letigios de Liberdade» não cobrando emolumentos nem «expértolas alguas» do seu trabalho, por serem causas entre pessoas pobres e cativas requereu a concessão de uma cóngrua. Esta petição foi deferida pelo governador que propôs à Coroa o vencimento de 96\$000 réis anuais.

No governo do conde do Lavradio, achava-se este cargo vago por o padre Pantalião Dias ter sido nomeado pelo bispo D. Frei António do Desterro, para vigário da Igreja do presídio de Benguela e, posteriormente, para capelão de um navio do Brasil por ordem do bispo seu sucessor. Entretanto, supria provisoriamente o lugar o padre Lix Cardoso de Almeida. Este cargo, segundo o governador, «por ser couza de mayor prego a liberdade das gentes», devia ser sempre desempenhado por sacerdotes com conhecimento da língua ambunda uma vez «fazer mayor confiansa a boa conciencia e verdade que se faz precizo nestas deligencias». O governador acabava por solicitar ao Reino, por carta de 22-2-1750, uma cóngrua compatível com a função. O Conselho Ultramarino, em consulta de 31-3-1751, deu parecer favorável propondo a nomeação de dois intérpretes, como testemunhas, em eclesiásticos de bom procedimento moral, com o vencimento de 40\$000 réis anuais, com a condição de que nunca «assistão menos de dous Interpretes quando se tratar da Liberdade para que não fique na fé de hum só matteria de tanta importancia». E para que estes funcionários procedessem com a maior isenção no desempenho dos seus cargos, sugeria-se, ao Soberano, fosse servido recomendar ao bispo de Angola que nos provimentos dos benefícios eclesiásticos se atendessem e preferisse aos referidos intérpretes, segundo os seus merecimentos. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 25 — 1750-1753).

Deve no entanto salientar-se, que esta tomada de posição dominou sempre o pensamento e a acção do governo central, mesmo nos períodos mais difíceis da nossa história: «E que nesta parte dos Mocanos uzeis o mesmo que fizerão uossos antecessores mandando chamar os clérigos que uos parecerem mais zelosos, mais dezentereçados para seruirem de linguas por que de os hauer certos se poderá seguir mayor inconueniente e não se uirá no conhecimento da uerdade que se pretende» (Carta régia de 10-11-1685, para o governador Luís Lobo da Silva — A. H. U. — *Angola* — Cód. 545 — 1673-1725).

comportamento moral e com a ascendência dos candidatos, não deixavam de o fazer, mas pelas razões já largamente enunciadas no primeiro capítulo deste trabalho, estes indicadores raramente predominavam. Daí, toda a gama de dificuldades que se deparavam ao capitão-mor no exercício das suas funções e para as quais nem sempre soube dar a melhor resposta. É por isso que, nesta época, a violência ocupou, amiudadas vezes, o lugar da razão. Afinal, os erros cometidos pelas autoridades sertanejas nunca deixaram de ser reparados pelas esferas superiores, mas o remédio aplicado a tão grandes males, provenientes duma confrangedora incapacidade profissional, apenas servia para sustentar a doença e jamais para a eliminar.

Não devemos estranhar, por conseguinte, que até ao termo do nosso período de estudo, governadores mais conscientes da sua alta missão civilizadora tivessem, continuamente, repetido as mesmas normas, as mesmas instruções, a capitães-mores com vários anos de serviço (142). D. Manuel de Almeida e Vasconcelos situa-se neste número. Durante a sua longa administração, este governador, que ao múnus judicial dedicou o melhor do seu tempo, não regateou esforços para dar a conhecer aos capitães-mores a sua obrigação, em questões de tanta importância como a da liberdade dos homens. Na verdade, documentação da época evidencia esta preocupação. Efectivamente, por carta para o capitão-mor de Quilengues, Joaquim Vieira de Andrade, de 26 de Julho de 1795, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, ao lembrar que o gentio deve viver segundo as suas próprias leis, enquanto não se dispuser a aceitar o direito aplicado pelos portugueses, que deve ser imposto aos vassallos e sertanejos coactivamente, por forma a evitar as suas violências no interior (143), defendia o ponto de vista de Sousa Coutinho em matéria de escravidão consubstanciado no reconhecimento das decisões das autoridades tradicionais. Deste modo — elucidava o governador — todos «os que nascerão escravos, ou que o forão, feitos pelos mesmos

(142) Em carta de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos para o capitão-mor do presídio do Encoge, Alexandre dos Reis Pereira Barbosa, de 4-12-1794, acentua-se este facto; «He bem extraordinário que estando vossa mercê servindo há perto de 4 annos o emprego de Capitão Mor dos sertões deste Reyno, e sendo huma das couzas mais delicadas e importantes de que os mesmos são responsaveis as materias de Mucanos, vossa mercê inda agora se me mostra das mesmas tão falto de intelligencia, particularmente depois de Eu tanto me ter cansado de explicar e recommendar a mais exacta execução das ordens sobre o assunto de tanta importancia que hé o que handa mais proximo ao da pocessão da mesma vida, ou da privação della». (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1630 — 1793-1794).

(143) A. H. U. — *Angola* — Cód. 1631.

Barbaros, de qualquer modo ou por qualquer cauza, segundo as Leis gentilicas não se provando o contrário certamente serão sentenceados por escravos, mas contudo devem ser ouvidos e dar-se lugar a justificarem o que fizer a bem de sua Justiça, e as partes lugar para mostrarem o contrário e o mesmo pelo que já estão em sugeição e depois della quizerem proclamar o tempo, posse e estado em que estejam os requerentes sendo certo que os filhos tidos das próprias Escravas são livres desde o seu nascimento (144) e igualmente todos aquelles que huma vez obtiverão carta de liberdade e os que os seus senhores não tractarão com o prejuízo para a sua subsistência e os não defendem, e livrão dos cazos que forem condemnados pela justiça». Como remate, advertia, ainda, o governador que, em caso de dúvida, se devia optar pela liberdade, pois «hé muito menos mal que elles passem por este desconto em grande parte do que na mais diminuta fique injustamente Escravo, quem seja verdadeiramente livre» (145).

Em matéria de humanismo, não se podia ser mais benevolente nem mais cristão. É por iso que apesar dos inevitáveis abusos praticados em nome da justiça e decorrentes do contacto do colonizador com povos de cultura e civilização exóticas, estas populações, que voluntariamente se acolheram à sombra da bandeira portuguesa, eram infinitamente mais felizes do que os súbditos de potentados rebeldes e insubmissos. Os vassallos portugueses, independentemente da sua etnia, tinham sempre a esperança do recurso para instâncias superiores, sem encargos para a sua fazenda, «enquanto os outros obedeciam sem esperarem clemência de um tirano feroz» (146). Honras são devidas, portanto, à Coroa, por, desde a primeira hora, nortear toda a sua política no sentido da assimilação, da igualdade do género humano e do respeito pela vivência dos povos integrados na grande família lusitana.

Por isso, à medida que se avança no tempo, esta política toma mais sentido, dinamiza-se. A experiência de séculos de lutas, traduzidas em vitórias e derrotas, em sucessos e fracassos, foi não só útil, como boa conselheira para o legislador. A prová-lo está o regimento do governo

(144) A título informativo, devemos dizer que, em relação à Metrópole, foi proclamada em 1771 a liberdade dos escravos desembarcados no continente. E em 1773, declarados livres os filhos de mulher escrava. E ainda desta data a abolição gradual da escravidão no Reino. (MARTINS, Oliveira — Ob. cit., p. 173).

(145) Carta do governador para o capitão-mor do presídio do Encoge, de 4-12-1794, atrás referida. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1630 — 1793-1794).

(146) MATOS, Raimundo José da Cunha — Ob. cit., p. 337.

de Benguela, de 3 de Abril de 1796, que, por ser o primeiro, inclui já um capítulo consagrado ao julgamento de *mucanos* (147).

4. CONFLITOS DE JURISDIÇÃO

Na documentação setecentista, não faltam depoimentos a evidenciar desinteligências entre as várias autoridades responsáveis, pela condução dos negócios da província. Sob certos aspectos, tais desentendimentos chegaram mesmo a redundar em conflitos. São conhecidos, com efeito, os que tiveram como intervenientes os governadores e os ouvidores-gerais e entre estes e os juizes de fora.

No regimento do governo de Angola, de 1676, está bem definida a jurisdição atribuída ao primeiro magistrado da província. Pelo capítulo 43, ao determinar-se a sua alçada no foro civil e judicial, concede-se-lhe poderes quase ilimitados. Os governadores gozavam, inclusivamente, da prerrogativa de perdoar a pena capital. Era-lhes confiado, efectivamente, o governo civil e militar, a presidência da Junta da Fazenda, erigida por carta régia de 14 de Novembro de 1761, da Junta Criminal, estabelecida por decreto de 19 deste mês e ano, etc.

O ouvidor-geral, que na hierarquia da província era a magistratura mais importante, logo seguida à do governador, dispunha das atribuições que pelas ordenações competiam aos corregedores» (148). No seu regimento, de 23 de Junho de 1651, são estas atribuições enumeradas através de 27 capítulos. E nele se declara, naturalmente, a incapacidade do governador o suspender das suas funções. Esta prerrogativa era somente apanágio do Soberano.

Como é de calcular, este facto deu lugar a sérios conflitos jurisdicionais entre as duas autoridades. E muito embora as questões fossem, dum modo geral, decididas em desfavor dos ouvidores, nem por isso

(147) O capítulo 23 deste regimento reza assim: «Nas causas dos Mucanos, tem o governador de Benguela no seu continente, a mesma jurisdição que tem no de Luanda, o capitão general, devendo ambos pezar a gravidade destes Pleitos, onde se disputa o sêr de Liberto, ou de Escravo, e quando o carimbador, ouve razoens attendiveis a favor dos Negros, os mandará metter na cadeia publica, e na vossa prezença os fareis processar summariamente, e tanto para os Interlocutorios de ouvir as Partes como para a sentença final, elegereis hum Acessor Letrado para que a Justiça decida da questão sem propender, nem para o Negro, nem para o pretendido Senhor». (A. H. U. — Angola — Cód. 1633).

(148) CUNHA, Manuel Alves da — *Anais do Municipio* in «O Municipio de Loanda».

deixaram alguns deles de criar aos governadores fartos motivos de desgosto através de censuras e repreensões oriundas do poder central.

Com a criação, em 1721, duma nova magistratura em Angola — a do juiz de fora — não tardaram a surgir questiúnculas entre esta nova autoridade e o ouvidor, particularmente, no tocante à presidência do Senado da Câmara de Luanda que, por determinação régia, passa a caber ao juiz de fora, em detrimento do ouvidor a quem desde sempre havia pertencido.

Mas, é sobretudo com os capitães-mores que os conflitos assumem expressão mais delicada.

Tendo a província de Angola, por origem, a conquista, o seu governo era, por conseguinte, essencialmente militar. Os governadores eram militares e militares eram os capitães-mores dos presídios. Estas autoridades, governando as mais das vezes povos distantes e rebeldes, detinham, por via disso, em suas mãos, latos poderes. Como juizes ordinários, nas áreas de sua jurisdição, gozavam, obviamente, o direito de julgar as causas civis e judiciais. Todavia, como não há regra sem senão, exceptua-se do número dos capitães-mores com esta competência o do presídio de Massangano. De facto, fundado por Paulo Dias de Novais com o nome de «Vila da Victória» para perpetuar o êxito alcançado pelas armas portuguesas contra o Rei *Mbandi a Ngola Quiluangi*, em 2 de Fevereiro de 1583, Massangano dispôs, desde logo, de corpo municipal e, portanto, de juiz ordinário. Por este motivo, o capitão-mor do presídio, apenas detinha a função militar. Esta situação, considerada desprestigiante em relação aos mais presídios e de subalternidade perante a autoridade popular, nem sempre foi reconhecida por aqueles oficiais. Daqui, resultaram conflitos que se arrastaram por todo o século XVIII.

Por outro lado, ao ser criado o governo de Benguela, por iniciativa de Sousa Coutinho, depois da espectacular obra de colonização ali levada a cabo por este governador, foram, conseqüentemente, instalados no antigo Reino, a magistratura de juiz de fora e Câmara Municipal. Deste modo, os capitães-mores dos presídios e das povoações novas daquele sertão ficavam, judicialmente, subordinados ao juiz de fora. Às autoridades sertanejas caberia, apenas, o julgamento de causas de some-nos importância. Todas as outras seriam remetidas para Benguela com recurso para a ouvidoria em Luanda.

Interpretada esta interferência dos juizes de fora como uma intromissão ao exercício das suas funções, os capitães-mores mostraram-se,

em princípio, resolutos em não abdicar dos seus antigos direitos. Mas, com o andar dos tempos, tiveram, inevitavelmente, de se submeter à sua autoridade.

Com os próprios governadores, algo semelhante se iria passar. Ficando, por força da lei, na sua dependência e lembrando-se dos tempos não muito distantes em que eram soberanos nos seus domínios os capitães-mores procuraram sempre hostilizar, pela indiferença, o seu superior hierárquico. Os conflitos, como é bem de ver, não se fizeram esperar e quem mais sofreu as suas consequências foi a província.

Na verdade, desfrutando os capitães-mores do privilégio de se corresponderem directamente com o seu general, quando surgiam problemas importantes a reclamar prontas providências, sempre as autoridades sertanejas, evitaram expô-los ao governador de Benguela. Ora, dados os precários meios de comunicação e a imensa distância que separa este governo do de Luanda, fàcilmente se adivinham os inconvenientes que, para o interesse da província, resultavam do sistema.

Para este estado de coisas contribuiu, sobremaneira, a ausência de regimentos ou quaisquer outros instrumentos administrativos que consignassem, iniludivelmente, as atribuições daqueles funcionários. Como se sabe, o regimento dos capitães-mores, de 1765, não previa ainda a transformação da capitania de Benguela em governo. E este só, em 1796, foi contemplado com o seu regimento. Daí os conflitos. Daí, também, os frequentes queixumes dos governadores de Benguela acerca dos de Angola, aos quais, por diversas vezes, os acusaram de usurpadores de jurisdição.

Entre os capitães-mores e os governadores-gerais surgiram, igualmente, vários conflitos. E estes, pelas suas consequências, são de todos os mais graves. É o que iremos ver a seguir.

4. 1. *Entre os governadores e os capitães-mores*

A jurisdição dos capitães-mores, em relação aos governadores e capitães-gerais, foi, durante muitos anos, mal conhecida.

Conforme referimos já, era costume os governadores, ao embarcarem para Angola, fazerem-se acompanhar do seu regimento, onde constavam os pontos fundamentais a ter em conta no exercício das suas funções. Com os capitães-mores, a Corte seguiu um caminho diame-

tralmente oposto. À sua partida, estas autoridades sòmente eram portadoras das suas cartas-patentes que apresentavam em Luanda, ao chefe da província, a fim de lhes dar posse dos seus cargos. Todavia, nos regimentos dos governadores, pelo menos até finais do século XVII, não se faz, a tal respeito, qualquer alusão aos capitães-mores. As cartas-patentes, por sua vez, são omissas quanto às suas atribuições e esfera de poderes. Seriam os governadores, pelos vistos quem demarcava as suas funções. Estas constariam, necessariamente, dos seus regimentos. Há notícia, com efeito, no século XVII, da sua elaboração pelo governador Aires de Saldanha de Meneses. Mas, a avaliar pelos resultados das nossas pesquisas, este precioso documento ter-se-ia extraviado. Sendo assim, temos de esperar cerca de um século para que volte a surgir, de novo, um regimento que regule a actividade das autoridades sertanejas no domínio das suas relações com o governador. Trata-se, efectivamente, do diploma da autoria de Sousa Coutinho, criado em 1765. Até este momento, os conflitos entre ambas as autoridades iam sendo reparados ou sanados, como vamos ver, por meio de instruções especialmente emanadas da Coroa para o efeito.

Os acontecimentos que mais frequentemente concorriam para as relações, por vezes, pouco amistosas entre os governadores e os capitães-mores, podem ser catalogados em dois grupos: no primeiro, sem dúvida, o mais importante, caberiam todos os actos extra-oficiais, alheios, portanto, ao múnus do capitão-mor, isto é, os abusos e violências, já largamente descritas, nascidos da ambição destes funcionários; no segundo, os actos inerentes à própria função, como o recrutamento da *guerra preta*, da obrigatoriedade de remessa de mantimentos para a capital e de baixas e provimentos de oficiais das guarnições dos presídios.

Estas últimas irregularidades, foram, categoricamente, reprimidas no final do século. Com efeito, apesar do regimento dos capitães-mores não lhes conceder jurisdição para fazerem nomeações de oficiais, mas apenas propô-los, por serem da exclusiva competência do chefe da província, a verdade, porém, é que estas autoridades, fazendo tábua rasa do seu regimento e das ordens superiores, insistiram em fazê-las, com a agravante de as nomeações recaírem, sistematicamente, em oficiais que, pelos regulamentos militares, estavam impedidos (149). Este abuso deu

(149) O governador de Benguela também não tinha esta jurisdição. Todas as suas nomeações teriam, por conseguinte, de ser propostas a Luanda. No entanto, exigia

origem a várias admoestações do governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos (150). O mesmo acontecia com as baixas dos soldados. Não era fácil abandonar-se o serviço militar, depois de se ter assentado praça como soldado. Contudo, nos presídios, quando interesses mais altos reclamavam a soldadesca para outras actividades, imediatamente, se operavam mudanças no seio da guarnição militar. Estas substituições, feitas normalmente em prejuízo da eficiência e disciplina militar, escondiam uma fraude que o governador D. Miguel António de Melo, no seu relatório de governo, *Angola no começo do século* (151), achou por bem denunciar.

4. 1. 1. *Deposição dos capitães-mores pelos governadores*

Um dos conflitos mais antigos entre as duas autoridades pode ser localizado no governo de Fernão de Sousa. Na verdade, quando este governador, nos termos da lei, pretendia fazer eleição, em Massangano, do juiz ordinário e restantes oficiais de justiça, encontrou, por parte do respectivo capitão-mor do presídio, João Carvalho de Mascarenhas, a mais

que as dos capitães-mores, debaixo da sua alçada, lhe fossem endereçadas. Pelos motivos já conhecidos, isto não se verificava. Daí, o governador dar conta a Luanda, em 4-1-1794, de haver planeado mandá-los prender. Esta intenção valeu-lhe ser advertido pelo chefe da província que não lhe reconhecia autoridade para prender os capitães-mores — a menos que fossem surpreendidos em flagrante delito ou em crime de lesa Majestade —, nem para as exigências que lhes pretendia impor em matéria de provimentos. (Carta de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, para o governador de Benguela, Francisco Paim da Câmara e Ornelas, de 14-12-1794. — A. H. U. — *Angola* — Cód. 1630 — 1793-1794).

(150) A correspondência deste governador com os capitães-mores dos presídios assinala, repetidas vezes, o facto. A carta que escreveu para o capitão-mor de Caconda, Domingos José Pereira, de 30-3-1794, a condenar os seus propósitos de preterir para o posto de alferes, um oficial benemérito com boa folha de serviços prestados na Metrópole e em Angola, a favor de um degredado, ignorante do serviço militar e a cumprir pena pelos crimes cometidos no Reino, é, apenas, um dos muitos exemplos que podiam ser aqui apresentados. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1630 — 1793-1794).

(151) Neste relatório, diz-se textualmente o seguinte: «Já referi a V. Ex.^a em resumo que os capitães mores e regentes inquietam os negros com varias injustiças com que os oprimem, e agora direi a V. Ex.^a que os mesmos officiaes, por particulares interesses favorecem trocas e baixas dos soldados das companhias dos respectivos presídios, as quais sempre se impetram do general com pretextos, ora de molestias dos impetrantes, ora de maior conveniencia do real serviço, por entrar para soldado hum moço robusto em lugar de um homem, velho, cansado ou enfermo. Como cheguei a desconfiar de ter sido surpreendido, tomei o expediente de mandar vir os enfermos para o hospital d'esta cidade, para serem n'elle tratados pelos competentes professores, e estes decidirem se estavam ou não invalidos, e quanto aos outros determinei viessem também á minha presença para conhecer se nas trocas havia proveito. D'estes nenhum appareceu, e dos outros raro foi aquelle a quem o meu despacho deixou de restituir perfeita saude». «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 5, n.º 9, p. 561).

enérgica opposição, por estar persuadido de que o governador, com a sua ingerência nos assuntos da Edilidade apenas tinha em vista usurpar-lhe a jurisdição que o Soberano houve por bem conceder-lhe. Fernão de Sousa, como era de esperar, deu do facto conhecimento ao Reino, mas a sua resposta não chegou a Luanda no decurso da sua administração (152).

Ainda no século XVII, o governador João Fernandes Vieira, tomando conhecimento das vexações do capitão-mor de Cambambe, Francisco Sidrales Souto Mayor, nomeado por despacho régio de 6 de Abril de 1656, ordenou a sua prisão e a instauração de um processo, enviado para o Reino em 8 de Abril de 1661. Segundo parece, esta *devassa* não suscitou o menor interesse dos poderes centrais, pois somente, em 1664, o Conselho Ultramarino se debruçou sobre ela. Como no caso anterior, também aqui o despacho do Rei é desconhecido. Contudo, por carta régia de 28 de Abril de 1665, para o governador André Vidal de Negreiros, foi determinada a reintegração do referido capitão-mor no presídio de Cambambe, quando o seu substituto, Miguel Soares Henriques, desse por findo o seu triénio.

No primeiro quartel do século XVIII, dá-se um caso semelhante. Ordenada pelo governador, António de Saldanha e Albuquerque, a prisão do capitão-mor de Ambaca, Manuel Florim Correia, acusado de cometer violências no desempenho das suas funções, foi, por carta régia de 24 de Fevereiro de 1712, imposto ao chefe da província que o capitão-mor governasse o presídio até ao termo do seu mandato, por não ter sido dado em culpa nos crimes de que era acusado (153).

Ao longo deste século, os capitães-mores continuaram, de quando em vez, a ser depostos pelos governadores e substituídos, nos seus cargos, por oficiais da sua confiança e das suas relações. Estas autoridades insurgem-se contra o que julgam ser uma violência e uma arbitrariedade do seu general. As queixas chegaram ao Reino e, a Coroa, resolveu intervir. É esta intervenção, e as consequentes disposições régias sobre o conflito, que passamos a analisar.

(152) Cit por José Matias Delgado, na qualidade de anotador de vol. 2, da *História Geral das Guerras Angolanas*, de António de Oliveira de Cadornega.

(153) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

4. 1. 2. *A posição defendida pelo Reino*

Em documento de António Bezerra Fajardo, de 29 de Fevereiro de 1629, publicado por Luciano Cordeiro, e já referido no primeiro capítulo deste trabalho, quando tratámos das sindicâncias ao governo dos capitães-mores, dava-se conta ao Reino destas autoridades e oficiais de justiça serem devassados pelos governadores, antes de acabarem seus triénios, «isto em respeito de lhes acharem qualquer culpa e de os privarem das ditas fortalezas e proverem seus criados e pessoas da sua obrigação (154).

Por outro lado, governadores houve que chegaram mesmo ao ponto de recusarem pôr o «cumpra-se» nas patentes assinadas pelo Soberano, com o pretexto de os providos se acharem incapazes para o serviço real.

Não duvidamos que, ao procederem assim, alguns governadores tivessem em vista os interesses da província. Mas, não é menos verdade também que, à sombra deste pretenso desvelo, se cometiam os maiores abusos.

Tão graves inconvenientes não passaram despercebidos à Corte, pois por provisão de 17 de Dezembro de 1693, dirigida ao governador Gonçalo da Costa de Meneses (1691-1694), determinava-se-lhe a posse de todos os oficiais providos por Sua Majestade, independentemente das condições em que se encontrassem. Quando, porém, do exercício das suas funções resultassem inconvenientes para o serviço régio, caberia ao governador participá-los ao Reino, para providenciar como melhor lhe aprouvesse (155).

Este diploma parece constituir, *à priori*, para os capitães-mores, uma segura garantia para o cumprimento integral dos seus mandatos. Contudo, assim não aconteceu. Com, ou sem razão, estes funcionários não deixaram de ser frequentemente destituídos dos seus cargos pelos governadores a favor de oficiais mais «beneméritos». E o mais curioso é que os governadores não tinham jurisdição para o fazer. Os seus regimentos são omissos a este respeito, as patentes dos capitães-mores, por seu tur-

(154) FAJARDO, António Bezerra, *et al.* — *Produções, Comércio e Governo do Congo e Angola* (1620-1629), p. 23.

(155) A provisão de 17-12-1693, foi transcrita na carta do governador D. António Álvares da Cunha, para o Reino, de 9-6-1757. (A. H. U. — *Angola* — Cx. 27 — 1756-1759).

no, declaram, para servirem os seus lugares por tempo de 3 anos, enquanto Sua Majestade não ordenar o contrário, e, até finais do século XVII, não se conhece qualquer diploma ou disposição régia que o permita. Por isso, ao participar ao Reino, em 23 de Fevereiro de 1718, a suspensão do capitão-mor de Massangano, Luis Baptista Tomás, baseado nos clamores da população do presídio, o governador Henrique de Figueiredo recebeu, como resposta, a carta régia de 9 de Março de 1719, do seguinte teor: «(...) e como vos o suspendestes do seu posto, não tendo jurisdição para isso, vos ordeno façais com que restitua a pessoa que serviu em seu lugar os soldos e mais emolumentos que elle venceo no tempo em que foi suspenço e caso que se não possão haver da tal pessoa vos da vossa fazenda lhos inteireis tendo entendido que ao Provedor da fazenda real mando que se não houverem os ditos soldos e emolumentos da pessoa que sustituhio o dito posto que dos vossos soldos se satisfação ao dito capitão-mor» (156).

De facto, na mesma data, seguiu para o provedor da Fazenda carta com instruções para que assim o executasse.

O governador, porém, em carta de 10 de Dezembro de 1719, para a Metrópole, justifica o seu procedimento. As razões, que para o efeito evoca, têm por base o prestígio de quem governa, pois se lhe for negada a competência para *devassar* os capitães-mores quando os seus actos o exigirem, estes sentir-se-ão mais afoitos — dizia — para cometerem maiores excessos. Quanto à restituição dos soldos, informava Henrique de Figueiredo que o capitão-mor não chegara a ser privado deles por ter sido novamente colocado no seu presídio, uma vez estar prestes a expirar o seu triénio.

A Corte, por carta régia de 7 de Abril de 1721, estabelece, pela primeira vez, doutrina sobre o assunto. Nega aos governadores autoridade para tirarem *devassas* aos capitães-mores, visto serem obrigados, nos termos da lei, a darem *residência* no fim dos seus governos. Todavia, em casos de força maior, dá-lhes faculdade para os suspenderem, com a condição, porém, de enviarem ao Reino o sumário das suas culpas. Mas esta faculdade «se entende no cazo que seja o prejuizo tão grande e danozo a esse Reyno e conquista a sua asistencia no prezidio em que assistir e de consequencias taes que possa nelle haver algúa perturbação e se dê occasião a poderem os Negros romper connosco excessos».

(156) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

sos dos cappitaens mores e não sofra a demora de me darem os governadores conta para o remedio, tendo enttendido que quando se mostre que algum governador injustamente depôz a algum dos ditos cappitaens mores não sendo nos cazos referidos mandarei proceder contra elle pagando assim os soldos como os mais dannos que cauzar aos cappitaens mores» (157).

Por provisão de 21 de Janeiro de 1723, ao aprovar-se o socorro que o governo de Angola enviou para Benguela, a fim de se opor à rebelião dos sobas daquela capitania, ordena-se que todas as vezes que os capitães-mores se não conduzirem como devem, sejam removidos e nomeados outros em seu lugar (158).

Ê, precisamente, ao abrigo desta carta régia que os capitães-mores passam a ser depostos pelos governadores. Assim, governando a província, o mestre de campo, José Carvalho da Costa, por carta de 4 de Agosto de 1725, informa o Reino ter ordenado a retirada do capitão-mor de Caconda, Miguel de Melo, acusado, pelos moradores e população gentílica de roubos e outras violência, provocando, por conseguinte, a alteração da ordem naquele presídio. Em sua substituição partia para Caconda, Pedro Moreira de Carvalho da Silva, do Regimento do Cuanza, notabilizado pelo seu profundo conhecimento dos sertões (159).

Em 1729, vários capitães-mores antes de embarcarem para Angola, fundamentados no conteúdo das suas cartas-patentes, nos regimentos e práticas militares — de que nenhum oficial seja deposto da sua ocupação sem expressas ordens ou sentença do Conselho de Guerra — e no exemplo do capitão-mor de Massangano, Luís Baptista Tomás, requerem ao Soberano, por intermédio do Conselho Ultramarino, que seja declarado aos governadores que, em caso algum, devem depô-los dos seus cargos enquanto do Reino não lhes forem enviados sucessores (160).

Esta petição foi deferida. Por carta régia, de 1 de Abril de 1729, declara-se, com efeito, ao governador Paulo Caetano de Albuquerque, que não deve depor os capitães-mores dos seus cargos, a menos que da

sua actuação resulte a rebelião ou sublevação do gentio capaz de fazer perigar a conservação dos presídios. Quando tais circunstâncias não se verificassem, incumbiria ao governador adverti-los dos seus possíveis desvios e, quando persistissem na prática de abusos, depois de admoestados, ordenava-se a Caetano de Albuquerque o envio ao Reino do competente processo das culpas a fim de se tomarem as providências necessárias conducentes à moderação dos seus procedimentos (161).

De acordo com as instruções do Reino, só em casos reputados de extrema gravidade, os capitães-mores podiam ser depostos dos seus lugares pelos governadores. Este condicionalismo, imposto à acção do chefe da província, tinha, como se compreende, vantagens e inconvenientes: vantagens, porque constituía um freio ao arbítrio que, não raro, sem motivos justificáveis, os destituíam das suas funções; inconvenientes, porque ao limitar-se a autoridade dos governadores concedia-se, automaticamente, aos capitães-mores liberdade para um governo despótico.

Até meados do século, afora o governo de João Jaques de Magalhães (162), não se conhecem muitos casos de deposições de capitães-mores. Estas autoridades gozaram, realmente, neste período, de grande liberdade de movimentos. A sua convicção de que por terem cartas-patentes assinadas pelo Rei não podiam ser castigados senão por ordem expressa da Corte, havia-os precipitado nos «maiores absurdos». Este inconveniente foi reconhecido pelo Reino em 1761. Ê neste ano, com efeito, que se concede aos governadores jurisdição para fazerem os provimentos dos capitães-mores na província e se estabelece a Junta Criminal que julgará os seus actos e serviços. Mas, não se altera a doutrina fixada pela carta régia de 7 de Abril de 1721, porquanto Sousa Coutinho nas várias destituições a que procedeu durante o seu governo, fê-las ainda ao abrigo deste documento.

Todavia, no governo de D. José Gonçalo da Câmara, a Coroa, por força das disposições de 1761 e no louvável propósito de conter as auto-

(157) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

(158) A. T. T. — *Catálogo das Ordens Régias do Reino de Angola*.

(159) A. H. U. — Angola — Cx. 16 — 1722-1750.

(160) A. H. U. — Angola — Cx. 18 — 1729-1731.

(161) A. H. U. — Angola — Cód. 546.

(162) Neste governo registam-se, pelo menos, duas deposições: a do capitão-mor de Caconda, Belchior Raposo Pimentel, e a do de Cambambe, Salvador de Sousa. A Corte, por carta de 9-9-1745, em resposta à do governador, de 16-7-1744, determina que estas devassas, juntamente com as residências de Pedro Matoso de Andrade e de Francisco Xavier, capitães-mores de Ambaca, sejam enviadas ao ouvidor para serem sentenciadas com apelação para a Relação, «declarando-vos que obrastes bem nas remoções e depozições de que daes conta». (A. H. U. — Angola — Cód. 546).

ridades sertanejas nos limites da justiça, estabeleceu novos princípios à doutrina de 1721. Efectivamente, por carta de Martinho de Melo e Castro, de 12 de Agosto de 1782, ordena-se àquele governador que proceda contra os capitães-mores «que pelo seu mau comportamento o merecerem, expulsando dos lugares que ocupão aquelles que forem nomeados por esse governo, logo que se acharem bem provados os seus excessos; suspendendo os que forem nomeados por Sua Magestade e dando conta dos motivos que teve para assim o praticar» (163). Para que não ficassem quaisquer dúvidas quanto à sua superioridade em relação a estes oficiais lembrava-se ainda a D. José Gonçalo da Câmara que os capitães-mores se achavam sob a sua alçada e, portanto, a sua jurisdição para castigar e corrigir os seus delitos.

E os capitães-mores não tiveram outro remédio senão reconhecerem aos governadores, a autoridade que, durante séculos, lhes foi negada. Na verdade, até finais do século XVIII, não vislumbrámos qualquer documento a contestar esta supremacia hierárquica. Isto explica o elevado número de suspensões e deposições verificadas no tempo de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos que, mais do que qualquer outro governador, soube, neste período, ser digno da confiança do governo central que, por sua vez, lhe tributou caloroso e significativo reconhecimento.

Conclusão

Da análise das atribuições cometidas aos capitães-mores, ressalta a enorme importância da sua actuação nos presídios do interior.

Esta actuação, dispersa pelos sectores da defesa, da religião, da justiça, da política e da economia, é tanto mais notável quanto é certo exercerem os capitães-mores o seu múnus em condições bem singulares.

O século XVIII caracteriza-se, como se sabe, por dificuldades extremas em todo o Ultramar Português. Angola foi, neste período, sacrificada a favor da construção do Brasil. Daí a carência, na província, de recursos materiais e humanos, patenteada, afinal, na precariedade da nossa ocupação.

Em tais condições, não era fácil a missão confiada àqueles oficiais militares. Exigia-se-lhes, fundamentalmente, a preservação dos pre-

(163) A. H. U. — Angola — Cód. 549.

sídios que governavam, necessária à manutenção da vida e da ordem na capital. E, neste particular, não se pode dizer que tenham cumprido mal, porquanto entregues a si mesmos, lutando contra o gentio sublevado, contra os sertanejos fugidos à justiça, contra o meio físico e contra as suas próprias tendências, os capitães-mores, apesar de todos os seus abusos, são bem o símbolo da perenidade da presença portuguesa em Angola.

INTERFERÊNCIA DOS CAPITÃES-MORES NO COMÉRCIO DO SERTÃO

CAPITULO III

**INTERFERÊNCIA DOS CAPITÃES-MORES
NO COMÉRCIO DO SERTÃO**

1. ANGOLA PERANTE O PACTO COLONIAL

O processo evolutivo da economia e finanças angolanas foi, por Ralph Delgado, encarado à luz de três monopólios: da actividade comercial aos funcionários públicos, como reforço complementar dos seus magros proventos; da proibição de entrada nos sertões aos negociantes; e entrega, por arrematação pública, dos direitos da escravaria (1).

A exclusividade do comércio de escravos, e a subordinação de Angola aos interesses do Brasil, a partir da segunda metade do século XVII (2), tem explicado, por outro lado, segundo vários autores, a estagnação económica e social da província, por largo espaço de tempo.

A veracidade deste fenómeno não carece de mais demonstrações. Contudo, há um aspecto que não tem sido estudado e se nos afigura de grande importância, para uma melhor compreensão da temática angola-

(1) DELGADO, Ralph — *Factores do Atrofiamento Económico e Financeiro de Angola, Relativos aos Primeiros 182 Anos de Exploração do Território*. «Actividade Económica de Angola — Revista de Estudos Económicos, Propaganda e Informação», n.º 33, p. 173.

(2) Esta afirmação é perfilhada por autores consagrados como Jaime Cortesão: «As condições geográficas por uma parte, e por outra as demográficas e étnicas da região, fizeram durante séculos de Angola uma dependência do Brasil e da América Espanhola, que só partindo o vínculo da escravatura ganhou vida própria e isenta». (CORTESÃO, Jaime — *Os Portugueses em África*, p. 48).

Os próprios textos oficiais, como veremos a seu tempo, evidenciam esta dependência. É que, segundo a concepção mercantilista da época, para que o Brasil pudesse servir os interesses da Metrópole era indispensável que Angola lhe fornecesse a mão-de-obra exigida pelo desenvolvimento dos vários ramos da sua economia. Assim, o comércio externo da província resumiu-se durante muitos anos, à exploração de escravos para o Brasil que, por sua vez, canalizava para Angola degredados e os excedentes da sua produção agrícola.

na no século XVIII. Trata-se, com efeito, do papel desempenhado pela Coroa, no domínio das relações comerciais entre as duas províncias Atlânticas.

Como se sabe, o século XVIII é caracterizado, no campo das relações internacionais, por intensa competição europeia no mundo colonial e, no da economia, pela manutenção do *pacto colonial*. É, aliás, o século da escravidão e da grande concorrência, entre as potências marítimas.

Tendo origem o sistema do *pacto colonial*, no *Acto de Navegação*, publicado em Inglaterra, em 1651, a sua doutrina, iniciada já com a colonização moderna, veio « a ser definida e sistematizada nos séculos XVII e XVIII, dentro da orientação mercantilista » (3).

De acordo com os princípios que o informaram, os domínios ultramarinos existiam somente para fazer a prosperidade da Metrópole, fornecendo-lhe as matérias primas necessárias para o funcionamento da sua indústria, a troca dos seus produtos manufacturados.

Portugal, como todos os países com territórios no Ultramar, aderiu à sua prática. De resto, a conjuntura económica do tempo assim o exigia. Mas, a sua adopção, só em 31 de Janeiro de 1776, com o marquês de Pombal, admirador incondicional do sistema, veio a ser ordenada em doutrina (4).

Até meados do século XVIII, o *pacto colonial*, com as características que o definem, como sistema utilitário ao serviço da Metrópole, não foi observado em Angola.

(3) CAETANO, Marcello — *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, p. 41.

(4) Em nota de Pombal para o embaixador da França em Lisboa, naquela data, estabelecem-se os princípios do *pacto colonial*: 1.º «as colónias devem estar debaixo da imediata dependência e protecção dos fundadores; 2.º o comércio e a agricultura delas devem ser exclusivos dos mesmos fundadores; 3.º aos fundadores pertencem também privativamente «os úteis provenientes da agricultura, comércio e navegação» das colónias; 4.º para que prestem a utilidade desejada, as colónias não podem ter o necessário para subsistir por si sem dependência da metrópole; 5.º quando entretêm algum comércio com estrangeiros, tudo o que importa esse comércio clandestino e essas mercadorias introduzidas é um verdadeiro furto que se faz à respectiva metrópole e um furto punível pelas leis dos respectivos soberanos...; 6.º portanto, não atentam contra a liberdade do comércio as potências que o restringem nas colónias a favor dos seus vassallos e todo o governo que por indiferença tolere nos seus portos a contravenção dos cinco princípios anteriores pratica «uma política destrutiva do comércio e da riqueza da sua nação». (CAETANO, Marcello — *Ob. cit.*, p. 43).

O comércio, a agricultura e a navegação, fundamentos, em que se alicerça o seu corpo doutrinário, não foram explorados unicamente pela Mãe-Pátria em seu próprio benefício; mas também pelo Brasil que, em certa medida, subtraiu esta função à Coroa; e pelas nações estrangeiras que, por largos anos, dominaram completamente o comércio na região do Zaire e em várias faixas do litoral de Benguela.

O Reino que, até esta data, não havia demonstrado grande interesse em mudar o curso dos acontecimentos passa, a partir de então, por influência de Pombal, a manifestar o desejo de chamar à sua tutela o domínio económico da possessão, em conformidade com as ideias dominantes da época.

Nesta altura, os domínios ultramarinos da Costa Ocidental da África são reconhecidos, pelas altas esferas da administração central, como indispensáveis não só ao progresso do Brasil, como até aí (o que originava interesses mediatos para a Metrópole) mas também ao seu próprio desenvolvimento.

Da incumbência cometida ao conde de Oeiras de estudar a importância económica destes domínios para a Coroa resultou um interessante estudo, cuja primeira parte, *Introdução Prévia*, de 1769, merece alguns comentários.

Este trabalho inicia-se com uma análise à contribuição dada pela África, no processo de desenvolvimento do Brasil.

Para melhor se aquilatar a importância assumida por estes territórios, recorda-se que a sua perda correspondia à cessação imediata da exportação de escravos, sem os quais não podiam prosseguir os trabalhos das minas dos metais preciosos; da agricultura; dos engenhos de açúcar; das plantações de tabaco; da caça e indústria dos couros; e da extracção das madeiras preciosas (5).

(5) O século XVIII abre, pode dizer-se, no domínio da política internacional, com a guerra de sucessão ao trono espanhol por morte de Carlos II. Este conflito que envolveu várias potências europeias, incluindo Portugal, iniciou-se em 1702 e terminou com a paz de Utreque em 1713. A nação portuguesa, ao colocar-se ao lado da sua velha aliada — a Inglaterra — concitou contra si a hostilidade da França e da Espanha. A Metrópole receava na altura um ataque à província de Angola pelos seus poderosos rivais. Luanda, encontrava-se, por esse tempo, desguarnecida de forças militares. Assim, quando se faziam os preparativos para a viagem do governador D. João Manuel de Noronha, o Conselho Ultramarino, em consulta de 24-11-1711, sugeriu ao Soberano que, em companhia do governador, fosse enviado importante socorro a fim de se «conserver hum Reino das maiores consequencias para o interesse do comercio comum».

Mas, independentemente desta subserviência, em relação ao Brasil, Angola, só por si, justificava todo o interesse do Reino pela sua conservação, uma vez dos seus sertões se extrair o marfim, a cera e o ferro, sem cujos produtos não era viável o fomento de algumas indústrias, na sua fase de arranque. A possibilidade de comunicação com Moçambique, e a consequente exploração das suas minas, a riqueza de gados e de mantimentos, de que tanto careciam as embarcações da Ásia e da América para se refrescarem durante as suas longas viagens, e, sobretudo a navegação (6), eram outros tantos aspectos que jogavam a favor da preservação da província, da influência estrangeira.

Contudo, em toda a primeira metade do século XVIII, a força do *pacto colonial* não se fez sentir em Angola. Por conseguinte, os legítimos benefícios que a Coroa podia colher com o sistema foram, por razões diversas, desviados para outras áreas geográficas.

Na verdade, a navegação encontrava-se em poder do Brasil, e o comércio sertanejo, funcionando até 1758 em regime de monopólio, veio oferecer à França, à Inglaterra e à Holanda, o domínio do comércio com o gentio no Norte da Costa, onde trocavam a seu belo prazer, géneros de consumo por escravos.

Este facto, havia de ter para Portugal consequências graves, pois ao consentir displicentemente a concorrência estrangeira nos seus domínios permitiu que a sua soberania fosse mais tarde contestada por aquelas mesmas potências, diferendo que nos levou à mesa da Conferência de Berlim (1884-1885), onde finalmente foram reconhecidos os direitos

dos vassallos de Vossa Magestade e da Fazenda Real, pois absolutamente se perdera o Brasil se nollo tomarem os nossos inimigos impedindo-se a extracção da escravaria que costuma sahir delle em tão grande numero como he constante assim para o serviço dos engenhos e cultura dos mais fructos que produz o mesmo Estado e para o beneficio das minas seguindo-se desta falta huns danos incomparaveis quaes não poderão sofrer esta Coroa miseravel estado a que a hade reduzir este prejuizo com lamentaveis ruinas da mercancia».

O Rei, por despacho de 23-12-1711, conformou-se com a proposta do Conselho Ultramarino. Neste sentido, foram expedidas ordens para o recrutamento de 200 infantes da Ilha da Madeira «por aqui haver abundancia de muita gente e que se faz beneficio à Terra por não se poderem sustentar nella devido à sua pobreza». (A. H. U. — *Consultas Mixtas*, Cód. 20 L.º 8 — 1704-1713).

(6) Depois do rendimento arrecadado pela Fazenda Real com os direitos dos escravos, era a navegação que mais lucros devia proporcionar à Metrópole. De facto, conforme se salienta na *Introdução*, os navios ao partirem de «Lisboa e Porto carregados com fazendas proprias para aquelles portos, nelles lucrariam primeiros fretes, e primeiros ganhos nas fazendas, que alli descarregassem. Tornando nelles a carregar para o Brazil, nos portos deste vastíssimo Continente achariam segundos fretes, e segundos

portugueses posto que à custa da cedência de posições que pela história nos pertenciam.

Todavia, para se dissimular a incapacidade da administração central naquela época, procurou-se um bode expiatório. Os jesuítas são, por isso, acusados de terem arruinado a província, explorando-a no seu próprio interesse. Os resultados deste movimento anti-jesuita são por demais conhecidos. Daqui por diante, nos textos oficiais, a palavra de ordem é, naturalmente, a condenação desta ordem religiosa. (7)

Ao entrar-se na segunda metade do século XVIII é intenção da Coroa rever a política do *pacto colonial* em relação a Angola (8). O estudo do conde de Oeiras insere-se neste contexto. Daí a publicação dos diplomas de 11 e 25 de Janeiro de 1758 tendentes a libertar o comércio dos prejudiciais monopólios, e as providências emanadas por carta régia de 14 de Novembro de 1761, destinadas a assegurar o bom funcionamento das feiras no sertão.

Estas tentativas, porém, apesar dos esforços de António de Vasconcelos e de Sousa Coutinho, resultaram infrutíferas, simplesmente porque o comércio em vez de prosperar, definhava. A Coroa viu, assim, fraudados os seus propósitos. A causa deste insucesso ficou a dever-se, segundo o governo central, às *livranças* (9) que os administradores do contrato, em conivência com os jesuítas, haviam transformado em moeda corrente, de curso legal.

ganhos nos generos que a elle transportarem. Tornando a carregar no mesmo Brazil para Portugal, achariam terceiros fretes, e terceiros ganhos nos outros generos, que transportassem para este Reino. E assim andariam sempre em hum lucrozo e sucessivo giro dentro dos proprios Dominios da mesma Monarchia com vantagens do Comercio, e da Navegação, que nenhuma outra nação da Europa conheceo athe agora». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 32 — 1768-1770).

(7) A. H. U. — *Angola* — Cx. 32 — 1768-1770.

(8) Conforme refere o Professor Doutor Silva Rego, o Reino, ao aderir à teoria do *pacto colonial* desviou-se, no tocante à província, da linha de rumo traçado pela Inglaterra relativamente às suas colónias americanas, cujos súbditos se queixavam amargamente «de que nem podiam fabricar um simples prego ou alfinete». Estes exageros estariam, assim, na origem imediata da ostentação do pavilhão da rebeldia pelos americanos e da sua independência em 1776. Portugal seguiu inevitavelmente o sistema, mas imprimiu-lhe características próprias: «Comercialmente, os portos ultramarinos estavam abertos apenas a navios portugueses; as colónias encontravam-se também subordinadas à metrópole. No que respeita, todavia, à indústria, a posição era completamente diversa. O exemplo mais frisante é o esforço enviado por Sousa Coutinho para dotar Angola de próspera e suficiente metalurgia. (REGO, A. da Silva — *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1833)*, p. 182).

(9) As *livranças* «consistem em huns pedaços de papel escrito pelos contractadores ou seus Propostos debaixo da Estampa das Armas reaes; dando a cada hum dos taes

Tomadas as necessárias providências com vista a desterrar tão inveterado abuso, a Coroa, na *Instrução* para o governador José Gonçalo da Câmara, de 22 de Junho de 1779 (10), fazia uma análise das vicissitudes da economia angolana ao longo do tempo, e salientava, a importância que representava para a Metrópole do exclusivo do seu comércio e navegação, por navios portugueses.

Assim, só desta forma se compreenderia a indiscutível utilidade do *pacto colonial* que tinha, por objectivo primordial, o engrandecimento da Mãe-Pátria. Por consequência, «não se pode ver sem grande dor, que os nossos Dominios do Brazil tenham absorvido em si todo o Commercio, e Navegação da Costa de Africa com total excluzão de Portugal, e que aquella parte, que os Brasileiros não fazem, pare toda em poder das Nações Estrangeiras».

Da Costa africana, restava apenas ao comércio metropolitano os domínios de Bissau e de Cacheu, dos quais se extraíam anualmente cerca de 1 000 escravos através da Companhia do Pará e Maranhão, para cujas capitánias se conduzia a força do trabalho. Mas até esta exportação, que não pode deixar de ser considerada insignificante, quando comparada com a de Angola, que nunca era inferior a 12 000, cessou para os portugueses. Com efeito, ao ser extinta aquela Companhia, foram os mesmos domínios abandonados aos franceses, ingleses e holandeses, que os exploravam de acordo com as suas conveniências.

O comércio da Costa da Mina, todo ele orientado para os portos americanos, fazia-se sem a concorrência de um único navio português. E o que tornava a situação ainda mais humilhante para o prestígio de Portugal era os brasileiros, com o pretexto da escravidão, fazerem contrabando com mercadorias proibidas, sonegando os direitos que, por lei, se deviam pagar ao poder central.

papeis o valor das quantias, que nelles escrevem; e obrigando-se a pagar o valor dellas aos mostradores todas as vezes, que lhe for pedido. Girão estes Bilhetes no commercio publico e geral com o dinheiro corrente. Com elles se fazem pagamentos. Com elles se recebem satisfaçoens de dividas». (*Demonstração da ruína em que se acha o Reino de Angola, das suas causas e remedios que se devem aplicar*. — A. H. U. Angola — Cód. 1253 — 1768-1771).

Destituídas de valor intrínseco, representando uma circulação fiduciária sem cobertura de reservas metálicas, circulando no comércio angolano ao arbítrio da ambição dos contratadores, as *livranças* foram abolidas por alvará de 5-8-1769, passando as principais receitas da província a ser cobradas directamente pela Fazenda Real.

(10) Por se revestir do maior interesse este documento é por nós seguido de perto.

Quanto a Angola, perdidas as esperanças do seu domínio exclusivo, por parte da Metrópole, restava apenas a consolação de o ver repartido com o Brasil, «mas infelizmente metade do dito Reyno, isto hé, toda aquella parte, que corre desde o Rio Dande para o Norte até Loango com os Portos do mesmo Loango, Molembo, Cabinda e Quitungo, se acham inteiramente abandonados aos Ingleses, Franceses, e Hollandeses; e a outra parte, que corre do Dande para o Sul com os unicos Portos, que nos restam de Loanda e Benguella, se têm apoderado delles os Americanos, de sorte, que de trinta a quarenta Navios que annualmente vão aos referidos dous Portos, apenas se contam dous athe tres, que ali se vejam de Portugal, todos os mais pertencentes aos Portos do Brazil».

A intervenção do Brasil, não se fazia sentir somente em relação à Costa de África. Com o comércio do Oriente acontecia o mesmo. As naus da Índia, ao passarem nos portos do Rio de Janeiro e Baía vendiam, não só as mercadorias para o seu consumo, como as que se destinavam a Angola. Para a Metrópole vinha o resto da mercadoria não vendida, o «refugo», com que os negociantes de Lisboa tinham de abastecer o mercado angolano. Inibidos de o poderem fazer «e estabelecendo-se por esta forma hum Trafico, e Navegação continuada entre os Dominios Portuguezes da America, Asia e Africa, sem que deste giro tirasse Portugal outro fructo, que não fosse o de contribuir com huma consideravel despezza para sustento e conservação das suas Colonias e Conquistas, e ellas repartirem entre si as utilidades do seu reciproco Commercio e Navegação».

Para contrariar a supremacia brasileira no comércio angolano e asiático, determinou-se que toda a embarcação proveniente do Oriente fosse impedida de fazer a sua entrada nos portos brasileiros, excepto em casos reputados de força maior. Pelo contrário, por decreto de 17 de Novembro de 1761 (11), ordenava-se a obrigatoriedade da sua escala pelos portos de Luanda e de Benguela, onde eram autorizados a traficar, segundo as suas conveniências.

(11) Este decreto está na origem do estabelecimento da Alfândega em Angola, fundada no governo de Sousa Coutinho, para a qual foi construído edificio próprio erigido em quatro meses. Para seu juiz foi então nomeado o secretário do governo, António de Campos Rego. No tempo do barão de Moçâmedes foi, por carta régia de 16-2-1784, ordenada a edificação de um novo edificio no local onde havia sido construído o primeiro, sendo nomeado para juiz o ouvidor-geral, Francisco Xavier Lobão Machado Pessanha. (Cf. DIAS, Gastão de Sousa — *Os Portuguezes em Angola*, pp. 208, 264).

Estas medidas não lograram, porém, desterrar os inconvenientes que afectavam o comércio metropolitano. Em primeiro lugar, porque as leis do Reino não foram observadas como se impunha; em segundo lugar, porque as embarcações que aportavam a Angola, a fim de venderem as mercadorias próprias para o seu consumo, deixavam ficar, na capital, as que se destinavam ao Brasil, que depois para lá se remetiam, mas em barcos negreiros. Angola, transformou-se, assim, num verdadeiro interposto comercial, através do qual se estabelecia um «reprovado e nocivo commercio entre os Dominios Portugueses da Asia, Africa e América, com total exclusão do Reino de Portugal». Por outro lado, alguns negociantes do Rio de Janeiro e da Baía iam mesmo mais longe: enviavam as suas embarcações aos portos asiáticos, pelo Cabo da Boa Esperança, onde trocavam livremente os seus produtos, sem qualquer interferência do governo central. «E esta nova Navegação era outro modo mais seguro, e fácil de absorverem em si os Americanos o Commercio da Azia, sem alguma dependencia de Portugal».

Como represálias, contra tão prejudicial comércio aos interesses do Reino, a Coroa ordenou a exacta observância da lei anterior, isto é, proibiu com pesadas sanções, a passagem de navios procedentes do Oriente pelos portos brasileiros, ao mesmo tempo que tornou obrigatória a escala por Lisboa às embarcações americanas surtas nos portos asiáticos a fazer negócio. Por alvará de 19 de Junho de 1772, foi ainda determinado que todos os navios portugueses ou brasileiros provenientes do Oriente, com escala pelos portos angolanos, para se proverem de frescos, não pudessem desembarcar mercadorias nem fazer qualquer espécie de comércio, mas tão-sòmente carregar os produtos com destino ao Reino.

Os resultados destas providências não foram brilhantes. É certo que as fazendas orientais passaram a desembarcar em Lisboa. Mas o objectivo fundamental, que consistia na nacionalização do comércio e navegação de Angola, não foi alcançado.

A causa deste malogro deve-se, sem dúvida, à tipicidade dos produtos brasileiros, de consumo assegurado na província, e à privilegiada situação geográfica daquele Estado, que lhe permitia, ao invés da Metrópole, fazer uma navegação segura, fácil e económica. Na verdade, produzindo-se no Brasil a maioria dos géneros consumidos em Angola, como a geredita, o tabaco e carnes secas, e dispondo das mercadorias próprias da Europa e da Ásia, de grande aceitação por parte dos seus moradores, como as baetas, aniagens, linhas de Hamburgo, serafinas,

lenços de algodão, zuartes, azeite, vinho, vinagre etc., aquele Estado usufruía, por esta forma, de uma situação invejável, impossível de contrariar pelo Reino. Deste modo, continuaram os brasileiros a ser árbitros e inteiramente senhores do comércio e navegação dos portos de Luanda e Benguela, sem qualquer espécie de concorrência dos negociantes metropolitanos.

Era esta, com efeito, a situação do Reino, perante Angola, à partida de D. José Gonçalo da Câmara para suceder a D. António de Lencastre. Entretanto, ia ser feita uma última tentativa no sentido de obstar à interferência brasileira, no comércio angolano. Ao Soberano ia subir, efectivamente, uma proposta, na qual se sugeria que os brasileiros apenas pudessem exportar para aqueles portos, os produtos característicos das regiões tropicais, ficando reservado aos negociantes estabelecidos no Reino, o fornecimento das mercadorias de origem europeia e asiática, concedendo-lhes, para o efeito, privilégios e a redução de direitos.

Todavia, enquanto o Rei não se pronunciasse sobre a matéria em questão, era o governador incumbido de promover o incremento das culturas angolanas e do tráfico. Os escravos, o marfim (12) e a cera (13)

(12) O marfim, constituiu sempre monopólio da Coroa. Em princípio, em Angola, não se dava muita importância ao de pequenas dimensões. Daí, durante muitos anos, a sua exportação não ser muito elevada. Contudo, como no Oriente era tido em muito apreço, a ponto de o preferir ao de maiores proporções, a Coroa intimou os governadores ao seu completo aproveitamento, «pois que Sua Magestade o paga promptamente, e por todos os modos». (*Instrução do governador de Benguela — A. H. U. — Angola — Cx. 37 — 1778-1779*).

A sua exportação foi, por conseguinte, aumentando gradualmente ao longo do tempo. Em 1775, cifravam-se em 1472, as pontas remetidas de Luanda e Benguela para o Reino, pesando 44.071 arratéis, isto é, cerca de 20 toneladas. Este marfim, distribuído pelas três qualidades — de lei, mediano e miúdo ou escaravelho —, rendeu à província 9.393\$303 réis.

Toda a produção era consumida, na altura, por uma só fábrica no Reino, exportando-o, em seguida, manufacturado para toda a Europa. Assim, o desenvolvimento deste ramo comercial em Angola, «não só he muito proficuo à Real Fazenda, mas que delle vivem muitos vassallos, e Famílias uteis desta Corôa; e podem viver muitos mais se de Angola se augmentar a exportação». (*A. H. U. — Angola — Cód. 549.*)

(13) A cera passou pelas mesmas vicissitudes do marfim. Durante muito tempo ignorada, pelas reduzidas quantidades que se extraíam do sertão, quase toda consumida na alimentação do gentio, e posteriormente reputada de baixa qualidade, com aplicação apenas em encerados passou, na segunda metade do século XVIII, a constituir um dos três géneros comerciais monopolizadores, por largos anos, do comércio externo angolano. Descobrimo-se no Brasil, que a sua qualidade não diferia da de Cabo Verde, Bissau e Cacheu, logo a sua produção aumentou consideravelmente. O interesse dos brasileiros por este produto, acompanhado de medidas protectoras da Coroa com vista à sua extracção científica contribuíram, decisivamente, para que a sua exportação viesse a abastecer os mercados metropolitano e brasileiro.

— únicos produtos de exportação da província — deviam merecer-lhe, por isso, atenção especial. E, mais uma vez, a Metrópole recorda ao governador a importância dos escravos para os diversos sectores da vida brasileira, inclusivé para as equipagens dos navios e serviços domésticos. Mas eram as capitâneas do Pará, Mato Grosso, Cuiabá, Goiás e São Paulo, quem mais carecia de braços. Os 12 000 escravos anualmente exportados de Angola para o Brasil eram insuficientes para as suas necessidades. O domínio estrangeiro na Costa Norte, donde saíam, no mesmo período de tempo, cerca de 20 000 escravos, constituía uma afronta para o prestígio da Coroa.

Os poderes centrais, porém, graças aos apelos de alguns governadores, como Sousa Coutinho (14), tomaram consciência da gravidade da situação, que nada tinha de dignificante para o seu passado histórico. Uma proposta, sobre os meios de recuperar tais posições é, por este motivo, submetida à apreciação do Monarca «na forma, que o Senhor Rey Dom João V mandou praticar no Porto de Cabinda (15) por duas Fragatas de guerra Portuguezas». Mas o Rei, cauteloso, não quis anuir à proposta sem que primeiro fossem feitos estudos pormenorizados, com

(14) No decurso do seu governo, Sousa Coutinho teve oportunidade de, por várias vezes, se referir ao abandono dos portos de Cabinda, Luango e Molembo às potências estrangeiras. Escrevendo para o Reino, em 1-1-1765, dizia, acerca deste abandono, que ele constituía «perda tam irreparavel, como a experiencia mostra na ruyna directa, que cauzam ao commercio deste Reyno, e que com apressados passos caminha para a sua ultima decadencia (...)». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 30 — 1763-1765).

Em 25-5-1767, em carta para o capitão-mor do Encoge, Francisco Alves Rodrigues, participa-lhe a existência de embarcações estrangeiras na Costa do marquês de Mossulo a fazer comércio de escravos. Como, porém, a mercadoria estrangeira era consumida na área de sua jurisdição, ordenava-lhe Sousa Coutinho a maior vigilância no sentido de fazer «apreender toda a Fazenda e Escravos em que ella se houver convertido, e com os Reos prezos, e Autos de achada me remeta tudo (...)». (A. H. U. *Angola* — Cx. 31 — 1766-1768).

(15) A propósito deste episódio, de grande significado para a história do enclave, recordemos alguns factos que o antecedem. Com efeito, no terceiro quartel do século XVII, depois da célebre batalha de Ambuila, que consagrou definitivamente Luís Lopes de Sequeira, os portugueses construíram fortalezas no Luango e em Cabinda. «Neste entretanto, os Ingleses apoderam-se do porto de Cabinda e levantaram aí um forte. D. João V mandou José Semedo da Maia, na nau *Nossa Senhora da Atalaya*, no dia 6 de Maio de 1723, para o ocupar e arrasar. No dia 26 de Setembro desse ano, o capitão-de-mar-e-guerra Semedo da Maia destruiu a fortaleza e entulhava o fosso que a rodeava. Em 1783, no dia 5 de Julho, seguiu de Luanda para Cabinda a fragata Graça com uma expedição para ali proceder à construção de uma grande fortaleza. Com o consentimento e até satisfação do *Mambuku* e dos demais chefes do país começou-se a sua edificação». (SANTOS, Eduardo dos — *Religiões de Angola*, p. 77).

vista à empresa. Daí o problema do Norte se ter arrastado até fins do século XIX, com as consequências já conhecidas (16).

Assim, não obstante alguns esforços envidados pelo Reino, chega-se ao termo do século XVIII com uma situação, *mutatis mutandis*, igual à que prevalecia em meados do século. Quer isto significar que a ausência de carreiras marítimas regulares entre a Metrópole e Angola continua a ser flagrante, e o domínio do comércio não pôde, por conseguinte, ser desalojado do Brasil. De resto, esta situação exprimia, no fundo, uma realidade dolorosa que, segundo Oliveira Martins, havia contribuído decisivamente para a ruína do nosso império ultramarino. Trata-se da decadência da marinha portuguesa (17). A prová-lo, e com referência ao século XIX, está o facto de, no período que decorre entre 1830 e 1832, terem entrando no porto de Luanda 90 navios brasileiros contra 11 portugueses. E, de 1844 a 1845, conforme precisa Lopes de Lima, de 50 navios anuais apenas cerca de 12 pertenciam ao Reino (18).

Contudo não era só no capítulo das relações comerciais que a província se encontrava vinculada ao Brasil, mas também no militar, pois grande parte dos oficiais e soldados do Regimento de Luanda eram brasileiros. Estas afinidades explicam, a nosso ver, os acontecimentos registados na província por ocasião da independência do Brasil. Uma vez mais, porém, os seus naturais, tal como o haviam já feito no tempo do condomínio flamengo, dão mostras de um patriotismo admirável, ao rejeitarem, desta feita, a única possibilidade de se libertarem da tutela da Metrópole. Na verdade, quando a Comissão dos Negócios do Brasil deliberou, em 17 de Junho de 1822, convidar Angola para ingressar na comunidade brasileira, o Senado da Câmara de Luanda, a quem cabia tomar a ingrata e importante decisão, sob a presidência de Inocêncio Matoso de Andrade, «por voto unânime, e com o parecer favorável da maioria formada por angolenses, votou a favor da soberania de Portugal». (19).

(16) A. H. U. — *Angola* — Cód. 549.

(17) Como nota informativa deve dizer-se que a marinha portuguesa só nos nossos dias foi restaurada, precisamente por iniciativa do então ministro almirante Américo Thomaz.

(18) MARTINS, Oliveira — *O Brasil e as Colónias Portuguezas*, p. 180.

(19) LEMOS, Alberto de — *Nótulas Históricas*, p. 239.

2. DAS RESTRIÇÕES À LIBERDADE DO COMÉRCIO

A liberdade de comércio concedida pelo Reino, desde os primórdios do nosso estabelecimento em Angola, aos seus servidores, como recompensa pelos seus feitos militares e a título de compensação pela falta de remunerações, está na origem das violências levadas a cabo no sertão. A atribuição de soldos, posteriormente outorgada pela Corte, não susteve os excessos iniciais. A magreza dos proventos régios e os lucros provenientes do múnus comercial, são a causa dos latrocínios. As autoridades da província, empenhadas em enriquecer depressa, tudo fazem para o conseguir. É este um período em que o resgate se processa de arma na mão. Nesta altura, tudo é precário: os verdadeiros fundamentos da actividade mercantil são ainda desconhecidos, e o aparelho burocrático é simplesmente nominal. É, em suma, a fase da conquista.

Os presídios, que se vão fundando à medida que a presença portuguesa se afirma no interior, são a chave de todo o comércio. É à sombra deles que, efectivamente, passam a desenrolar-se as relações comerciais entre o colonizador e o indígena. Dantes, esta actividade era praticamente impossível, pois «antre este porto de loanda e os ditos presidios ha ynimigos muy poderosos e de muy largas terras (...) não ousariaõ os mercadores negros que bem do Reyno de Matamba da Tumda da prouincia do Are e outras muitas partes muy remotas uir por tantas terras de ynimigos (entre os quais a mayor parte come carne umana de ordinário) a resgatar a este porto de loanda nem aos mercadores brancos ousariaõ mandar pella terra dentro ao certaõ seus negros pombeiros com fasendas de resgate pelas não roubarem e matarem os ditos pombeiros e yndo alguns brancos que entraõ no certaõ como por muitas bezes ficeraõ em tempo de paullos dias novaes enquanto não ouue os ditos presidios» (20).

Com a insistente procura de mão-de-obra escrava, aumenta consideravelmente o tráfico e os desmandos praticados no sertão tomam proporções inusitadas.

O gentio, perante tais depredações, empunhou o facho da rebeldia e, os conflitos armados, com os portugueses, sucedem-se a cada passo. Estes acontecimentos, contrários à boa ética que sempre devia presidir

(20) Relatório de André Velho da Fonseca, de 28-2-1612. (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 3 n.ºs 19-21, pp. 71-90).

às relações entre as duas raças em presença, encontraram eco nos órgãos da administração central. Os europeus são então acusados de fomentarem a hostilidade dos nativos, através dos abusos decorrentes do exercício do pecaminoso comércio.

A Coroa, dada a gravidade da situação, toma a primeira medida restritiva da liberdade de comércio. Assim, pelo regimento de D. Manuel Pereira Forjaz, de 26 de Março de 1607, proíbe a entrada, no sertão, a todos os homens brancos (21).

O governador Luís Mendes de Vasconcelos (1617-1621), apontado por todos os autores que têm escrito sobre Angola, como o responsável pela iniciativa destas medidas, tornou extensiva a proibição, pelos motivos mencionados, debaixo de pesadas sanções, aos negociantes mulatos e negros calçados (22), permitindo somente, aos pumbeiros (23) a prática do comércio, no interior. Estas providências, confirmadas pelo seu sucessor, João Correia de Sousa (1621-1623), e desenvolvidas por Fernão de Sousa (24), passaram a figurar em todos os regimentos dos governa-

(21) «E porq. tambem sou informado q. ha nesse Reyno muytas descordeas nos resgates das peças e ser a principal ocasião hirem os homens brancos as feiras resgatar e mandarem os seus negros aos caminhos atrauegar as peças q. uem p^a as feiras de q. redunda grande prejuizo ao bem commum ao serviço de Deus e meu (...) de todo defendereis q. não uão brancos as feiras, e se fação os resgates nellas e não em outras partes nem aja nas ditas feiras home branco ainda q. seja com protesto de guardar justiça a meter em ordem». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 1 — 1602-1624).

(22) Acerca desta expressão, de conteúdo sociológico, diz Elias Alexandre: «Ainda q. estes nomes demonstrem distinção de Pessoas, são Negros iguaes aos outros; mas por andarem calçados, & possuirem escravos os honrão com o epiteto de brancos, não obstante terem tanta diferença, como da noite ao dia». (CORRÊA, Elias Alexandre da Silva — *História de Angola*, vol. 2, p. 197).

Cunha Matos, refere-se-lhe nos seguintes termos: «Como os negociantes brancos (nos sertões de Angola dá-se geralmente o nome de brancos — não só à gente desta côr, mas também aos pardos e pretos livres, que andam calçados — o uso do sapato é que confere o direito a essa denominação e vem a ser um distintivo de honra) entravam nos sertões a fazerem comércio muitas vezes comprometeram os seus patricios em razão das violências que praticavam, e eram repellidos por outros deportados naturais. Para obstar a estas represálias ordenou o governador — Luís Mendes de Vasconcelos — que os tais brancos não entrassem nos sertões além dos domínios portugueses, e que o comércio nesses países independentes da colônia, se fizesse pelo intermédio de pumbeiros ou pombeiros, espécie de corretores, que são pretos ladinos» (MATOS, Raimundo José da Cunha — *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*, p. 257).

(23) «Aos comissários volantes que iam para o sertão vender as fazendas dos comerciantes de Luanda dava-se o nome de «aviados». Denominavam-se «pumbeiros» os pretos descalços, agentes dos aviados que se incumbiam com sucesso da venda a retalho no interior». (SOUSA, L. Rebelo de — *Moedas de Angola*, p. 11).

(24) É deste governador o bando que se segue: «Por estarem as Prouincias da Illamba cheas de brancos e de negros forros que fazião muitos insultos e roubos aos

dores de Angola, com vigência até meados do século XVIII. Em princípio, estes regimentos incluíam, apenas, a cláusula prescrita no de Pereira Forjaz, como acontece com Rodrigo de Miranda Henriques, cujo capítulo 22 é, *ipsis verbis*, o do anterior; mas com Tristão da Cunha, através dos capítulos 17 e 18, prevêm-se já as restrições de Luís Mendes de Vasconcelos. Com Aires de Saldanha de Meneses, são estas medidas alargadas, abrangendo os capítulos 18, 19 e 20. O capítulo 18 deste regimento, já referido e transcrito neste trabalho, vai fazer parte de todos os regimentos posteriormente passados aos governadores.

Contudo, entre os princípios e a sua rigorosa aplicação ia um abismo. Quer isto significar que os factos nem sempre acompanharam as intenções. De resto, ninguém estava interessado em impedir tais entradas no sertão, fonte de onde brotava a riqueza tão almejada e, muito menos, em punir severamente as transgressões. Por isso, a lei não podia ser observada. No fundo, «nem os governadores a respeitam, nem a própria Metrópole é sincera nestas recomendações. O que todos querem é dinheiro, e este só o podia dar o escravo, sobretudo o escravo trabalhando nas terras fartas da América» (25).

Que havia um desfazamento entre a lei e a sua observância prova-o, afinal, o governo de Tristão da Cunha. Discutido, condenado e vilipendiado, este governador merecia bem o estudo que em boa hora o Dr. Banha de Andrade lhe dedicou e que, em breve, sairá a lume. Estamos certos que muitas das acusações que então lhe foram imputadas, não tinham fundamento. Tristão da Cunha teria, a nosso ver, sido vítima da política da Coroa. Senão, vejamos: Alberto de Lemos, ao debruçar-se sobre este governo, refere, a propósito das restrições comerciais no sertão que «o governador Tristão da Cunha, ao contrário das ordens do seu regimento de proibição de entrada no sertão de homens brancos, mandou fazer uma entrada no Libolo, com o descontentamento geral de todos já cansados com guerras» (26).

souas sem emenda dos bandos que mandey lançar, hordeney outro que se publicou na cidade de Loanda no Bengo e na Quilunda e em todas as fortalezas, que todos se recolhessem em tempo lemitado com pena de morte, e que todo o soldado, e alferes que prendesse aos delinquentes, ou os desse a prisão, sendo soldado se lhe daria hua bandeira e ao alferes hua companhia de Infantaria e ao capitão hua fortaleza, e ao soua que recolhesse e encobrisse a branco morreria de morte natural e perderia as terras pera em nome de S. Magestade as prouer em quem directamente pertencessem». B. A. — Cód. 51-IX-20).

(25) LEMOS, Alberto de — *História de Angola*, vol. 1, pp. 241-242.

(26) Id. *ibid.*, p. 243.

Este evento teve, na altura, a maior repercussão. No entanto, ao governador não podem ser assacadas culpas, pois apenas cumpriu com as ordens vindas do Reino. Em carta para a Metrópole diz, efectivamente, o governador que não sabe como conciliar a proibição das entradas no sertão prescritas no seu regimento, com as instruções que lhe chegam da Corte a recomendar-lhe o descobrimento das minas de metais preciosos, e abertura dos *pumbos* do Libolo.

Este exemplo ajuda a compreender certas atitudes de Tristão da Cunha, e os levantamentos sistemáticos das populações nativas, que tanto caracterizam o período de 1650-1750. Na verdade, como muito bem recorda Jaime Cortesão, se a partir de meados do século XVII a história de Angola é rica em feitos militares, é contudo pobre de factos que marquem uma fecunda elaboração e transformação da terra e do meio (27).

A inobservância do capítulo 18 do regimento dos governadores, apesar das recomendações expressas do Reino é, por conseguinte, uma constante em todo o século XVIII. Por isso, se nos afigura forçado falar-se de monopólios. É que, diferentemente do que possa pensar-se, o alvará de 11 de Janeiro de 1758 não veio libertar o comércio sertanejo, mas simplesmente transformar uma situação de *facto* em *de jure*.

Realmente, a despeito da lei proibitiva, sempre os negociantes, brancos, pretos e mestiços, continuaram a dirigir-se para o interior. A forma como o faziam é que variava. Pode dizer-se que eram três as modalidades para, de Luanda, se passar ao sertão: em primeiro lugar, passava-se clandestinamente, iludindo a vigilância do governo; em segundo lugar, a entrada era tolerada pelas autoridades; em terceiro lugar, o próprio governador a reconhecia a troco de recompensas materiais.

Não admira, portanto, que no começo do século XVIII, com referência ao governo de Bernardino de Távora, se dê conta ao Reino da existência de elevado número de negociantes vagueando pelo sertão com licenças passadas pelo governador, pelas quais recebia uma percentagem dos escravos e marfim transportados para Luanda.

É que, o Reino, através da sua legislação, favorecia, sem o saber, os governadores, na medida em que, à sombra da sua autoridade e, por intermédio dos capitães-mores, transformados em seus agentes, prati-

(27) CORTESÃO, Jaime — *Ob. cit.*, pp. 59-61.

cavam livremente o comércio sertanejo legalmente vedado aos moradores. Daí, a existência de negociantes no interior, com insígnias de capitão-mor, concedidas pelo chefe da província.

A Coroa, porém, não tardou a aperceber-se do facto. Por carta régia de 9 de Junho de 1703, para o Senado da Câmara, servindo de governador, ordena o recolhimento destas pseudo-autoridades a Luanda (28). E, em 10 de Fevereiro de 1704, proíbe aos governadores o comércio no interior, restringindo-o à capital, «porque assim se evitarão todas as queixas, que se tem repetido dos excessos que executão as pessoas que são mandadas por elles ao certo, que ordinariamente ha sombra do commercio dos mesmos governadores, o fazem para sy com tão grande deshordem e ambição tão desmedida que são os que dá muitas vezes cauza para as alteraçoes que se tem visto nos mizeraueis negros por não poderem soportar as suas violencias e tiranias» (29).

Em 1720, o Soberano considerando os inconvenientes do exercício do comércio pelas autoridades da província proíbe, por alvará de 29 de Agosto deste ano, a sua prática. Contudo, volvidos alguns anos, a Edilidade, mandada ouvir, pela Coroa, acerca da precária situação financeira de Angola, era de parecer que o comércio fosse livre aos vassallos de Sua Majestade em qualquer parte dos «sertoens e pumbos» e os governadores se abstivessem de o proibir, como costumavam fazer, porquanto movidos pelo interesse só o permitiam aos «que lhes parecem, sendo isto muito prejudicial à Terra» (30).

O reparo das esferas da administração central, à sugestão dos «camaristas», é absolutamente pertinente. Com efeito, tendo o governador Rodrigo César de Meneses publicado, em 1737, um bando a mandar observar integralmente as disposições do capítulo 18 do seu regimento, a Câmara de Luanda, por intermédio do seu presidente, o juiz de fora Manuel dos Reis Pereira, imediatamente se movimentou, escrevendo para a Metrópole, em 30 de Março de 1737, a estranhar a providência do chefe da província. O Senado, discordava, por esta forma, da tomada de posição do governador visto que, antes da publicação

(28) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

(29) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

(30) A carta da Edilidade, de 14-12-1729, levantou suspeitas no Reino, por estar em manifesta contradição com as informações dadas pelo governador Paulo Caetano de Albuquerque. Deste modo, foi deliberado ouvir-se, sobre o assunto, o próprio governador, o ouvidor e o provedor da Fazenda. (A. H. U. — Angola — Cx. 18 — 1729-1731).

do seu diploma, devia consultar o Município e convocar Junta onde os assuntos económicos pudessem ser convenientemente tratados (31).

A carta do Senado escondia desejos inconfessáveis. Por isso, o governo central considerando despropositadas as suas exigências, determinou por carta régia de 10 de Julho de 1738, para o sucessor de César de Meneses, João Jaques de Magalhães, o exacto cumprimento do capítulo 18 do seu regimento (32).

Paradoxalmente, em 30 de Dezembro de 1744, por ocasião da chegada dos administradores do contrato real dos direitos dos escravos, a Edilidade representa ao Reino o facto de, no governo de César de Meneses, haverem sido tomadas louváveis providências para obstar à dissimulação das ordens régias, sobre as entradas no sertão; mas o seu sucessor, contrariando o determinado no seu regimento, tinha sustido em parte estas medidas, de que resultava fazerem-se sistematicamente violências aos nativos «sendo muitas vezes ocasião de discordias que trazem concigo consequências perniciosas» (33).

Como se observa, em toda a primeira metade do século XVIII, as restrições impostas pelo Reino, desde o século anterior, ao comércio sertanejo, não conseguem evitar que, camufladamente, continuasse a ser praticado pelos homens de negócio. Quando assim acontece, o benefício de uns redundava em prejuízo de outros. Na verdade, abstraindo a actividade interessada das autoridades da província, muitos dos moradores da capital, cujos réditos eram assegurados através do tráfico, ficaram numa situação de inferioridade em relação a outros que, por serem mais ousados ou mais expeditos, continuaram, directa ou indirectamente, a calcurrear os sertões, com influências deletérias impossíveis de conter.

Tal era o panorama à chegada de D. António Álvares da Cunha. Contudo, este governador estava talhado para levar a cabo uma obra notável, ao leme da administração de Angola. Partidário inconcusso do respeito pela lei, a breve trecho o governador fez sentir a todos os vassallos de Sua Majestade, o peso da sua autoridade. Inimigo implacável da ociosidade, da corrupção e da indisciplina; admirador incondicional da justiça, da ordem e do progresso, D. António Álvares da Cunha imedia

(31) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

(32) A. H. U. — Angola — Cód. 546.

(33) A. H. U. — Angola — Cx. 23 — 1744-1746.

tamente tomou medidas que, pela sua eficácia, fizeram logo o seu governo temido em Angola e admirado no Reino.

Apenas com três meses de governo, participava à Metrópole, em 29 de Outubro de 1753, ter ordenado aos capitães-mores a prisão de todas as pessoas brancas ou mestiças que passassem pelos seus domínios sem licença do governo «o que se tem principiado a fazer, e tenho já na cadeya alguns destes insulentes», inclusivé Francisco Xavier Carreira «que encontrei cazualmente escondido no Matto, duas Legoas desta Cidade, homem criminoso, falçario e o maior sertanejo que ha neste Reyno» (34).

Em 18 de Dezembro de 1753, D. António Álvares da Cunha, ao fazer a apologia do capítulo 18 do seu regimento, da carta régia de 10 de Julho de 1738, para João Jaques de Magalhães, e das instruções expendidas pelo secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, informa ter sob prisão 20 homens brancos e mulatos que, no sertão, negociavam sem licença do governo. E, pela primeira vez, critica deliberadamente as administrações anteriores, pela inobservância do mencionado capítulo que «devo por na Real presença de Vossa Magestade para saber com touda a indeviduação a ruina que tem cauzado a este Reyno a decimulação que meos antecessores tiverão neste particular» (35).

Por carta de 6 de Abril de 1754, para Diogo de Mendonça Corte Real, o mesmo governador manifesta o seu desagrado pela benevolência das leis do Reino e, o seu desapontamento, pela forma como são conduzidos os assuntos da justiça. Ao expressar-se nestes termos, o governador queria referir-se ao escrivão da Fazenda Real, António da Silva Gui-

(34) Nesta carta salientava-se ainda a importância do governador visitar, pessoalmente, os presídios do sertão. Todavia, «como não está em prática o sahirem desta cidade não sey se Sua Magestade me aprovará o trabalho que pretendo tomar, só a fim de cumprir com a minha obrigação. Não será de prejuízo nem de trabalho aos sovas, por onde passar minha presença, porque nem lhe hey-de pedir carregadores para a bagagem, nem lhe hey-de aseitar os seus presentes. Os pretos, e sovas do Quanza asim o experimentarão e hé notorio o gosto com que me virão naquelle sitio e a humanidade com que os tratey fes por em alvoroço e alegria os da margem do Bengo que todos os dias estão esperando que eu lhe faça a mesma vezita». (A. H. U. — Angola — Cx 25 — 1750-1753).

O Soberano, em resposta à carta do governador, depois de ouvir o seu antecessor, marquês do Lavradio, participou-lhe a sua resolução de 27-9-1754, pela qual foi servido mandar louvar-lhe a sua actividade no real serviço. «E quanto às vezitas de alguns Prezídios as podereis fazer quando julgares que vos não podem ser nocivas à vossa saude estas viagens». (Carta régia de 12-10-1754 — A. H. U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756).

(35) A. H. U. — Angola — Cx. 25 — 1750-1753.

marães, considerado um dos mais influentes negociantes de Angola. Na verdade, apesar das leis de 29 de Agosto de 1720 e de 27 de Março de 1721 lhe proibirem o comércio, este funcionário nunca teve dúvida em o exercer. Por conseguinte, tendo insistido em requerer licença para remeter fazendas para o sertão, D. António Álvares da Cunha, ordenou ao ouvidor o conhecimento do delito. Preso o transgressor, correu o processo-crime os trâmites legais sendo, dias depois, sentenciado, pelo magistrado, com a pena de inabilidade perpétua para o serviço real.

Segundo o chefe da província, a benevolência com que foi punida tamanha infracção, era um convite à prática do comércio por todos os servidores de Sua Magestade e constituía, simultâneamente, uma recompensa para as culpas do escrivão que, por ter enriquecido com as suas negociatas, há muito que instava para abandonar o seu cargo. Assim, com este exemplo — dizia — sempre os escrivães da Fazenda hão-de fazer o seu comércio, porque dele tiram as maiores utilidades e sempre os seus géneros, debaixo da capa de fazendas da Coroa, por não estarem sujeitos ao pagamento de transportes, terão aceitação no interior, sendo os sobas, por isso, obrigados a dar-lhes consumo.

A Coroa, em face dos considerandos do governador determinou, por provisão de 25 de Janeiro de 1755, expedida do Conselho Ultramarino, a exacta observância das leis proibitivas do comércio.

Esta medida motivou, por parte do primeiro magistrado da província, amargos comentários. Realmente, como podia o governador cumprir as directivas do Reino se as suas próprias leis lhe impediam a sua execução? Daí, D. António Álvares da Cunha ter solicitado ao Reino plenos poderes para coibir semelhantes fraudes «sem hir por meyo da Justiça com Auttos e processos», pois deste modo «eu me obrigo a que ella se observe inviolavelmente, porem a formalidade com que a Lei o manda fazer lhe tira o seu vigor, porque com testemunhas falsas e amizades de Menistros se prova tudo quanto o Reo pretende e se sentencia o que elle quer, o que não obstante comprindo eu com a minha obrigação satisfação ao que Vossa Magestade me ordena» (36).

(36) A. H. U. — Angola — Cx. 26 — 1754-1756

Os depoimentos do governador, acerca do mecanismo da justiça, e as dificuldades em reprimir os abusos dos prevaricadores, causaram no Reino dolorosa impressão.

Por outro lado, a influência exercida pelos administradores do contrato, junto de Henrique Jaques de Magalhães, no sentido de condescender nas entradas de homens brancos no sertão, fez-se sentir igualmente no governo de D. António Álvares da Cunha. Pressionado pelos contratadores, este governador expôs, contudo, ao Reino, por carta de 16 de Março de 1757, a necessidade de se garantir a vigência da lei proibitiva pelos danos que infalivelmente haviam de resultar da sua revogação. Diferentemente do que possa pensar-se — diz o governador — a Fazenda Real só lucra com a rigorosa observância do capítulo 18 do seu regimento. A prová-lo, estão os rendimentos arrecadados de 1736 a 1756 com os direitos dos escravos (37).

(37) Num mapa anexo à carta do governador, vêm descriminados estes rendimentos. Por eles se vê, que os mais elevados tiveram lugar nos governos de Rodrigo César de Meneses e de D. António Álvares da Cunha, precisamente os dois governadores que, neste período, mais intransigentes se mostraram com a execução dos seus regimentos. Assim os rendimentos cobrados com a exportação dos escravos dos portos de Luanda e Benguela foram os seguintes:

ANO	N.º DE NAVIOS	RENDIMENTO
1736	34	104 974\$440 réis
1737	22	82 681\$441 »
1738	24	76 305\$166 »
1739	23	72 076\$507 »
1740	24	65 815\$857 »
1741	25	64 890\$879 »
1742	26	86 629\$617 »
1743	30	96 058\$940 »
1744	21	76 292\$713 »
1745	31	95 462\$233 »
1746	27	82 215\$055 »
1747	30	84 030\$049 »
1748	31	91 415\$218 »
1749	27	72 273\$836 »
1750	32	103 325\$383 »
1751	29	82 375\$081 »
1752	34	98 174\$584 »
1753	34	100 884\$413 »
1754	29	94 353\$783 »
1755	30	97 819\$582 »
1756	34	110 215\$740 »

Como indicação final deve dizer-se ainda que, de 1736 a 1741, era administrador do contrato, José Machado Pinto; de 1742 a 1747, o capitão Estevão José de Almeida; de 1754 a 1756, António Moreira Lisboa e José Lopes Bandeira.

(A. H. U. — Angola — Cx. 27 — 1756-1759).

A título informativo, podemos ainda acrescentar os rendimentos verificados entre 1794 a 1796, com referência, também, aos portos de Luanda e Benguela.

Da leitura deste quadro se conclui, efectivamente, que os réditos da Coroa, neste domínio, variavam de acordo com a maior ou menor vigilância no cumprimento da lei. A liberdade de comércio, segundo D. António Álvares da Cunha, viria, portanto, beneficiar apenas os ambiciosos que, com a sua cobiça acabariam por arruinar a província, como de resto, a experiência havia já demonstrado. Neste entretanto, chegava ao Reino uma carta do Senado da Câmara de Luanda, de 12 de Março de 1757, na qual se advogava a livre entrada de homens brancos no sertão, pelas utilidades que advinham para o comércio, embora ficassem sujeitos ao pagamento dos carregadores das suas fazendas (38). Em 31 de Agosto deste ano, uma informação anónima sobre o monopólio do comércio de escravos, é igualmente recebida no governo central. Nesta informação, procurava-se demonstrar os inconvenientes do sistema, que favorecia unicamente as autoridades da província. A ideia de que não indo os brancos ao sertão havia necessariamente de provocar a vinda dos indígenas a Luanda, não teve confirmação. Quem se deslocava à capital a oferecer os seus escravos — dizia-se — era somente uns tantos indígenas poderosos. Todos os outros que dispunham de poucas *cabeças*, permaneciam no interior por o negócio não lhes compensar o esforço, despesas e incómodos das suas viagens. E, como remate, afirmava-se ainda que, a proibição do comércio da pólvora, no sertão, favorecia exclusivamente as nações estrangeiras que a trocavam, em grandes quantidades, pelos escravos. Sendo a pólvora um dos géneros mais apreciados pelos negros, os estrangeiros encontravam-se, deste modo, numa situação privilegiada em relação aos vassallos de Sua Majestade. Demais, o receio de que a

ANO	N.º DE ESCRAVOS	RENDIMENTO
1794	21 666	181 634\$250 réis
1795	20 472	184 131\$000 »
1796	18 309	160 294\$600 »

Independentemente da nova legislação do Reino, permitir, a partir de 1753, maiores aberturas ao tráfico no interior, o governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, em carta para o marquês de Ponte de Lima, mordomo-mor e presidente do real erário, de 23-1-1796, diz que o aumento do comércio registado no seu governo se devia à ausência de embarcações estrangeiras na Costa e, à amizade que os potentes rebeldes do Norte, estavam a manifestar ao governo, através do pedido de perdão pelas suas antigas atrocidades que proporcionava maiores facilidades ao comércio do interior. (A. H. U. — Angola — Cód. 1633).

(38) Esta carta tem origem na exposição feita ao Reino pelo contratador Manuel Barbosa Torres, que defendia a livre circulação dos moradores pelo interior com vista ao aumento do tráfico, destinado às culturas brasileiras e ao aniquilamento da supremacia do comércio estrangeiro. (A. H. C. M. L. — *Registo de Cartas Régias, Provisões, Bandos e Ordens*, de 1737 a 1768).

pólvora pudesse vir a ser utilizada nas guerras contra os portugueses diluía-se com a liberdade de comércio, uma vez a elevada exportação dos escravos equilibrar as forças em presença. A liberdade de comércio a ser decretada pelo Reino viria, assim, ao encontro das necessidades da Coroa, e dos legítimos interesses dos seus vassallos (39).

Estas e outras representações que, ao longo do tempo, foram chegando ao Reino e, sobretudo, o conflito latente entre D. António Álvares da Cunha e os contratadores, certamente bem apoiados e protegidos na Corte, levaram o Soberano a ordenar um completo estudo sobre as vantagens e inconvenientes da política económica na província. Com o título de *Assento sobre o commercio de Angola*, datado de 3 de Janeiro de 1758, foi elaborado, em cumprimento das ordens régias, um interessante relatório subscrito por três destacadas personalidades da vida pública metropolitana: António de Azevedo Coutinho, Alexandre Metello de Sousa e Inácio Ferreira Souto.

Neste documento, analisam-se as razões invocadas pelo governador e dos agentes do contrato. Faz-se justiça ao zelo de D. António Álvares da Cunha, particularmente quando se opôs a que o monopólio do comércio redundasse em proveito daqueles homens de negócio. Mas, «prescindindo, porém, dos sinistros intentos e das perniciosas maquinações dos tães Contratadores: E vindo ao ponto dos interesses publicos daquelle Estado, e deste Reino, que nelles se envolvem: Pareceo sem a menor hesitação, que o serviço de Deos e o de Sua Magestade, requerem indispensavelmente de que o Commercio de Angola seja livre, e aberto sem limitação a todos os vassallos do mesmo Reino e das suas Conquistas: não pellas ordens particulares, que os Contratadores pertendião em seu pessoal beneficio, mas sim por hum Estabelecimento geral que se publique nesta Corte e em todas as Praças do Brazil, para que todos possam gozar do mesmo interesse daquelle Commercio».

Os argumentos justificativos desta tomada de posição, assentavam em dois princípios. O primeiro, baseado na utilidade do comércio que devia ser activo, tinha em vista a sua libertação da dependência dos indígenas. Para tanto, impunha-se que todos os vassallos procurassem o comércio no sertão, abrindo-se as portas, por conseguinte, a um melhor conhecimento do interior, à sua exploração agrícola, à fundação de povoa-

(39) A. H. U. — *Angola* — Cx. 27 — 1756-1759).

ções, à irradiação da presença portuguesa, motivações estas que estariam na origem do sucesso da política castelhana no Chile. A dinâmica do comércio, através da sua circulação pelos pontos mais distantes do território era, não só conveniente para a Coroa, como necessária. «A falta destes gyros, e destes transitos, he que tem conservado em Angola os desertos e ermos; que, se o commercio se abrisse mais cedo, seriam hoje uteis Povoações, e fertilissimas culturas, que fizessem aquelle Estado abundante, rico e respeitável».

O segundo princípio, fundamentava-se no Direito Natural e Divino que proibiam, por inadmissível, a coarctação do comércio. Contudo, esta máxima previa duas limitações: quando o interesse público do Estado exigia o monopólio; e quando o comércio, que se projectava fazer em monopólio, se tornava impraticável em liberdade.

Assim, as razões que determinaram as restrições do comércio sertanejo em Angola, esfumavam-se perante as imensas vantagens que da sua liberdade provinham, quer para a Coroa, quer para os seus súbditos. Tanto mais que não havia homem de negócio — dizia-se — que não reputasse o comércio africano como o mais importante e necessário e o que mais vantajosamente se apresentava para os interesses do Reino.

A liberdade de comércio, sob a forma de alvará, devia ser acompanhada, defendia-se então, de medidas tendentes a consolidar a boa fé nas relações comerciais, a estabelecer o crédito público, a evitar as alterações da ordem no sertão, a reprimir as fraudes praticadas na saída dos navios, a regular a sua preferência pelas entradas, ao mesmo tempo que se devia estudar, com o maior sigilo, o problema do comércio da pólvora feito, até à data, pelos estrangeiros, nos nossos domínios e em prejuízo da Coroa (40).

Por alvará de 11 de Janeiro de 1758 foi, efectivamente, tornado livre e franco o comércio de Angola e dos portos e sertões adjacentes, a todos os vassallos de Sua Magestade. Por outro alvará de 25 de Janeiro, deste mesmo ano, foi o Soberano igualmente servido estabelecer nova forma para a arrecadação dos direitos dos escravos e marfim exportados pela província. Este diploma, que entrava em vigor a partir de 5 de Janeiro de 1760, fixava os quantitativos a cobrar pela Fazenda Real, por

(40) A. H. U. — *Angola* — Cx. 27 — 1756-1759.

cada escravo exportado. Pelo novo sistema, os antigos direitos eram substituídos por uma única taxa estipulada em 8\$700 réis, quer se tratasse de macho ou fêmea, de altura superior a «quatro palmos craveiros da vara de que se usa na cidade de Lisboa». Por cada cria, de altura inferior a quatro palmos, recebia-se metade daquela importância, isto é, 4\$350 réis. Tratando-se de crias de peito, ficavam isentas de pagamento. Quanto ao marfim, lançava-se o direito de «quarto e vintena», nos moldes tradicionais (41).

Estes dois documentos, que juntamente com as disposições régias de 1761 constituem a cúpula do comércio angolano, foram dados a conhecer a D. António Álvares da Cunha, por carta régia de 26 de Maio de 1758 (42).

Em Outubro deste ano, foi D. António Álvares da Cunha, rendido na chefia da província, por D. António de Vasconcelos. No dia 3 de Janeiro do ano seguinte, escrevia este governador para o secretário de Estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre as dúvidas que o assaltavam quanto à incondicional liberdade de comércio, a que já fizemos menção no capítulo anterior. Em 6 de Maio de 1762, voltava a justificar o seu ponto de vista relativamente à não publicação do alvará de 1758 (43).

As apreensões do governador foram cautelosamente ponderadas pela Corte. Por carta régia de 14 de Novembro de 1761, estabelecem-se, com efeito, os princípios reguladores da actividade comercial no sertão. Assim, em Junta Comercial criada nesta data e composta do ouvidor, juiz de fora, coronel, tenente-coronel e sargento-mor do Regimento da guarnição de Luanda, passavam a ser fixados os preços dos *banzos* conduzidos de Luanda para o interior bem como os dos «pretos e da cera» que houvessem de se receber em troca das mesmas fazendas. Por esta forma, todo o comércio sertanejo ficava na dependência da Junta à qual «competia passar, aos negociantes de bom procedimento, cartas de legi-

(41) *Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga*, vol. 2, 1755 a 1834, pp. 9-10; A. H. U. — *Angola* — Cód. 544.

(42) A. H. U. — *Angola* — Cód. 548.

(43) «(...) porque nunca a Ley de Sua Magestade podia haver sido ordenada a facilitar as dezordens que siganos e christaos novos e outras gentes depravadas quizeram ir cometer ao sertão, pois hé certo que semelhantes homens nunca foraõ contemplados no favor das ditas Leys para os animar, mas somente na severidade dellas, para os cohibir: E nesta certeza havendo eu impedido que semelhantes facinorozos passassem aos sertoes e facilitado sem demora as Licenças aos negociantes e pessoas de bem, tinha obrado o que devia». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 29 — 1762-1763).

timação e guias de trânsito que, simultâneamente, serviam de licenças de recrutamento de carregadores a fornecer pelos capitães-mores dos presídios» (44) aos quais se impunham pesadas sanções pelos seus desvios ao cumprimento da lei.

Estas providências foram mandadas executar pelo governador, por bando de 5 de Maio de 1762. Em 7 de Julho deste ano, D. António de Vasconcelos publicava novo diploma ordenando a fundação de 2 feiras nas imediações dos presídios do Encoge e das Pedras; a proibição dos capitães-mores ministrarem carregadores aos negociantes para o transporte das suas fazendas; a obrigatoriedade de todos os homens de negócio, que de Luanda saíssem para o interior, se munirem da competente autorização, sob pena de serem presos e remetidos à capital, pelas autoridades sertanejas, para serem julgados pela Junta; e, finalmente, determinava-se a todas as pessoas dedicadas ao tráfico, no interior, que, no prazo de 2 meses, requeressem a este organismo, através dos seus procuradores estabelecidos em Luanda, a necessária carta de legitimação a fim de não incorrerem nas penalidades previstas na lei (45).

No dia 6 de Junho de 1764 tomava posse do seu elevado cargo de governador e capitão-general de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Logo no dia 18 deste mês e ano publicava uma ordem em que institua conferências certas dos negociantes de Luanda, a fim de nelas se tratarem do que mais conviesse ao desenvolvimento do comércio. Com esta iniciativa, procurava-se estimular o diálogo entre o governante e os governados (46).

Este documento, que estatui a Conferência do Comércio em Luanda, e não a Junta do Comércio, como alguns autores querem precisar, diz

(44) FERREIRA, Eugénio — *Feiras e Presídios*, p. 23.

(45) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 9, pp. 165-166.

(46) Eis o seu teor: «No primeiro dia de todos os meses pelas tres horas da tarde virão a minha Caza os Administradores do Contracto Real, os das duas Companhias, e o Corpo da Praça representando nas Pessoas dos principais negociantes (...), para que na minha Presença proponhão os meios de promover o Commercio com segurança e, com proveito, e requerendo cada hum as Providencias que lhe forem necessarias, e ao mesmo tempo indicando o modo porque posso ser util a todos em commum e a cada hum em particular». E, mais adiante, acrescentava: «Ultimamente creão que o meu interesse consiste, unicamente no Agrado de Sua Magestade, na honra de servir bem, e na alegria de fazer virtuosos os Povos, que o mesmo Senhor me Confiou e porque pode não bastar o dia prefixo do primeiro dos meses, sem embargo de que supposto e modo, e distancias do Commercio, será bastante, declaro a todos, que em qualquer hora do dia, ou da noite, que me quizerem, estou sempre prompto com a vigilancia e zelo, que me corresponde». (A. H. U. — *Angola* — Cx. 30 — 1763-1765).

bem das intenções de Sousa Coutinho, quanto ao impulso que pretendia dar às actividades económicas da província.

A primeira reunião, desta prestimosa instituição, teve lugar no dia 10 de Julho de 1764. Nela foram apresentadas quatro propostas, ao governador, sobre o comércio no interior. Na primeira, procurava-se extinguir a taxa mandada aplicar pelo seu antecessor, na compra dos escravos, por ser contrária à liberdade do comércio; na segunda, mostrava-se a inutilidade da existência da feira de Ambaca devido à sua má localização; na terceira, desejava-se pôr termo à perniciosa influência das autoridades sertanejas nas relações comerciais; na quarta, dava-se alçada aos escrivães das feiras para, no caso de morte de qualquer comerciante local, fecharem as portas dos seus estabelecimentos e tomarem conta dos seus escravos, até à conclusão do respectivo inventário a cargo daquelas autoridades (47).

Todas as propostas mereceram a concordância de Sousa Coutinho, cujas deliberações foram transmitidas aos capitães-mores do Encoge, Ambaca, Cambambe, Pedras e Massangano, com a recomendação de observarem inteiramente as suas ordens.

É de facto este governador o grande obreiro da profunda reforma por que passou Angola, durante os oito anos da sua clarividente administração. No decurso do seu governo, Sousa Coutinho teve ensejo de fundar várias feiras, entre as quais a do Bembe, com a finalidade de obstar à difusão do contrabando exótico, fomentado pelas potências estrangeiras na Costa Norte. Esta orientação, de carácter político, económico e social, não o impediu, porém, de propugnar, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento do comércio e desencorajamento da presença incómoda de estrangeiros nos nossos domínios, que o alvará de 1758 se executasse inviolavelmente «ficando livre indistintamente a todos os Negociantes o Commercio dos certos, ou seja nas Feiras, nos Prezídios, ou nas Terras dos gentios» (48).

Como se sabe, as coisas em Angola mudaram muito depois da saída de Sousa Coutinho. D. António de Lencastre, pelas razões conhe-

cidas, não deixou grandes saudades na província, à sua partida para o Reino. A Coroa não ignorava que algo corria mal em Angola, mas, por falta de informações objectivas e verdadeiras, desconhecia em absoluto a extensão das infelizes mudanças operadas na sua administração. Por isso, o governo central na *Instrução* passada a D. José Gonçalves da Câmara, em 22 de Junho de 1779, após descrever as vicissitudes do comércio angolano, refere-se ao alvará de 11 de Janeiro de 1758, que oficializou a liberdade de comércio, e à carta régia de 14 de Novembro de 1761, que restringiu esta mesma liberdade, por influência de D. António de Vasconcelos, condicionando-a, através do mecanismo da Junta, criada por este documento régio, que compelia todas as pessoas que houvessem de negociar no sertão, a legitimarem-se neste organismo. Por aqui se conclui ser esta carta régia, e não o alvará, que regula o comércio no interior da província.

Ao embarcar para Angola D. José Gonçalves da Câmara levava positivas instruções no sentido de participar ao Reino os resultados alcançados com tais providências: «Nestas circunstâncias logo que V. S.^a chegar a Angola se deve informar do modo com que se faz o dito Commercio do sertão; e se nelle se praticam prezenemente as mesmas violencias e extorsoens de que tractam os Paragrafos 17 e 18 do Regimento de 1666, as quais se intentaram cohibir com as disposições da Carta Regia de 14 de Novembro de 1761. Se esta carta se acha em todo, ou em parte na sua rigorosa observancia e quaes foram e são os effeitos que della tem resultado ao Commercio interior daquela Conquista». Nesta *Instrução* a Coroa encarava ainda a hipótese de regressar à doutrina tenazmente abraçada por D. António Álvares da Cunha. A D. José Gonçalves da Câmara incumbia, por conseguinte, dar parecer sobre o que seria mais conveniente e útil ao comércio angolano, «se traze-lo para Loanda, e Portos de Mar, na forma que praticam as outras Nações e fez praticar o Conde da Cunha enquanto governou Angola, com os bons effeitos, que elle mesmo segura, sendo hum delles desterrar as vexações que os Mercadores Brancos practicavam no sertão; ou conservar o dito Commercio nos Prezídios e Feiras do mesmo sertão, onde prezenemente se faz todo o giro e permutação de Fazendas, e effeitos de fora, a Escravatura e generos da Terra» (49).

Em 24 de Abril de 1780, D. José Gonçalves da Câmara prestava a sua informação ao Reino. Por ela se vê que, mais uma vez, as directivas

(47) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 9, pp. 173-174.

(48) Carta de Sousa Coutinho para o secretário de Estado, Francisco de Mendonça Corte Real, de 9-5-1765. (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 1, n.º 6).

(49) A. H. U. — *Angola* — Cód. 549.

da Metrópole não tiveram aplicação em Angola. Isto prova, afinal, a antiga infidelidade aos princípios emanados da Corte. Na verdade, «acho — diz o governador — que a nada do que determina a carta régia de 14 de Novembro de 1761 se dá nem deu execução alguma». A própria Junta, segundo o mesmo informador, teria condescendido com a passagem das cartas de legitimação aos negociantes. Daí, o sertão se achar repleto de homens de negócio, destituídos dos requisitos exigidos pelo diploma régio. Para a ruína do comércio teria concorrido, também, a circunstância dos aviados faltarem aos compromissos com os seus mandantes da Costa. Sendo-lhes confiadas importantes mercadorias para as transaccionarem no interior, acontecia, frequentemente, os aviados consumirem o produto das vendas em festas indecorosas no sertão, levando-os por este motivo a lá permanecerem, muitas vezes, até ao fim dos seus dias. Daqui resultava a falência de muitos comerciantes de Luanda, com repercussão no Reino e no Brasil. No entanto, pouco se podia fazer, segundo o governador, para remediar tais inconvenientes. Fechar o sertão, como o havia feito D. António Álvares da Cunha, também não era aconselhável, por não se esperar que os indígenas viessem fazer o seu negócio a Luanda. Enquanto se verificasse a preponderância estrangeira, na Costa Norte, esta solução era inviável. Nestas condições, restava somente ao governador velar pelo cumprimento integral das leis do Reino, por forma a que todos os negociantes, antes de partirem para o interior, se legitimassem na Junta nos termos da disposição régia de 1761 (50).

No governo do barão de Mogâmedes, o comércio sertanejo foi novamente regulado. Por bando de 1789 ordenava-se, a todos os governos de negócio dispersos pelo sertão, não só o seu recolhimento aos lugares das suas filiações como a caducidade das antigas licenças. Aos comerciantes, da capital, embora sujeitas ao veredicto da Junta, concedia-se-lhes o direito de requererem novas faculdades para os seus agentes do interior.

O seu sucessor, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, por seu turno, em carta para o capitão-mor de Cambambe, António José da Piedade, de 6 de Dezembro de 1791, fazia saber que todo o mercador que fosse surpreendido a negociar no sertão, sem estar habilitado, fosse preso e remetido a Luanda, com o respectivo auto por onde se provasse a gravidade do delito, a fim de ser punido com as penas prescritas na lei.

(50) A. H. U. — Angola — Cx. 38 — 1780-1783.

Em 1792, em carta para José Seabra da Silva, o mesmo governador, referindo-se à situação económica da província, confirmava a informação de D. José Gonçalo da Câmara no tocante ao pernicioso abuso dos aviados, aos quais responsabilizava pela aviltação do comércio. De facto, ficando estes comissários volantes devedores na praça de Luanda de somas avultadas, chegando mesmo «a confiar-se a hum signado, cinquenta e tantos contos de réis de fazenda» os feirantes não só contribuíam decisivamente para a decadência económica de Angola, como provocavam a alteração da ordem no sertão, «pois que gastando demaziadamente do que não hé seu, consomem as fazendas em caprichos, sustentando atrozes vícios e quibucas de escravos armados com que no sertão alguns se fazem temer, e respeitar, não só dos negros, mas dos mesmos Capitaens Mores, que muitas vezes inquietam, e embaraçam o praticarem os seus deveres» (51).

Ao tomar conta do governo, D. Miguel António de Melo estava firmemente decidido a extirpar os males que afectavam a vida económica da província. Para tanto, procurou fazer observar inteiramente o disposto na carta régia de 14 de Novembro de 1761, relativamente às entradas no sertão. Esta medida, como é bem de ver, bulia com os interesses de alguns comerciantes mais ambiciosos. Daí, ter desagradado em alguns sectores da população luandense. É por isso que, em 1790, foi enviada ao Reino circunstanciada informação sobre as providências do governador na qual se explanavam os inconvenientes da sua política económica. Por este *Discurso*, D. Miguel António de Melo era então acusado de trair as ordens régias, reguladoras do comércio sertanejo.

Os pontos que fundamentaram a exposição de protesto, tinham por base a recusa de licenças a feirantes, para se dirigirem ao interior, o que teria já motivado a retirada de numerosos homens de negócio para o Brasil, que, apesar da sua incivilidade, seriam no entanto preciosos ao comércio e à própria província, pois não se podia esquecer a sua influência no desenvolvimento das actividades mercantis e o seu contributo para a afirmação da soberania portuguesa, em terras do gentio. Refere-se, a seguir, às providências de D. António Álvares da Cunha tendentes a coibir, por intermédio da legitimação dos negociantes, os seus

(51) A. H. U. — Angola — Cód. 1633.

abusos no sertão. E à sua desvirtuação por D. António de Vasconcelos, ao monopolizar estas legitimações a favor dos seus «afilhados», negando-as a muitos outros negociantes com larga experiência dos sertões de que resultara pôr o comércio sertanejo nas mãos de três ou quatro protegidos seus. Nesta emergência, teria valido à província Sousa Coutinho com a abertura do sertão a todos os vassallos de Sua Majestade, em condições de o proverem de fazendas, condição esta a que havia reduzido o problema da legitimação. D. Miguel António de Melo, se bem que desinteressado e empenhado em fazer bom governo, ter-se-ia afastado da política do seu emérito antecessor, ou por ignorância ou por ser indevidamente aconselhado (52).

Em 3 de Janeiro de 1801, D. Miguel António de Melo, em carta para o Reino, refutava, ponto por ponto, todas as acusações contidas no *Discurso*. No que respeita ao primeiro ponto, isto é, à denegação de licenças a feirantes, o governador ao fazer a sua defesa confessa, efectivamente, tê-las recusado, mas apenas a Manuel de Faria Marinho, Tomás da Costa, José Pedro Castanhede e Inácio da Malha, conhecidos por homens de mau porte. Deste modo, ao proceder assim, acreditava o governador ter observado rigorosamente a legislação de 1761, que interpreta fielmente a doutrina do alvará de 1758.

Quanto à segunda questão — retirada de negociantes para os portos do Brasil — seria, com efeito, «oprimir o comércio — perguntava — livrá-lo de ladrões? É ir contra o bem público deste Estado procurar expurgá-lo de facinorosos e fazer com que os povos dele se conservem livres de semelhantes inimigos do socego comum?».

Relativamente à terceira, ou seja, à utilidade destes homens para o desenvolvimento do comércio e prosperidade da província, afirmava, ainda, nada ser mais falso do que pretender atribuir-se mérito às suas actividades, porquanto era do domínio público que tais feirantes não passavam de ciganos e malfeitores de execrands costumes. A indivíduos da sua índole se devia, por isso, a degradação do comércio e «a ignorância e incivilidade que inculcam se lhes deve desculpar, são crimes que diàriamente cometem e com que oprimem os Povos».

(52) A exposição foi remetida a D. Miguel António de Melo por carta de 17-11-1799, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para a qual se pedia a sua melhor atenção. (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 14, pp. 603-605).

Igualmente sem fundamento era a acusação formulada no quarto ponto contra os jesuítas, que estariam na origem da matéria estabelecida no capítulo 18 dos regimentos dos governadores. Os jesuítas, segundo o governador, haviam mostrado sempre pouco interesse pelo sertão. Nunca fora do seu agrado ter lá Hospícios nem Missões e dos prédios rústicos herdados de vários legados apenas teriam conservado três situados nas margens dos rios Cuanza, Bengo e Dande e na periferia da cidade. «A legislação do capítulo 18 do regimento de 1676 teve sem dúvida por origem reflectir-se na qualidade dos homens que ordinariamente costumavam vir para este Estado, uns tirados das Enxovias (53) de Portugal e do Brasil aonde estiveram por crimes graves, outros atraídos de cobiça, destituídos de princípios religiosos, afeitos a maus costumes e a quem todo o meio de enriquecer parece justo e honesto». A qualidade destes negociantes estaria na base, portanto, dos tumultos no interior e, conseqüentemente, da decadência das actividades económicas. As autoridades sertanejas teriam, por seu lado, contribuído para este estado de coisas. Daí, o capítulo 19 do mencionado regimento ser baseado «nas grandes extorsões que aos sobas faziam aqueles que com algum género de jurisdição eram mandados para compor suas desavenças e esta razão e motivo existe, porquanto não são pequenas nem deixam de ser quotidianas as violências que aos ditos sobas fazem os capitães-mores». É por isso que, para evitar maiores danos, a liberdade de comércio prevista no alvará de 1758 devia ser conjugada com a carta régia de 1761.

A quarta acusação, feita contra D. António de Vasconcelos, de monopolizar as legitimações iniciadas com êxito no governo de D. António Álvares da Cunha, a favor dos seus protegidos, foi por D. Miguel António de Melo enèrgicamente repudiada. Tratava-se, portanto, de um ponto que primava pela má fé — dizia —, pois não constava que o gover-

(53) O vocábulo *enxovia* é de origem árabe. Eis como foi integrado na língua portuguesa: «Sendo pròpriamente o nome étnico das tribos que estacionavam entre Azamor e Rabate, em breve os Portugueses lhe atribuíram um conceito geográfico, dizendo «a Enxovia» em lugar de «os Enxovios» (designação dada pelos mouros a «homens sem fé e verdade»). É provável que da expressão «cova (coval) da Enxovia», isto é, os silos ou covas em que os Mouros guardam o trigo que os Portugueses procuravam frequentemente, se tenha originado o termo comum *enxovia*, significando «prisão húmida e escura». (MATOS, Luís de — *História da Expansão da Cultura Portuguesa no Mundo*, p. 105).

nador pombalino regulasse os seus procedimentos pela forma alegada no *Discurso* (54).

Outro ponto que suscitou viva controvérsia, prende-se com o elogio feito a Sousa Coutinho que, ao contrário do seu antecessor, teria franqueado o sertão a todos os que nele pretendessem fazer negócio reduzindo, por esta forma, as licenças à sua expressão mais simples.

Os louvores a tão distinto governador, se bem que merecidos e justos foram, por D. Miguel António de Melo, interpretados não como homenagem à sua obra ou à sua memória, mas por adulação a seu filho, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao tempo ministro e secretário de Estado. Por outro lado, Sousa Coutinho não havia descurado o sistema das legitimações, como se insinuava na exposição de protesto. Antes, tê-lo-ia defendido de acordo com a legislação do Reino. A portaria de 18 de Junho de 1764, que estabeleceu a Conferência do Comércio e o edital de 6 de Agosto de 1765, sobre a problemática dos reviros, eram documentos que ilustravam concludentemente a preocupação daquele governador em matéria tão delicada, como a das entradas no sertão.

Embora a defesa deste ponto possa estar em contradição com a carta de Sousa Coutinho para o Reino, de 9 de Maio de 1765, acerca da necessidade do cumprimento integral do alvará de 1758, já referida atrás, a verdade, porém, é que era este, de facto, o pensamento de D. Miguel António de Melo sobre o assunto. Seja como for, infere-se do exposto que «todos os males de que os negociantes de Angola se queixam são frutos da sua indocilidade a prestar obediência às ordens régias e aos mandados prudentes e justos dos governadores deste Reino. A política que por meio de bons Regimentos se procurou estabelecer no sertão toda tem sido transtornada pela malícia e cobiça dos negociantes de Luanda e pelos atroz e abomináveis procedimentos dos seus aviados, porquanto com os ditos Regimentos nem uns nem outros se querem absolutamente conformar na prática, posto que os louvem na especulação».

Quanto ao último ponto do libelo contra D. Miguel António de Melo, estranhava este ter sido omitido o período que ia de Novembro de 1772 a Agosto de 1797, pois sendo neste intervalo de tempo sepulta-

(54) O próprio D. António de Vasconcelos, em carta para a Metrópole, não deixa de referir o facto: «Desde o referido tempo tenho continuado a dar Licenças com as circunstâncias expressadas na sobredita carta de 3 de Janeiro, a quantos as pedirão que na verdade tem sido muitos excetuados tres constantemente ladroens». (*Arquivos de Angola*, série 1, vol. 1, n.º 5).

das as legítimas esperanças nascidas com Sousa Coutinho, de um futuro promissor para Angola, muito haveria a referir em desabono de alguns governantes. Estranhava, ainda, que se tivessem olvidado os avisos de 8 de Agosto de 1782 e 18 de Fevereiro de 1784, relativos à liberdade de comércio da pólvora e armas de fogo, somente executados no seu tempo, porquanto anteriormente sempre estas disposições haviam sido iludidas por meio de restrições que facilitaram, sobremaneira, os contrabandos tão perniciosos para a Coroa.

O governador, a finalizar a sua defesa, pedia ao Soberano lhe fosse tirada uma *devassa*, a fim de se apurar a veracidade dos factos, e fazer justiça a quem de direito. Desconhecemos o desfecho deste conflito, mas a avaliarmos pelo resultado das sindicâncias a que foi sujeito o seu governo, por virtude do movimento difamatório desencadeado contra a sua pessoa por iniciativa do juiz de fora, servindo de ouvidor, Felix Correia de Araújo, não há dúvida de que, afora algumas medidas menos felizes, a justiça estava do lado de D. Miguel António de Melo que, assim pôde, em 1802, abandonar o leme da governação de Angola, com a mesma dignidade como o havia recebido em 1797, quando tomou posse do governo (55).

3. AS FEIRAS: SUA ORIGEM E EVOLUÇÃO

A problemática da criação de feiras certas e invariáveis, em locais previamente escolhidos pelos governadores, põe-se desde os alvares do século XVIII. A sua existência, e as suas vicissitudes no decurso de dois séculos de história, prende-se directamente com as delimitações comerciais estabelecidas no sertão por esse tempo. Na verdade, logo após haver confirmado a política restritiva fixada por Luís Mendes de Vasconcelos, João Correia de Sousa, tendo em vista a manutenção das relações comerciais, e desejando obstar aos inconvenientes que motivaram a tomada de posição do seu antecessor, criou, para o efeito, nas vizinhanças dos presídios, três feiras: a do Dondo, situada entre Cambambe e Massangano, na margem direita do Cuanza; a de Beja, na mesma margem do Cuanza, a seis léguas das famosas Pedras de Pungo-Andongo; e a de Lucamba, na margem direita do rio Lucala, perto de Ambaca.

(55) A. H. U. — *Angola* — Cx. 51 — 1801.

Segundo informa Lopes de Lima, o funcionamento destas feiras comportava não só a existência de mercados propriamente ditos, mas também armazéns da Fazenda Real, entregues à administração de um almoxarife, onde as mercadorias ficavam depositadas, mediante o pagamento de uma reduzida taxa de armazenagem. O almoxarife e o escrivão, ao qual competia a escrituração do movimento da feira, dependiam do respectivo director, «espécie de magistrado, que mantinha a polícia e boa fé nas transacções e decidia summariamente qualquer duvida» (56). Este sistema tinha por objectivo fundamental regularizar o comércio sertanejo e pôr a coberto de riscos as mercadorias dos comerciantes da Costa, nomeadamente em caso de falecimento dos seus agentes ou aviados.

No governo de Fernão de Sousa são fundadas mais duas feiras, uma em Ambaca e outra em Caculo Cacabassa. Por alvará de 1 de Outubro de 1624, são estes centros comerciais regulados e todos os negociantes, brancos e pretos obrigados, por isso, a exercerem a sua actividade nestes locais, sob pena de suas fazendas, consideradas «desencaminhadas», serem apreendidas e declaradas perdidas para os seus possuidores, revertendo a favor de quem as apressasse — a terça parte — e a restante aplicada em obras defensivas do Reino (57).

Nesta altura, conforme refere Fernão de Sousa, resgatavam-se já, semanalmente, nas feiras, entre 200 e 300 *cabeças* o que totalizava uma exportação anual à volta de 12 000 escravos. Este governador considerava de tal maneira vantajosa a existência destes mercados que achava se devia perdoar, em caso de necessidade, o pagamento dos impostos (*baculamentos*) aos sobas, e proibir as guerras sertanejas, desde que estas autoridades se comprometessem a facilitar e manter abertas as feiras, «pois que o seu rendimento montava mais para a Fazenda Real... porque se faltasse a escravaria deste Reino, acabava-se o comércio de que Vossa Magestade é Senhor» (58).

Contudo, o mecanismo que estabeleceu estas instituições não pôde obviar às contrariedades que desde logo surgiram. Quer isto dizer que, toda a orgânica que envolvia o seu funcionamento e os objectivos que estavam na origem da sua fundação falharem lamentavelmente. As cau-

(56) LIMA, José Joaquim Lopes de — *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas*, livro 3, parte 1, pp. 63-64.

(57) FELNER, Alfredo de Albuquerque — *Angola — Apontamentos sobre a Colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola*, p. 519.

(58) FELNER, Alfredo de Albuquerque — *Ob. cit.*, pp. 303-305

sas do malogro, do fracasso das tentativas que se presumem sérias dos referidos governadores, são múltiplas. Todavia, basta atentar para a informação do explorador e capitão-mor, Baltasar Rebelo de Aragão, para se saber que, em tais condições, só muito difficilmente as feiras podiam sobreviver e vingar como elementos dinâmicos da actividade económica da província. Com efeito, «os governadores poseram um tyranno tributo nas ditas feiras, que é de cada 10 peças uma para elles, e logo depois que o seu meirinho escolhe estas peças de cada 10 entra o seu comprador e escolhe as mais que ha de proveito; logo entra o ouvidor com seu meirinho negro e toma primeiro que o povo; trás o ouvidor o secretário do governador e outras pessoas a quem o dito governador tem dado varas de meirinhos n'aquellas feiras, de sorte que elles escolhem os bons escravos e deixam ao miseravel povo o rebutalho ou refugio que são negros velhos e meninos, que visto a necessidade que têm para fazerem seus pagamentos as compram, sendo ruins, pelo preço que elles levaram as boas, e as que vender a quarta parte menos, de maneira que se perdem e não ganham de comer no dito trato, e assim uns se tiram de tratar nas feiras, outros mandam a partes remotas de onde a tyranna jurisdição não chega e assim ficando os escravos do governador e seus ministros fogem os mercadores negros d'elles porque escolhem o melhor, e assim nunca haverá feira porque elles a querem somente para si e para seus creados, dando-se-lhe pouco do bem comum» (59).

Testemunho igualmente bem significativo do estado do comércio, é-nos dado pelo P^e Gonçalo de Sousa, por volta de 1633. Segundo o seu depoimento, as guerras sertanejas e os pesados tributos, compelindo as autoridades tradicionais a internarem-se pelo sertão haviam conduzido ao encerramento das feiras. Os pumbeiros, convidados então a avançar cada vez mais para o interior, sujeitavam a «escravaria» a um longo e penoso trajecto até à Costa. Com o prolongamento da duração das viagens corriam, naturalmente, as fazendas maiores riscos, «por morte dos pombeiros, que porque estes, encontrando na distância a segurança para a liberdade reconquistada, jamais regressavam» (60).

As guerras de devastação desencadeadas no interior, com que se ia afirmando paulatinamente a soberania portuguesa e desenvol-

(59) ARAGÃO, Baltasar Rebelo de — *Terras e Minas Africanas* (1593-1631), pp. 11-14.

(60) CRUZ, Celme Coelho da — *O Tráfico Negreiro da Costa de Angola. Subsídios para a sua história*. (1580-1640) pp. 96-97.

vendo o tráfico, que enriquecia, sobremaneira, as principais autoridades da capital, em detrimento dos interesses dos moradores, por um lado, e a cobiça desenfreada destas mesmas autoridades através das suas actividades mercantis, por outro, explicam, efectivamente, a ineficácia do sistema.

Estes abusos e o facto dos escravos serem vendidos em tais mercados mais caros do que no interior, sobretudo em regiões distantes, fora da influência portuguesa, a premente necessidade do braço negro para o engrandecimento do Brasil, especialmente a partir de meados do século XVII, com a restauração da praça de Luanda, tornaram incompatíveis as exigências do tráfico com a rigidez das feiras. Esta realidade teria levado alguns dos armadores mais abastados e melhor relacionados com o chefe da província a impetrar concessões para os seus agentes negociarem livremente no interior, apesar das leis proibitivas do Reino. Os governadores, comerciando por conta própria e não raro ligados a estes homens pelo interesse, teriam condescendido. Deste modo, as portas do sertão acabaram por se abrir a outros negociantes, não tão poderosos como os primeiros, mas simplesmente homens de negócio que nada tinham a perder com a sua ousadia e atrevimento. Daí as feiras terem, pouco a pouco, caído em desuso por largo espaço de tempo, e a indisciplina comercial ter voltado a reinar com todas as consequências que se conhecem. Por isso, temos de esperar até ao período pombalino pelo ressurgimento das feiras. A oportunidade surgiu com o alvará de 1758. Ponderando os seus inconvenientes, D. António de Vasconcelos fez renascer das cinsas a sua antiga orgânica. À sua volta passa a gravitar toda a vida económica e social do sertão. Os agrupamentos populacionais, dispersos pelos matos, são coagidos, em nome da ordem social e da boa fé nas relações comerciais, a fixarem-se nas suas imediações.

Assim, por bando de 10 de Novembro de 1759, D. António de Vasconcelos estabelece nova fórmula para o comércio sertanejo, ordenando a criação da feira de S. José do Encoge, junto do presídio do mesmo nome, onde todos os mercadores, vagueando pelas terras dos dem-bos Ambuíla e Ambuela, teriam de exercer a sua acção comercial, sob pena de graves sanções ao arbítrio do governador (61).

Entretanto, o alvará de 1758 e a carta régia de 1761 levantaram dúvidas quanto ao melhor caminho a seguir com o comércio do interior.

(61) A. H. U. — Angola — Cx. 28 — 1759-1761.

Ambos os diplomas tinham, em Luanda, adeptos e detractores. Daí as opiniões a tal respeito divergirem profundamente. Na verdade, enquanto uns defendiam intransigentemente a liberdade de comércio, sem peias que o limitassem, outros, porém, achavam que devia ser sujeito a normas que o regulassem.

Em face de posições tão antagónicas, a Junta do Comércio, em cumprimento das ordens régias, deliberou ouvir, por escrito, um dos homens de maior prestígio na província. Em 26 de Junho de 1762 foi apresentado, efectivamente, a este organismo, por João Álvares Ferreira, um precioso estudo sobre as vantagens e inconvenientes de ambas as modalidades.

Por este documento considerava-se a importância do comércio sertanejo feito pelos europeus, aos quais se devia grande parte do seu florescimento. Fechá-lo aos brancos significava, por conseguinte, impedir a descoberta de novos *pumbos* e a consolidação da presença portuguesa em tais regiões. Por outro lado, todo o comércio permaneceria na dependência dos pumbeiros e aviados que, com as suas fraudes, o levariam à decadência. Entendia-se, também, que os indígenas só a muito custo viriam a Luanda oferecer os seus escravos, pois interessava-os muito mais o comércio estrangeiro na Costa Norte.

A existência de feiras constituía — dizia — um poderoso entrave ao alargamento das actividades económicas da província, pela falta que nelas se experimentava de todo o género de negócio. A causa de tão diminuta afluência de indígenas nestes centros comerciais devia-se não só à concorrência estrangeira, como dissemos, mas também à convicção de que estes mercados apenas tinham em vista a protecção dos brancos que, por estarem todos congregados, exerceriam represálias sobre o gentio por este vexar os seus pumbeiros no interior.

Em desfavor das feiras concorria, igualmente, a perniciosa intervenção dos seus escrivães e dos capitães-mores nas relações comerciais, uma vez estarem sempre associados a comerciantes da capital. Para se evitarem estes e outros danos, como a deserção de indígenas para as terras de potentados independentes, só haveria um caminho a seguir: franquear-se o sertão a todos os vassallos de Sua Majestade e permitir-se a venda de pólvora e armas de fogo. Este género de comércio, por ser o mais estimado pelas populações nativas, era o que mais utilidades proporcionava ao erário régio. Em primeiro lugar, porque da sua venda provinham lucros para a Fazenda Real; em segundo lugar, porque lhes

permitia a caça aos elefantes, cujo marfim constituía, para o Reino, importante fonte de riqueza (62).

Em todo o caso, em assento da Junta do Comércio, de 3 de Julho de 1762, defendeu-se a necessidade da fundação de feiras como instrumentos de estabilização da vida sertaneja. Em 7 de Julho deste ano, D. António de Vasconcelos confirmando o bando de 15 de Maio, sobre a formalidade com que se devia negociar fora de Luanda, publicou novo diploma, pelo qual determinou que além das três feiras já existentes, em S. José do Encoge, Dondo e Lembo, se estabelecessem mais duas, uma na Lucamba, perto do presídio de Ambaca, e outra contígua ao presídio das Pedras, em local previamente escolhido pelo respectivo capitão-mor e com a concordância dos negociantes do distrito (63).

No governo de Sousa Coutinho, foram instituídos novos centros comerciais. Por carta de 12 de Julho de 1764, este governador, de acordo com as deliberações da primeira reunião da Conferência do Comércio, ordenou que a feira de Ambaca, designada por Dalla Ginga, fosse transferida para a Lucamba por dispor de melhores condições de lenha, água e víveres, indispensáveis à sua existência.

Por carta de 9 de Maio de 1765, para o Reino, o mesmo informador participa ter restabelecido a antiga feira de Cassange, fundada em 1624, e criado as de Golo e Bembe (64).

Entretanto, considerando os inconvenientes que resultavam da ausência de regulamentos que disciplinassem a actividade dos escrivães das feiras, publica Sousa Coutinho, em 16 de Setembro de 1764, o seu regimento, tornando-o extensivo aos capitães-mores.

Neste documento, constituído por 15 capítulos, definia-se a jurisdição de ambas as autoridades; ordenava-se a mútua ajuda e colaboração com vista ao bom funcionamento da feira; impunha-se a maior vigilância ao cumprimento das ordens do governo, no sentido de se impedir o comércio clandestino; dava-se alçada ao escrivão para, no caso de se registarem incidentes, prender os transgressores e entregá-los ao capitão-mor ao qual cabia julgá-los de acordo com o seu regimento; fixavam-se os princípios a ter em conta com os bens dos negociantes falecidos, por

(62) A. H. U. — Angola — Cx. 29 — 1762-1763.

(63) Arquivos de Angola, série 1, vol. 2, n.º 9, pp. 167-168.

(64) Arquivos de Angola, série 1, vol. 1, n.º 6.

forma a assegurar-se-lhes a sua inviolabilidade e a salvaguarda dos direitos dos armadores da capital. Para tanto devia o escrivão proceder ao encerramento das portas e entradas dos estabelecimentos em que estivesse a mercadoria, e o capitão-mor à feitura do respectivo inventário, nomeando, para o efeito, depositário aos bens, com a aprovação do escrivão, até ulteriores ordens da competente magistratura da capital; repudiavam-se todas e quaisquer formas de violência exercidas contra os indígenas, sob pena de pesadas sanções; determinava-se o envio trimestral, ao governo da província, de um circunstanciado relatório sobre as condições em que se processava a vida económica e social da feira; estimava-se que brancos e pretos, irmanados na mesma vontade de bem servir, dessem as mãos num esforço supremo para se alcançar o bem-comum; proibia-se, ao escrivão e aos capitães-mores, a cedência de carregadores aos negociantes, embora lhes cumprisse velar pelo cumprimento do contrato que as partes viessem a celebrar; e, finalmente, ordenava-se a ambas as autoridades o cuidado de manterem as melhores relações de amizade com os potentados vizinhos e a respeitarem as suas normas de vida e os seus governos, dos quais dependia, em larga medida, o desenvolvimento ou a decadência das feiras.

A inobservância de algum destes capítulos implicava a prisão do escrivão e do capitão-mor que, em Luanda, seriam sentenciados sumariamente e castigados em conformidade com a gravidade do delito (65).

Com a publicação do edital de 6 de Agosto de 1765, da Junta do Comércio, sobre a proibição do comércio de «revirar» (66), deu-se mais um passo em frente na luta pela moralização dos costumes e boa fé nas transacções comerciais.

Destinado aos escrivães das feiras de Cassange, Haco e Beja, foi publicado, em 29 de Julho de 1775, quando governava a província D. António de Lencastre, novo regimento decalcado do de Sousa Coutinho. Na verdade, a única diferença que existe entre os dois diplomas é que o

(65) A. H. U. — Angola — Cx. 51 — 1801.

(66) Por *revirar* deve entender-se a acção de um devedor (geralmente aviado) re-meter a outrem os escravos adquiridos no sertão com as fazendas do seu credor da capital.

O regimento dos escrivães das feiras, de 16 de Setembro de 1764, através do seu capítulo 15, regula esta relação: «Não consentirá o Capitão-Mór, nem o Escrivão da Feira, que alguns Negociantes fação entre si o negocio de revirar os Homens que remettem as cabeças vendendo-as a outros, que não sejam os seus Constituintes, e assim mesmo não poderão remette-las a esta Cidade debaixo de outro nome por ser este hum Commercio ruinozo e com toda a qualidade de furto».

segundo contém apenas 13 capítulos consagrados exclusivamente aos escrivães. Quanto ao mais, segue *pari passu* o primeiro.

No tempo do barão de Moçamedes, após a assinatura de um termo de fidelidade e vassalagem do jaga de Cassange, em 19 de Dezembro de 1789, pondo termo a uma série de conflitos com as autoridades portuguesas, foi criado o cargo de director da feira do mesmo nome, ao qual foi passado regimento, em 6 de Outubro de 1790 (67).

Contudo, como a ambição, a cobiça e a usura nunca deixaram de acompanhar os homens de negócio daquela época, não tardou, por isso, que o jaga D. Pascoal Rodrigues Machado, a quem havia sido confiado o encargo de vigiar pela boa ordem e disciplina da feira, desse conta ao governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, da existência de numerosos negociantes dispersos pelas suas terras, alterando e desvirtuando os preços taxados pelo governo. Por carta de 17 de Novembro de 1790, o governador participa àquela autoridade o envio de novo escrivão e director para a feira, com o respectivo regimento, ao qual o jaga, com a força da sua autoridade, devia obrigar ao seu cumprimento, «fazendo recolher os maus negociantes e pombeiros à feira e prender no caso de dezobedecerem às ordens que o Director lhes intimar» (68).

Em 13 de Setembro de 1791, escrevendo para o capitão-mor das Pedras, Joaquim José de Sales Gameiro, o mesmo governador atribuíu o mau governo da feira ao seu director por virtude «das imencidades de tollices e asneiras que tem obrado com petulancia, e sem nenhum descuido», circunstâncias estas que haviam motivado a sua substituição (69).

Ao expirar o século XVIII, é inegável a decadência destes mercados no interior. Volvido que foi o período pombalino as feiras agonizam, lenta, mas implacavelmente. Restava apenas a lembrança dum pas-

(67) *Angolana (Documentação sobre Angola)*, vol. 1, 1783-1883, p. 663 (6).

(68) Com a carta o governador fez remeter ao jaga um presente constituído por:

- 1 capote encarnado agalado.
- 1 chapéu correspondente ao mesmo.
- 1 pano de cetim.
- 1 frasqueira de aguardente do Reino.
- 2 ancoretas de aguardente de cabaça
- 3 paus de lacre
- 1 resma de papel
- 1 espingarda
- 4 catanas.

A. H. U. — *Angola* — Cód. 1627 — 1790).

(69) A. H. U. — *Angola* — Cód. 1628 — 1791-1792.

sado ainda recente em que, efectivamente, desempenharam papel preponderante no domínio da economia angolana. Esta saudade foi evocada pela Coroa ao recomendar ao governador António Manuel de Noronha, por portaria de 31 de Janeiro de 1839, o ressurgimento das feiras do Dondo, Beja e Lucamba, nos mesmos moldes em que funcionavam em 1772, isto é, à data da partida de Sousa Coutinho para o Reino (70).

4. O PROBLEMA DOS BANZOS

Quando um dia se escrever a história económica de Angola, um dos capítulos mais difíceis de tratar será, certamente, o que respeita à problemática dos *banzos* (71).

Na documentação relativa aos séculos XVII e XVIII, os *banzos* assumem carácter instrumental, isto é, são comumente referidos como instrumentos de exploração ao serviço de interesses inconfessáveis.

Realmente, quando decorridos muitos anos de esgotamento de homens e de materiais se começou a encarar de frente o interesse colectivo, o dispositivo em que assentava a estrutura dos *banzos* passou a ser considerado como o móbil da ruína do comércio e da decadência da província.

Na verdade, sem *banzos* não se podiam adquirir os escravos e, sem escravos, não era possível a manutenção dos núcleos populacionais nem a conservação do território. O desenvolvimento das relações comerciais dependia, portanto, da forma como se processasse a permuta entre o colono, ou seus agentes, e o indígena. Todavia, desde os primórdios da conquista se tornou evidente que a disposição das partes não coincidia. Ao colono interessava, sobremaneira, vender pelo preço mais elevado

(70) *Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Novíssima*, vol. 1, 1834 a 1851, pp. 75-76.

(71) Este vocábulo, que em certo contexto exprime melancolia, a saudade do escravo da sua terra natal, tem aqui significado diferente. Numa petição ao Reino, de D. Maria de Távora, viúva do governador D. Manuel Pereira Forjaz, *banzo* vem referido como negro. «E quão o dito dom Manoel per^a faleceu tinha nos resgates seis centos banzos de fato que he o mesmo que seis centos negros» (A. H. U. — *Angola* — Cx. 1 — 1602-1624).

António de Oliveira de Cadornega, a propósito de «fazenda banzada», ainda que confirme o conceito acima aproxima-se já do seu verdadeiro significado: «Banzada era o computo que havião de dar por cada Escravo a que chamão banzo ou banzos» (*História Geral das Guerras Angolanas*, vol. 1, p. 143).

Efectivamente, salvo melhor opinião, por *banzo* deve entender-se a quantidade de fazenda necessária para se adquirir um escravo no interior.

determinada mercadoria com a qual se dispunha a comprar as *peças* com destino ao Brasil; ao indígena, pelo contrário, importava trocar os seus escravos pelos produtos de comércio, que mais lhe conviesse, ao mais baixo custo.

Deste desencontro de atitudes nasceram litígios a breve trecho transformados em conflitos. De facto, em face da posição intransigente, e por vezes inconstante, dos indígenas, o sertão passou a ser invadido por mercadores representando os interesses mais díspares que, a coberto de pretensas jurisdições, introduziam, coactivamente, nos sobados sujeitos ao domínio português, os seus *banzos* a título de fazendas reais.

Quando assim sucedia, eram os sobas obrigados a dar-lhes consumo e a fornecer, gratuitamente, aos negociantes todos os carregadores indispensáveis para o transporte das suas mercadorias, além da estadia propriamente dita.

A ganância de alguns mercadores, suscitou o descontentamento das populações locais que, para não serem hostilizadas, furtavam-se ao contacto com os brancos, mestiços e pretos calçados, com insígnias.

Conhecem-se já os abusos resultantes deste processo de relação. A Coroa, porém, através de medidas protectoras, nunca deixou de os reprimir, mas, manda a verdade dizer, a eficácia da aplicação das suas leis deixou sempre muito a desejar. É que o interesse particular, motor de todas as desordens, no interior, sobrepunha-se ao interesse da grei. Daí a solução destes conflitos se arrastar penosamente por longos anos.

No caso específico dos *banzos* é mister salientar o papel das altas esferas da administração central na luta contra a repressão do abuso.

Estas medidas, por força dos clamores dos moradores, bem secundados pela Câmara de Luanda, têm início logo no começo do século XVIII.

Com efeito, aproveitando-se da circunstância de governar a província, por morte de Bernardino de Távora, o Município envidou porfiados esforços no sentido de extirpar tão grande cancro, fonte de torpezas e de relaxações, da vida económica e social do sertão.

Em 4 de Janeiro de 1703, participa já a Edilidade, à Metrópole, os factos que estão na origem das frequentes alterações da ordem, no interior. Por bando de 27 deste mês e ano, denunciava as actividades con-

denáveis dos supostos capitães-mores, aos quais impunha o recolhimento aos locais de seus domicílios, no prazo de quatro meses, findo o qual seriam presos e severamente castigados os que fossem dados à revelia (72).

Por resolução de 23 de Junho de 1703, de harmonia com o parecer do Conselho Ultramarino, de 8 deste mês, o Soberano conforma-se com as directrizes do Senado e ordena a substituição das pseudo-autoridades por simples escrivães.

Mas não eram só estes negociantes quem praticava semelhantes violências. As próprias autoridades sertanejas, como de resto, as da capital, sobretudo até à publicação dos alvarás de 29 de Agosto de 1720 e 27 de Março de 1721, que lhes proíbe o exercício do comércio, mercê da sua situação privilegiada, proveniente do contacto directo com as populações locais, por iniciativa própria ou por imposição do seu general, cometem o mesmo pecado.

Isto explica as queixas que no Reino foram recebidas contra estes funcionários. Embora as acusações fossem dum modo geral justas, outras houve, porém, que careciam de fundamento. O hábito não faz o monge, e os capitães-mores, no exercício das suas funções, nem sempre se houveram tão mal que merecessem as críticas que, por vezes, lhes foram dirigidas. É o caso, por exemplo, da acusação do padre capucho, Frei António Maria de Florença, formulada contra o capitão-mor de Massangano, Manuel Álvares da Guerra.

Com efeito, mandado ouvir sobre esta queixa, Luís César de Menezes, a despeito do excelente procedimento daquele religioso, e das grandes virtudes da sua ordem, não a pôde confirmar. Não duvidava, o governador, que alguns capitães-mores impuzessem pela força, às autoridades tradicionais, os *banzos* introduzidos na primeira fase de exploração do território; mas não se encontrava neste número Álvares da Guerra, cujo comportamento o fazia digno de admiração. Todavia, seria de toda a conveniência — dizia — que os capitães-mores dos presídios e distritos do Dande, Golungo e Cuanza, fossem proibidos de «lançar banzos» aos sobas da sua jurisdição, permitindo-o, apenas, nos sobados independentes «porque nestes nam pode haver violência» (73).

(72) A. H. U. — Angola — Cx. 13 — 1701-1703.

(73) A. H. U. — Angola — Cx. 14 — 1703-1711

O Soberano, por decreto de 16 de Maio de 1703, fez baixar a carta do religioso, e a informação de César de Meneses, ao Conselho Ultramarino. No dia 7 de Junho, este órgão consultivo emitia o seu parecer. Baseado no depoimento do governador, o Conselho Ultramarino sugeria então ao Rei que os serviços do capitão-mor fossem agradecidos e considerados em futuros acrescentamentos. Quanto aos *banzos*, entendia ser de toda a utilidade que passassem a ser enviados pelos pumbeiros, como faziam os moradores, e que de forma alguma coagissem os sobas a aceitá-los. Procurava-se, deste modo, subtrair o comércio à influência das autoridades sertanejas e obstar, concomitantemente à prática de abusos capazes de pôrem em risco a segurança da província.

Em conformidade com as sugestões do Conselho Ultramarino foi enviada, ao governo de Angola, em 7 de Junho de 1703, carta neste sentido, cuja matéria seria objecto principal das *residências* dos capitães-mores, findos os seus mandatos (74).

Até meados do século XVIII não faltam documentos a assinalar a inobservância desta ordem. Os factos, mais uma vez, não acompanharam as intenções. De resto, nem podia ser de outra forma, porquanto ao serem satisfeitos em fazendas, os soldos daquelas autoridades, era forçoso que as quisessem converter na moeda corrente do sertão — os escravos — com que adquiriam todos os bens necessários à sua subsistência.

Entretanto, um problema vai dominar a cena do comércio sertanejo. Não se trata dos *banzos*, propriamente, mas do seu valor, cada vez mais elevado. Quer dizer, à medida que se avança no tempo, os negociantes para comprarem o mesmo escravo são agora obrigados a dispender maior quantidade de fazenda. Por este motivo, o comércio definhava dia a dia, caminhando, a passos largos, no dizer do Senado, para a sua completa decadência. Um facto pouco vulgar ocorrido entre 1725 e 1728, teve o condão de agitar o tranquilo burgo luandense. Queremos referir-nos à epidemia de bexigas que, dizimando a «escravaria», levou à falência grande número de moradores e negociantes. A agravar a situação, os preços diminutos por que os escravos eram comprados nos portos brasileiros «não chegavam para pagar as despesas» (75). Este acontecimento teve ressonância especialmente no Brasil devido às afinidades

(74) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

(75) Carta do Senado da Câmara de Luanda, para o governador Paulo Caetano de Albuquerque, de 24-1-1728. (A. H. U. — Angola — Cx. 18 — 1729-1731).

entre as duas províncias Atlânticas. Daí o espectro da insolvência pairar sobre os armadores de Luanda. Só alguns anos depois, com a melhoria das condições sanitárias, e com o consequente aumento da exportação dos escravos, a crise se desvaneceu.

Seja como for, o valor dos *banzos* passou a inquietar todos os que se dedicavam ao tráfico e a preocupar, do mesmo modo, as autoridades da província que viam na sua regularização a condição fundamental para a boa justeza das relações entre o colono e o indígena.

Por isso, vários governadores fazem chegar ao Reino os seus apelos pedindo providências rápidas e precisas.

Interpretando o sentir destes governadores, a Coroa, por carta régia de 14 de Novembro de 1761, na parte respeitante aos *banzos*, cujos preços exorbitantes têm levado à decadência o comércio sertanejo, «de sorte que tendo cada Banzo o valor de quarenta mil reis nessa Cidade nos tempos mais regulares, logo que della sahe para os ditos certoens he reputado em oitenta mil reis» (76), determinou a criação de uma Junta do Comércio à qual foram cometidas as seguintes incumbências: declaração, nas guias de legitimação que se houverem de passar aos negociantes, do número de *banzos* e preços por que se hã-de vender nas feiras, de acordo com as suas distâncias a que cada um se dirigir, depois de ouvidos dois procuradores dos negociantes mais notáveis da capital, por parte do comércio, e o secretário do governador, João José de Lima, por parte dos indígenas, como seu tutor e curador; proibição aos feirantes, de venderem clandestinamente em lugares diferentes daqueles cen-

(76) Um precioso mapa dos anos 30 do século XVIII, mostra-nos perfeitamente as diferenças extremas existentes entre a tabela de preços dos produtos de comércio vendidos em Lisboa, em Luanda e no sertão, «sigurandose o preço de 80\$000 réis por hua pessa da India dada no mato».

<i>Em Lisboa</i>		<i>Em Luanda</i>	<i>No Sertão</i>
— Folhinha a corja até	8\$000 réis	14\$000	25\$000
— Serafina p[leça]	7\$000 »	12\$800	20\$000
— Zuartes lisos	3\$600 »	6\$000	12\$000
— P[leça] de crede 15 V. ^{as}	2\$025 »	4\$000	6\$000
— P[leça] de chita de Damão	1\$500 »	3\$000	6\$000
— P[leça] de borralho cafre	1\$800 »	3\$600	2\$500 (a)
— 13 facas	\$345 »	\$800	1\$300
— Baeta o covado	\$330 »	\$600	1\$200
— Meia p[leça] de Zuarte lavrado	1\$800 »	3\$500	6\$000
	26\$400 »	48\$300	80\$000

(a) Um pano de borralho cafre
(A. H. U. — Angola — Cx. 21 — 1737-1739)

tros comerciais, pelo que serão obrigados a requerer competentes certidões aos escrivães das feiras por onde conste terem, efectivamente, observado esta norma; fixação, por parte da Junta, de editais em todos os mercados do interior com as tarifas dos preços estabelecidos para os *banzos* que os negociantes terão necessariamente de respeitar, sob pena de virem a perder os escravos e de ficarem inibidos de entrarem no sertão (77).

Criada a Junta (78), imediatamente foi dado cumprimento às ordens régias. Mas, desde logo, foi evidente a incapacidade manifestada por este organismo em legislar sobre matéria tão delicada. De resto, não era fácil, como veremos, encontrar uma plataforma de entendimento e de acção que satisfizesse os objectivos em vista. Na verdade, partindo do conceito inicial de *banzo* — quantidade de fazenda necessária para se adquirir um escravo no sertão — logo emerge a dificuldade de avaliar os produtos comerciais. Com efeito, podendo um *banzo* ser constituído por um só artigo ou por vários, de preços diferentes, é lógico que a porção de fazenda dependesse dos produtos escolhidos. Este facto não teria dificuldades de maior se, para o indígena, as mercadorias não fossem catalogadas todas de iguais. Como assim não acontecia, o negociante ficava muitas vezes seriamente embaraçado, na medida em que, para satisfazer os apetites e as exigências dos indígenas teria forçosamente de lhes reduzir a quantidade da fazenda preferida. Este fenómeno não o compreendia muito bem o indígena, pois para ele tanto significava «tres covados de baeta, como tres de veludo». Não havia, portanto, um padrão certo de troca. Por isso, na constituição dos géneros que integravam o *banzo* é que residia, repetimos, a grande dificuldade da sua avaliação. Justifica-se, assim, o facto de nunca terem sido regulados.

Por outro lado, havia um outro aspecto que tornava ainda mais difícil a solução do problema. Trata-se do local da efectivação do contacto comercial. Quer isto significar que os preços dos *banzos* depen-

(77) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 9, pp. 157-159.

(78) A data da sua fundação compreendia os seguintes elementos: o governador, D. António de Vasconcelos, como seu presidente; o ouvidor-geral, Francisco José Pereira Barbosa; o juiz de fora, João Delgado Xavier; o coronel, João Monteiro de Moraes; o tenente-coronel, José António Serram; o sargento-mor Joaquim Marques Pereira.

diam, inclusivamente, da maior ou menor distância em que os escravos fossem transaccionados. E compreende-se que assim fosse, pois não seria justo que a um escravo comprado às portas de Luanda se atribuisse o mesmo *banzo* de um outro permutado nas mais recônditas paragens.

Mas se estas complicações funcionavam em relação à fazenda do feirante, outras havia, porém, que se prendiam directamente com a mercadoria do indígena. Realmente, também aqui surgiam problemas quase insolúveis. É que as *cabeças*, tal como os géneros dos mercadores, variavam de acordo com o sexo, com a idade e até mesmo com a compleição física do escravo.

Em assento de 3 de Julho de 1762, a Junta do comércio depois de estudar as informações que lhe foram prestadas, ao abrigo das disposições régias de 1761, deliberou naturalmente não ser possível a regulação dos *banzos*, enquanto se não pusesse na presença de Sua Majestade os inconvenientes que resultariam da sua fixação «e só devião na presente conjuntura estabelecer-se as Feiras legitimando-se os negociantes e nam as fazendas» (79).

Compreendendo toda a gama de dificuldades que envolvia o mecanismo do valor dos *banzos*, o governador D. António de Vasconcelos, em carta para a Metrópole, de 9 de Julho de 1762, não pôde deixar de testemunhar: «Os Banzos da Fazenda para a tarifa dos negros hé couza que também a mim me parece quaze impraticavel, pela sua inconstancia na estimação das Fazendas e gosto dellas, alem da sua liberdade, que se não sogeitão as ordens, nem a vassalagem senão enquanto lhes faz conta, pelas distancias em que vivem, pelo pouco que lhes custa passar de hum sitio a outro, e por ser o commercio quaze todo feito com gentios independentes da jurisdição dos brancos, mas não enquanto ao preço do resgate» (80).

A Coroa também não estava habilitada a legislar sobre a matéria. O problema subsistiu, por isso, até finais do século XVIII.

(79) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 1, n.º 9, pp. 163-164.

(80) A. H. U. — *Angola* — Cx. 29 — 1762-1763.

5. OS CARREGADORES E OS INTERESSES DOS CAPITÃES-MORES

Outra forma de intervenção dos capitães-mores, no comércio sertanejo, consistia no fornecimento de carregadores aos negociantes, para o transporte das suas mercadorias pelo interior do território.

Em todo o período do nosso estudo, a figura do carregador assume papel de relevo na complexidade da vida económica da província.

Era dele, com efeito, que dependia, em grande parte, o êxito ou o fracasso da promoção do desenvolvimento económico de Angola. É que, não existindo veículos nem animais de carga, o transporte dos artigos de comércio fazia-se, necessariamente, a dorso, pelos carregadores. Mas, talvez por isso mesmo, desde muito cedo foram objecto das injustiças mais gritantes.

Monopolizando a força do trabalho, manipulando-a segundo as suas conveniências momentâneas, concedendo-a ou denegando-a, consoante a lei do interesse, os capitães-mores logo desencadearam contra si a repulsa dos chefes africanos, a hostilidade do gentio e a indignação dos mercadores. Em resumo: transformaram-se, aos olhos das populações, em autoridades venais.

Contudo, abstraindo os inveterados abusos resultantes da dureza de tratamento infligido pelos negociantes aos carregadores, por altura da condução das suas cargas, os capitães-mores podem legitimamente queixar-se de que nem sempre actuaram por conta própria, mas também por ordem expressa do governo. Na verdade, os carregadores exigidos aos sobas, não se destinavam apenas a satisfazer as permanentes requisições dos homens de negócio: eram igualmente recrutados para servir nas fileiras do exército por ocasião das guerras sertanejas.

A obrigatoriedade dos sobas vassalos, de fornecerem seus súbditos para aquelas ocupações, data dos tempos mais recuados. Ela nasceu, pode dizer-se, por força do sistema feudal — «feudalismo luso-africano» — implantado, hábilmente, pelos portugueses em Angola.

Os excessos decorrentes do sistema, praticados por comissários volantes do sertão, e por um funcionalismo inqualificado foram desde os tempos mais distantes, condenados pelos órgãos responsáveis pela administração central. Para não recuarmos mais no tempo, basta citar o regimento de Tristão da Cunha, de 1666, pelo qual se advertia os capitães-mores que, nas guerras que houvessem de se fazer aos potentados

rebeldes, se abstivessem de atravessar as terras dos sobas vassalos, por destas incursões resultarem abusos traduzidos em peitas e na entrega de carregadores (81).

O próprio governador, interpretando o pensamento do Soberano procurou, durante o seu mandato, eliminar uma justiça que nada tinha de prestigiante para a administração portuguesa. Trata-se da proibição do serviço gratuito prestado pelos carregadores aos feirantes, o que levava muitos deles a evadirem-se para os sobados independentes.

Esta medida, porém, não logrou alcançar os fins em vista, mas permitiu que mais tarde fosse retomada, pelos seus sucessores, com certo êxito.

É este, sem dúvida, um dos problemas mais graves, e mais humanos, com que as autoridades portuguesas tiveram de se haver no século XVIII. Não se tratava, apenas, de impedir a paralisação do comércio no interior, por falta de «instrumentos» de trabalho, mas de os remunerar em conformidade com os princípios cristãos que sempre nortearam a nossa actividade colonizadora.

Não pode dizer-se que a primeira metade do século XVIII seja fértil em diplomas ou instruções desta natureza. Na verdade, poucos são os textos legais que, neste período, assinalam aquela preocupação. O mesmo não acontece, contudo, com a segunda metade e, especialmente, com o terceiro quartel, em que é marcante o carácter protector da legislação do Reino a tal respeito. É este, afinal, o período da revolução das ideias, da reforma das instituições, da formação de uma nova mentalidade, da planificação da vida segundo normas e directivas inspiradas em princípios de sociabilidade e de igualdade do género humano.

Com efeito, a Coroa, compungida com a lástima das injustiças infligidas aos carregadores, responsabilizou os capitães-mores pela sua desgraça. As medidas legislativas emanadas do poder central visam, por conseguinte, estas autoridades. Assim, pela já famosa carta régia de 14 de Novembro de 1761, denuncia-se a criminosa dependência que destes funcionários tinham os mercadores aos quais costumavam extorquir «concederáveis quantias que lhes sugere a sua cobiça, e sem ellas lhes não fornecessem os ditos negros, aos quais também roubão os seus jornais

(81) Capítulo 23.

debaixo do pretexto de que vão trabalhar para a Minha Real Fazenda, em forma que os mesmos negros juntamente escandalizados fogem dos meus reaes Dominios à força daquellas vexações» (82).

A fim de se obstar a estes inconvenientes cometia-se à Junta do Comércio o encargo de regularizar o abuso através da expedição de instruções rigorosas àquelas autoridades no sentido de fornecerem aos negociantes os carregadores necessários para as suas deslocações «pelos preços correntes sem diminuição, e sim excesso» (83).

Para a eficácia desta medida, que não se desejava utópica, concedia-se aos capitães-mores, a título de gratificação, um quarto por cento do valor das fazendas avaliadas, em Luanda, e destinadas ao interior (84). Este quantitativo era declarado, pela Junta, nas guias passadas aos negociantes. Deste modo, procurava-se evitar a possibilidade de fraude por ocasião do seu pagamento nos presídios por onde as mercadorias tivessem de passar. Aos carregadores, o pagamento dos seus jornais, para não se perder pelos intermediários, seria efectuado «nas suas próprias mãos».

A falta de cumprimento a tais disposições, por parte das autoridades sertanejas, pressupunha a perda de seus postos, a inabilidade para todo o serviço régio, a restituição de importâncias recebidas ilegalmente e a indemnização, aos homens de negócio, de todos os prejuízos que pudessem resultar da denegação ou demora na entrega de carregadores para a condução dos géneros comerciais.

A referida gratificação atribuída aos capitães-mores, não foi bem recebida em Luanda. Melhor: não se acreditava na eficiência do sistema. Além disso, não se considerava suficientemente tentadora a percentagem de um quarto por cento.

Por outro lado, a cumprir-se a disposição régia, nesta matéria, todo o comércio sertanejo permaneceria na completa dependência dos

(82) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 9, pp. 157-159.

(83) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 9, pp. 157-159.

(84) Esta medida foi extensiva ao Reino de Benguela em 18-11-1761, por carta do ministro Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para D. António de Vasconcelos: «Para que o commercio não padeça e o capitão mor do sobredito Presídio possa fazer o seu interesse sem extorções: ordena Sua Magestade lhe estabeleça nos Banzos da Fazenda que entrar naquella Porto hum quarto por cento na mesma forma e debaixo das mesmas penas com que se acha estabelecido aos capitães mores dos mais Presídios». (A. H. U. — *Angola* — Cód. 408 — 1759-1769).

capitães-mores, por os negociantes ficarem impedidos de contratarem directamente com os próprios indígenas.

Assim o entendeu também a Junta do Comércio que, em 3 de Julho de 1762, baseada no relatório subscrito por João Álvares Ferreira, procurava demover o Reino das suas intenções.

Segundo este organismo, para se pôr termo a tão perniciosa influência, e evitar-se a despesa inútil da referida percentagem, que somente alimentava a cobiça dos capitães-mores, e onerava a fazenda no sertão, devia proibir-se-lhes ministrarem carregadores aos aviados e pumbeiros ainda que estes os requeressem «por se não arrogarem com este pretexto a frívolas desculpas para constituir a dependência que não há e tirarem proveito da sua malícia que certamente hé a que tem afugentado os negros» (85).

O parecer da Junta era corroborado pelo seu presidente, D. António de Vasconcelos, na sua qualidade de governador que defendia, vigorosamente, o livre contrato das partes interessadas, mediante justa remuneração.

Esta perspectiva, dos órgãos responsáveis pela condução da vida económica em Angola, veio a ter efeitos legais, em 7 de Julho de 1762, por bando do mesmo governador, pelo qual se incentivava ao contrato que «ha-de ser positivo dos mesmos comerciantes, pagando aos tais carregadores o seu competente salário, e a seu contento» (86).

Pelo regimento dos capitães-mores, de 1765 (art.º 6), proíbe-se, igualmente, a influência destas autoridades nas relações comerciais. E nos regimentos dos escrivães das feiras, de 1764 e 1775, confirmam-se as disposições anteriores. As autoridades do interior cometia-se, por estes diplomas, o papel de árbitros nas relações que viessem a estabelecer-se entre negociantes e carregadores. Era-lhes vedada, portanto, toda e qualquer interferência no contrato, mas, celebrado este, cumpria-lhes velar

(85) A. H. U. — *Angola* — Cx. 29 — 1762-1763; *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 9, pp. 163-164.

(86) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 9, pp. 165-166.

pela sua observância, fazendo respeitar, pelos meios suasórios ou coactivos, os compromissos assumidos pelas partes (87).

Até ao fim do período do nosso estudo, salvo o depoimento de D. Miguel Antão de Melo (88), não temos notícia de fornecimento de carregadores pelos capitães-mores aos negociantes.

Todavia, nas instruções aos governadores, repetia-se a doutrina contida na carta régia de 1761, que fixava as relações entre aqueles agentes e os feirantes em matéria de carregadores.

Entretanto, se repararmos para a cronologia dos três documentos atrás mencionados — do parecer da Junta, da carta do governador e do bando — não nos será difícil surpreender, simultaneamente, nos diplomas legais, dois *modus vivendi*: o resultante da carta régia; e o decorrente do parecer, consubstanciado no bando de 1762 e em textos posteriores.

Seja como for, era intenção primordial, do governo da província, libertar o comércio de todas as peias que o oprimissem. O bando de 1762 e os regimentos dos escrivães das feiras, têm, por conseguinte, de ser inseridos neste contexto. São documentos que marcam uma etapa importante na luta contra o trabalho forçado em Angola. E antecipam em mais de um século, medidas consideradas avançadas para o tempo.

Contudo, em casos muito excepcionais — e só nestes — o serviço de carregadores podia ser legalmente imposto. No governo de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, por exemplo, destinavam-se a tal serviço os

(87) O capítulo 11 do regimento de 1764, de Sousa Coutinho, reza assim: «Nem o Capitão-Mor, nem o Escrivão da Feira darão Carregadores aos negociantes por ser este hum ajuste, que pertence aos mesmos negociantes em reciproco contentamento das partes, poderão, porem obrigar, a que paguem o que ajustarem se houverem queixas das Partes».

O capítulo 9 do regimento de 1775, de D. António de Lencastre, é do seguinte teor: «Da mesma sôrte não obrigará aos Carregadores trabalharem contra suas vontades e gratuitamente, por ser este hum ajuste que pertence a elles, e aos Negociantes em reciproco contentamento das Partes; poderão porem obrigá-los havendo necessidade justa e muito precisa a que sirvão sendo pagos do seu justo trabalho e a seu Requerimento fazer, com que os mesmos Negociantes lhes satisfação os seus serviços quando haja queixa das Partes».

(88) Do seu relatório de governo, de 25-8-1802, entregue a D. Fernando António de Noronha, transcrevemos o seguinte passo: «Em Benguella costumam os feirantes ajustar-se com os carregadores ou com os sobas, e não recorrem, para obter os ditos carregadores, aos capitães-mores ou regentes; porém no sertão denominado de Angola observa-se o costume contrario, que procurei emendar sem fructo, posto que inculco a V. Ex.^a trabalhe pelo conseguir, porque será este o meio mais facil para diminuir muitas desordens». (*Angola no começo do século*. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 5, n.º 9, p. 551).

soldados dos presídios dados como incapazes. Quando, porém, o recusavam, eram compelidos a aceitá-lo, libertando-os, assim, «das suas preocupações e ociosidades, dando-lhes modo de vida e de ganharem justamente a sua subsistencia» (89).

Os negociantes sertanejos estavam, por isso, sujeitos a grandes penalidades sempre que infligissem as ordens do governo e se registassem violências aos carregadores (90).

Mas não era só ao nível da administração de Angola que se verificava esta preocupação. O governo central também nunca perdia uma oportunidade de a manifestar. O regimento do governo de Benguela, de 3 de Abril de 1796, revela este espírito (91).

Ao findar o período do nosso estudo, a Coroa, a instâncias do governador D. Miguel António de Melo, revogou as antigas disposições que proibiam a introdução de cavalos em Angola, a fim de serem utilizados, juntamente com camelos, mulas e jumentos, na condução de artigos de comércio no interior (92).

Pretendia-se, deste modo, a promoção do transporte por animais, em substituição dos carregadores. Era uma medida humanitária, ao mesmo tempo de política económica. Por esta forma desenvolviam-se, efectivamente, as relações comerciais, evitavam-se os abusos dos feirantes impossíveis de controlar, obstava-se à fuga de súbditos portugueses para os sobados rebeldes e impedia-se, finalmente, a interrupção dos trabalhos agrícolas.

Esta medida, porém, devido à indiferença dos moradores, pouco afeitos a inovações, fracassou. O próprio governador o lamenta ao aban-

(89) Carta para o capitão mor de Ambaca, Manuel da Fonseca Coutinho, de 17-4-1792. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1628 — 1791-1792).

(90) Em carta para José de Seabra da Silva, de 25-1-1792, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, referindo-se-lhes afirmava: «Costumo obrigar a ressarcir proibindo toda e qualquer (violência) que lhes possam fazer os feirantes, impondo competentes penas aos que a praticarem». (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1633).

(91) Eis o teor do capítulo 24 deste regimento: «A mesma integridade (refere-se ao cap. 23 sobre Mucanos) observará com os Negros carregadores, não consentindo em que os Negociantes os tirem por força aos sobas, mas sim lhe pessão os filhos, e se convencionem no preço das cargas, protegendo o governo a satisfação sumaria para que sendo a boa fé o principal requisito de todo o Commercio, hé preciso que aquella qualidade se exemplifique, pelos mais Poderozos e que os circunloquios permitidos, entre os civilizados para melhor conhecimento da verdade, se despendem na pratica le similhantes contendores, por obviar o maior mal». (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1633.)

(92) Aviso de 26-10-1796. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 549).

donar a gerência da província. No seu relatório de governo, já por várias vezes referido neste trabalho, D. Miguel António de Melo dizia com mágua, não ter podido dar satisfação ao aviso régio de 1796, por não haver um único morador interessado na importação de éguas do Brasil, por certamente temerem, como os seus antepassados, pela defesa e conservação do território.

Mais tarde, Saldanha da Gama retomou o problema manifestando-se abertamente contra o sistema antigo. O transporte de cargas pesadas, feito por carregadores era incompatível com os princípios secularmente defendidos pelos portugueses. Tanto mais que as prepotências dos feirantes não haviam sido desterradas pelas leis metropolitanas. Impunha-se, portanto, a supressão do abuso (93).

Sá da Bandeira, depois de abolir o tráfico da escravatura, em 1836, confirma a orientação política de Saldanha da Gama, assinando a portaria de 31 de Janeiro de 1839, pela qual se determina ao governador-geral, a proibição, às autoridades sertanejas do fornecimento de carregadores para fins comerciais, «a não ser para transporte de objectos pertencentes ao Estado, devendo neste caso ser pagos os carregadores pela Fazenda Pública, pelos preços estipulados segundo as distancias (...) entendendo que para o futuro ficará ao arbitrio dos negociantes e de quaisquer outros individuos o ajustar-se com os negros para a condução de suas fazendas sem que em tais convenções jamais intervenha authoridade ou força» (94).

Esta portaria, como se observa, não traz nada de novo em matéria de protecção aos carregadores. Os seus princípios acham-se, realmente, explícitos na legislação dos governadores de Angola. Apesar disso, o diploma teve vida efémera.

Por portaria de 10 de Outubro de 1840, considerando-se as razões expostas pelo chefe da província, Manuel Eleutério Malheiro, em 18 de Julho deste ano, baseado no parecer do Conselho do Governo é, com efeito, tal como no século anterior, tolerado o serviço de carregadores, sempre que a ordem social o exigir (95).

(93) GAMA, António de Saldanha da — *Memória sobre as colonias de Portugal*, pp. 74-78.

(94) *Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Novíssima*, vol. 1, 1834 a 1851, pp. 75-76.

(95) Id., pp. 135-136.

O problema dos carregadores arrastou-se, por isso, por alguns anos mais, vindo a ser definitivamente solucionado já muito fora do nosso período de estudo.

6. O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO PELOS CAPITÃES-MORES

Tudo o que haveria a referir sobre este assunto, encontra-se descrito nos dois primeiros capítulos do nosso trabalho, sobretudo no primeiro quando estudámos o problema dos vencimentos. No quarto e último capítulo teremos ainda oportunidade de abordar alguns aspectos que antecedem o alvará de 29 de Agosto de 1720, pelo qual se proíbe às autoridades do Ultramar, administrativas, judiciais, fazendárias e militares, a partir da patente de capitão, inclusivé, o exercício do comércio. Não se tratará propriamente do múnus comercial, mas de práticas que tiveram por objectivo dominante o interesse material.

Foi este interesse, de resto, que determinou a interferência dos capitães-mores no comércio do interior; o desencadeamento do aparelho legislativo contra a sua actuação; e a generalizada repulsa das populações que governavam.

Doença lhe chamou D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, porquanto fazendo a cobiça os homens indignos, contribuíra para a sua própria destruição. Ao interesse ficaram devendo, também, aqueles funcionários muitos amargos de boca. É o caso, por exemplo, de Bartolomeu Duarte de Sequeira que, de 1729 a 1750, como capitão-mor de Benguela e das Pedras conheceu, por duas vezes, a dolorosa experiência do cárcere.

No fundo, a história dos capitães-mores é assim mesmo: a luta permanente entre o abuso e a sua repressão.

Por isso, tinham razão de ser as palavras que D. Manuel de Almeida e Vasconcelos dirigira ao capitão-mor da Muxima, Joaquim Geraldo da Fonseca, em 25 de Março de 1794. Mais do que palavras, esta carta encerrava um verdadeiro programa de governo, a cartilha por onde todos, afinal, deviam aferir as suas condutas, mas que, infelizmente, tão poucos haviam de seguir. «Não é a ignorância que embaraça a execução, mas sim o maldito interesse, pois que entrando o negócio, hé infalível a dependência, a intriga, a parcialidade e as grandes injustiças, a ociosidade e as queixas, senão executão as ordens, e tudo vai perdido, e em relaxação; pelo contrário se experimenta quando somente se tem por objectivo o satisfazer as Leis Divinas e de Sua Magestade e cumprir com as ordens dos supe-

riores, administrando huma recta e imparcial justiça, fazendo o bem ao publico sem de forma alguma especializar alguém, animando a todos ao bem e reprehendendo os que obrão, mal, muitas vezes estes geitos, podem mais que hum grande premio e forte castigo a que tão bem se não deve faltar quando aquelle que não obra e os sugeitos o merecem, guardando nisto mesmo segundo as couzas a igualdade, sem que predomine paixão, etiqueta, ou alguma razão particular» (96).

Conclusão

Num breve relance ao que dissemos atrás se infere, com efeito, que o *pacto colonial*, com as características que o informavam, não foi observado em Angola; o Reino pouco beneficiou com o sistema, porquanto as potências estrangeiras na Costa Norte e o Brasil, sobretudo ao Sul do Dande, chamaram a si o domínio do comércio angolano explorando-o em proveito próprio.

A política de restrições e de liberdade de comércio gira em torno de 3 disposições régias: do capítulo 18 do regimento dos governadores que o restringe no interior; do alvará de 11 de Janeiro de 1758 que oficializa a sua liberdade; e da carta régia de 14 de Novembro de 1761 que o regula em todo o sertão.

A origem das feiras anda ligada às restrições comerciais no sertão. Todavia, os males emergentes da sua orgânica e o incremento do tráfico, a partir da segunda metade do século XVII comprometeram, desde logo, o seu funcionamento. Por isso, não obstante algumas fases positivas, como o período pombalino, as feiras raramente se afirmaram como elementos dinâmicos da economia angolana.

Os *banzos* constituíram, desde a primeira hora, fonte de abusos e de alteração da ordem no interior. Contudo, muitos dos conflitos havidos entre o colono e o autóctone tinham a sua origem nas dificuldades próprias do múnus comercial exercido, muitas vezes, em regiões fora da influência portuguesa ou onde a soberania se afirmava de forma precária; no exotismo dos produtos de comércio transaccionados; na ganância de alguns feirantes menos escrupulosos; na malícia e na exuberância de procedimentos e atitudes dos indígenas.

(96) A. H. U. — Angola — Cód. 1630 — 1793-1794.

A falta de veículos ou de animais de carga, até finais do século XVIII, fez dos carregadores elementos indispensáveis à promoção do desenvolvimento económico da província. Foram, porém, por largos anos vítimas das maiores injustiças, quer por parte dos capitães-mores, quer dos mercadores. O governo da província e a Coroa, particularmente na segunda metade deste século, desenvolvem porfiados esforços com vista à repressão dos abusos. Algumas das suas disposições, pelo carácter protector e humanismo cristão que evidenciam marcam uma etapa de extraordinária importância na luta contra o trabalho forçado em Angola.

O exercício do comércio, como aliás todas as práticas que tinham por objectivo o interesse material, determinaram toda a actividade dos capitães-mores. Os males resultantes destas funções extra-oficiais têm raízes fundas. Devem, por conseguinte, ser analisados à luz do contexto da época. Sendo assim, não será difícil descobrir na escassez de vencimentos e no sistema do seu pagamento, a maior parte dos lamentáveis procedimentos daquelas autoridades no governo dos presídios.

No capítulo seguinte — quarto e último do nosso estudo — procuraremos analisar, a despeito da pobreza do material recolhido, alguns dos processos de *relação* entre os capitães-mores e as autoridades tradicionais. Como se observará, também aqui o abuso e a sua repressão andaram como que de mãos dadas ao longo do tempo.

CAPÍTULO IV

RELAÇÕES DOS CAPITÃES-MORES COM AS AUTORIDADES TRADICIONAIS

CAPÍTULO IV

RELAÇÕES DOS CAPITÃES-MORES COM AS AUTORIDADES TRADICIONAIS

1. OS PRESENTES DOS SOBAS. SUA PROIBIÇÃO

Do processo de relação estabelecido entre os capitães-mores e os chefes africanos, sugerido pelo contacto de duas culturas e civilizações diferentes, emergem, inevitavelmente, ao lado dos aspectos altamente positivos, outros que podemos considerar de abusivos.

Os primeiros, sem dúvida os mais importantes, inscrevem-se no quadro da política tradicional de assimilação que informou o aparelho legislativo da nossa administração ultramarina. A princípio, a modos que tímida, a variedade étnica angolana precaveu-se, no seu isolacionismo, contra todas as inovações capazes de porem em risco a estrutura da sociedade tribal. Os portugueses, habituados ao contacto com povos exóticos, sabiam isto bem. Daí não terem sido impostas concepções de vida que ferissem a sensibilidade daqueles povos. O reconhecimento pelas suas formas de vida privada foi, de resto, uma constante em toda a história da colonização portuguesa. Apesar disso, não tardou, porém, que as populações, sobretudo as litorâneas, fossem aderindo à comunidade lusíada. O resultado desta convivência multirracial, largamente comprovada nos textos da época, foi consubstanciada na transformação, lenta mas progressiva, do homem, das instituições e do meio. Esta transformação, inspirada na doutrina do Cristianismo veio, afinal, a ter influência marcante na libertação do próprio continente, da sua servidão multissecular.

Os segundos aspectos, distribuem-se por uma série de práticas em que é evidente o carácter interesseiro dos seus promotores.

Algumas delas datam do donatário Paulo Dias de Novais. Mas, por se terem revelado demasiado cedo, não tiveram vida longa. Pode mesmo dizer-se que o século XVIII não as chegou a conhecer, pelo menos com a incidência dos séculos anteriores.

É o caso, por exemplo, das chamadas abusivas dos sobas aos presídios e da oferta de presentes destas autoridades aos representantes do

governo da província, a que já fizemos algumas referências no primeiro capítulo do nosso estudo.

Como é bem de ver, uma e outra modalidades albergavam interesses inconfessáveis. Os sobas, a rogos dos capitães-mores, sem outro pretexto que não fosse o de saciar a ambição destes funcionários, eram frequentemente obrigados a ir à sua presença. Simples rotina, quase sempre traduzida em pedidos de escravos, de carregadores e de géneros indispensáveis à sua subsistência e à manutenção da guarnição militar dos presídios.

Os presentes, por sua vez, constituíam o meio ideal de corrupção, à qual os capitães-mores raramente escapavam. Ora, detendo estes funcionários em suas mãos poderes quase ilimitados, facilmente se adivinham os grandes inconvenientes que, para o governo das populações locais, resultavam de uma autoridade despersonalizada e desmoralizada.

Depoimentos de testemunhas oculares destes abusos, encontraram eco no governo central. Situam-se, neste número, entre outros, os de Garcia Mendes Castello Branco, no primeiro quartel do século XVII e de Bento Teixeira de Saldanha, em meados do século.

Assim, pelos capítulos 3 e 26 do regimento de Tristão da Cunha, de 1666, são aqueles excessos condenados. No regimento de Aires de Saldanha de Meneses, de 1676, pelos capítulos 4 e 5, são confirmadas ambas as proibições.

O capítulo 5 do último regimento, relativo às dádivas dos sobas, mas visando especialmente a figura do governador, suscitou por parte de Saldanha de Meneses, e dos seus sucessores, enérgica reacção. Todavia, estas contestações não foram suficientes para demover a Coroa dos seus louváveis propósitos. A proibição estava consumada.

No século XVIII, não se vislumbram, com efeito, sinais de recrutamento destes abusos. Na verdade, afora alguns casos esporádicos registados no governo de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos (1), o período do nosso estudo é, neste particular, caracterizado por uma saudável calma e pela surpreendente eficácia das leis metropolitanas.

(1) Cartas, de censura, para os capitães-mores de Cambambe, Inácio António de Almeida, de 6-11-1793. (A. H. U. — Angola — Cód. 1630 — 1793-1794); e para António José Carneiro, de 22-1-1797. (A. H. U. — Angola — Cód. 1632).

2. O TRABALHO FORÇADO E GRATUITO. CONDENAÇÃO DO ABUSO E SUA REGULARIZAÇÃO PELO REINO

Esta prática é anterior ao nosso estabelecimento em Angola. Os navegadores e primeiros colonizadores portugueses encontraram-na, com efeito, já instalada no território. Aliás, era vulgar, por esse tempo, a servidão humana. Os potentados negros, segundo documentação coeva, utilizavam-na, naturalmente, no governo da tribo.

Os capitães-mores não teriam, por isso, dificuldades em seguir-lhes o exemplo. De resto, as próprias populações habituadas ao sistema antigo adaptavam-se, com facilidade, ao mando da autoridade portuguesa. No fundo, dadas as condições em que se processava a vida tribal, à chegada do donatário, a oferta da pátria portuguesa a estes agrupamentos humanos sempre lhes havia de trazer mais vantagens que a ditadura despótica dos chefes nativos.

A obrigatoriedade do trabalho gratuito, nas jurisdições dos presídios do interior foi, por conseguinte, durante alguns anos, regularmente observada.

Por falta de documentos, anteriores à restauração de Luanda, desconhece-se a data do início desta prática. Todavia, sabe-se que vinha de longe o costume dos sobas concorrerem com os braços dos seus súbditos para a edificação, reparação e limpeza das fortalezas e suas dependências; para a construção de Igrejas; para a manutenção do serviço postal entre os presídios e a capital e entre esta e os sobados vassallos; para a condução dos diários (2), artilharia e munições em tempo de guerra e de paz; para a desobstrução dos caminhos etc.

A participação do trabalho indígena, nas múltiplas funções cometidas aos capitães-mores, deve ter surgido, contudo, por força das relações estabelecidas entre a autoridade portuguesa e a tradicional, ainda no período da conquista.

Esta participação ter-se-ia acentuado à medida que a soberania portuguesa ia sendo consolidada pelas margens do Cuanza. Seria, em última análise, o resultado da nossa afirmação política e militar no interior da província.

(2) Dava-se o nome de *diários* às fazendas com que se efectuavam os pagamentos dos soldos às guarnições militares dos presídios.

O processo, a via seguida por ambas as autoridades para a definição de um estatuto de direitos e deveres, teria sido a própria vassalagem dos potentados indígenas. No registo do respectivo termo, que sobrevinha ao acto, consignar-se-iam os princípios que vinculariam os dois poderes.

Autos seiscentistas assinalam, curiosamente, esta interdependência. São, por isso, frequentes as disposições que obrigam ao fornecimento da mão-de-obra necessária para as diversas obras em curso nos presídios. Mas são também vulgares as cláusulas que evidenciam as responsabilidades dos capitães-mores no tocante à defesa dos sobas e preservação dos seus governos.

Com o andar dos tempos, porém, a estrutura passou a ser considerada obsoleta, injusta para populações que se haviam acolhido à sombra da bandeira portuguesa.

Para esta tomada de consciência contribuiu, iniludivelmente, a actuação de alguns capitães-mores. Na verdade, aquilo que nos primeiros tempos era considerado como um mal necessário, não tardou que degenerasse em abuso. As autoridades tradicionais passaram, por conseguinte, a queixar-se ao governo da província dos excessos daqueles funcionários. Estes, a instâncias do seu general, justificavam os seus actos sublinhando nada terem inovado ao costume que prevalecia à data das suas posses. Esta afirmação correspondia, efectivamente, à verdade. Mas não a toda a verdade. E os capitães-mores sabiam-no bem. Quem ia de novo, orientava os seus passos pelos do seu antecessor. Todavia, isto não significava que os abusos, a existirem, não fossem desterrados. Justificava-se, portanto, uma inquirição, neste sentido, ao governo das autoridades sertanejas.

Coube a Sousa Coutinho, a iniciativa desta diligência. A oportunidade surgiu por altura da fixação de novos soldos aos operários da fábrica de ferro de Nova Oeiras. Até esta data a mão-de-obra negra empregada nos trabalhos públicos da capital, ao contrário da dos presídios, vencia soldo, mas este era efectuado tendo em conta apenas a subsistência dos trabalhadores. Com este governador é diferente: a preocupação dominante é a remuneração justa do trabalho.

Os nobres propósitos de Sousa Coutinho, tiveram a melhor recepção no Reino. Em aviso de 28 de Abril de 1768, do ministro Francisco Xavier de Mendonça Furtado louva-se, com efeito, aquele governa-

dor por ter proibido o trabalho gratuito no serviço real. Mas recorda-se, ao mesmo tempo, que desde os tempos imemoriais, «nunca foi da sua Real intenção servir-se de gente pobre, sem lhe pagar estipendio para a sua subsistência» (3). E porque assim era em relação à Monarquia o mesmo devia suceder quanto às entidades privadas. Por isso, «nam só para o mesmo Real serviço, mas para nenhum outro de Particulares se não empregue Pessoa alguma, que nam seja com jornal estabelecido pelo estado da Terra» (4). Por fim, recorda-se ainda, a Sousa Coutinho, a maior vigilância no cumprimento destas disposições régias, reprimindo todas as violências que porventura viessem a manifestar-se neste particular «procedendo contra qualquer Pessoa que se servir de gente Livre, sem lhe compensar o trabalho com a paga do jornal que nelle merecer» (5).

De posse deste precioso documento, da maior importância para a História do Trabalho em Angola, Sousa Coutinho vai tornar extensiva ao interior a sua política social.

Por portaria de 5 de Novembro de 1768 determina, efectivamente, ao procurador e provedor da Fazenda Real os seus pareceres sobre a possibilidade de aplicação das medidas de Sua Majestade, sobretudo no referente à política salarial, nos presídios do sertão.

Este diploma era ambicioso. Abrangia, por assim dizer, todo o espaço geográfico angolano e todas as situações que revelassem a marca da injustiça. A prestação do trabalho forçado dos *quilambas* e dos *mu-xilundas* foi, naturalmente, compreendido neste quadro.

No dia 25 daquele mês e ano, o procurador da Fazenda, Cunha e Sousa, prestou a sua informação. Segundo este ministro, as disposições contidas no aviso régio não careciam de novas providências do governo da província, porquanto fora sempre prática comumente observada na capital retribuir-se o trabalho do gentio com a sua subsistência. E este costume, por estar em conformidade com o «direito de conquista», não podia ser alterado.

(3) Aviso de 28-4-1768, do ministro Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. (A. H. U. — Angola — Cx. 33 — 1771-1773).

(4) *Ibid.*

(5) *Ibid.*

Quanto aos presídios, reconhecia o procurador da Fazenda, a gratuidade dos trabalhos realizados pelas populações locais, mas, pelas mesmas razões, era de opinião não se inovar coisa alguma ao sistema antigo. Demais, a efectivação dos referidos serviços — dizia — resultava, pensando bem, em benefício das próprias populações e representava o prego com que as providências régias as haviam arrancado à barbárie, trazendo-as ao contacto com a civilização.

Posição diferente defendeu-a o provedor, Manuel Pinto da Cunha que, em 30 de Setembro de 1790, ao submeter o seu parecer a Sousa Coutinho, advogava a generalização das providências régias a todos os súbditos de Sua Majestade. O caso dos *muxiluandas*, sujeitos a trabalhos forçados desde a reconquista de Angola, mereceu-lhe atenção especial. Nas pesquisas a que procedeu nos arquivos da Secretaria do Governo, da Fazenda Real e do Senado da Câmara de Luanda, não vislumbrou aquele ministro, qualquer assento da condenação de Salvador Correia de Sá e Benevides contra eles. Além disso, os *muxiluandas* à data do condomínio flamengo eram súbditos do Rei do Congo e não da Coroa portuguesa. Habitavam a Ilha de Luanda e esta era pertença daquele potentado que a utilizava como «casa da moeda». Colocando-se o Rei do Congo ao lado dos holandeses, os *muxiluandas* tinham forçosamente de seguir o partido da majestade negra. De resto, Salvador Correia prometera, ao expulsar o invasor, não exercer represálias contra os povos rebeldes. Daí não lhe parecer legítima tão penosa sujeição.

Idêntico tratamento devia ser conferido, em sua opinião, às populações sertanejas, quando empenhadas em trabalhos de interesse público. As suas averiguações haviam-no levado à descoberta de práticas em que transpareciam sinais evidentes de abuso. Todavia, não se lhe afigurava clara a situação, uma vez a efectividade do trabalho obrigatório, funcionando como tributo ao tempo da conquista e fundação dos presídios, confundir-se com o fornecimento gratuito de certos bens, como lenha, carvão, azeite, etc., para as necessidades quotidianas dos capitães-mores.

O cumprimento destas imposições, satisfeito, regra geral, pacificamente, pelos povos do interior causou estranheza a Manuel Pinto da Cunha. Este facto, sugeriu-lhe a consulta do antigo auto de juramento, prestado pelo duque de Hoando, D. António Afonso, por ocasião da sua vassalagem à Coroa portuguesa, em 11 de Janeiro de 1666.

Deste documento não constavam obrigações concretas a respeitar por aquele fidalgo. No entanto, assinala o referido ministro que, em pleno século XVIII, ainda se verificava o costume dos sobas, ao serem *undados* ou confirmados pelos capitães-mores prometerem, na homenagem que se seguia, observarem inteiramente todos os deveres dos seus antepassados. Ao prestarem tal juramento os sobas faziam-no com a maior solenidade e visível satisfação. Tinham motivos para isso, pois em contrapartida a autoridade portuguesa velava pela sua segurança e dos seus súbditos.

Importava, por conseguinte, distinguir-se as obrigações emergentes das vassalagens, das que foram criadas ao arbítrio dos capitães-mores. No primeiro caso, ainda que fosse legal a prestação de serviços pelos trabalhadores do sertão, sempre se devia pagar, pelo menos, a sua subsistência, «porque assim se praticou sempre com os que servem na cidade e não há razão para não ser o mesmo nos Prezídios» tanto mais que era esta a vontade de Sua Majestade expressa no aviso de 1768; no segundo caso, porque se tratava de práticas abusivas, deviam ser simplesmente condenadas e proibidas. (6).

Em face de pareceres tão desencontrados, como os que haviam prestado o procurador e o provedor da Fazenda, recorreu Sousa Coutinho aos próprios capitães-mores dos presídios e distritos aos quais determinou, em 3 de Outubro de 1770, o envio ao governo de certidões dos autos dos sobas e *quilambas* que houvessem originado a obrigatoriedade dos serviços mencionados.

Da leitura de todos estes documentos surgiu a portaria de 7 de Dezembro de 1770, nitidamente inspirada no relatório do provedor da Fazenda. Trata-se de um documento extenso que honra sobremaneira o seu autor. Por ele se observa, com efeito, a grandeza moral e espiritual de Sousa Coutinho, mas também o confessado desejo de bem servir a Sua Majestade, e mais do que isso, o profundo respeito pela dignidade dos homens que governava.

Nesta portaria — lê-se no preâmbulo — não se consideravam os conflitos conjunturais por estes há muito terem sido providenciados, mas os problemas «que nascerão com a fundação deste reino ou foram

(6) A. H. U. — Angola — Cx. 33 — 1771-1773.

crescendo com a diversidade dos tempos mais ou menos gravosos aos Povos» (7).

Eis as providências de Sousa Coutinho destinadas a solucionar o grave problema do trabalho forçado e gratuito em Angola: aos *muxi-luandas*, quando em serviço no mar, estabeleceu o soldo de cem réis diários e os alimentos necessários à sua subsistência; servindo em terra, fixou a mesma remuneração atribuída aos demais trabalhadores, isto é, quarenta réis diários e um exequê de farinha por mês, o que totalizava a importância de setenta réis, considerados suficientes para as suas necessidades. Aos trabalhadores empregados nas obras da capital e nos fornos de cal, vizinhos às suas terras, foi arbitrado aos primeiros o jornal acima referido, e aos segundos o vencimento de quinhentos réis mensais e um exequê de farinha (8).

Dificuldades, e grandes, depararam-se, entretanto, a Sousa Coutinho para legislar sobre os presídios. O desconhecimento dos condicionamentos locais não lhe permitia, com efeito, a mesma segurança com que havia legislado para a capital. A realidade era bem complexa e o receio de errar roubava-lhe clarividência.

A prestação de serviços e o fornecimento de géneros com que as autoridades tradicionais satisfaziam as necessidades (quando não as exigências) dos capitães-mores, obedeciam a um complicado sistema de divisão de obrigações. Efectivamente, todos os sobas da jurisdição de um presídio contribuíam com uma quota-parte para a sua manutenção. Assim, cada capitão-mor estabelecia a seguinte distribuição de serviços: um soba para o concerto da Igreja; outro para o da sua residência; outro para a fortaleza; outro para o fornecimento de lenha; outro de água; outro de azeite para os corpos da guarda e cadeias; outro para a condução de canoas; outro de carregadores para os socorros da guarnição militar; os *quilambas* para o serviço postal; «e finalmente todos os mais serviços que herão ou podião ser necessarios, sem algum pagamento, assim como

(7) A. H. U. — Angola — Cx. 33 — 1771-1773.

(8) Para que no Reino se alcançasse o motivo deste procedimento, afirmava Sousa Coutinho à laia de justificação: «a nenhum quiz dar só dinheiro em rezão de que a dezordem da sua vida os faria perecer de fome; e de que com o estabelecimento do Terreiro tem cessado as violencias e depredações que monopolizavão este genero». (Carta para o Reino, de 10-1-1771 — A. H. U. — Angola — Cx. 33 — 1771-1773).

mil outras pençoens de serviço e arbitrio particular dos capitaens mores» (9).

Da enumeração destes encargos não é difícil descobrir interesses dos capitães-mores. Estes, porém, foram reprimidos por Sousa Coutinho. Quanto aos outros, reputados como serviços reais, hesitava o governador tomar medidas por representarem a comparticipação daqueles povos para as despesas de conservação do Reino, pois não podendo contribuir com dinheiro era justo — dizia — que concorressem com o trabalho pessoal e com alguns géneros próprios da terra.

Todavia, como estas imposições colidiam com o aviso régio de 1768, houve por bem Sousa Coutinho fixar a seguinte doutrina: Aos capitães-mores sòmente assistiria o direito de preferência nos serviços e artigos a adquirir para os presídios que seriam pagos «pelo preço commum das terras em que estiverem». A utilização de canoas para o transporte de mercadorias para os presídios seria, por ordem expressa do governador, objecto de arrematação do direito de passagem. As obras das fortalezas, das Igrejas, das feitorias, das residências dos capitães-mores e dos edifícios prisionais, passariam a efectuar-se a expensas da Fazenda Real. O azeite, a fornecer pelos sobas, seria só o necessário para as necessidades do corpo da guarda; para os quartéis ou outros edifícios, a sua aquisição correria, também, por conta do erário régio. Aos condutores designados para o serviço postal fixar-se-ia a remuneração estabelecida para os carregadores quando em serviço das entidades privadas.

Em definitivo, a política de Sousa Coutinho em matéria de Direito do Trabalho, concludentemente ilustrada nesta portaria, pode resumir-se, no tocante às populações do interior, à seguinte preocupação, por diversas vezes manifestada aos capitães-mores, para «que se lhes não tomásse nada de graça e que os serviços dos Presídios fossem pagos com o necessário sustento» (10).

Até ao fim do século XVIII não temos notícia de disposições que revogassem os princípios declarados por Sousa Coutinho. A Coroa, por sinal, acompanhou sempre as grandes intenções dos seus governadores. Por isso, todos os desvios que porventura se tivessem registado posteriormente não podem ser imputados ao governo central, mas aos homens directamente responsáveis pelos destinos de Angola.

(9) Carta de Sousa Coutinho para o Reino, de 10-1-1771.

(10) *Ibid.*

3. ELEIÇÃO, UNDAMENTO E VASSALAGEM DOS SOBAS

Esta forma de relação, dadas as suas implicações sócio-políticas, merecia um estudo exaustivo. Não o podemos fazer aqui por carência de documentação. Poucos foram, na verdade, os documentos sobre o assunto em epígrafe, por nós compulsados no Arquivo Histórico Ultramarino. Em Luanda, no Arquivo Histórico de Angola, a partir do primeiro quartel do século XVIII, este estudo poderá ser feito com mais desenvolvimento. Existem, com efeito, neste arquivo, códices com a correspondência trocada entre os capitães-mores e os governadores-gerais, que faltam no primeiro. A leitura destes documentos é fundamental para a análise do mecanismo que presidia à eleição, *undamento* e vassalagem dos sobas sob a jurisdição portuguesa. Ver-se-ia, assim, estamos certos, o relevante papel desempenhado, neste domínio, pelos capitães-mores e o comportamento dos chefes africanos face às responsabilidades assumidas, nas cerimónias de juramento de fidelidade, perante a Coroa portuguesa.

Típica relação a destas autoridades que, não tendo quaisquer afinidades, defendendo tábua de valores e padrões de cultura diferentes, não raro manifestando-se diversamente por intermédio das armas — que nem por isso deixava de constituir uma singular forma de diálogo e de relação —, nos momentos cruciais, capitães-mores e autoridades gentílicas mobilizavam todos os recursos, unindo-se na luta contra o inimigo comum. Este, tanto podia ser um chefe negro rebelado contra o domínio português como um potentado hostil ao vassalo de Sua Majestade. Ambas as situações eram normais no século XVII e primeira metade do século XVIII. A sorte de uma autoridade repousava, por assim dizer, nas mãos da outra.

Esta mútua dependência, reconhecida bilateralmente como decisiva para a preservação dos seus governos, tem origem nos autos que se celebravam por altura da declaração de vassalagem ao chefe da província.

O mesmo se poderá dizer quanto aos actos de *undamento* (11), cuja importância era vital para o futuro das relações entre as duas autoridades.

(11) Este vocábulo, embora passível de interpretações diferentes, parece-nos de aceitar, no entanto, aquela em que o tomámos. Alguns textos, situados em períodos distintos, confirmam esta asserção.

No tempo de Fernão de Sousa (1624-1630), a cerimónia de *undamento* revestia-se de grande ritual e obedecia a práticas complicadas de direito costumeiro. De um documento deste governo, publicado por Alfredo de Albuquerque Felner, pode lêr-se: «Undar he cerimonia de q. huzão os Souas quando succede nas Terras por

O verdadeiro significado deste vocábulo, ainda hoje não se alcança em toda a sua dimensão. Certamente de origem banta, o termo *undamento* surge, na documentação da época, de forma imprecisa. Todavia, julgamos tratar-se da cerimónia pela qual um soba vassalo era geralmente confirmado, no governo da tribo, pela primeira magistratura da província, aquando da sua eleição ou sucessão.

Estas eleições realizavam-se nos sobados com a presença do capitão-mor, em representação do governo da província. Não intervinha no seu mecanismo, mas velava pela manutenção da ordem estabelecida. A sua presença conferia autenticidade ao acto. Era, com efeito, os olhos e os ouvidos do governador, ao qual o capitão-mor participava o acontecimento. O soba, após a eleição, preparava-se para ser *undado* em Luanda. Fazia-se acompanhar, geralmente, de alguns macotas e de uma carta daquela autoridade sertaneja para o seu general. Ambas as formalidades eram indispensáveis para a confirmação. Chegado à capital, o soba, na presença do governador, prestava juramento de fidelidade à Coroa portuguesa. Acertavam-se os pormenores das cláusulas que haviam de figurar no auto. Posto isto, seguia-se o *undamento*, findo o qual o chefe africano estava confirmado. Este, recebia, então, a sua patente que o afirmava, perante o seu povo, como autoridade legalmente instituída. Regressado aos seus domínios, o soba dirigia-se ao respectivo presídio onde o capitão-mor lhe dava posse do governo do sobado.

São estes actos, que, afinal, dão corpo ao conhecido «feudalismo luso-africano», sistema que, fortalecendo a posição do suserano, trazia

morte do ultimo Senhor da Terra, ou quando por causas justas conforme as suas leis e costumes lançam o Senhor fora da Terra e elegem os macotas que são os do Concelho outro Senhor o qual costuma ser o sobrinho do morto, filho de sua irmã porque este tem por legitimo Senhor e não o filho que dizem pode ser adulterino, este tanto que é eleito e antes de o elegerem o fazem saber ao governador pedindo-lhe que o haja por bem e que o queira undar, que é o mesmo que confirma-lo na terra e undar e estando o sova diante do governador peito por terra em sinal de vassalamento a Sua Magestade se lhe lança uma pouca de farinha por cima dele, e ele a toma com suas mãos, e se enfarinha pelos peitos e braços, e então se tem por Senhor da Terra (...)» (FELNER, Alfredo de Albuquerque — *Angola — Apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela*, p. 472).

Sousa Coutinho refere-o como «reconhecimento de vassalagem e obrigações em que se constituíam ao tempo em que por vacatura de morte, ou de crime entravam (os sobas) no governo das suas Terras». (Carta para o ministro e secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, de 10-1-1771 — A. H. U. — *Angola* — Cx. 33 — 1771-1773).

Mais recentemente, Francisco Castelbranco toma-o noutra acepção. Para este historiador, «Undar, queria dizer marcar com as armas portuguesas, por meio dum ferro quente como sinal de sujeição». (CASTELBRANCO, Francisco — *História de Angola 1482-1910*, p. 174).

extraordinárias vantagens às autoridades tradicionais, uma vez estarem constantemente envolvidas em guerras intestinais. Quando tal sucedia, os governadores eram obrigados, por força do regime, a prestar ajuda militar ao potentado feudatário. E esta cooperação, manda a verdade dizer nunca foi regateada, mesmo quando a conjuntura era adversa a expedições punitivas. Isto explica, cremos nós, a natural e pronta adesão ao sistema, manifestado pelos chefes africanos a Portugal, no começo do nosso estabelecimento em Angola.

Todavia, como sempre acontece em situações deste tipo, os desvios às regras prescritas nunca deixaram de fazer a sua aparição.

Este fenómeno será objecto de estudo desenvolvido na alínea seguinte. Para já importa apenas reter um dos processos de desvio que, por abusivo, foi reprimido pelo governo da província. Queremos referir-nos à deposição que alguns capitães-mores faziam dos sobas eleitos para os substituírem por outros das suas relações e preferência.

Várias vezes registado durante a primeira metade do século XVIII, o abuso foi denunciado ao Reino por João Jaques de Magalhães.

Segundo este governador, os sobas da orla do Cuanza, «por causas fingidas ou supostas» eram depostos pelos capitães-mores «e sem a formalidade de seos costumes e elleições de seos macotas ellegem outros por conveniencias sem ser os seos legitimos sucessores» (12).

Por serem estas autoridades uzeiras e vezeiras no delito, pedia o governador, ao Soberano, a confirmação do bando de Rodrigo César de Meneses, pelo qual se dispunha a reprimir tão perniciosa ingerência no governo dos sobados.

Neste bando, de 20 de Agosto de 1733, extensivo a todos os presídios e distritos da província, César de Meneses deixava transparecer as insidiosas maquinações forjadas pelos fidalgos indígenas no seio da própria tribo contra o soba eleito. Destas ideias, por vezes materializadas com a aquiescência dos capitães-mores advinha, como consequência, a instabilidade política e social daqueles domínios.

Mas era especialmente aos capitães-mores, como autoridades superiores no interior, que o bando se dirigia. A estes funcionários havia Sua Majestade confiado o respeito pela ordem estabelecida, o cumprimento das

(12) Carta de João Jaques de Magalhães para o Reino, de 28-12-1746. (A. H. U. — Angola — Cx. 24 — 1747-1749).

leis, e a salvaguarda dos interesses portugueses firmados no sertão. A deposição de sobas vassalos, manifestamente contrária à doutrina prescrita pelo ordenamento jurídico português, exigia as medidas fixadas por César de Meneses. Assim, os «Capitaens môres — dizia — não poderam depor aos ditos Sovas, Quimbares e Quilambas, nem crearem de novo occupação nenhua sem ordem minha; e quando alguns dos referidos potentados tiverem culpa por onde devão ser depostos, mas farão presentes para que sendo ouvidos os culpados, deferir como me parecer justiça para o que requererão todos com as certidões dos seos undamentos na Secretaria de Estado deste Reyno suas cartas de confirmação na forma do estilo» (13).

Este bando parece ter sido observado como se pretendia. Na verdade, não descortinámos, nos governos seguintes que antecedem a era pombalina, reparos semelhantes. Até ao terceiro quartel do século XVIII, a forte personalidade dos homens que governaram a província impô-se às autoridades sertanejas. É o período de reconstrução de uma nova Angola em que todos, sem excepção, se empenharam em levar a cabo. Passado, porém, este período — nunca é demais repeti-lo —, Angola regressa como que às suas origens, isto é, desfaz-se toda a obra generosamente concebida e realizada em pouco mais de um decénio.

Ao findar o século XVIII, sobretudo no governo de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, denotam-se vestígios do passado. Mas, estes, não lograram sobreviver às providências do governador.

Embora advogasse, no começo da sua profícua administração, a divisão do poder político, nos sobados sujeitos à tutela portuguesa, como medida preventiva contra o surto de violências que se esboçava contra vários presídios do interior, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, alguns anos mais tarde, liberto das preocupações da guerra em que se viu envolvido contra o marquês do Mossulo, pensava já de maneira diferente. Repugna-lhe, com efeito, toda e qualquer interferência dos capitães-mores no governo dos povos sertanejos. Bate-se pela aplicação das ordens de Sua Majestade com vista à melhoria das condições de vida dos seus súbditos do interior. E chega a inculcar-se o guardião da justiça e do direito na província.

(13) A. H. U. — Angola — Cx. 24 — 1747-1749.

E tinha razão para isso, pois para que os capitães-mores não pudessem alegar ignorância e alijar responsabilidades, a poucos meses do seu regresso à Mãe-Pátria, numa significativa afirmação de respeito pelos usos e costumes das sociedades tradicionais, só limitado pelos superiores interesses da soberania portuguesa, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, determinava:

«Na Eleição dos sovas se deve geralmente praticar o costume, e que seja feita segundo sua formalidade, e vontade, sem suborno, ou cavição e para ser aprovada, ao que se tem de olhar, hé que não tenha sido Rebelde, nem falto de subordinação ao serviço de Sua Magestade, e se possa esperar, de que para elle seja prompto, e capás de administrar justiça aos seus Povos, sem roubo, nem violencia, e fação elles muito quem lhes parecer» (14).

A quase dois séculos de distância, esta medida não envergonharia o legislador do nosso tempo. Afigura-se-nos ser este, pois, o melhor elogio que se pode fazer ao antecessor de D. Miguel António de Melo.

4. A GUERRA PRETA E O SEU RECRUTAMENTO

Ao longo do nosso estudo tivemos ensejo de abordar, ainda que superficialmente, o papel da chamada *guerra preta* nas campanhas do sertão. Vamos ver agora, mais em detalhe, em que consiste, efectivamente, este fenómeno — tão característico da presença portuguesa em Angola —, bem como alguns aspectos que mais directamente se prendem com o seu recrutamento.

Todavia, convém desde já frisar que o assunto não é novo. Com mais ou menos pormenor ele acha-se já referido na historiografia angolana. O Professor Doutor Silva Rego consagrou-lhe algumas páginas nos seus trabalhos sobre o Ultramar Português nos séculos XVIII e XIX. Dada a sua autoridade, segui-lo-emos, naturalmente, de perto, na análise do tema em questão.

Por aqui se vê, portanto, que não trazemos contribuição nova para o estudo da sua problemática. Limitamo-nos, simplesmente, a alinhar

(14) Carta para o tenente Joaquim Xavier, regente do presídio das Pedras, de 3-3-1797. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 1632).

algumas linhas visto o recrutamento da *guerra preta* constituir uma forma de relação entre os capitães-mores e os chefes africanos.

Esta função revestia-se, por sinal, para o capitão-mor, de grande delicadeza. Dir-se-ia que era dentre todas as funções a mais ingrata. E não só para ele, mas também para os sobas. Contudo, o recrutamento era incontestavelmente importante para ambos, pois garantia a preservação dos poderes instituídos. Não obstante a sua finalidade, esta incumbência não consta do regimento dos capitães-mores, de 1765. Aliás, nem outras igualmente importantes. De resto, diplomas desta natureza não devem descer ao pormenor. As obrigações decorrem das necessidades momentâneas. E estas são muitas vezes imprevisíveis. O que os capitães-mores tinham — isso sim — era de estar prontos a executar as directivas do seu general como no caso específico da função em epígrafe.

O processo de recrutamento da *guerra preta* compreendia várias fases. Elias Alexandre, a propósito das expedições militares no interior, descreve-as na sua *História de Angola* (15). A ordem inicial partindo do governador para o comandante militar, seria, acto contínuo, transmitida aos capitães-mores que, por sua vez, a faziam chegar aos sobas. Todavia, em todo o período do nosso estudo, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, as ordens do governador são dadas directamente aos capitães-mores.

Elias Alexandre refere os interesses das guerras sertanejas para os que nelas participam, com especial relevância para o capitão-mor do campo. E alude, também, às resistências dos sobas em fornecer os carregadores e *empacaceiros* necessários para campanhas tais, designadamente quando a guerra lhes não trazia vantagens imediatas. Desta tomada de posição nascim, para os capitães-mores, as primeiras grandes dificuldades. A estes funcionários estava, com efeito, reservada a antipática tarefa de fazerem observar a comparticipação daquelas autoridades na guerra, segunda a importância demográfica dos sobados. De salientar, porém, que duma tal obrigação não podiam as autoridades tradicionais, feudatárias da Coroa portuguesa, legalmente furtar-se por constar dos seus autos de vassalagem. No entanto, alturas houve que a não puderam cumprir. Isto verificava-se, especialmente, quando as populações tomavam conhecimento da extensão da guerra.

(15) CORRÊA, Elias Alexandre da Silva — *História de Angola*, vol. 2, pp. 48-51.

Na verdade, quando se presumia ser longa a expedição, os sobas viam abalar os seus súbditos para os matos distantes, de onde somente regressavam passados alguns meses ou anos.

Quando assim sucedia, o resultado da guerra ficava seriamente comprometido. Esta contrariedade a experimentou o governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos por ocasião da guerra contra o marquês do Mossulo, pois apesar de ter «levantado o maior exército até hoje em África», só à terceira tentativa é que logrou levar de vencida aquele potentado por carência absoluta de *guerra preta* (16).

Entretanto, aos capitães-mores levantava-se, ainda, outro óbice: era a qualidade do recrutamento. Vezes sem conta foram estes funcionários admoestados naquele governo por os contingentes enviados para a referida guerra não satisfazerem os requisitos precisos. É que os capitães-mores, não podendo muitas vezes aprontar nos prazos estipulados pelo chefe da província o número de soldados e carregadores estabelecido, completavam o recrutamento com velhos e crianças, ou seja, com elementos incapazes para as exigências de guerras desgastantes como eram as do sertão. Este facto explica, em parte, a imensidade de deserções registadas em campanhas.

A correspondência de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, para os capitães-mores dos presídios e distritos, evidencia o que acabamos de referir (17).

Posto isto, vejamos agora algumas particularidades sobre a *guerra preta* que é, como se calcula, a tropa de cor, de segunda linha, comandada por chefes indígenas que, desde o início do nosso estabelecimento em

(16) Carta do governador para o capitão-mor de Ambaca, Manuel da Fonseca Coutinho, de 17-11-1790. (A. H. U. — Angola — Cód. 1627 — 1790-1791).

(17) Com efeito, em carta do governador para o regente do presídio de Cambambe, de 10-3-1793, ordena-se o recrutamento de 300 *empacaceiros* e 500 carregadores «da melhor gente da sua jurisdição» para, no prazo de 48 horas, serem incorporados na expedição contra o marquês do Mossulo. Para o regente de Massangano, Miguel de Jesus determina-se, com a mesma finalidade, o envio de 200 *empacaceiros* e 400 carregadores; e para o capitão-mor da Muxima, 100 *empacaceiros* e 100 carregadores.

Em 4 de Abril do mesmo ano escrevia ainda o governador para o capitão-mor do distrito do Golungo, Marcos Pereira Bravo, para ter prontos para marcharem para a mesma campanha, dentro do referido prazo, 1000 homens «da melhor qualidade», metade de armas e outra metade de carregadores. (A. H. U. — Angola — Cód. 1629 — 1792-1793).

Escusado será dizer que, as autoridades sertanejas, nem sempre satisfizeram estes pedidos nas condições exigidas. Isto valeu-lhes terem sido, amiudadas vezes, ásperamente advertidos.

Angola, coadjuvou as forças portuguesas nas lutas da ocupação. A sua origem remonta, por conseguinte, ao começo da conquista. Foi obra do hábil e engenhoso Paulo Dias de Novais. Ao lançar mão destes auxiliares, o primeiro governador de Angola ilustra bem a penúria de efectivos militares de que dispunha para levar a bom termo obra de tamanha envergadura. Sabia que não era fácil contar com reforços do Reino, pois na sua carta de doação, de 19 de Setembro de 1571, expressava-se, na parte respeitante às forças defensivas do território, que todas as despesas correriam por conta do donatário, «sem de mynha fazenda lhe aver de ser dado ajuda alguma de *dinheiro* nem doutras cousas» (18).

Como a insalubridade do clima — clima inóspito e depauperante — e os excessos numa alimentação desregrada ocasionavam constantes baixas nas tropas europeias, Paulo Dias de Novais, que nunca chegou a contar como efectivos meio milhar de soldados brancos, se bem que notáveis de valentia e destreza seguiu, em boa hora, o caminho que melhor convinha aos objectivos da Coroa.

De facto, exibindo um tacto político invulgar, o donatário «tão habil general como experto homem de Estado, ligando ao terror das suas vitórias as boas manhas de uma política conciliadora tratou desde logo de ir avassalando os sobas que conquistava» (19). Estes, que esperavam uma oportunidade para se eximirem à ditadura do Rei de Angola, muitos dos quais, por sinal, já se haviam acolhido à protecção dos jesuítas, não tardaram a reconhecer a autoridade portuguesa.

Desta adesão, nasceu a *guerra preta* composta, *grosso modo*, de *jagas* e de *empacaceiros*. Pela sua fereza em combate, a que não eram estranhas as práticas de antropofagia, os *jagas* faziam-se mais temer que respeitar. Depoimentos da época assinalam, efectivamente, os feitos militares destes valorosos soldados ao lado das reduzidas forças portuguesas. A transcendência do seu papel fez deles elementos imprescindíveis para a pacificação e manutenção da ordem. Em suma, formavam a espinha dorsal de toda a organização.

Este processo de assimilação — que o é no fundo — foi decisivo para o futuro duma Angola que se desejava portuguesa. Era o começo

(18) *Arquivos de Angola*, série 2, vol. 1, p. 8.

(19) LIMA, José Joaquim Lopes de — *Ensaio sobre a statistica d'Angola e Benguela e suas dependencias na costa occidental d'Africa ao sul do Equador*. Livro 3, parte 1, p. 136.

de um regime que, pelos tempos fora, viria a dar os melhores frutos. Trata-se, evidentemente, daquilo que numa definição feliz se designou por «feudalismo luso-africano», tão bem representado, aliás, no regimento de Aires de Saldanha de Meneses, de 1676.

Conforme refere o Professor Doutor Silva Rego, este regime de feudalismo, dados os condicionalismos do tempo, não era caracterizado por normas rígidas que vinculassem os vários poderes instituídos no território. O governo da província deixava, aos sobas vassalos, grande liberdade de acção. Esta liberdade, porém, quando transposta para os potentados semi-independentes assumia, para os portugueses, forma de sujeição, uma vez serem obrigados ao pagamento de «algumas servidões de carácter económico todas as vezes que atravessavam o seu território» (20).

Por isso, o «feudalismo luso-africano é assim mais fluido e não obedece a preceitos exarados em códigos. Obedece à lei do concreto e do imediato e, sobretudo, do económico» (21). De resto, são estes aspectos que conferem originalidade ao sistema e atestam o alto significado da administração portuguesa em Angola através do tempo.

Como observámos na alínea anterior, as vantagens decorrentes duma tal vivência, quer para os sobas como feudatários, quer para o governo da província como suserano, eram evidentes. Vimos, então, que eram os chefes africanos quem mais lucrava com o funcionamento da sua orgânica. Em todo o caso, devemos salientar que, apesar disso, os portugueses nunca lamentaram o regime. Pelo contrário, nunca perdiam uma oportunidade de o fortalecer. Na verdade, como a cobertura militar do espaço angolano era ao tempo utópica, a submissão de um soba correspondia sempre ao alargamento da nossa influência política e, com ela, ao desenvolvimento do comércio através do qual se saneavam as finanças públicas e se expandia a presença portuguesa, com salutareos reflexos nos processos de aculturação e miscegenação.

Este *sui generis* regime feudal, estabelecido na província e em outras áreas geográficas, sob a órbita portuguesa, ganhou a corrida dos anos. Em Angola, dada a precaridade do nosso domínio do interior, teria pre-

(20) REGO, A. da Silva — *O Ultramar Português no Século XIX (1834-1910)*, p. 248.

(21) *Id. ibid.*, p. 248.

valecido até 1885, data da Conferência de Berlim (22). Mas os auxiliares, não obstante as críticas severas que por esse tempo lhes foram dirigidas (23), e a despeito dos importantes contingentes militares que por força das disposições daquela Conferência foram enviados da Metrópole para o Sul de Angola, não foram dispensados. Quer isto dizer que se mantinha, assim, uma prática velha de séculos.

5. AS GUERRAS DO SERTÃO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Talvez se possa estranhar a inclusão desta alínea como forma de «relação» entre os capitães-mores e as autoridades tradicionais. Todavia, parece não haver razão para isso, porquanto as guerras sertanejas funcionaram ao longo do tempo como «diálogo» — imposto pelos condicionalismos da época — entre aquelas autoridades. É facto que não era este o meio mais utilizado nem o que melhor servia os interesses da província, mas era incontestavelmente um processo eficaz de contacto e de futuro entendimento entre os contendores.

Estas guerras, como resultado de situações excepcionais entre povos que não falavam a mesma linguagem nem se regiam pelas mesmas intenções, tiveram como causas as dificuldades próprias da nossa actividade colonizadora, numa época em que o abastardamento moral tomava a dianteira à mística que informara a gesta dos descobrimentos.

Em princípio com características ofensivas — fase da conquista — em que os moradores luandenses desempenham papel proeminente nas lutas da ocupação, as guerras sertanejas passam, ainda no século XVII, a defensivas, sobretudo quando Luís Lopes de Sequeira se apodera em 29 de Novembro de 1671, das Pedras Negras, desorganizando definitivamente o *Reino de Angola*.

É esta fase que caracteriza o nosso período de estudo. As preocupações iniciais de expansão da presença lusitana, tão bem simbolizadas na «epopeia do Cuanza», deram lugar a outras bem mais modestas, mas nem por isso menos relevantes. Com efeito, o acento tónico da administração portuguesa em todo o século XVIII recai, essencialmente, sobre a defesa das posições heróicamente conquistadas a partir do donatário.

(22) REGO, A. da Silva — *Ob. cit.*, pp. 247-250.

(23) *Vid. Angolana (Documentação sobre Angola)*, vol. 2, 1883-1887, p. 874.

A manutenção da ordem, da segurança dos caminhos, o desenvolvimento do comércio, o bem-estar das populações, os autos de vassalagem dos sobas e os tratados de paz com os potentados independentes, dominam as atenções gerais da maioria dos homens responsáveis pela condução dos negócios da província.

Todavia, isto não significa ausência de conflitos armados entre os portugueses e o gentio. A história de Angola regista, efectivamente, algumas alterações à ordem estabelecida. Este fenómeno, porém, decorre em todas as épocas e em todas as áreas geográficas. As desavenças são próprias do género humano. Não são precisas causas para a sua efectivação. Acontecem, simplesmente. Não admira, portanto, que potentados feudatários, bem cientes de que a sede do poder há muito se havia mudado para Luanda, tivessem, muitas vezes sem razões plausíveis, repetidos, quebrado os elos que os uniam às autoridades portuguesas, hostentando o pavilhão da rebeldia.

Mas não nos iludamos. Estas situações, por excepcionais e por se limitarem ao interior, não chegavam a pôr em risco a segurança da capital. As guarnições militares dos presídios, embora mal apetrechadas, sem disciplina militar e insignificantes em número, opuseram-se sempre, com êxito, às investidas do gentio, sistematicamente coligado. Na verdade, só em casos reputados de força maior os governadores ordenavam expedições punitivas. A província — todos o sabiam — nunca dispôs de grandes efectivos militares. O recurso à *guerra preta* nem sempre era fácil e o custo de qualquer expedição ao interior excedia, muitas vezes, as disponibilidades fazendárias. Daí muitos dos conflitos, tidos à priori como vexatórios para o prestígio português, terem sido solucionados por meios pacíficos. A via suasória sobrepunha-se, assim, ao exercício da força. E por isso que estes eventos, por serem de curta duração, nunca chegaram a atingir a maioridade. Quedavam-se pela sua infância. A palavra rotura, com as implicações a que geralmente anda associada, não pode ser aplicada, por conseguinte, às situações fortuitas do século XVIII.

Posto isto — e para não anteciparmos conclusões — vejamos como se processou tal forma de *relação* entre as várias autoridades sertanejas, nunca perdendo de vista a posição do poder central face ao conflito. Entretanto, como todo o agir humano gravita em torno do binómio causa — efeito, convém recuarmos um pouco no tempo e tentarmos descobrir a sua linha de evolução.

Com referência à fase das guerras ofensivas não faltam documentos a assinalar revoltas gentílicas contra a presença portuguesa. Não eram, porém, guerras de independência à boa maneira europeia, por que o Reino de Angola não dispunha, na altura, de unidade política. Esta é, com efeito, uma conquista tardia do seu historial. Data apenas do nosso estabelecimento, no terceiro quartel do século XVI. As rebeliões tinham, pois, outra origem, que os próprios documentos revelam. Trata-se do tráfico da escravatura, «que despovoava a terra e fomentava as guerras, só com o fim de alcançar, como despojo, os escravos que iam alimentar os mercados da América» (24).

Este era, de resto, o pensamento de André Velho da Fonseca explanado no seu célebre *Relatório* de 28 de Fevereiro de 1612, já por diversas vezes aludido no nosso estudo. Os escravos, com destino ao tráfico, surgem, neste documento, como o móbil dos levantamentos indígenas provocados pelos interesses dos governadores e dos capitães-mores. As incursões pelo sertão deviam, por isso, em sua opinião, ser proibidas pelo Soberano autorizando apenas as que visassem a defesa dos presídios e a vila de Luanda» devendo haver o cuidado delas não servirem de pretexto a assaltos e extorsões», tanto mais que na «Fazenda de Vossa Magestade se fica perdendo o custo que se faz nas ditas guerras sem nenhum fruto» (25).

Por esse tempo, António Bezerra Fajardo, igualmente já referido, defendia posição idêntica. Dizia então que Angola se perdia por virtude da injustiça das guerras que os governadores ordenavam contra as populações do interior. Por este motivo, sugeria ao Rei que «se não decem guerras contra os sovas senão defensivas» e mesmo neste caso deviam ser declaradas em Junta constituída pelo bispo, pelo reitor da Companhia, pelo ouvidor-geral, pelo feitor e pela Câmara de Luanda, e participadas ao Reino. Por outro lado, propunha-se que nas guerras que viessem a ter lugar no sertão se cobrasse para a Fazenda Real «o quinto, como no Brasil e outras partes, porquanto interessam nisto muito os governadores, tomando de cinco peças uma o que directamente se deve a Sua Magestade

(24) CORVO, João de Andrade — *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, vol. 1, pp. 148-149.

(25) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 3, n.ºs 19-21, pp. 71-90.

e alguns governadores cobram este quinto e não se sabe que se carregasse em livros do dito Senhor» (26).

Estes documentos vão ter grande influência na legislação metropolitana sobre a matéria. De facto, ainda com referência ao século XVII, alguns documentos régios evidenciam já a humanista posição da Corte neste domínio. Com efeito, no regimento passado a Francisco Correia da Silva (27), de 22 de Setembro de 1611, as guerras ofensivas são categoricamente repudiadas. Apenas se autorizam as que se destinam à defesa de Luanda e dos presídios do interior. Mas, mesmo assim, ficavam sujeitas ao consentimento de uma Junta integrada pelas figuras mais representativas da capital (28).

Com Fernão de Sousa, são estas directrizes repetidas. Na *Instrução* que lhe foi entregue por ocasião do seu embarque para o governo de Angola ao condenarem-se as guerras promovidas pelos governadores «por respeitos próprios» adverte-se-lhe que não faça «guerra naquelle Reyno senão se for defençia ou em caso de leuantamento que se não possa remedear por outros meyo; e achando guerras leuantadas, quando embora chegados a Angola, procurareis de as compor e apaziguar de modo que çessem de todo» (29).

Por ordem régia de 17 de Janeiro de 1624 recomenda-se, de novo, a Fernão de Sousa (30), que por todos os meios ao seu alcance «çerre a porta às guerras que sem causa justificada tem feito alguns governadores de Angola de que se seguirão grandes dannos» (31).

(26) FAJARDO, António Bezerra, *et al* — *Produções, Comércio e Governo do Congo e Angola (1620-1629)*, p. 23.

(27) Embora chegasse a preparar-se para o cargo de governador de Angola, Francisco Correia da Silva não tomou posse do lugar.

(28) BRÁSIO, António — *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1611-1621)*, vol. 6, p. 36.

(29) B. A. — Cód. 51 — IX-20.

(30) Estas recomendações são uma constante até finais do século XVII. Na verdade, testemunhos sem conta, provenientes do Reino, podiam aqui ser apresentados. Dispensamo-nos, compreensivelmente, de o fazer. Todavia, ao leitor interessado na problemática das guerras certanejas aconselha-mo-lo a consulta do *Catálogo das Ordens Régias do Reino de Angola* existente no Arquivo da Torre do Tombo, sobretudo no que respeita aos governos de Luís Lobo da Silva (1684-1688), de D. João de Lencastre (1688-1691), de Gonçalo da Costa de Alcaçova Carneiro de Meneses (1691-1694), de Henrique Jaques de Magalhães (1694-1697) e de Luís César de Meneses (1697-1701).

(31) BRÁSIO, António — *Ob. cit.*, vol. 7, pp. 360-361.

Estas providências encontraram, neste governo, a maior receptividade. Em carta dirigida ao Reino, de 22 de Agosto de 1625, Fernão de Sousa referindo-se ao conflito com a Rainha Jinga e aos inconvenientes resultantes de tais guerras para os superiores interesses da Coroa escrevia: «Não hey de dar guerra sem expressa ordem de V. Magestade, saluo [se] ouuer leuantamente ou em defençaõ, como V. Magestade ordena em meu regimento porque entendo que dando guerra se acabará de todo o comercio, ynda que della resulte[m] peças, porque a terra não serue a V. Magestade se[m] gentio» (32).

Em todo o caso, surgem por esta época, questões relativas à participação dos moradores nas expedições militares. Como se sabe, a população luandense contribuiu, de forma notável, para a defesa de Angola. Desta contribuição, ao mesmo tempo voluntária e obrigatória, abusaram os governadores a ponto de se tornar ruínosa para os seus interesses. Assim o compreendeu, também, o Soberano, pois no regimento passado a D. Manuel Pereira Forjaz, de 26 de Março de 1607, é o chefe da província avisado de que nas campanhas sertanejas apenas deve incluir os que receberem soldo porque movidos pelos seus particulares alguns governadores contra a justiça e razão, «obriguão aos mercadores e moradores e officiaes mecanicos da terra a hir a ellas não tendo a isso obriguação por não ser gente de pagua e soldo» (33). Contudo, não se proibia a inclusão destes moradores nas futuras expedições quando livre, voluntária e a expensas suas. Pelo contrário, seria objecto do reconhecimento da Coroa que a distinguiria com honras e mercês.

Entretanto, rolaram os anos sem que as disposições deste regimento se observassem. Não se trata de um problema de autenticidade, mas de fuga do executivo ao cumprimento das leis do Reino. A Edilidade luandense, em 19 de Fevereiro de 1656, recordou-a ao governo central afirmando, então, que aquela doutrina se achava inteiramente revogada pela primeira magistratura da província, não obstante as guerras, por pouco activas, não justificarem a colaboração dos moradores (34).

Todavia, por provisão de 23 de Outubro de 1660, são os moradores do Reino de Angola, mais uma vez, isentos de irem às guerras do sertão, salvo quando forem de carácter defensivo, porquanto há vários

(32) BRÁSIO, António — *Ob. cit.*, vol. 7, p. 362.

(33) A. H. U. — *Angola* — Cx. 1 — 1602-1624.

(34) *Arquivos de Angola*, série 2, vol. 7, n.ºs 27-29, p. 39.

anos que andavam pelo interior constrangidos dos governadores que os obrigavam a lá permanecer, contra a forma dos seus regimentos, sendo a maioria casados e homens de negócio (35).

Por cartas régias de 2 de Maio de 1672 e 9 de Maio de 1675, para o governador Francisco de Távora lembra-se, a propósito da petição de Luís de Carvalho, casado, doente e em idade avançada, o respeito que é devido à provisão de 1660 (36).

Daqui por diante, o aparelho legislativo entra numa fase de grande produção documental. O regimento de Aires de Saldanha de Meneses, de 1676, estabelecendo os princípios a ter em conta com as operações militares, é o diploma mais notável deste período. O capítulo 9 que manda observar as disposições acima referidas, é decalcado do regimento de D. Manuel Pereira Forjaz, de 1607, e encontra-se já transcrito no de Tristão da Cunha, de 1666 (cap. 7). Pelo capítulo 10 regulam-se os conflitos entre sobas vassalos. Ao governo da província cabia, nestes casos, o papel de medianeiro podendo, no entanto, utilizar a força quando um dos sobas recusasse a sua intervenção. No capítulo 27 procura-se restringir as guerras sertanejas. Para o efeito, enumeram-se as causas que as podem justificar: a inobservância e transgressão dos tratados de paz; o injusto impedimento do comércio; a ajuda e colaboração aos inimigos de Portugal; e as hostilidades cometidas contra a pregação do Evangelho. Contudo, mesmo nestes casos, a resolução da guerra só podia ser tomada em Junta presidida pelo governador e na qual teriam assento o bispo, os representantes da Companhia de Jesus, dos franciscanos, dos capuchos, dos carmelitas descalços, do vigário-geral, dos oficiais superiores do Regimento, dos oficiais da Câmara de Luanda, do provedor da Fazenda e do ouvidor-geral. A Junta teria como secretário o escrivão da Fazenda, cujas actas com os votos dos seus membros deviam ser enviadas, por cópia, à Corte. O capítulo 28 consagrou-se às despesas a efectuar pela Fazenda Real com a guerra justa; e ordena-se a arrecadação dos quintos provenientes dos despojos da guerra que reverterão a favor da mesma Fazenda, ao mesmo tempo que os proíbe aos governadores nos termos da carta régia de 23 de Agosto de 1670. Pelo capítulo 29, designava-se a pessoa encarregada do comando das operações estabelecendo-se, para tanto, uma escala hierárquica funcionando por ordem decrescente:

(35) *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 2, n.º 9, pp. 133-134.

(36) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

o governador, o capitão-mor do campo, o mestre de campo e o sargento-mor (37).

Estas disposições, sublinhe-se, nem sempre foram respeitadas. Os governadores, ciosos da sua independência, tomaram algumas vezes a iniciativa da declaração de guerra. Isto aconteceu, por exemplo, com Henrique Jaques de Magalhães, ao findar o século XVII. Apesar de vitoriosas as armas portuguesas, na guerra que empreendera contra os sobas Cavhanga e Longue, o governador não deixou de ser advertido pela Coroa de que futuramente não podiam ter lugar tais refregas sem que primeiro se observasse o disposto no capítulo 27 do seu regimento (38).

Com esta advertência entra-se propriamente no século XVIII — fase das guerras defensivas. A abrir o período, a Coroa introduz alterações ao capítulo 29 do regimento dos governadores. As guerras haviam diminuído de intensidade e a Fazenda Real passava por dificuldades financeiras. Impunha-se uma redução nas despesas militares. Assim, por proposta do governador D. Lourenço de Almada, o Reino, por carta régia de 23 de Fevereiro de 1707, extingue os postos de capitão-mor do campo e seu tenente (39).

Em todo o século XVIII, o palco da guerra circunscreve-se quase exclusivamente ao grande sertão de Benguela. Caconda, sobretudo, domina as atenções gerais. É para aqui que convergem, com efeito, os cuidados dos governadores e as preocupações do poder central. Habitam-na povos belicosos, aguerridos e bem armados. Orgulham-se da sua independência e toleram dificilmente a influência portuguesa. Ao Norte de Luanda é diferente: salvo um ou outro caso a vida decorre calma, sem sobresaltos de maior. Os presídios, espalhados pelas margens do Cuanza, garantem a paz e asseguram a tranquilidade da capital.

Mas a ameaça do Sul transforma-se numa obsessão para os homens que governam Angola. A província, porém, não está em condições de se envolver em guerras gratuitas. Não dispõe de recursos materiais e humanos. A Metrópole sabia-o bem. Por isso, repudiava todos os actos

(37) *Arquivos das Colónias*, vol. 3; *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 1, n.º 5.

(38) Carta do governador para o Reino, de 13-11-1696; e resposta de Lisboa, de 23-12-1697. (A. H. U. — *Angola* — Cód. 545).

(39) A. H. U. — *Angola* — Cód. 545.

susceptíveis de alteração da ordem ao Sul do Cuanza. A convivência pacífica entre o colono e o indígena era o objectivo a prosseguir, o único que servia os superiores interesses do Reino. Esta máxima seria repetida inúmeras vezes pelo Monarca aos representantes da Coroa. No entanto, por umas ou por outras razões, a sublevação do gentio foi um facto.

O governo de Henrique de Figueiredo e Alarcão foi, a tal respeito, surpreendido por levantamentos sistemáticos na jurisdição do presídio de Caconda, que puseram em perigo a conservação do Reino de Benguela. Na sua correspondência para o governo central, aquele governador atribui as culpas dos incidentes ao capitão-mor, José da Nóbrega de Vasconcelos, a quem acusa de roubos e de violências ao gentio (40). Na mesma altura o provedor-mor da Fazenda Real, Francisco de Santa Bárbara e Moura, comunicava a infausta notícia ao Reino, condenando igualmente a referida autoridade (41).

A extensão da guerra ao presídio de Benguela, pretendida pelo gentio confederado, foi neutralizada graças às providências de Figueiredo e Alarcão que para ali enviou significativo reforço militar. Para o bom êxito da empresa contribuiu de forma brilhante o capitão-mor do campo, Manuel Simões, o qual, por proposta do Conselho Ultramarino, foi agraciado com o Hábito de Cristo, e uma tença anual de 40\$000 réis. Todavia, à Coroa não importava só a manutenção da ordem mas, também, a punição dos infractores ao cumprimento das suas determinações. Os bons propósitos das altas esferas da administração central não podem ser postos em causa. Mas, como veremos adiante, as estruturas montadas na província não só impediam a eliminação destes males como tornavam impossível a repressão dos abusos.

Com efeito, por carta régia de 13 de Abril de 1723, a Coroa dá conhecimento ao governador e ao ouvidor-geral da resolução tomada no dia 1 daquele mês e ano pela qual determina uma rigorosa sindicância aos promotores da rebelião a fim de serem castigados com as penas correspondentes aos seus crimes. O capitão-mor de Caconda, José da Nóbrega de Vasconcelos era, naturalmente, o principal alvo da inquirição. (42).

Decorridos alguns meses chegava ao Reino um circunstanciado relatório sobre os acontecimentos de Caconda. Nele se confirmava, efec-

(40) Carta do governador, de 6-9-1721. (A. H. U. — Angola — Cx. 15 — 1712-1721).

(41) Carta do provedor, de 2-9-1721. (A. H. U. — Angola — Cx. 16 — 1722-1750).

(42) A. H. U. — Angola — Cód. 545.

tivamente, os excessos do capitão-mor (pelos quais teria de responder por ocasião da sua *residência*) e da guarnição militar sob o seu comando. Os roubos de mantimentos que os soldados faziam ao gentio, os procedimentos abomináveis de José da Nóbrega de Vasconcelos e a tradicional hostilidade daqueles povos ao domínio português, teriam originado a sublevação.

Contudo, se para o capitão-mor não se descobriam atenuantes para os seus delitos, o mesmo não acontecia com os soldados, cujos roubos lhes permitia a sua subsistência. Três e quatro anos de soldos atrasados (43), quase sempre satisfeitos em fazendas de má qualidade eram, realmente, a causa das irregularidades cometidas.

E, contra isto, pouco podia fazer a Metrópole e, muito menos, o chefe da província. Por isso, as directrizes da Corte para António de Albuquerque de Carvalho, eram pouco menos que platónicas: «(...) e se espera da vossa providencia obreis com tal harmonia de bom governo que se não dê occasião de queixa aos negros para romperem connosco dando hua tal providencia que os soldados que servem neste e nos mais prezidios sejam satisfeitos os seus soldos e mais socorros para que a necessidade os não obrigue a tomarem per força aos negros os seus mantimentos, tendo justa desculpa os militares na falta de seus pagamentos, a cometerem semelhantes desordens» (44).

Na verdade, dois meses mais tarde, quando governava a província o mestre de campo, José Carvalho da Costa, o único presídio alterado era precisamente o de Caconda. As culpas, desta feita, eram atribuídas ao sucessor de José da Nóbrega, Miguel de Melo que, por tal motivo, foi devassado, deposto do seu lugar e substituído por Pedro Moreira de Carvalho da Silva, notabilizado pela sua experiência dos sertões (45).

No governo seguinte, o capitão-mor de Benguela, Francisco de Sousa da Fonseca, toma a iniciativa de guerrear um soba da sua jurisdição por ter morto um negociante branco. As violências então perpetradas

(43) Isto era frequente no século XVII. No governo de André Vidal de Negreiros (1661-1666), por exemplo, há notícia de vários requerimentos de oficiais militares a reclamarem o pagamento de soldos atrasados, devidos pelo feitor da Fazenda, Simão Vandernes. (A. H. U. — Angola — Cx. 6 — 1664-1665).

(44) Carta do Reino, para o governador António de Albuquerque de Carvalho, de 7-10-1723. (A. H. U. — Angola — Cód. 545).

(45) Carta do mestre de campo, para o Reino, de 4-8-1725. (A. H. U. — Angola — Cx. 16 — 1722-1750).

das por aquele funcionário foram de tal ordem, que desencadearam fortes represálias do gentio de que resultou a morte de 6 oficiais do presídio e de outros tantos moradores brancos. Paulo Caetano de Albuquerque viu-se, por isso, na necessidade de enviar reforços para aquele presídio e de substituir o seu comandante (46).

Entretanto, ainda neste governo, a Coroa, pela primeira vez, ordena uma guerra contra um soba poderoso, cujas terras ficavam compreendidas entre os presídios de Ambaca e de Caconda. A razão desta insólita iniciativa encontramo-la no capítulo 27 do regimento dos governadores-gerais. Trata-se do impedimento do resgate aos portugueses. Assim, por deliberação de 17 de Abril de 1729, em consulta do Conselho Ultramarino, a Coroa determina a Caetano de Albuquerque faça «guerra a este Regulo quando por outro modo se não possa franquear a extracção dos negros daquela parte» (47).

No tempo de Rodrigo César de Meneses, a situação ao Sul do Cuanza não melhorou. Continuaram a verificar-se as mesmas alterações, agora motivadas pela habitual rebeldia daqueles povos. Convocou Junta nos termos do seu regimento, votando negativamente o juiz de fora, a Câmara de Luanda e o sargento-mor do Terço. Apesar disso, a guerra foi deliberada e o gentio castigado (48).

O governo de João Jaques de Magalhães é assinalado pela guerra contra a Rainha Jinga. As causas, que lhe deram origem, foram os roubos, mortes e outras violências, cometidas contra negociantes portugueses e seus pumbeiros. Foi esta, sem dúvida, a expedição mais importante registada na primeira metade do século XVIII. Para ela foram mobilizados os maiores recursos militares disponíveis na província. Da lista dos efectivos das forças utilizadas na guerra extraem-se os seguintes números: a cidade de Luanda forneceu 300 soldados, incluindo 22 da arma de cavalaria; dos 5 presídios do interior, saíram cerca de 350 soldados; os auxiliares, ordenanças e negociantes brancos e mestiços dispersos pelo sertão, calculavam-se em 500, cujo número acrescentado dos seus escravos totalizava 3 000 armas; a *guerra preta* es-

(46) Carta do governador, para a Metrópole, de 21-6-1728. (A. H. U. — Angola — Cx. 18 — 1729-1731).

(47) Carta régia de 19-5-1729 (A. H. U. — Angola — Cód. 546).

(48) Carta de Rodrigo César de Meneses, para o Reino, de 8-1-1737. (A. H. U. — Angola — Cx. 21 — 1737-1739).

timava-se em 20 000 arcos. O conjunto desta força era computada pelo governador em 25 000 homens. Para comandante das operações foi nomeado o capitão-mor do campo, Bartolomeu Duarte de Sequeira, mais tarde pronunciado pelas delapidações praticadas na guerra (49).

O balanço final da expedição contra a Rainha Jinga encontra-se num documento anexo à carta do governador. Por ele se patenteia a importância da paz com os povos gentílicos e o custo elevado exigido pela máquina militar para pôr cobro às alterações da ordem. De facto, segundo este documento, a receita proveniente dos quintos sobre escravos, cera e marfim, arrecadados para a Fazenda Real, nos termos do capítulo 28 do regimento dos governadores, foi de 2 949\$840 réis, contra uma despesa de 6 905\$301 réis. Daí salientar-se em alguns despachos a conveniência de se evitarem tais guerras «pois mostra a experiência ser mais prejudicial à Fazenda Real a vitória das armas que os motivos da guerra» (50) (51).

E, quando o recurso à guerra fosse a solução para se afirmar a soberania portuguesa em Angola, como havia acontecido com a Rainha Jinga, teria, porém, que se respeitar um princípio nem sempre observado nos nossos dias. Trata-se do «Direito das Gentes» recomendado por portaria de 1 de Outubro de 1745 a Jaques de Magalhães (52).

A segunda metade do século XVIII é menos rica em acontecimentos militares. Os governadores deste período ao partirem para Angola, são portadores de ideias novas que, começando a despontar por toda a Europa, em breve iriam ter ressonância nos próprios domínios ultramarinos. O governo central, não podia ignorar este movimento e os governadores escolhidos para a chefia de Angola tinham de ser fiéis intérpretes do pensamento da Coroa. Deste modo, mais do que nunca, há a preo-

(49) Carta para o Reino, de 15-7-1744 (A. H. U. — Angola — Cx. 24 — 1747-1749).

(50) A. H. U. — Angola — Cx. 24 — 1747-1749.

(51) O saldo negativo, aqui registado, repetia-se em todas as campanhas militares. É errado, por conseguinte, ver-se nas guerras sertanejas uma fonte de receita para a Coroa como já se tem insinuado. As guerras só interessavam aos que nelas participavam activamente como, por exemplo, aos oficiais de patente. Os quintos, arrecadados pela Fazenda Real, não tinham significado quando comparados com os lucros da oficialidade. E, mesmo assim, eram objecto de práticas fraudulentas. O governador João Jaques de Magalhães, em carta para o Reino, de 29-4-1738, denunciou este abuso, afirmando que os quintos resultantes da guerra de Caconda apenas haviam rendido a importância de 910\$000 réis, por virtude de se terem destinado para Sua Majestade «o refugio das cabeças». A Coroa, por carta régia de 13-7-1739, louva o zelo do governador e ordena uma *devassa* ao provedor da Fazenda. (A. H. U. — Angola — Cód. 546).

(52) A. T. T. — *Catálogo das Ordens Régias do Reino de Angola*.

cupação de assegurar, a todo o transe, a paz nos territórios sujeitos à Mãe-Pátria.

Esta preocupação encontra-se, aliás, explícita em vários documentos da época. Com efeito, quando administrava a província o primeiro governador pombalino, D. António de Vasconcelos, a Coroa, por intermédio do ministro e secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recordou ao governador, a propósito do castigo que mandara aplicar a alguns potentados do Norte, «que tudo o que poder fazer por via de direcção, o não faça pela de coacção, confiando da prudência de V. S.^a evite quanto possível for que os vassallos façam violências, e insultos que provoquem a indignação dos Barbaros, por que ainda sendo taes conhecem sempre o que he justiça, e sem razão, para respeitarem a primeira e se irem contra a segunda» (53).

Estes princípios foram espiritualizados por Sousa Coutinho. Na verdade, a ninguém repugnava tanto a guerra como a este inolvidável governador. Ao contrário de alguns dos seus sucessores, Sousa Coutinho fez-se mais respeitar que temer. Raramente teve necessidade de recorrer à força para fazer valer os direitos de Sua Majestade. Em definitivo, era um governador de eleição, um verdadeiro condutor de homens. A sua política, em relação às guerras sertanejas, encontra-se consubstanciada numa carta dirigida ao capitão-mor de Benguela, José Vieira de Araújo, de 14 de Janeiro de 1772. Escrevia então Sousa Coutinho que as desordens que no sertão de Benguela tinham causado as irregularidades dos indígenas, não podiam continuar a ser reprimidas pelo bárbaro costume das represálias, pelo menos enquanto não fosse tão bárbaro como o gentio ou adoptasse as qualidades «de um Atila, o que espero da Infinita Misericórdia de Deos nam permita nunca». A guerra jamais se poderia fazer sem causa justa e, mesmo assim, somente quando os meios de a evitar estivessem esgotados. Assim se procedia nos países em que as guerras se faziam com ordem e eram comandadas por generais que não só sabiam comandar tropas como conheciam os limites da justa ofensa, reguladas pelas Leis Divinas e pelos costumes de todas as nações. Por conseguinte, em Angola, por não se encontrar nestas condições, devia obrar-se com prudência e humanidade (54).

Nos governos seguintes nem sempre se agiu em conformidade com as directivas de Sousa Coutinho. Mas, ao findar o período do nosso estudo, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos e, sobretudo, D. Miguel António de Melo, procuram abraçar o ideário do seu ilustre antecessor. O primeiro, a despeito da expedição que organizou contra o marquês do Mossulo, bateu-se sempre pela convivência pacífica entre os povos. A sua correspondência com os capitães-mores é, a este respeito, um hino de esperança. Nunca se cansava de repetir as vantagens da paz e os inconvenientes da guerra. D. Miguel António de Melo, por seu turno, atribuíra as revoltas do gentio aos abusos daqueles funcionários. Afirmava que as guerras haviam sido sempre prejudiciais, quer à Fazenda Real, quer ao comércio. Não abdicava do uso da força quando as circunstâncias o exigissem mas, em todo o caso, teriam que ser observadas as regras prescritas no regimento de 1676. Achava que as campanhas militares diminuiriam de frequência se os despojos não fossem distribuídos pela tropa, pois cessado este objectivo as guerras deixariam de ter significado para os seus promotores (55).

Conclusões

Conforme assinalámos ao longo do nosso estudo, o governo dos capitães-mores de Angola, no século XVIII, gira em torno do binómio: provimento e comércio. Esta realidade ficou amplamente demonstrada nas páginas que ficaram escritas; e foi objecto de conclusão dos capítulos que lhes respeitam. Apesar disso, importa, porém, reter o seguinte:

Este trabalho, como se infere da sua leitura, não se confina rigidamente ao século XVIII, antes chega a abarcar o século XVII quando não o século XVI. Quer isto dizer que recorremos, sempre que possível, à origem dos factos.

O grande mérito da política da Coroa, em matéria de nomeações, residiu na ausência de preconceitos raciais. O grau de qualificação dos candidatos ao exercício de funções públicas e a sua adesão ao Cristianismo, é que determinavam os provimentos.

O processo de nomeação dos capitães-mores insere-se, naturalmente, nesta linha de orientação. O seu mecanismo, contudo, sofreu várias

(53) A. H. U. — Angola — Cód. 408 — 1759-1769.

(54) Arquivos de Angola, série 1, vol. 3, n.º 29, pp. 381-382.

(55) Angola no começo do século. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 5, n.º 9, p. 553-556.

alterações no decurso do século XVIII, impostas pelo fenómeno de adaptação do governo central aos condicionalismos da época. Dada a natureza de conquista conferida à província de Angola e abstraindo a actividade do tráfico, a ocupação dominante dos angolanos foi, por largo espaço de tempo, a carreira militar. Daí na oposição das candidaturas ao governo dos presídios entrar-se em linha de conta quase exclusivamente com o requisito das armas. Regra geral, o capitão-mor provinha das camadas mais baixas da sociedade quando nomeado no Reino; e de uma classe de tradições aristocráticas, quando provido na província. Mas, em ambos os casos, era evidente a falta de predicados para o bom desempenho da função. De resto, a verdadeira aristocracia angolana, formada pelo mestiço, tendo o pai como europeu e a mãe como africana, teve o seu apogeu até à primeira metade do século XVII; e esta aristocracia, em geral, não tinha outro fundamento que não fosse a fortuna.

A inqualificação profissional dos pretendentes aos postos de capitães-mores, a pobreza demográfica do Reino e o desinteresse dos seus naturais por Angola, sonhando uns ainda com a aventura da Índia e outros com as perspectivas fabulosas do Brasil, explicam as vicissitudes por que passaram os presídios em todo o século XVIII, alguns dos quais, por falta de opositores, permaneceram vagos por alguns anos, com graves consequências.

Por outro lado, a escassez de vencimentos atribuídos pela Coroa às autoridades sertanejas, em 1722, depois de em 1720 lhes haver proibido o comércio, não estimulou o entusiasmo por aqueles lugares, não só porque o custo de vida na província era ao tempo extremamente elevado, mas também porque alguns deles se exercitavam em regiões de clima inóspito que dizimava a maioria da população euro-africana.

O múnus comercial, herdado dos primeiros tempos da nossa presença em Angola, dominou o governo dos capitães-mores em todo o século XVIII. O decréscimo da sua actividade mercantilista, previsto a partir de 1722, não se verificou pelas razões então referidas. Só na segunda metade do século, graças a uma legislação menos tolerante e a uma vigilância mais apertada, é que esta ocupação veio a sofrer uma quebra sensível. Aliás, os interesses resultantes de tais práticas é que proporcionavam àqueles oficiais-militares um padrão de vida mais compatível com os seus cargos, porquanto o soldo de 300\$000 réis anuais, já insuficientes na altura da sua concessão, ainda se mantinha em vigor ao findar o nosso período de estudo. Este facto justifica, assim, de certo

modo, as resistências dos capitães-mores a todas as inovações que tivessem por finalidade a redução dos seus réditos. Isto, porém, não desculpa os excessos que por intermédio do comércio foram perpetrados, mas humaniza os seus actos.

Mas, a grande lição que se pode colher deste trabalho que sintetiza, afinal, todas as nossas conclusões é que, não obstante alguns erros e abusos, a linha de cumeada da colonização portuguesa em Angola, durante o período em análise, nunca chegou, pròpriamente, a deprimir-se. Pelo contrário, a despeito dos malefícios da época, quase sempre se manteve altaneira e superior.

GLOSSÁRIO

Amo — Autoridade civil, militar ou religiosa, que representava e defendia os interesses dos sobas, junto do chefe da província, a troco de recompensas materiais. O sistema foi oficializado por Paulo Dias de Novais, permitindo-o à oficialidade mais representativa, por não vender soldo.

Anspeçada — Soldado que, pelo seu merecimento, substituíra o cabo nas suas faltas ou impedimentos.

Arrátel — Antiga medida de peso equivalente a 459 gramas.

Aviado — Participípio passado do verbo «aviar». Com a expansão ultramarina ter-se-ia substantivado tomando novo sentido. Em Angola, passou a designar o negociante que, no sertão, vendia fazendas por conta dos comerciantes de Luanda, ou seja, dos *aviantes*.

Baculamento — Do verbo «Kubakula» — Tributar. Imposto pago pelo gentio ao governo da província.

Bando — «Pregão para se dar a conhecer publicamente alguma coisa. Proclamação; anúncio de guerra».

Banzo — Quantidade de mercadoria necessária para se adquirir um escravo no sertão. Podia ser constituído por um só género ou integrar diversos produtos comerciais. O seu valor não era fixo, antes aumentava ou diminuía, consoante a efectivação do contacto comercial se processasse longe ou perto da capital.

Canada — Antiga medida de capacidade equivalente a 2 litros.

Cazunguel — Medida para cereais equivalente a um alqueire e um quinto (14 litros).

Côvado — Antiga medida de comprimento equivalente a 0,66 metros.

Cria — Escravo recém-nascido

Diário — Fazenda com que se efectuavam os pagamentos dos soldos às guarnições militares dos presídios.

Dizimo — Imposto inicialmente eclesiástico pago pelas populações às autoridades portuguesas. Denominava-se, nos primeiros tempos da conquista, *tributo dos sobas e tributo de vassalagem*.

Entambe — O mesmo que *tambe* ou *itambi*. Funerais, conjunto de cerimónias, ritos, cânticos e danças, com que o gentio celebrava as exéquias.

Enxovia — Vocábulo de origem árabe. Designava, primitivamente, o nome das tribos estacionadas entre Azamor e Rabate, mas, por influência portuguesa, passou a significar «prisão húmida e escura».

Empacaceiros — Caçadores nativos de pacaças. Devido ao seu profundo conhecimento do interior e à sua fácil adaptação ao meio ecológico, foram largamente utilizados pelos portugueses nas campanhas do sertão, no serviço postal e, mais tarde, no policiamento da capital.

Exequê — Medida angolana para cereais equivalente a quatro cazunguéis.

Filho da terra — Angolano com origem africana.

Fusco — Descendente de mulato e preta ou vice-versa.

Guerra preta — Tropa de segunda linha, comandada por chefes indígenas que, desde o início da conquista, coadjuvou as forças portuguesas nas lutas de ocupação.

Jagas — Horda constituída por guerreiros que praticavam ritos iniciáticos, incluindo a antropofagia. Belicosos e cruéis, os jagas surgiram no Reino do Congo, no terceiro quartel do século XVI, que quase destruíram. Vencidos pelos portugueses, foram depois utilizados, com grande sucesso, por Paulo Dias de Novais, nas campanhas militares.

Juízo das liberdades — Mecanismo judicial através do qual as autoridades portuguesas decidiam acerca da condição pessoal dos indígenas, isto é, se eram livres ou escravos. Deve ter a sua origem na faculdade conferida pela Coroa, aos capitães-mores, de serem juizes, em primeira instância, das «causas das liberdades». A expressão anda associada, na língua ambunda, ao vocábulo *Mucano*.

Livrança — Título inconvertível introduzido fraudulentamente pelos tratadores no comércio angolano. Não obstante trazer impressas as armas reais, representava uma circulação fiduciária desprovida de reserva metálica e de permissão legal.

Luanda — Designação do tributo pago pelos sobas ao Rei de Angola e, posteriormente, às autoridades portuguesas.

Macota — Conselheiro de soba. Autoridade tradicional.

Mucano — Em língua ambunda significava, primitivamente, pleito, litígio decidido verbalmente pelos chefes africanos. Mais tarde, por influência portuguesa, o vocábulo aparece associado ao conceito de *Juízo das liberdades*.

Peça da Índia — «Escravo de 7 quartos (de vara), 1,75 metros de altura». Era a unidade no comércio escravagista.

Preto calçado — Negociante indígena considerado branco, no interior, devido ao uso de sapatos que lhe conferia distintivo de honra.

Pumbeiro — O mesmo que pombeiro. Negociante indígena, descalço, agente do aviado que se incumbia da venda de fazendas no sertão. Vocábulos de origem banta provenientes de *pumbo* ou *pombo*.

Pumbo — O mesmo que *pombo*. Termos de origem banta, derivados da região conguesa *Mpumbu*. Designam feira sertaneja ou simplesmente sertão.

Quibuca — Do Kimbundo «Kibuka» — caravana.

Quilamba — Autoridade tradicional que dirige a *guerra preta*, colaboradora dos portugueses.

Quinto real — Parte que cabia à Coroa na divisão dos despojos obtidos nas guerras sertanejas e que consistia na quinta parte do produto dos bens (geralmente escravos) apresado ao inimigo.

Quimbare — Negro agregado a portugueses, designadamente por ocasião das guerras sertanejas, e que adquiriu muitos traços da sua cultura.

Reviro — Acção pela qual um devedor (geralmente aviado) remete a outrem, os escravos adquiridos no sertão com a fazenda do seu credor da capital.

Sertão — Região interior, distante da Costa e dos centros populacionais.

Soba — Autoridade tradicional. Chefe supremo de uma tribo africana.

Sobado — Jurisdição de um soba.

Undamento — Cerimónia pela qual um soba vassalo era confirmado no governo da tribo, pelos capitães-mores dos presídios ou pela primeira magistratura da província, por ocasião da sua eleição ou sucessão.

Vara — Antiga medida de comprimento correspondente a 11 decímetros.

APÊNDICE DOCUMENTAL